UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DA TERRA DO QUE?

TERRITORIALIDADES E PROCESSOS DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO SUDOESTE PAULISTA: APROPRIAÇÕES, CONFLITOS, TRABALHO E PRODUÇÃO

RICARDO MANFFRENATTI VENTURELLI

Presidente Prudente/SP

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Ricardo Manffrenatti Venturelli

DA TERRA DO QUE?

TERRITORIALIDADES E PROCESSOS DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO SUDOESTE PAULISTA: APROPRIAÇÕES, CONFLITOS, TRABALHO E PRODUÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado em Geografia, da Universidade Estadual Paulista – FCT/Presidente Prudente, para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Presidente Prudente/SP

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

V468t

Venturelli, Ricardo Manffrenatti

Da terra do que? Territorialidades e processos do desenvolvimento geográfico desigual no sudoeste paulista : apropriações, conflitos, trabalho e produção / Ricardo Manffrenatti Venturelli. -- Presidente Prudente, 2022

304 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientador: Carlos Alberto Feliciano

1. Capital. 2. Desenvolvimento Geográfico Desigual. 3. Divisão Territorial do Trabalho. 4. Territorialidades. 5. Campesinato. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: TERRITORIALIDADES E PROCESSOS DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO SUDOESTE PAULISTA: APROPRIAÇÕES, CONFLITOS, TRABALHO E PRODUÇÃO

AUTOR: RICARDO MANFFRENATTI VENTURELLI
ORIENTADOR: CARLOS ALBERTO FELICIANO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Prof. Dr. MARCELO DORNELIS CARVALHAL (Participaçao Virtual)
Coordenadoria de Curso de Geografia / Unesp/FCTE - Câmpus de Ourinhos

Profa. Dra. ANA TERRA REIS (Participaçao Virtual)
CEGeT / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Prof. Dr. GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA (Participaçao Virtual)
Departamento de Geociências / Universidade Estadual de Montes Claros

Prof. Dr. JOSE GILBERTO DE SOUZA (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/IGCE - Câmpus de Rio Claro

Presidente Prudente, 17 de junho de 2022

DEDICATÓRIA:

Até aqui foram muitos os percalços. Por isso, a todos aqueles que nos deixaram nesse momento tão difícil, entre tantos, à Dona Rosa, minha mãe, que foi recebida no plano espiritual por meu pai, seu João, e estão trabalhando por nós que aqui ficamos. Que mesmo não mais aqui fisicamente, sei que são os únicos que sempre estiveram comigo.

AGRADECIMENTOS

Talvez iniciasse os agradecimentos demonstrando rancor com todos aqueles que procuraram atrapalhar de alguma maneira a construção deste processo. Mas, a vida é feita de situações a ser entendidas para que possamos crescer e dar valor as pessoas que caminharam ao nosso lado. E assim, refaço essa página dando valor as pessoas boas que passam em nossa vida.

Além da dedicatória cabe aqui agradecer meus pais. Que mesmo em outro plano há a certeza de que estão satisfeitos em ver doutor o filho de um fiscal de ônibus e uma vendedora.

Agradeço também a toda minha família que desde sempre acreditaram e incentivaram a trajetória. A minha irmã que, assim como eu, fizemos o possível para orgulhar nossos pais.

Aos amigos dessa vida um brinde, pois, há sempre uma palavra de incentivo e outras tantas de juízo – a maioria das vezes acompanhada de uma gelada – para que possamos seguir o melhor caminho.

Ao Professor Cacá por aceitar essa orientação, ensinamentos, aconselhamentos e paciência.

Aos amigos feitos durante esta etapa, em especial ao Reinaldo, grande companheiro de viagem, conversas, estudos e atenção. E a todos Felicianer's pelo companheirismo e ajuda que um dá para o outro.

Aos amigos e professores Camila, que realizou as leituras. A Michele pelo *abstract* para o inglês. E ao Kristofer, que além de fazer o *resumén*, fez o papel de ouvidos em muitos momentos.

Aos professores da FCT/UNESP pelas instruções e ensinamentos. Bem como aos professores da FFLCH/USP e DEGEO/UEL pela contribuição na construção acadêmica.

Aos professores, coordenadores e diretores das escolas que aceitaram e incentivaram a dupla jornada de um professor pesquisador.

Aos profissionais da Casa de Agricultura de Cerqueira César, que desde a graduação sempre abriram as portas e foram solícitos, em especial ao amigo Edilson.

EPÍGRAFE

[...] num país em que a terra se valorizava subitamente e em que um domínio cobria milhares, às vezes dezenas de milhares de alqueires, era a certeza fortuna sem esforço. [...] a colonização era uma questão de segundo plano, vindo antes o desejo de especular. [...]

Da especulação participavam os fazendeiros, seja como compradores dos grilos, seja vendendo suas próprias terras. Pierre Monbeig, Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.

RESUMO

Ao explicar as dinâmicas de um recorte da superfície terrestre podemos seguir por diferentes concepções teóricas e abordagens metodológicas. Para atender nossos anseios, optamos por explicar essas dinâmicas ocorridas nesta fração espacial através de seus arranjos territoriais e os processos resultantes das contradições do capital.

As territorialidades são a expressão na superfície terrestre da luta de classes, e por isso, é importante compreender os processos de mobilidade do capital e as escalas de relações envolvidas. Dessa forma, seguimos pela interpretação de que este recorte em estudo, localizado no Sudoeste Paulista, mais especificamente entre os Rios Paranapanema, Pardo e Turvo, como resultante da dialética do capital que promove relações de dependência.

Portanto, a organização espacial e as disputas territoriais presentes são as marcas deixadas na superfície e que promove a face geográfica provocada intencionalmente pelo capital. Diferenciando assim as localidades ao forjar relações de dependência, sujeição e espoliação de tudo presente naquele recorte espacial, podendo ser seus recursos, a força de trabalho e a apropriação da terra.

Logo, analisaremos os principais episódios de ocupação e formação geográfica através da luz do Desenvolvimento Geográfico Desigual para compreender as relações e escalas que o capital promoveu (e promove) na formação da Divisão Territorial do Trabalho, e com isso, analisar as territorializações camponesas enquanto contradição e intencionalidade do capital ao se valer de sua força de trabalho, produção e propriedade da terra.

Palavras-chave: Capital; Desenvolvimento Geográfico Desigual; Divisão Territorial do Trabalho; Territorialidades; Campesinato.

ABSTRACT

When explaining the dynamics of a clipping of the earth's surface we can follow different theoretical conceptions and methodological approaches. To meet our yearnings, we chose to explain these dynamics occurring in this spatial fraction through its territorial arrangements and the processes resulting from the contradictions of capital.

Territorialities are the expression on the land surface of the class struggle, and therefore, it is important to understand the processes of mobility of capital and the scales of relations involved. In this way, we follow the interpretation that this clipping under study, located in the Southwest of São Paulo, more specifically between the Rivers Paranapanema, Pardo and Turvo, as a result of the dialectics of capital that promotes relations of dependence.

Therefore, the spatial organization and the territorial disputes present are the marks left on the surface and that promotes the geographical face intentionally provoked by capital. Thus, differentiating the localities by forging relations of dependence, subjection, and spoliation of everything present in that spatial cut, which can be its resources, the labor force, and land appropriation.

Therefore, we will analyze the main episodes of occupation and geographic formation through the light of Unequal Geographic Development to understand the relations and scales that the capital has promoted (and promotes) in the formation of the Territorial Division of Labor, and with that, analyze the peasant territorializations as a contradiction and intentionality of the capital to avail itself of its labor force, production and land ownership.

Key-words: Capital; Unequal Geographical Development; Territorial Division of Labor; Territorialities; Peasant Territorialities.

RESUMEN

A la hora de explicar la dinámica de un corte de la superficie terrestre, podemos seguir diferentes conceptos teóricos y enfoques metodológicos. Para cumplir con nuestros deseos, optamos por explicar estas dinámicas que se dieron en esta fracción espacial a través de sus arreglos territoriales y los procesos resultantes de las contradicciones del capital.

Las territorialidades son la expresión en la superficie terrestre de la lucha de clases y, por tanto, es importante comprender los procesos de movilidad del capital y las escalas de relaciones involucradas. De esta manera, seguimos la interpretación que este recorte en estudio, ubicado en el suroeste de São Paulo, más específicamente entre los ríos Paranapanema, Pardo y Turvo, como resultado de la dialéctica del capital que promueve relaciones de dependencia.

Por lo tanto, la organización espacial y las disputas territoriales presentes son las marcas que dejan en la superficie y que promueven el tema geográfico intencionalmente provocado por el capital. Así, diferenciando las localidades forjando relaciones de dependencia, sujeción y despojo de todo lo presente en ese espacio, que pueden ser sus recursos, la mano de obra y la apropiación de la tierra.

Por ello, analizaremos los principales episodios de ocupación y formación geográfica a la luz del Desarrollo Geográfico Desigual para comprender las relaciones y escalas que el capital impulsó (y promueve) en la formación de la División Territorial del Trabajo, y con ello, analizar la realidad campesina. territorializaciones como contradicción e intencionalidad del capital en el uso de su fuerza de trabajo, producción y propiedad de la tierra.

Palabras-clave: Capital; Desarrollo Geográfico Desigual; División Territorial del Trabajo; Territorialidades; Campesinado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Croqui de localização do divisor de águas das seções do médio e alto Paranapanema 30

Figura 2: Croqui de localização dos territórios em estudo, com ênfase nas bacias hidrográficas elencadas para as análises das territorialidades camponesas 31

Figura 3: Encarte cartográfico organizado por Affonso D'Escragnolle Taunay, no ano de 1922, sobre as incursões jesuíticas e bandeiristas entre os séculos XVI, XVII e XVIII 43

Figura 4: Parte da Província de São Paulo em 1855 e o município de Botucatu 51

Figura 5: Povoamento e ferrovias de São Paulo e Norte do Paraná por volta de 1872 59

Figura 6: Frente pioneira e penetração de mineiros na ocupação das terras paulistas 60

Figura 7: Mapa da Província de São Paulo em 1886 e indicação de áreas ocupadas e não ocupadas 62

Figura 8: Vista área da colônia da Fazenda São José do Letreiro em 1939 72

Figura 9: Casas remanescentes da antiga colônia da Fazenda São José do Letreiro – Arandu/SP 73

Figura 10: Antigo deposito da Fazenda São José do Letreiro – Arandu/SP 73

Figura 11: Casa sede da Fazenda São José do Letreiro – Arandu/SP 73

Figura 12: Vista da sede da Fazenda Jamaica, em Arandu/SP 74

Figura 13: Vista panorâmica da Fazenda Jamaica, em Arandu/SP 76

Figura 14: Antiga plataforma da estação de Oliveira Coutinho 77

Figura 15: Um tijolo com as iniciais EFS 78

Figura 16: Algumas ferrovias paulistas no ano de 1898 79

Figura 17: Mosaico para identificação do traçado da ferrovia em Cerqueira César 80

Figura 18: Antiga casa sede da Fazenda Tijuca 81

Figura 19: Barracões na proximidade da antiga linha férrea em Avaré 82

Figura 20: Barracão na proximidade da linha férrea em Cerqueira César 82

Figura 21: Entrada da Fazenda Pouso Alegre 83

Figura 22: Antigo retiro de leite da Fazenda Águas do Pouso Alegre 83

Figura 23: Panorama da Fazenda Coronel Leite em Borebi/SP, no ano de 1917 87

Figura 24: Estação Rodrigo Silva na inauguração em 1917 87

Figura 25: Casa da Fazenda de Coronel Leite em 2012 já em estado de abandono 87

Figura 26: Cultura do café e vias férreas em São Paulo em 1929 88

Figura 27: Publicação do Diário de São Paulo de 04 de outubro de 1868 98

Figura 28: Unidade da Anderson & Clayton Company em Avaré 110

Figura 29: Vista panorâmica da cidade de Avaré em 1939. 110

Figura 30: Armazém da Anderson & Clayton Company em Cerqueira César na década de 1960 111

Figura 31: Estação ferroviária em Cerqueira César na década de 1930 111

Figura 32: Situação atual do antigo armazém, hoje sob comodata da Prefeitura Municipal de Cerqueira César 112

Figura 33: Destaque de matéria do Diário de São Paulo de 18de outubro de 1935 114

Figura 34: Silvicultura de pinus em Águas de Santa Bárbara que se estendem pelas terras da Fazenda Capivara 118

Figura 35: Áreas reivindicadas e ocupadas através de grilagens do antigo Núcleo Colonial Monção 121

Figura 36: Trecho sem asfaltamento da SP-261 em Iaras 122

Figura 37: Placa da Lwarcel indicando a ocupação das fazendas 124

Figura 38: Rio Pardo em Botucatu, onde é possível notar as silviculturas ao fundo 126

Figura 39: Placa indicativa das unidades da Eucatex na estrada municipal BTC-040 126

Figura 40: Indicação das fazendas com silvicultura destinadas à Ripasa 127

Figura 41: Mosaico elaborado com uso de fotografia área e carta topográfica para indicar a presença de Cerrado nas proximidades do Rio Pardo no início da década de 1970 135

Figura 42: Mosaico elaborado com uso de fotografia área e carta topográfica para indicar a presença de silviculturas nas proximidades de Cerqueira César 139

Figura 43: SP-261 Km 38 sentido Águas de Santa Bárbara. Entrada da Fazenda São José da Agropecuária Passarelli 139

Figura 44: Galpões do extinto IBC em Avaré em estado de abandono 141

Figura 45: Entrepostos da CEAGESP em Avaré em subutilização e precariedade 141

Figura 46: Vista geral da Usina Rio Pardo 147

Figura 47: Canaviais envolvendo propriedade camponesa em 2009 152

Figura 48: Casa abandonada e destruída em propriedade arrendada para o plantio de cana em 2021 152

Figura 49: Entrada da Fazenda Guacho/Agroterenas na SP-280 169

Figura 50: Entrada da Fazenda Palmeiras/Citrosuco 170

Figura 51: Trabalhadores rurais em fila no banco para recebimento de salário 172

Figura 52: Alojamento utilizado pela empresa contratante dos trabalhadores imigrantes para a citricultura 173

Figura 53: Ônibus utilizado pela empresa contratante dos trabalhadores imigrantes para a citricultura 173

Figura 54: Placa de acompanhamento de dias sem acidente de trabalho com afastamento na Fazenda Nova Fronteira/Real 175

Figura 55: Aplicação por pulverização de agrotóxico em lavoura citrícola na Fazenda Santa Rita

Figura 56: Entreposto da Usina Vigor S/A em Cerqueira César, construído na década de 1950 197

Figura 57: Entreposto da Cooperativa de Laticínios de Avaré em 2011 198

Figura 58: Primeira planta industrial de fábrica de laticínios em Cerqueira César em meados da década de 1970 199

Figura 59: Logotipo do doce Avaré na década de 1980 200

Figura 60: Fachada da planta industrial da ICPA na década de 1980 200

Figura 61: Unidade fabril da IPCA no início da década de 1980 201

Figura 62: Pátio Mococa em Cerqueira César sem atividades no ano de 2007. 205

Figura 63: Comparação temporal da unidade do leite sulista de Avaré em 2011 e 2021 205

Figura 64: Portões fechados da Kremon em Cerqueira César no ano de 2008 206

Figura 65: Vista área da unidade produtiva em Cerqueira César. 207

Figura 66: Logotipos das empresas de doces derivados de leite da região de Avaré 208

Figura 67: Alispec – Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios 209

Figura 68: Pátio de recepção e captação da Cativa 210

Figura 69: Vista lateral a beira da linha ferrea em Cerqueira César 210

Figura 70: Rótulo de Leite UHT da marca Cativa e informações de produção 211

Figura 71: Insumos da Cativa para suplemento alimentar animal 212

Figura 72: Caminhão recolhendo o leite para destinação à indústria 212

Figura 73: Propriedade camponesa próxima ao Ribeirão do Macuco cercada por canaviais 230

Figura 74: Trabalho de campo realizado na propriedade camponesa do Sr. Carlos Vertuan, no bairro do Macuco 231

Figura 75: Gado leiteiro no sítio São Francisco de propriedade do Sr. Carlos, em Cerqueira César/SP 232

Figura 76: Equipamentos de ordenha no sítio São Francisco de propriedade do Sr. Carlos, em Cerqueira César/SP 232

Figura 77: Silagem de milho transgênico utilizado no Sítio São Francisco, no bairro do Macuco 235

Figura 78: Produções camponesas ao fundo, em primeiro plano plantio de soja na Fazenda Águas do Pouso Alegre 238

Figura 79: Casa abandonada e destruída em propriedade arrendada para o plantio de cana próximo ao Córrego do Macuquinho, em Cerqueira César/SP 242

Figura 80: Imagem aérea da casa abandonada envolta pelos canaviais 242

Figura 81: Parte do Sítio Santa Terezinha arrendado para criação de gado de corte 243

Figura 82: Parte do Sítio Santa Terezinha destinada ao lazer 243

Figura 83: Chácara São José, desde 1919 localizada no distrito industrial de Cerqueira César/SP e seu rebanho de gado leiteiro 244

Figura 84: Perspectiva da feira do Produtor Rural na principal avenida de Cerqueira César/SP 249

Figura 85: Sr. Elias e Dona Ludenéia em sua barraca na feira 250

Figura 86: Sr. Elias e Dona Ludenéia e alguns dos produtos comercializados 250

Figura 87: Acampamento na Fazenda Capin/Santo Henrique, em 2004 257

Figura 88: Comparação temporal do uso do solo no Assentamento Zumbi dos Palmares em 2012 e 2022, respectivamente 263

Figura 89: Árvores queimadas e a madeira cortada esperando destinação. 264

Figura 90: Representação da esfera terrestre, com destaque à América do Sul e a dimensão espacial da área em estudo. 265

Figura 91: Representação da esfera terrestre, com destaque ao Brasil e a dimensão espacial da área em estudo.

266

Figura 92: Representação espacial do estado de São Paulo e a dimensão espacial da área em estudo. 267

Figura 93: Representação espacial do entre rios da média sorocabana e áreas em estudo 269

Figura 94: Sítio São Roque e gado leiteiro, em Cerqueira César/SP. 271

Figura 95: Fábrica da Cativa, em Cerqueira César/SP. 271

Figura 96: Mangueira onde é realizada a ordenha no sítio Nossa Senhora de Fátima 280

Figura 97: Técnico agropecuário da casa de agricultura de Cerqueira César, Sr. Edilson Marques com o Sr. Elias Valentin na estufa de tomates. 280

Figura 98: Fazenda Macucão e a produção de *commodities* 287

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: índice de registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, com destaque para as vendas realizadas por José Teodoro de Souza 52

Tabela 2: índice de registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, com destaque para declarações de posse realizada por José Teodoro de Souza 53

Tabela 3: índice de registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, com destaque para os requerimentos de registro de compra por Francisco de Assis Nogueira. 54

Tabela 4: Índices de registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, com destaque para a forma de aquisição da propriedade 56

Tabela 5: Índice de registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, elencando algumas propriedades oriundas de posses e sem declaração de antigo ocupante. 57

Tabela 6: Registros paroquiais de terras da vila de Botucatu obtidas por herança do Capitão João Gomes Pinheiro 58

Tabela 7: Registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, na vertente direita do Rio Paranapanema 70

Tabela 8: Registros paroquiais de terras da vila de Botucatu pertencentes à família Leite nas proximidades entre Lençóis e o Rio Turvo 84

Tabela 9: Registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, com destaque às áreas não contempladas pela cafeiculturas e com condições edafológicas de arenitos e Cerrado nos vales dos Rios Pardo, Novo, Claro e Turvo. Além de outras propriedades de interesse na localidade 94

Tabela 10: Título emitido pela INCRA para a Fazenda Rio Pardo, em Iaras no ano de 2006 101

Tabela 11: Terras devolutas nos municípios onde se localiza o Núcleo Colonial Monção 119

Tabela 12: Silviculturas em terras indicadas na criação do Núcleo Colonial Monção. 120

Tabela 13: Produção de Leite de vaca em Cerqueira César 204

Tabela 14: Preços médios mensais recebidos pelos produtores de leite cru, refrigerado, no estado de São Paulo entre janeiro de 2020 a outubro de 2021. 272

Tabela 15: Empresas instaladas na unidade de beneficiamento de leite em Cerqueira César 278

Tabela 16: Estrutura fundiária brasileira em 2018 283

Tabela 17: Estrutura fundiária do estado de São Paulo em 2018 284

Tabela 18: Estrutura fundiária de Cerqueira César em 2018. 285

Tabela 19: Estrutura Fundiária do Macuco em Cerqueira César/SP 286

Tabela 20: Estrutura Fundiária dos Três Ranchos em Cerqueira César/SP 288

Tabela 21: Estrutura Fundiária de Iaras em 2018 290

Tabela 22: IFDM dos municípios em estudo 293

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da área de estudo com destaque para os munícipios abrangidos na pesquisa 27

Mapa 2: Mapa de cobertura vegetal do estado de São Paulo com destaque para a localidade em estudo e área de tensão ecológica 29

Mapa 3: Recorte da Carta Topográfica do Brasil – Folha Paranapanema – SF-22-Z-D-II-4 com a indicação da localização do Rio Santo Ignácio e da Fazenda Santo Ignácio localizada ao sopé das cuestas basálticas e tida como uma das principais rotas de penetração ao vale do Paranapanema 47

Mapa 4: Recorte da Carta Topográfica Folha Santa Bárbara do Rio Pardo – SF-22-Q.400 com a indicação da localização de alguns distritos as margens do Rio Turvo 55

Mapa 5: Recorte da Carta Topográfica Folha Piraju – SF-22-W.200 com a localização das fazendas originadas dos registros de Francisco Simão Vieira Da Rocha 71

Mapa 6: Ramal Borebi da EFS e localização da fazenda do Coronel Leite. 86

Mapa 7: Núcleo Colonial Monção: Rodovias, Ferrovias e Via de Acesso 108

Mapa 8: Uso e ocupação do solo nas áreas de cobertura vegetal original de Cerrado e sobre terras públicas no ano de 1990 123

Mapa 9: Uso e ocupação do solo nas áreas de cobertura vegetal original de Cerrado e sobre terras públicas no ano de 2021 123

Mapa 10: Delimitação do Núcleo Colonial Monção e cobertura vegetal em 1985 125

Mapa 11: Localização das Usinas Sucroenergéticas 149

Mapa 12: Uso e ocupação do solo em Cerqueira César no ano de 1990 150

Mapa 13: Uso e ocupação do solo em Cerqueira César no ano de 2009 150

Mapa 14: Áreas destinadas à citricultura na Fazenda Rio Pardo 162

Mapa 15: Uso e Ocupação do solo das Fazendas Sant'anna da Barra e Nova Fronteira/Real em 2000 166

Mapa 16: Uso e Ocupação do solo das Fazendas Sant'anna da Barra e Nova Fronteira/Real em 2018 166

Mapa 17: Localização das produções citrícolas na área em estudo no final da safra de 2018 167

Mapa 18: Indicação das áreas de estudos. 216

Mapa 19: Recorte de estudo da microbacia do Ribeirão do Macuco 220

Mapa 20: Recorte de estudo da microbacia do Ribeirão dos Três Ranchos 221

Mapa 21: Recorte de estudo do Assentamento Zumbi dos Palmares 223

Mapa 22: Uso e ocupação do solo e estrutura fundiária do Ribeirão do Macuco em 2002. 227

Mapa 23: Uso e ocupação do solo e estrutura fundiária do Ribeirão do Macuco em 2012. 228

Mapa 24: Uso e ocupação do solo e estrutura fundiária do Ribeirão do Macuco em 2022. 229

Mapa 25: Uso e ocupação do solo no Sítio São Francisco e 2014 234

Mapa 26: Uso e ocupação do solo no Sítio São Francisco e 2022 234

Mapa 27: Uso e ocupação do solo no Córrego do Macuquinho em 2012 241

Mapa: 28: Uso e ocupação do solo no Córrego do Macuquinho em 2022 241

Mapa 29: Uso e ocupação do solo e estrutura fundiária do Ribeirão dos Três Ranchos em 2002. 245

Mapa 30: Uso e ocupação do solo e estrutura fundiária do Ribeirão dos Três Ranchos em 2012. 246

Mapa 31: Uso e ocupação do solo e estrutura fundiária do Ribeirão dos Três Ranchos em 2022. 247

Mapa 32: Localização do Assentamento Zumbi dos Palmares 258

Mapa 33: Localização do assentamento Zumbi dos Palmares e terras em litígio 261

Mapa 34: Escala de relações entre produção, fabricação e comercialização 270

Mapa 35: Localização dos sítios exemplificados no bairro dos Três Ranchos 281

Mapa 36: Propriedades com mais de 150 hectares no bairro do Macuco 286

Mapa 37: Propriedades com mais de 1000 hectares no bairro dos Três Ranchos 289

Mapa 38: Assentamento Zumbi dos Palmares e uso do solo ao redor. 291

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Escritura de doação de terras à Salvador Antônio Leite. 85

Quadro 2: Titulação e escritura de compra e venda a Francisco Antônio da Rocha Melchior 99

Quadro 3: Titulação e escritura de compra e venda concedida a Antônio Joaquim dos Santos 101

Quadro 4: Escritura de venda de terras por Francisco Dias Batista 102

Quadro 5: Escritura de compra de terras por Francisco Dias Batista 103

Quadro 6: Escritura de compra e venda da Fazenda Capivara 104

Quadro 7: Escritura de carta de venda da Fazenda Turvinho 105

Quadro 8: Matéria do Diário de São Paulo de 18 de outubro de 1935 sobre Cerqueira César. 113

Quadro 9: Relato de Pedro de Jesus Pereira. Antigo morador de Santa Flora 117

Quadro 10: Notícia sobre operação do MPT 115

Quadro 11: Representação criminal do MPT sobre o caso 156

Quadro 12: Acordo entre Usina Santa Maria e MPT 157

Quadro 13: Reportagem sobre acordo comercial e produtivo entre Lactalis e Confepar 215

Quadro 14: Aprovação de agrotóxicos no (des)governo Bolsonaro 240

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparativo de área cultivada de cana no estado de São Paulo e nos municípios de Avaré, Cerqueira César e Manduri 151

Gráfico 2: Área colhida de laranja em 2019 (ha por município) 163

Gráfico 3: Relação de área destinada a colheita em SP e nos municípios em estudo 164

Gráfico 4: Área destinada a citricultura em cada propriedade 165

Gráfico 5: Quantidade de leite de vaca produzido e efetivo de rebanho de vacas ordenhadas em Avaré e Cerqueira César. 206

Gráfico 6: Variação mensal dos índices de custos da produção de leite em São Paulo e no Brasil, no período de novembro de 2020 a outubro de 2021. 273

Gráfico 7: Geração de emprego e renda em Iaras entre 2005 e 2016 294

Gráfico 8: Geração de emprego e renda em Cerqueira César entre 2005 e 2016 295

Gráfico 9: População ocupada nos municípios entre 2014 e 2019 295

LISTA DE ABREVIAÇÕES

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APESP – Arquivo Público do estado de São Paulo

BR – Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CATI – Coordenaria de Assistência Técnica Integrada

CEAGESP – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do estado de São Paulo

CEATOX – Centro de Assistência Toxicológica

CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CNA – Confederação Nacional da Agricultura (CNA

EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural

EFS – Estrada de Ferro Sorocabana

EPI – Equipamentos de Proteção Individual

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária

IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICPA – Indústria Cerqueirense de Produtos Alimentícios

IEA – Instituto de Economia Agrícola

IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

MPT – Ministério Público do Trabalho

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

SICAR - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural

SAPAPESP – Sistema de Arquivos Públicos do Arquivo Público do estado de São Paulo

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEGOV – Secretaria de Governo da Província de São Paulo

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIF – Sistema de Inspeção Federal

SIGRH – Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do estado de São Paulo.

SPRING – Sistema de Processamento de Informações Georreferenciadas

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SNRR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

SRB – Sociedade Rural Brasileira

UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 22

PARTE I: O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO ENTRE RIOS DA MÉDIA SOROCABANA 39

1 – PROCESSOS DE OCUPAÇÃO: A FORMAÇÃO GEOGRÁFICA LOCAL..... 41

1.1 – Políticas de Ocupação, Capital e Estado: Lei de Terras de 1850 e a apropriação das terras neste rincão paulista..... **46**

1.2 – A periferia de uma economia mundializada: a mobilidade do capital e as escalas da Divisão Territorial do Trabalho..... **67**

1.2.1 – Das ocupações, das fazendas, dos cafezais e das ferrovias..... **68**
1.2.2 – Das grilagens, das colonizações, do algodão..... **91**
1.2.3 – Terras públicas, clientelismo e monopolização..... **113**

2 – CAPITAL E TERRITÓRIO..... 130

2.1 – Tentáculos do Capital e o controle do campo..... **133**

2.2 - Terra, água e trabalho em disputa: *commodities* e a oferta de terras..... **144**

2.2.1 – Um mar de canaviais..... **145**
2.2.2 – Laranjas para vender..... **158**

PARTE II: TERRITORIALIDADES DO CAMPESINATO NO ENTRE RIOS DA MÉDIA SOROCABANA 181

3 - CAMPESINATO NO SÉCULO XXI..... 185

3.1 – O desenvolvimento desigual e a divisão territorial do trabalho: a indústria leiteira e a sujeição do campesinato local **196**

3.2 – Territorialidades: movimentos, sujeição, conflitos e intencionalidades na resistência e recriação camponesa..... **217**

3.2.1 – Desterritorialização e reterritorialização: a transformação do campesinato frente aos modelos produtivos..... **225**

3.2.1.1 – A desterritorialização para os canaviais e reterritorialização pela sujeição industrial..... **226**

3.2.2 – A luta pela terra e a territorialização camponesa..... **254**

4 – ESCALAS LOCAIS..... 265

4.1 – Dependência e mobilidade do capital: escalas de sujeição camponesa..... **269**

4.1.1 – As escalas de circulação..... **270**

4.1.2 – As escalas de sujeição..... **275**

4.1.3 – As escalas fundiárias..... **282**

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 292

REFERÊNCIAS..... 297

Introdução

Ao iniciarmos a construção de uma tese inúmeras ideias surgem como motivadoras do que se pretende estudar. Conforme se ampliam as perspectivas, se ampliam as dificuldades em definir a ideia central e delimitar seu objeto de estudo. No caso desta tese, a inspiração para sua investigação surgiu justamente da dificuldade em "encontrar" o que de fato se pretendia estudar.

A delimitação do objeto de estudo, no caráter locacional, já estava presente desde o início. Pensar o recorte espacial a partir da topofilia, da relação do pesquisador com o localidade e o lugar vivido foi o indicador de qual fração da superfície terrestre iriamos investigar a sua geograficidade. Observando então a delimitação locacional não pela escala cartográfica do ponto de vista de quem vem as relações por cima, e sim, do ponto de vista do sujeito que irá pesquisar aquilo que lhe atém.

Definindo a relação entre o local e o pesquisador, podemos nos apropriar daquilo que nos motiva e nos faça entender que valha a construção de uma tese. Ai que o turbilhão de ideias iniciais precisa ser direcionado, e a partir desse ponto chegamos a situação-problema. Porém, o que era um embaralhado de ideias passa a ser inquietação sobre o que de fato daria escopo à uma pesquisa. E para tal, surge esta tese como resultado da construção acadêmica do pesquisador, iniciada na graduação, dado prosseguimento no mestrado, bem como da contribuição de diversos estudos que focaram no entendimento da geograficidade desse local.

E da "falta" de uma situação "interessante" que tivemos o *insight*. Esta é a terra do que afinal? Por não haver algo tachado como excepcional é que percebemos como essa localidade tem uma relação desigual na construção geográfica ao ser comparada com outras, e por isso, apresenta essa "inexpressividade" de fatos interessantes e possam merecer um estudo. O que é a sua particularidade poderia ser vista como irrelevante toda vez que elencávamos situações aos quais refletíamos para analisar e acabávamos nos deparando com a ideia de que "isso" ocorria em outras localidades de maneira mais interessante pela visão acadêmica. Situações estudadas a fundo em outras localidades e nessa são parcos os estudos. Seria então a falta de eventos ou a falta de interesse?

Assim, percebemos que as relações e conexões dessas problemáticas indicavam as escalas de dependência. Logo, um dos pontos que nos levou a estruturação da pesquisa para a

construção da tese do desenvolvimento geográfico desigual se deu pela identificação destas escalas de movimentação do capital no forjar das territorialidades, evidenciando a mobilidade do capital pelo vai e vem de aportes financeiros na orientação produtiva, seja ela na agricultura empresarial se apropriando de grandes extensões de terra e construindo a paisagem monótona do agronegócio, ou seja na agricultura camponesa promovendo territorialidades através da sujeição da produção e do trabalho. O que fica evidente e ajudou a direcionarmos a tese é o movimento de investimentos de capitais externos voltados a orientação produtiva local e a consequente drenagem da renda fundiária. Situação essa presente na territorialização do capital quando controla grande parcela de terras para a produção de *commodities* ou matéria-prima para indústria. Ainda presente no caráter rentista ao qual se territorializa na busca de reserva de valor fundiário, expressas desde as silviculturas até as grilagens. E ainda na monopolização do território pelo capital quando há a sujeição camponesa para obtenção de matéria-prima para a indústria. Em todos os casos, é percebido o movimento de retorno deste capital investido por tantas vieses, desde a dependência de insumos até a exploração do trabalho.

E para compreender as contradições do capital no forjar de territorialidades, estas entendidas através da própria dialética do capital sendo a expressão na superfície terrestre da luta de classes, e seus condicionantes nos arranjos e mobilidades do capital no processo de desenvolvimento desigual, estamos partindo do entendimento da sociedade a partir de suas contradições expressas pelo Materialismo Histórico e Dialético enquanto chave de investigação para desvendar os condicionantes da dependência presente, uma vez que “em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras (MARX, 2008, p. 266). Ao buscarmos em Marx o referencial primaz das relações de dependência e das diferenciações na construção geográfica estamos concordando com a noção de desenvolvimento atrelado a compreensão econômica e com isso refletindo sua materialidade, e por seguinte a todo conjunto da sociedade. Ao afirmar que o capital cria materialidades distintas na extensão da superfície terrestre, Marx indica que os níveis de desenvolvimento diferenciado entre as sociedades estão atrelados aos processos do capital e o ritmo ao qual há sua ação.

E para tal entendimento, partiremos da Lei do Desenvolvimento Geográfico Desigual, uma conceituação primaz inerente a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, e importante não apenas para elencar as diferenças entre os locais, e sim as intencionalidades as quais levam a periferização deste recorte em estudo.

O conceito de Desenvolvimento Desigual foi inicialmente trabalhado por Lênin (1985) ao qual interpretou que o avanço do capitalismo, progressivamente, gera divisão social e territorial do trabalho, o que constitui o centro do processo de formação de um mercado interno na economia capitalista e de desigualdades entre classes e locais. As diferenciações produtivas e técnicas entre as localidades são intencionalmente provocadas a fim de gerar a competição e a obtenção de vantagens.

Todavia, o entendimento de Lênin sobre este processo no que concerne ao campesinato e seus movimentos precisarão se dialogados através das contradições que o capital apresenta. Nesse momento, é preciso analisar o processo de produção do capital, como forma de acumulação de capital através de processos tipicamente não capitalistas. Ao não empregar capital, não se pode afirmar que se trata de um processo de reprodução do capital, uma vez que não há a exploração de mais-valia, mas sim a sujeição sobre a produção camponesa e a renda da terra.

Trotsky (1977) compreende o capitalismo enquanto uma totalidade contraditória, e por isso, regiões dependentes e dominantes apresentam processos relacionados a reprodução do capital. Dependência tecnológica, dominação econômica e política, interesses de mercado e trabalho, entre outros fatores são os responsáveis pela essência do desenvolvimento combinado do capital nas relações sociais de formação de produção social entre centro e periferia. Mesmo que escrita sob uma ótica de entender o desenvolvimento russo perante as ocorrências imperialismo e do avanço do capital, é necessário interpretar, dialogar e contradizer as formulações clássicas forjadas no século XX pela visão do Século XXI e todas as essências já explicitadas.

Por isso, quando dizemos que nosso objeto de estudo é uma fração do território paulista, em sua porção sudoeste, mais precisamente um recorte específico localizado na entre os vales dos rios Paranapanema, Pardo e Turvo, por isso aqui sendo chamados de entre rios da média Sorocabana. Logo, não a estamos analisando como resultado de um processo endógeno de condicionantes e resultados. E sim, indicando relações presentes nesta escala de estudo ao

qual estejam e sejam territorializadas por intermédio das conexões e interrelações com o capital, e assim, demonstrando um processo local atribuído pelas ações de escalas maiores.

A escolha deste referencial para compreender o objeto de estudo se dá pela interpretação de que os arranjos espaciais são condicionados pela mobilidade do capital, e por isso, determina a Divisão Territorial do Trabalho. Bem como suas territorialidades enquanto expressão na superfície terrestre da luta de classes. Intencional a este objeto de estudo é analisar suas territorialidades – entendidas como resultantes das contradições do capital e seus conflitos – ocorridas nas manchas de Cerrado nessa porção do estado de São Paulo. Ao qual tem seus processos de ocupação sistemática ocorrendo pós Lei de Terras de 1850, e desde então, forjada como área de interesses rentistas na mais explícita relação de obtenção de renda da terra, devido sua periferização produtiva, porém, dotada de redes de conexão e distância espacial próximas aos centros de produção.

Referenciais e processos de ocupação contemporâneos, que mesmo distantes, estão relacionados – *teria Marx refletido sobre as terras roxas do oeste paulista e a produção cafeeira?* – pelo capital, uma vez que o movimento de mundialização do capital é presente na apropriação das terras, investimentos na cafeicultura e construção de ferrovias. Logo, pensar nos processos de territorialização deste recorte espacial em estudo é pensar em como o conjunto das intencionalidades do capital promovem desigualdades entre regiões e dentro da própria localidade, e assim, o próprio capital passa a realocar atividades econômicas como em uma competição entre os locais para aquelas que lhe sejam mais vantajosas. A ideia central desta reflexão está no âmago do conjunto de relações que expõem os condicionantes das desigualdades e configurações dos territórios entre aqueles que mandam e os que estão subordinados.

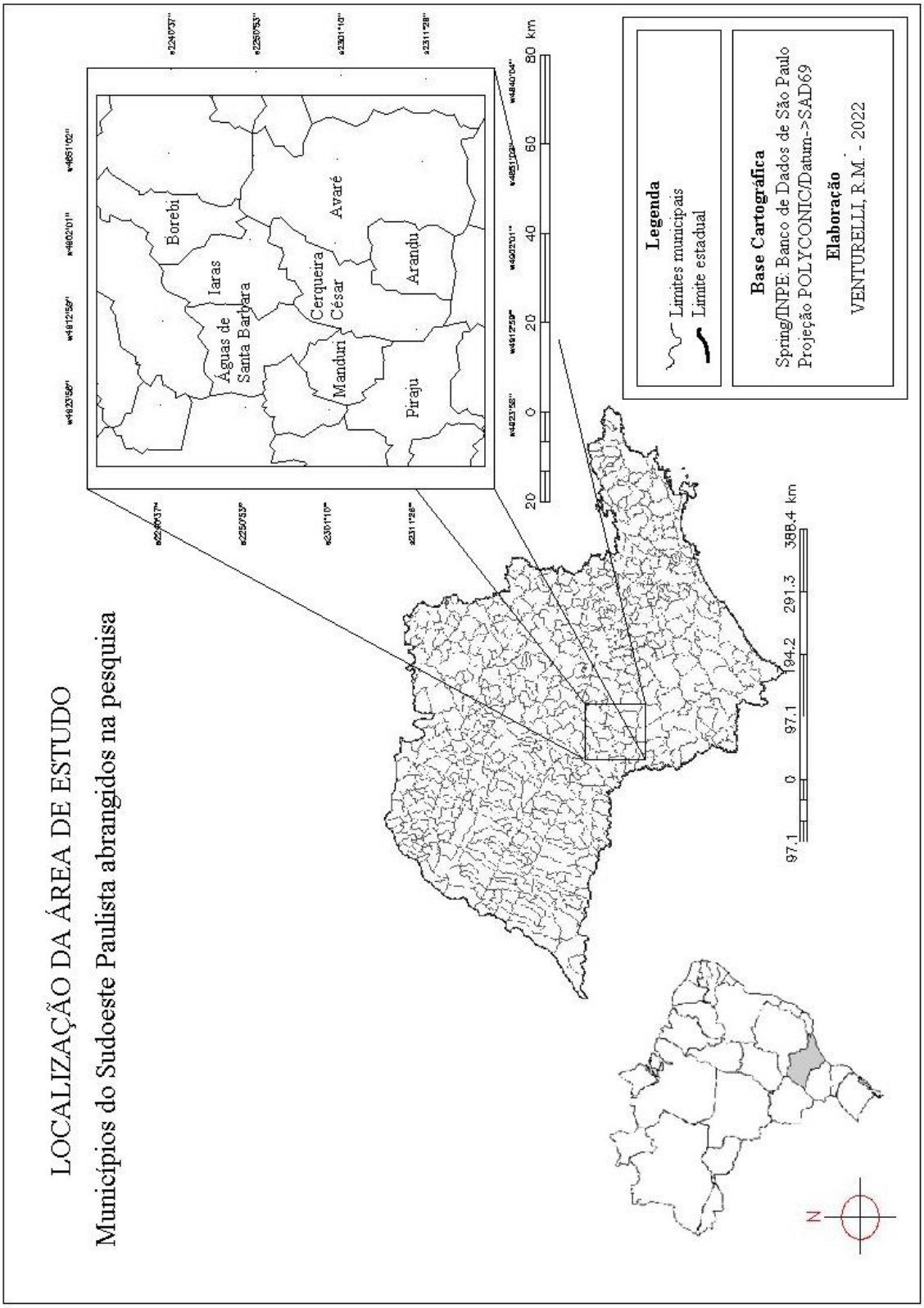
Encontrado o referencial para a interpretação, partimos ao recorte espacial a ser analisado. A delimitação da extensão geográfica da área em estudo também gerou dilemas, visto que definir limites para um objeto de estudo significa impor uma rigidez aos quais os fenômenos não necessariamente irão respeitar esses limites. Além de gerar uma dicotomia entre escolher uma grande extensão e incorrer no risco de não dar conta de contemplar toda complexidade, ou delimitar uma extensão pequena, mas que permite um aprofundamento analítico. A se a escala de estudo parte do envolvimento do pesquisador com a localidade, neste momento de pandemia, ao qual o isolamento foi necessário para conter a proliferação de

um vírus em meio a um governo parasitário, as referências locacionais ficaram restritas a partir de um ponto.

Contudo, um ponto na superfície terrestre nunca é limitado a si. Um ponto está conectado a uma rede de relações, que em maior ou menor intensidade, se conectam entre si através da fluidez do capital e das informações. E ainda, um ponto não apresenta um limite, pois além de suas conexões há também sua irradiação enquanto influências e marcos notados nos arranjos territoriais.

Recortar uma fração do espaço e analisar suas territorialidades pode levar a interpretações limitadas e sem diálogo com o todo que compõe a complexidade e intencionalidade do processo. Quando elencamos uma fração da superfície terrestre para estudo incorremos na certeza de que o estudo desta parte não é a reposta para o todo. Bem como, sequer é impossível estudar a totalidade dentro da parte elencada, isto porque, a complexidade de relações e materialidade são dinâmicas e momentâneas. Não respondem apenas as condicionantes internas, como que alheias as intencionalidades do capital e do múltiplo movimento escalar das trocas. As territorialidades são expressões das contradições internas e externas do capital.

Determinar uma fração da superfície terrestre como objeto de estudo não é uma tarefa tão simples quanto parece, principalmente para a geografia. Não estamos nos referindo à uma simples extensão espacial mensurada e limitada para se analisar, até porque as relações e interações dos processos (naturais e sociais) que condicionam a face dessa fração territorial não são rígidas e interrompidas por linhas. O espaço – enquanto base do território – não é outro senão aquele resultante dos fenômenos naturais e palco dos interesses situados historicamente e que deixam a sua materialidade. Já o território – enquanto expressão dos conflitos – são a iminência das contradições que a apropriação humana perante a natureza forja, e por seguinte, das lutas sociais expressas por diferentes formas de ser e estar naquela limitação da superfície terrestre. E assim, iremos nos desdobrar na delimitação elencada como possível de demonstrar a construção da tese que propomos.



Mapa 1: Localização da área de estudo com destaque para os munícipios abrangidos na pesquisa.

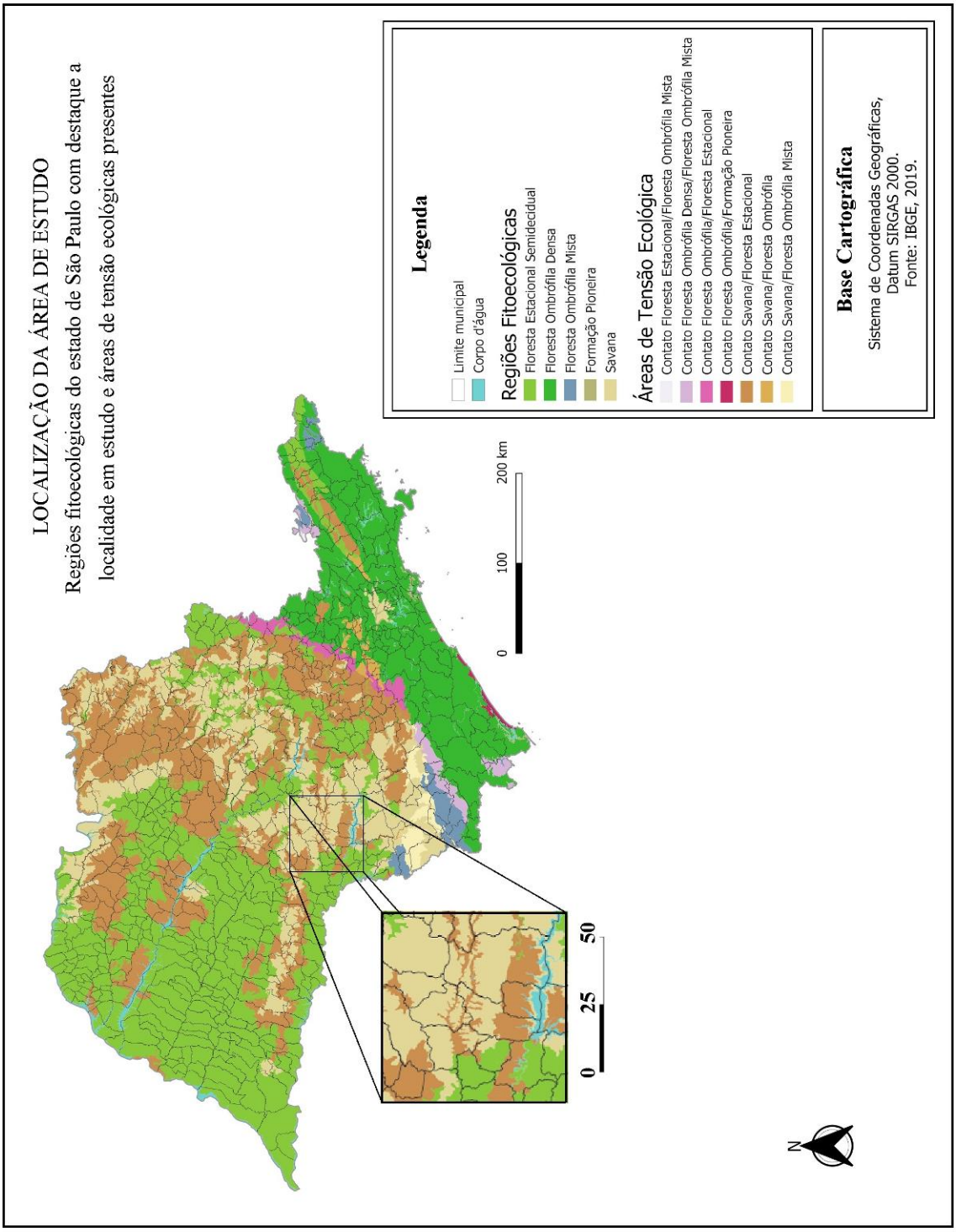
Fonte: Spring/INPE – Banco de Dados de São Paulo.

Entre Rios da Média Sorocabana? Nomear uma região é um ato geográfico e cultural. La Blache nos indicou as referências sobre as regionalizações a partir de suas particularidades, por isso, chamamos essa localização como média Sorocabana por questões históricas relacionadas a esta ferrovia e pelo fato de culturalmente assim ser reconhecida por aqueles que ali (aqui) vivem. Outros critérios locacionais também foram utilizados para dar escopo a pesquisa e determinantes para a escolha das áreas específicas analisadas, tal como o recorte indicado entre os vales dos rios Paranapanema, Pardo e Turvo. Uma vez que a diferenciação geográfica também pode estar associada as formações vegetais originais e condições edáficas presentes, uma vez que estas condições foram determinantes nos processos de ocupação, apropriação e territorialidades. Área de tensão ecológica entre savanas tropicais (Cerrado) e florestas estacionárias (Mata Atlântica) determinaram as territorialidades do capital ao promover diferentes usos e ocupações gerando arranjos desiguais.

Pensar nos processos de territorialização deste recorte espacial em estudo é pensar em como o conjunto das intencionalidades do capital promovem desigualdades entre regiões e dentro da própria localidade, e assim, o próprio capital passa a realocar atividades econômicas como em uma competição entre os locais para aquelas que lhe sejam mais vantajosas. A ideia central desta reflexão está no âmago do conjunto de relações que expõem os condicionantes das desigualdades e configurações dos territórios entre aqueles que mandam e os que estão subordinados.

Para delimitação do objeto de estudo optamos por traçar uma linha norte-sul que realize um corte longitudinal perpassando a área de tensão ecológica marcada pela transição da presença de vegetação original de florestas ombrófilas (Mata Atlântica) e savanas (Cerrado), além das características edafológicas condicionantes de territorialidades distintas devido o forjar desigual da divisão do trabalho. Tendo como referência locacional as bacias hidrográficas do Rio Paranapanema e Rio Pardo[1], na proximidade da longitude 49º10’ oeste, percorrendo as proximidades da SP-261 e o divisor de águas entre estas bacias.

[1] A área em estudo faz parte da Bacia Hidrográfica do Paranapanema, por sua vez, localizada no divisor de águas entre as porções da Bacia do alto Paranapanema – orientada ao sul do recorte – e Bacia do médio Paranapanema – orientada ao norte – na seção da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Pardo. Nos capítulos 1 e 3 correspondente iremos detalhar a localização.



Mapa 2: Mapa de cobertura vegetal do estado de São Paulo com destaque para a localidade em estudo e área de tensão ecológica. Fonte: mapaspaulista.blogspot.com baseado no Banco de Dados de Informações Ambientais (bdiaweb.ibge.gov.br). Org. Ricardo M. Venturelli

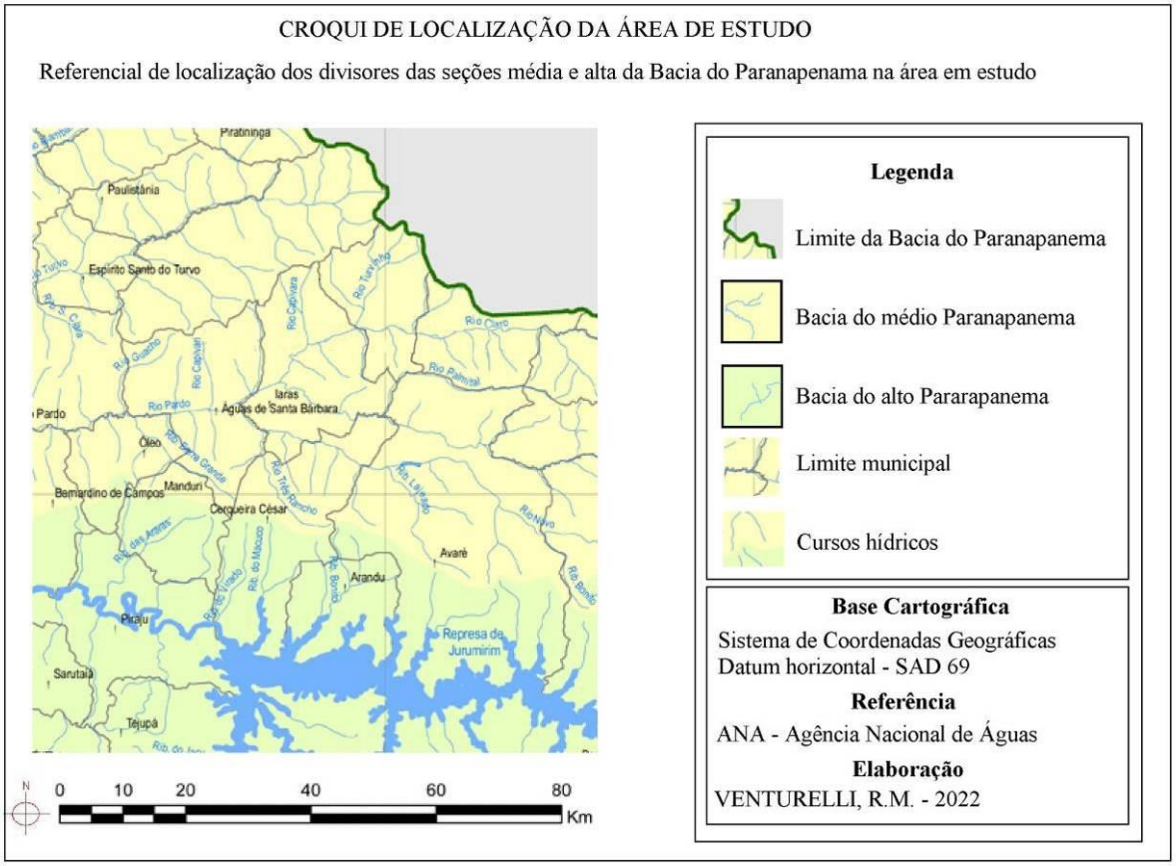


Figura 1: Croqui de localização do divisor de águas das seções do médio e alto Paranapanema. Fonte: SIGRH – Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do estado de São Paulo.

A atribuição deste recorte espacial se deu através da análise dos objetos em interesse de estudo e a identificação de territorialidades camponesas pertinentes de estudo, aos quais indicamos apresentar as hipóteses apresentadas sobre como o capital condiciona suas territorializações a partir da formação da divisão territorial do trabalho. De certo, a limitação analítica desta fração espacial não corresponde as dinâmicas territoriais camponesas de outras localidades e escalas, mas responde a problemática pertinente à esta escala locacional, e por isso, optamos metodologicamente por analisar três fenômenos camponeses aos quais exemplificam nossa proposta. Uma vez que não pretendemos indicar como o processo de desenvolvimento desigual, ao forjar suas geograficidades através da divisão do trabalho, promove a territorialidade camponesa como um todo, mas sim nesta localidade em estudo.



Figura 2: Croqui de localização dos territórios em estudo, com ênfase nas bacias hidrográficas elencadas para as análises das territorialidades camponesas. Obtido através do mosaico de imagens de satélite. Fonte: Google Earth.

A justificativa para a escolha de cada recorte de estudo se dá por seus processos de ocupação condicionados pelas condições naturais, atribuindo primeiramente uma diferenciação pelas condições de solo e vegetação original enquanto responsáveis por forjar territorialidades distintas quando da apropriação das terras até o momento atual.

Duas áreas de estudos têm suas formações ocorridas de maneira gradativa e espontânea ao longo de duas microbacias hidrográficas. A primeira área a de estudo é o bairro do Macuco, formado ao longo da microbacia do ribeirão de mesmo nome – e seus afluentes, como os córregos do Macuquinho e Macucão, pertencentes a bacia do alto Paranapanema, sendo afluente direto deste importante rio – ocupando áreas cobertas pela "terra-roxa", e por isso, marcada também pela presença de grandes propriedades, já nas áreas de nascentes estão presentes solos areníticos, onde notamos grande territorialização camponesa. Sua ocupação remete ao tropeirismo, mais precisamente desde o início do Século XIX, ao qual há ainda um distrito, com construções desse momento. Mas será com a expansão da cafeicultura na transição deste para o Século XX que teremos o avanço do capital no interesse da fertilidade de suas terras e a intensa concentração fundiária, irradiando-se em duas frentes, uma a partir do antigo distrito e outra pelas cabeceiras dos cursos hídricos, próximos a ferrovia que viria posteriormente.

A segunda área elencada está na microbacia ribeirão Três Ranchos, perpassando o divisor de águas e adentrando a bacia do médio Paranapanema, afluente do Rio Novo, este por sua vez tributário do Rio Pardo. Culturalmente, esta localidade é atribuída como a de primeira ocupação no divisor de águas quando da chegada das frentes pioneiras de expansão e apropriação, datadas das últimas décadas do Século XIX. Certamente não é a primeira recorrência de ocupação, porém, é aquela que resume a ofensiva sistemática do capital sobre as terras "incultas" para a expansão da cafeicultura, e posteriormente, a construção da ferrovia. Apesar de suas terras não terem sido atraentes a atividade cafeeira, devido sua arenosidade e baixa fertilidade. Das três primeiras ocupações iniciais aos dias de hoje vemos um arranjo fundiária interessante ao longo dessa bacia, sendo suas nascentes dotadas de grandes latifúndios, assim como sua confluência ao Rio Pardo, e ao decorrer do médio e baixo curso a formação de um bairro camponês.

E seguindo pela seção da bacia do médio Paranapanema, iremos para a terceira área em estudo, localizada entre a microbacia do ribeirão Capivara, tributário do Rio Claro, e o Ribeirão do Capão rico, sendo ambos afluentes da margem direita do Rio Pardo.

Marcadamente coberta por solos areníticos, a vegetação original que ali cobria era a de Cerrado, e por estas condições naturais não foi alvo de interesse de apropriação pelos cafeicultores. Contudo, foi palco de intensas apropriações ilegais através de grilagens de terras, remontando as primeiras recorrências ainda a meados do Século XIX, quando a promulgação da lei que transformara a propriedade privada da terra no Brasil. Logo, sua apropriação é de intenso caráter rentista, e isso se repete desde as incursões ao sertão paulista até os dias de hoje com a expansão de *commodities.* Do núcleo colonial Monção ao Assentamento Zumbi dos Palmares, a ocupação destas terras é marcada por conflitos e lutas. Certamente que as territorialidades das outras áreas em estudo também rementem conflitos e resistência camponesa. Mas, esta merece atenção por ser a síntese de como o processo de desenvolvimento geográfico desigual expressa suas intencionalidades.

Com esta proposta de análise espacial, além de entender as territorialidades camponesas presentes através de diferentes arranjos direcionados pela divisão territorial do trabalho, é possível contemplar os processos de ocupação dessa região em estudo, principalmente após a promulgação da Lei de Terras de 1850 e a expansão da fronteira agrícola paulista associada a cafeicultura, e posteriormente a cotonicultura. Os condicionantes de ocupação estão associados ao caráter rentista do capital e mecanismos de apropriação ao qual impossibilitou o acesso à terra.

Relacionado ainda ao processo de ocupação podemos ressaltar a cobertura edáfica, onde as presenças de florestas estacionais (Mata Atlântica) estão condicionadas às coberturas de latossolos vermelhos eutroférricos e ricos em argila, aos quais são conhecidos como terra-roxa. Enquanto as savanas (Cerrado) e áreas de tensão ecológica são determinadas pelas coberturas de latossolos e argissolos distróficos, de origem sedimentar arenítica.

Logo, entender as territorialidades e o forjar de uma identidade produtiva neste recorte indicado relacionados a subordinação geográfica dos interesses do capital é o indicador para entender as contradições que o capital também apresenta ao permitir – e dele se aproveitar – da territorialização camponesa e seus movimentos.

A complexidade das relações se dá pela mobilidade do capital e a intencionalidade na formação da Divisão Territorial do Trabalho. Concluímos então que compreender as territorializações camponesas seria o indicador deste estudo. Territorializações forjadas em diferentes momentos de acordo com a monopolização do território pelo capital. E como esses

eventos não são desconexos no espaço, tempo e sociedade, optamos por discorrer como o capital determinou diferentes arranjos e a partir disto criou as territorialidades camponesas.

Portanto, desdobraremos em como o Desenvolvimento Geográfico Desigual foi configurado, sendo este um conceito que parte da interpretação do Desenvolvimento Desigual e Combinado, e por isso, o utilizamos para analisar e compreender os diferentes movimentos do capital nos processos de ocupação e apropriação da terra como condicionantes das desigualdades, dependência e conflitos. No entendimento de sua periferização e a territorialidade que o capital imprime neste recorte espacial é importante indicar quais foram os ramos de atividades produtivas que historicamente drenaram renda fundiária, dando precedentes para as organizações e relações presentes no território. Dessa forma, chegar a conclusão de quais seriam os limites dimensionais de análise foi um dos principais imbróglios metodológicos a ser respondido.

Aliar teoria e prática no processo investigativo é de fundamental importância. A *práxis* cabida aqui marca a abordagem interpretativa, remontada em um jogo de investidas e interpretações, de teorias para subsidiar o que é encontrado na realidade, e da realidade para dialogar com as teorias. Assim, partindo do método de análise metodológica que compreende a dialética do capital através do processo de igualização e diferenciação, expondo as relações de escala e paisagem. Trazendo o recorte histórico de meados do século XIX até o momento atual, ao qual a ocupação da área em estudo vem expressando as contradições das relações entre o local e mundial.

O desenvolvimento metodológico desta tese em plena pandemia precisou ser revisto. Fazer o que era costumaz não poderia nesse momento, então coube-nos repensar o procedimento metodológico que fosse capaz de nos responder as indagações. Tivemos então de nos ater a outros procedimentos, que poderiam até ser chamados de “ultrapassados”, de um outro momento da epistemologia geográfica. Não é o caso de propormos um novo modelo metodológico, mas sim de adaptar as ferramentas possíveis ao momento, de forma a construir uma tese que cumpra seu objetivo. Levantamentos cartográficos, análise de dados, descrição e concepção da paisagem podem ser realizados na construção de um trabalho da Geografia Crítica, ou seja, é possível utilizar dados, é possível analisar a paisagem de maneira crítica para compreender a essência das territorialidades a partir da luta de classes. Ao compreender como o capital forja as territorialidades estamos explicitando as nuances que promovem o

desenvolvimento desigual, a dependência e a contradição que permite a presença camponesa no território.

Contudo, uma das questões mais importantes à construção de uma tese está em sua construção metodológica e no debate com as referências seguidas. Marini (2017, p, 325-326) trouxe uma excelente reflexão sobre a maneira como os pesquisadores desenvolvem o diálogo com os referenciais marxistas, a saber:

> Em sua análise da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura. No primeiro caso, o resultado tem sido os estudos marxistas chamados de ortodoxos, nos quais a dinâmica dos processos estudados se volta para uma formalização que é incapaz de reconstruí-la no âmbito da exposição, e nos que a relação entre o concreto e o abstrato se rompe, para dar lugar a descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele; isso tem ocorrido, sobretudo, no campo da história Econômica. O segundo tipo de desvio tem sido mais frequente no campo da sociologia, no qual, frente à dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas especificamente para ela, os estudiosos de formação marxista recorrem simultaneamente a outros enfoques metodológicos e teóricos; a consequência necessária desse procedimento é o ecletismo, a falta de rigor conceituai e metodológico e um pretenso enriquecimento do marxismo, que é na realidade sua negação.

Mas o que leva o pesquisador a incorrer neste erro? O próprio Marini explica que os caminhos de interpretação das peculiaridades que o capitalismo forjou na América Latina são intrínsecos à nossa região, não pela interpretação do modo capitalista de produção não ter atingido o grau de desenvolvimento que nos países centrais, mas sim pelo traço histórico, social e econômico que condicionou para cá um papel dentro da Divisão Internacional do Trabalho o caráter rentista, de precarização do trabalho e extração de riquezas. Dessa forma, concordados com Marini, entendo que incorrer ao erro de encontrar as respostas nos referenciais àquilo que foi percebido na pesquisa é comum ao propor deduzir a realizada aos conceitos. Bem como é um erro induzir que a problemática encontrada esteja totalmente de acordo com os conceitos, distorcendo-a para se adequar a rigidez teórica. Certo que não se deve haver um ecletismo metodológico e teórico, porém, pensar a maneira como a realidade dialoga com os procedimentos metodológicos e referenciais é de importância para não se trazer uma discussão do conceito frente ao objeto de estudo.

Dessa forma, quando nos baseamos em referenciais marxistas para o entendimento das territorialidades presentes em nossa pesquisa, não podemos nos perder naquilo que os escritores dizem, pois, o que escreveram responde à uma situação-problema evidenciada naquele recorte histórico-geográfico, e se nos perdemos em meio a esperança de que estas reflexões respondam nosso objeto podemos nos perder e não responder nada. Se dedutivamente enxergamos nossa pesquisa pela ótica das referências ou indutivamente fazer com que os referenciais expliquem aquilo encontrado uma tese não será respondida, e sim, apenas dialogada.

Certo que os referenciais nos servem de método e meio de investigação. Como por exemplo no processo de ocupação das terras no sudoeste paulista o qual está intrinsecamente ligado à expansão do capital industrial mundial desde os primórdios da apropriação mercantil ocorrida em meados do século XIX. Aqueles processos analisados por Marx na Inglaterra envolta pelo liberalismo e a pujança do capital em procurar meios para garantir sua reprodução estão relacionados com o processo de expansão da cafeicultura pelo interior de São Paulo, levando à apropriação fundiária. E em um salto temporal ao século XXI, quando as grandes corporações criam formas de controlar a produção de alimentos através da sujeição camponesa na venda de insumos e aquisição de produção, percebemos o mesmo objetivo do capital com as artimanhas que o momento possibilita. Sendo assim, entender o desenvolvimento, as relações de trabalho, papel da região na produção e as contradições expressas pelas territorialidades é entender como as escalas do capital promovem diferenciações espaciais enquanto cria mecanismos para sua reprodução. Baseando na análise metodológica da dialética da diferenciação e igualização (SMITH, 1988, p. 196), é possível compreender as escalas produzidas pelo capital.

Dentre a instrumentação metodológica de investigação, construção de evidências e corroboração das hipóteses partimos de duas frentes de análises. Para compreender o processo histórico de ocupação e formação geográfica, além dos clássicos que influem sobre os conceitos escolhidos para análise, também iremos dialogar com referenciais clássicos aos quais trazem em suas obras referencias locacionais, tais como Antônio Cândido, Pierre Monbieg e Pierre Deffontaines. Ao nos depararmos com importantes obras das ciências humanas e geografia brasileira, ao qual trazem em seus relatos os nomes de localidades em estudo, a topofilia presente no pesquisador aflora, e com isso, desperta a investigar as relações

desses processos de ontem aos de hoje. Ainda utilizaremos de outras referências mais recentes que abordam os processos de ocupação e apropriação no vale do Paranapanema.

Posterior a análise referencial, iremos nos ater ao uso de cartas, plantas e mapas aos quais nos evidenciem a organização espacial e suas territorialidades no momento de sua confecção, e com isso, poderemos analisar os condicionantes presentes na formação da Divisão Territorial do Trabalho naquele momento e relacionar as territorialidades recentes. Os materiais cartográficos utilizados para demonstrar os arranjos territoriais recentes foram confeccionados através de instrumentos de geoprocessamento, sendo que algumas cartas e mapas foram realizadas através da análise imagens de satélite e processadas com o software livre SPRING/INPE. Outros materiais, tais como os mapas referentes as estruturas fundiárias, foram processados no software Google Earth, através da utilizada de vetores espaciais obtidos no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR.

Em um segundo momento da construção da tese, iremos discorrer sobre as territorialidades camponesas, e por isso, realizar uma discussão sobre os referenciais ao qual conceitual os fenômenos camponesas e as suas transformações frente ao capital na atualidade. Para validação de hipóteses, realizamos trabalhos de campos nas áreas elencadas[2] para compreender e conhecer as territorialidades camponesas. Assim, como também fizemos alguns campos nas indústrias – quando nos foi permito – que recebem suas produções de leite para identificar os processos de sujeição camponesa ao capital. A fim de substanciar as situações percebidas empiricamente e dialogadas com nossos referenciais, ainda utilizamos a análise de dados censitários e de produtividade, bem como do estudo da estrutura fundiária para indicar os momentos forjados pela Divisão Territorial do Trabalho e como esses foram determinantes nos arranjos. Essa foi a parte mais dificultosa de se realizar em um trabalho pandêmico, uma vez que as necessidades de isolamento nos impossibilitaram de trabalhar com um número grande de camponeses, como era previsto no início do projeto ao qual almejávamos ter acesso com a maior quantidade possível de camponeses fornecedores de leite à Cativa. Porém, devido aos transtornos político-sanitários que se desenrolaram pelos anos de

[2] Vale ressaltar que houve um hiato entre as realizações dos trabalhos de campos entre o período de março de 2020 a dezembro de 2021. Optamos por não realizar entrevistas, incursões e análises *in locus* durante o momento crítico da pandemia até que houvesse grande parte da população vacinada e controle da proliferação viral. Mesmo assim, as medidas de segurança sanitárias foram tomadas até o último campo realizado.

2020 e 2021 tivemos que limitar as entrevistas e trabalhos de campo para segurança e saúde de todos.

Dessa forma, temos o processo de construção da tese que tem como tema a formação periférica da Divisão Territorial do Trabalho no Sudoeste Paulista; mais especificamente na localidade marcada pela ocupação condicionada pela Estrada de Ferro Sorocabana e limitadas entre os vales e divisores das bacias do rios Paranapanema, Pardo e Turvo; e as transformações do campesinato local. Bem como analisar as escalas de mobilidade do capital no processo de controle da terra, produção e aferição de renda fundiária seus reflexos nas (des/re) territorializações camponesas. Através da análise dessa preposição de título entendemos que o objetivo central é identificar as territorialidades expressas pela dialética do processo espacial do desenvolvimento desigual e combinado e por isso interpretado pela leitura do desenvolvimento geográfico desigual. Indicando então a ação do capital através de suas escalas de mobilidade e mecanismos de extração de renda fundiária e os consequentes conflitos de classes provocados pela sujeição do trabalho camponês.

Entender os processos de transformação, resistência e recriação do campesinato frente os jogos de interesses e mecanismos do capital no campo brasileiro se mostra crucial, interpretando os referenciais a luz das complexidades e particularidades nas relações escalares deste momento. Certamente, atingir esse objetivo será uma tarefa árdua, extensa e problemática de se concluir, visto todas as contradições que a própria existência do campesinato dentro do modo de produção capitalista exprime e que se apresentam de formas e conjunturas diferentes para as particularidades de cada região, cultura e relações de produção.

Explicar o todo é impossível. A totalidade é feita de partes dinâmicas que apresentam suas próprias características, e que se relacionam intrínseca e contraditoriamente. Dessa forma, não pretendemos aqui responder todas as contradições que fazem o campesinato ser presente mesmo com todo avanço do capital no campo. O caráter dado pelo desenvolvimento desigual de uma localidade só pode ser explicado quando analisado enquanto parte de um todo, tal como afirma Smith (1988, p. 151) “a desigualdade espacial não tem sentido algum, exceto como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo”.

PARTE I

O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO ENTRE RIOS DA MÉDIA SOROCABANA

Entender como foi forjado o caráter desigual do processo de desenvolvimento e arranjo e geográfico a partir das relações de dependência é o caminho aqui percorrido para evidenciar os movimentos do capital na configuração da divisão territorial do trabalho e como esta condiciona as territorialidades locais, entre eles as camponesas. Para isto, iremos nos ater ao processo de ocupação e apropriação da terra a fim de construir um raciocínio capaz de explicitar as intencionalidades do capital.

O conceito de Desenvolvimento Geográfico Desigual deve ser entendendo nas espacialidades do Desenvolvimento Desigual e Combinado. O capital atua em ritmos e escalas que variam, forjando expressões na fração da superfície da terra que atendam suas intencionalidades, e com isso há uma relação intrínseca do capital com as transformações da paisagem. Baseando na análise metodológica da dialética da diferenciação e igualização (SMITH, 1988, p. 196), é possível compreender as escalas produzidas pelo capital.

Portanto, quando pensamos em interpretar o Desenvolvimento Geográfico Desigual, temos que levar em questão as relações entre localização e movimentos do capital no forjar da Divisão Territorial do Trabalho, uma vez que para entendê-lo é preciso analisar a região enquanto parte da superfície terrestre à mercê de um todo, ou seja, do capital mundial, e com isso, compreender as contradições locais nesta relação de igualização mundial de acumulação e diferenciação local através da drenagem da renda fundiária.

> O capitalismo não se desenvolve sobre uma superfície plana dotada de matérias-primas abundantes e oferta de trabalho homogênea com igual facilidade de transporte em todas as direções. Ele está inserido, cresce e se difunde em um ambiente geográfico variado que abarca grande diversidade na liberalidade da natureza e na produtividade do trabalho, que "não é uma dádiva da natureza, mas o resultado de uma história que compreende milhares de séculos. (HARVEY, 2013, p. 602).

Logo, partindo da análise da tríade localização-ritmo-movimento do capital tem-se a expressão da Divisão Territorial do Trabalho dentro do contexto do desenvolvimento desigual, que não ocorre ao acaso, e sim através de intencionalidades, visto que a "expansão geográfica é sinônimo de expansão social e desenvolvimento, este ocorre, nesse estágio, somente pela expansão do âmbito geográfico no qual o espaço é socialmente produzido" (SMITH, 1988, p. 127).

As terras dos rincões paulistas, localizadas além da boca do sertão de Botucatu não passaram a ser ocupadas sistematicamente ao acaso, mas sim como movimento do capital mundializado ao qual promovera a expansão das fronteiras agrícolas paulista para terras até então não apropriadas, proporcionando a expansão da cafeicultura, das ferrovias e do rentismo. De tantas identidades desejadas – da terra do café, do algodão, do leite, da cana, da laranja e até das águas e todos os ciclos produtivos que por aí se instalaram foram por extensões daquelas que já detinham o destaque, demonstrando o caráter periférico do processo de Desenvolvimento Desigual. Desde seu processo de ocupação tardio em relação a outras regiões paulistas, ocorrendo sistematicamente no momento da Lei de Terras de 1850, e com isso demonstrando que a apropriação fundiária tem o caráter rentista, em busca de terras "incultas" ou como na atualidade que possuem valor atrativo, bem como mão de obra e sujeição camponesa menos onerosa.

1 – PROCESSOS DE OCUPAÇÃO: A FORMAÇÃO GEOGRÁFICA LOCAL

A chamada civilização ao qual levara o chamado progresso não foi senão um movimento do capital e de interesses de sujeitos ao qual previam a apropriação dessas terras do oeste paulista a fim de garantir a valorização de terras da porção leste da então província, proporcionada pela abertura de novas fazendas em localidades de menor fertilidade do solo e não dotadas de infraestrutura para o escoamento da produção. Nesta perspectiva percebemos o caráter rentista deste processo, uma vez que fora promovida a incursão nessas terras do sertão paulista por fazendeiros ao qual objetivavam serem os "primeiros" a desbravarem as savanas e florestas paulistas para definirem as rotas de expansão das lavouras. Porém, o que fora notado era o baixo interesse na expansão cafeeira, demonstrando que a intencionalidade não estava no aumento da produção. Além de que, parcas eram os povoamentos que se fixavam além da serra de Botucatu, e com isso, o então governo imperial e provincial passaram a incentivar as ditas expedições para levantamento das terras devolutas propicias a serem inseridas na dinâmica agroexportadora e para ocupação através da formação de vilas e futuras cidades.

> Portanto, é importante reconhecer que a coerência territorial e regional, pelo menos parcialmente discernível dentro do capitalismo, é ativamente produzida em vez de passivamente recebida como uma concessão à

> "natureza" ou à "história". A coerência, como ela é, surge da conversão das restrições temporais para espaciais à acumulação (HARVEY, 2013, p. 603).

Contudo, o que ocorrera foi uma intensa apropriação violenta e ilegal dessas terras aos quais eram presentes territórios indígenas e diversas ocupações de posseiros e caboclos. Muito antes da dominação europeia, as terras do sertão de Botucatu serviam de caminho aos povos autóctones sulamericanos, visto a passagem do caminho de Peabiru. Além de diversas outras territorialidades indígenas aos quais nos deixaram suas referências nas toponímias do interior paulista. Com as entradas de bandeiras e jesuítas, as territorialidades indígenas foram alteradas, e com essa relação teremos aqueles que são fruto de uma miscigenação provocada por esse contato que nada harmonioso. De geração em geração os caboclos filhos dessa relação deram origem a figura do caipira paulista que sequer tinha a língua portuguesa como meio de comunicação. E assim, criaram suas marcas no território aos quais são percebidas ainda hoje, na alimentação, nas tradições e no típico sotaque. Nem sempre pacífica, as relações desses povos que viviam alheios aos movimentos econômicos do Brasil colonial e, posteriormente, imperial, foram vilipendiados com grandes contingentes que chegaram trazendo a violência ao dizer-lhes que aquelas terras eram suas, e assim, o capital promove a desterritorialização e abre meios para sua acumulação.

Historicamente a ocupação desta região remete aos povos originários do troco tupi-guarani, mais precisamente da etnia Caiuá. Sendo notadas diversas toponímias aos quais indicam as relações desses povos com a geografia local. Com as incursões exploratórias e escravagistas entre os séculos XVI a XVIII são formadas diversas ocupações esporádicas através da miscigenação dando origem a figura do caboclo paulista que vivia no sopé das cuestas de Botucatu. A boca do sertão paulista ainda era região de ocupação marginal ao capital em meados do século XIX e pouco era notado a língua portuguesa entre aqueles que ali viviam. É no contexto de privatização das terras no Brasil, que se inicia a ocupação sistemática do sertão paulista além da boca do sertão de Botucatu. Por volta de meados do século XIX, os sertanistas avançam para o oeste paulista, transpassando a Serra de Botucatu, e iniciando a privatização das terras devolutas ali existentes (COBRA, 1923).

> Botucatu aparece na história paulista como ponto de partida para a penetração e conquista do chamado "sertão desconhecido". Foram inúmeros e sucessivos os "caminhos' que partiam de Botucatu, na direção do vale do Paranapanema. (DI CREDDO, 2003, p. 46).

Entretanto, é um engano supor que esses rincões eram desocupados, uma vez, como aponta Antônio Cândido (2010, p, 43), o interior paulista era morada de muitos indígenas e descentes de bandeirantes, que se miscigenaram e formaram a figura do caipira desde os séculos XVI, XVII e XVIII, uma vez que as incursões não apenas contribuíram para a incorporação de terras á Coroa Portuguesa, como também determinou a formação cultural e vida social deste contingente ali estabelecido.

> [...] o bandeirismo pode ser compreendido, de um lado, como vasto processo de invasão ecológica; de outro, como determinado tipo de sociabilidade, com suas formas próprias de ocupação do solo e determinação de relações intergrupais e intragrupais. A linha geral do processo foi determinada pelos tipos de ajustamento do grupo ao meio, com fusão entre a herança portuguesa e a do primitivo habitante da terra; e só a análise desse processo pode dar elementos para compreender e definir a economia seminômade, que marcou a dieta e o caráter do paulista. (CANDIDO, 2010, p. 45).



Figura 3: Encarte cartográfico organizado por Affonso D'Escragnolle Taunay, no ano de 1922, sobre as incursões jesuíticas e bandeiristas entre os séculos XVI, XVII e XVIII. E destaque para a localização do divisor entre os Rios Pardo e Paranapanema.

> A zona da serra de Botucatu e os planaltos vizinhos foram vasculhados, em épocas distintas, por três dos mais famosos "caçadores de índios", provenientes de Itapetininga: Antônio Bicudo, Jorge Correia e João Pereira de Souza. O primeiro fez sua "entrada" na região botucatuense em 1620, como especialista na "caça" ao índio para o trabalho escravo. [...]. Na entrada que fez, na região botucatuense, percorreu principalmente a zona sudeste da serra e as cabeceiras do Rio Pardo. (DI CREDDO, 2003, p. 47 e 48).

Das passagens das incursões jesuíticas e bandeiristas pelo território paulista, é notável neste encarte que as regiões das cuestas demarcadas como possível limite do Tratado de Tordesilhas, que diversas frentes estiveram presentes nas áreas de estudo entre os dois primeiros séculos de dominação portuguesa, destacando a presença de D. Luis de Cespedes no ano de 1628, provavelmente ao alto das cuestas de Botucatu. E ainda, de José Pereira de Souza no final do século XVI nas proximidades do Rio Pardo e Antônio Bicudo em 1620 no divisor das bacias do Rio Pardo e Rio Paranapanema.

De certo, podemos concluir que mesmo sem haver a formação de redução jesuítica ou vila enquanto resultado dessas incursões, a presença dos exploradores nesses primeiros séculos é responsável pela ocupação e formação de identidade de um grupo social que vive a margem do capital até o século XIX quando houve a expansão da políticas de apropriação de terras no vale do Paranapanema. A não fixação dessas ofensivas a fundação de vilas pode ser justificada pela não presença de minerais valiosos na localidade e pela dificuldade de navegação dos referidos rios, sendo que o termo Paranapanema significa rio de água ruim. A incursão sobre territórios indígenas sempre foi um traço da violência no campo em favor apropriação e acumulação.

Dessa forma, o que fora notado nas relações destes moradores entre si, e entre outras localidades se limitava a trocas de produtos e mercadorias entre si, bem como algumas situações de auxílio nas atividades. E destas comunidades quase que isoladas com outras localidades era raro o contato, por vezes se limitavam a duas por ano, e as trocas se davam por espécies. Por isso, Antônio Candido a classificou como economia fechada, ao qual percebemos que se dava por essa perspectiva não só nas relações comerciais, como também na expressão territorial enquanto áreas não 'absorvidas" pelo capital – apesar de sua ocupação ser fruto de interesses capitalistas visando a acumulação primitiva – e áreas de não-contato, de forma a manter o isolamento social e geográfico.

> Era tudo isso, vamos manifestarem condições de vida determinadas por uma economia fechada, com base no trabalho isolado ou na cooperação ocasional, exprimindo uma forma retrógrada de ajustamento ao meio (CANDIDO, 2010, p. 53).

Contudo, esse fenômeno deixou marcas na formação social e ocupação territorial nessas terras que só passaram a ser alvo dos interesses do capital em meados do século XIX, em parte por serem terras da fronteira agrícola ainda não apropriadas próximas aos centros produtores de café em São Paulo e, também, pela facilidade para a tomada dessas terras sobre um povoamento parco e rude ao qual ficou à mercê dos interesses da política de terras do império.

Concomitante a estes eventos, era promulgada a Lei nº 601, em 18 de setembro de 1850 – a famigerada lei de terras de 1850. Não antes associada a Lei nº 581, em 04 de setembro de 1850 – a lei Eusébio de Queiroz. Ao promover a propriedade privada da terra no Brasil e proibir o desembarque de navios negreiros em portos brasileiros, a coroa não só realizou a cartada que negara o acesso à terra, como promoveu sua apropriação a sujeitos que de certa maneira receberam privilégios governamentais.

E tudo isto não ocorrera ao acaso, mas sim no mesmo momento – e com a intencionalidade – ao qual o capital mundial traçava sua face imperialista ao garantir através das relações de dependência, sua inserção em novas áreas ainda não inseridas sistematicamente ao controle do capital. Logo, dentre tantas localidade no mundo que foram somados os interesses capitalistas, o sertão paulista passa a ser mais uma a promover a produção e reprodução e acúmulo do capital.

Dessa forma, ao avançar para o oeste paulista, as relações de dependência se reforçam de sobremaneira. Nas áreas marcadas pela cafeicultura já era notada a presença do capital mundial ao promover a construção de ferrovias e meios de escoamento à produção cafeeira, bem como de financiamentos para os fazendeiros adquirirem maquinários e estrutura ao beneficiamento do grão, dentre tantas outras circunstâncias. Situações estas que nas terras que estavam à mercê de serem apropriadas não seriam possíveis de emprego em um primeiro momento, por isso, houve diferentes frentes de expansão, e aos quais levaram as diferenciações no processo de desenvolvimento, seja em escala regional ou local. Nas terras de solos areníticos e cobertas por extensas savanas – o Cerrado Paulista – as condições edafológicas não eram propícias à cafeicultura, oram pela elevada altitude no revés das

cuestas basálticas, ora pela sazonalidade do clima tropical semiúmido e baixa fertilidade dos solos. Entretanto, essas terras eram propícias a valorização das terras campineiras e mogiana para aferição de renda diferencial. No vale do Paranapanema, com condições edafológicas mais favoráveis a cafeicultura, pois, a "terra-roxa" de grande fertilidade ali estava presente, mas recoberta de florestas úmidas – a Mata Atlântica. Sendo assim, era preciso viabilizar a ocupação e os interesses do capital, desmatando a floresta e matando seus moradores. Garantidas as condições, o capital avança com o financiamento à abertura de fazendas, à imigração europeia ao colonato e a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, ao qual chegou ao divisor do Paranapanema e Pardo apenas nos últimos anos do século XIX.

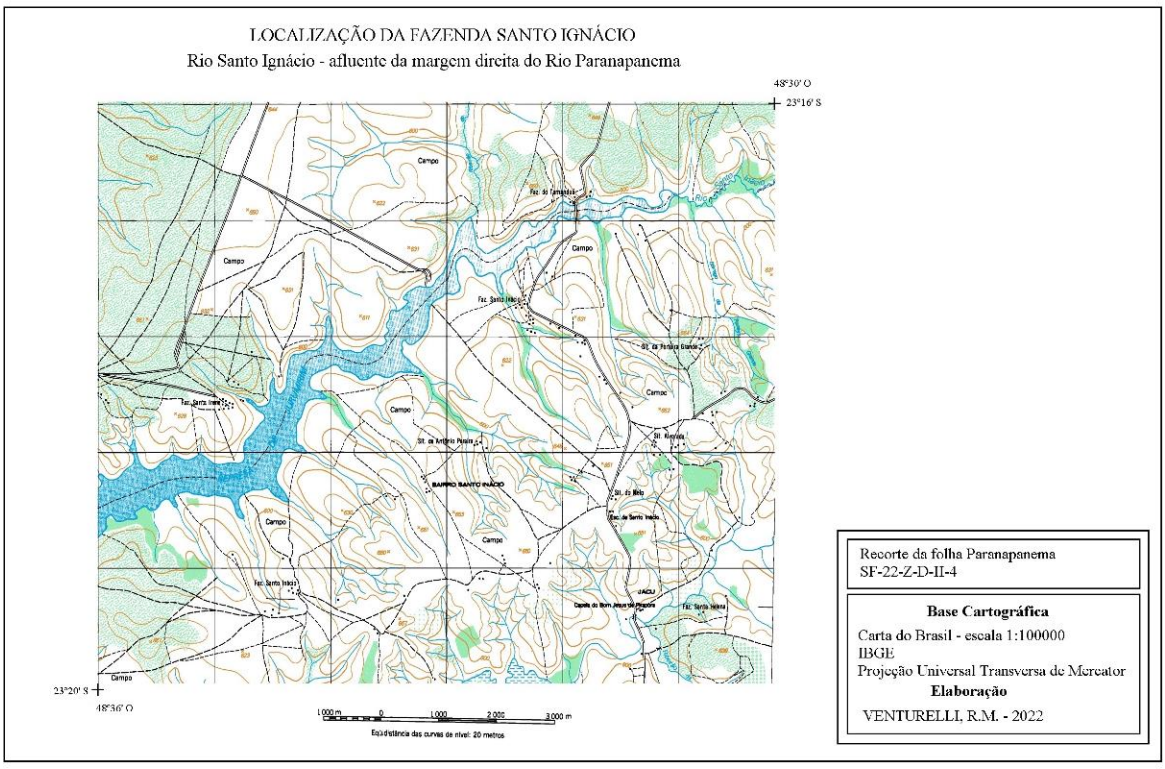
Citadas e situadas as primeiras incorrências que forjam a geograficidade da área em estudo, iremos perceber o quão frequente serão as intencionalidades promovidas pelo capital nessas terras e que determinaram as relações de dependência, dando face a sua divisão territorial do trabalho enquanto localidade de drenagem de renda fundiária, repetindo-as como processos que atravancam a região à estagnação e ao atraso, determinando como desigual e intencional sua ocupação, produção e trabalho. "A organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições dentro da forma de valor. É isso que quer dizer o conceito do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo" (HARVEY, 2013, p. 604) expressando como veremos a seguir pela ótica do Desenvolvimento Geográfico Desigual.

1.1 – Políticas de Ocupação, Capital e Estado: Lei de Terras de 1850 e a apropriação das terras neste rincão paulista

Quando falamos em processos de ocupação corremos o risco de atribuir um juízo de valores de que nessas terras não existia nada e nem ninguém e, a partir do avanço do capital fora dotada de relações sociais e estrutura que daria a sua formação geográfica. Por isso, primeiramente precisamos deixar claro que sim, havia ocupação antes das ofensivas para a apropriação fundiária no sertão paulista. Mas que, quando nos referimos a ocupação sistemática estaremos interpretando os pormenores de como o capital determinou a construção geográfica a partir de suas contradições. Para Paolielo (1992, p.2) "do ponto de vista histórico-social, pode-se dizer que as noções e as práticas de posse se diferenciam do senso comum, que todos operamos, da posse como categoria oposta à propriedade". Nessa definição, fica a questão de a posse ser entendida como o antagônico à propriedade privada,

ou seja, a posse é vista como algo marginal, que acontece a parte do avanço do capital, e ganha a feição de algo que quebra a ordem da mercantilização da terra.

E quando há o avanço do capital para além das fronteiras agrícolas, a desterritorialização de territórios indígenas e povos tradicionais sempre explícita o traço da violência no campo em favor da concentração fundiária. Ainda no decorrer do século XVIII são destinadas sesmarias nas regiões do sopé e, também, acima das cuestas àqueles que reclamavam ser herdeiros dos "desbravadores", assim como aponta Di Creddo (2003, p. 51) "foram os jesuítas os maiores proprietários territoriais da região. Por um lado, a fazenda do Botucatu chegava ao Paranapanema, e, do outro, tocava o Tietê". Como citado, podemos localizar a sede dessa fazenda como o núcleo urbano de Botucatu hoje, porém, a sede da fazenda se localizava junto ao Rio Santo Ignácio, afluente do Paranapanema ao sopé das cuestas, e suas terras foram arrematadas em leilão público após o confisco pelo governo português.



Mapa 3: Recorte da Carta Topográfica do Brasil – Folha Paranapanema – SF-22-Z-D-II-4 com a indicação da localização do Rio Santo Ignácio e da Fazenda Santo Ignácio localizada ao sopé das cuestas basálticas e tida como uma das principais rotas de penetração ao vale do Paranapanema. Fonte: IBGE.

A ocupação deste recorte regional e sua formação enquanto identidade na Divisão Territorial do Trabalho se dá à luz da transformação da terra em mercadoria quando da Lei de Terras de 1850. Logo, a sistemática de ocupação está intrinsecamente ligada a aferição de renda diferencial da terra, apropriando de terras incultas e valorizando outras já sistematicamente consolida em sua ocupação e produção. Por isso, entender desde o primórdio o caráter rentista que os processos de ocupação e produção que esta região segue expõe o objetivo rentista. Aponta Di Creddo (2003, p. 17, 18) que a ocupação do vale do Paranapanema estava associada a política de terras do Império, e ainda que:

> O desenvolvimento do capitalismo, implicando a expansão de mercados, impôs um nova regulamentação da política de terras e, consequentemente, do trabalho. Essas duas políticas se apresentaram vinculadas e dependeram da própria dinâmica do desenvolvimento do capitalismo. A incorporação da terra e do trabalho ao capitalismo, no século XIX, foi resultante das profundas transformações operadas na conjuntura internacional com a acumulação do capital, o aumento da população e a concentração em centros urbanos e, finalmente, do desenvolvimento industrial.

A intencionalidade em forjar a propriedade da terra é determinada pelos interesses do capital, uma vez que a objetivação na expansão da cafeicultura não estava apenas no aumento da oferta do produto no mercado, mas sim condicionar uma relação de sujeição da propriedade da terra ao capital, seja através da sujeição ao capital industrial ou ao capital financeiro. Fenômeno presente muito além do comércio do café enquanto produto, mas sim na dotação de recursos para a abertura das fazendas, maquinários para beneficiamento e estrutura de escoamento, que aconteceria com a intensa participação do capital internacional no investimento e financiamento de tais situações. Por isso, Marx (1999, p. 52) afirma que "na sociedade burguesa [...] a agricultura transforma-se cada vez mais num simples ramo industrial e é completamente dominada pelo capital". Logo, não podemos compreender o processo de expansão das frentes de ocupação, inserção de terras no circuito produtivo e especulação fundiária encontrada nesse momento de análise como uma simples e natural expansão da cafeicultura por terras incultas no interior paulista, uma vez que, a entrada desse recorte territorial no jogo e julgo do capital está relacionado não só com os interesses locais dos apropriadores e rentistas fundiários, mas com todo conjunto do capital mundial de meados do século XIX. Pensar em um rincão como algo isolado geograficamente é um erro, uma vez que mesmo as terras que ainda não sofreram o avanço do capital são capazes de determinar

diretrizes e políticas que visem o proveito e o favorecimento, ainda mais quando o avanço do capital favorece inúmeros agentes, desde especuladores à rentistas.

> Não se pode compreender a renda imobiliária sem o capital [...]. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, potência que domina tudo; constitui necessariamente o ponto de partida e o ponto de chegada, e deve, portanto, ser analisado antes da propriedade agrária; uma vez analisado casa um particular, devem ser estudadas as suas relações reciprocas. (MARX,1999, p.52).

Assim, é com a tomada das terras ocupadas por índios e caipiras, à força, que se inicia a ocupação capitalista dessa região, com o intuito de avançar a fronteira agrícola e a produção de café. Primeiramente eram realizados os levantamentos topográficos, bem como o conhecimento sistemático da área a ser apropriada. As aberturas das fazendas se deram com a população livre que vivia na região, tais como os caipiras tratados por Antônio Cândido, e que posteriormente passavam a ser agregados nessas propriedades. Assim, até a formação dos cafezais, esses trabalhadores eram os responsáveis pela manutenção, e assim, poderiam cultivar a terra para retirar seus sustentos. Após três ou quatro anos, com os pés de café em produção, eram obrigados a entregar a terra. Nesse processo, ou se tornavam agregados, ou caminhavam para a abertura de novas áreas.

Assim, é importante fazer um adendo sobre quais seriam os interesses e beneficiados com a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. A principal retórica utilizada era sobre a necessidade de se promover o ordenamento jurídico da terra no Brasil, uma vez que as heranças deixadas pelo colonialismo e o sistema sesmarial, provocaram uma verdadeira balbúrdia na aquisição de terras.

Contanto, em 1850, decorrido quase trinta anos de independência, em que não se existia nenhuma lei que fundamentasse a estrutura fundiária brasileira, foi constituída a Lei de Terras, elaboradas dentro de uma conjuntura complexa, as relações econômicas não eram as mesmas da época colonial. Logo, os projetos para a privatização das terras estavam tramitando pelo legislativo do império brasileiro. As antigas sesmarias seriam validadas, desde que fossem cultivadas, bem como as posses pacíficas, ou seja, aquelas que não gerassem disputas e litígios. E se caso houvesse disputas, a lei previa favorecer aquelas em que houvesse produtividade.

Dessa forma é que a propriedade privada da terra no Brasil se origina fundamentalmente a partir do patrimônio público brasileiro (SILVA, 2008, p. 18). Se com o

regime de sesmarias, a ligação entre o estado e os beneficiários já se mostravam intrínsecos, com a Lei de Terras essa relação se torna a força motriz da formação da política brasileira, que não é rompida com o fim da monarquia, mas se consolida na política café com leite da Velha República e chega aos dias atuais pela bancada ruralista no congresso.

A formação do Estado moderno brasileiro é forjada para garantir o direito da propriedade. Por mais que se falasse em relações de igualdade e liberdade, principalmente com o fim do trabalho escravo, a propriedade ganha atenção, uma vez que a partir dela se enraíza a organização social pautada no poder. Logo, esta lei chegou com o propósito de regularizar a propriedade da terra e as políticas de imigração. Só que nas entrelinhas do projeto, estava o principal intuito, o de negar acesso à terra aos trabalhadores livres.

Cabe ressaltar que a Lei de Terras de 1850 foi assinada poucos dias após a aprovação da Lei Eusébio de Queiróz, que definia a proibição do tráfico negreiro. Dessa forma, a principal questão rondava o posicionamento do trabalhador no acesso à terra. Martins (2010, p. 44) afirma que a grande quantidade de terras devolutas no país estava sujeita à uma prática simples de ocupação, e se somente após a sua ocupação, fossem regularizadas, estas se tornariam um entrave à libertação dos escravos e a vinda de imigrantes. A possibilidade de ocupação de fartas extensões de terras preocupava o Estado e os produtores, uma vez que acabaria inviabilizando a existência de uma classe que tenha somente a sua força de trabalho a vender a outrem. Dessa forma, a Lei de Terras de 1850 além de transformar a terra em mercadoria, ainda tinha uma visão clara sobre a posse.

Na Figura a seguir, é preciso notar a extensão do município de Botucatu, estendendo-se desde a Serra de Botucatu, tendo como limites a sul o Rio Paranapanema, a norte o Rio Tietê, e a oeste o Rio Paraná. Este mapa datado de 1855 demonstra que essa porção da então província de São Paulo era pouco conhecida e ocupada, abrindo margem para os interesses do capital e os processos de apropriação dessas terras, aos quais os agentes se beneficiaram das brechas da lei e do poder para dominar vastidões.

> A quantidade de terra de um Estado adequada a determinados tipos de atividade humana pode ser alterada mediante a criação de valores de uso no ambiente construído. Mas a quantidade total de terra na superfície da terra não pode ser significativamente aumentada ou diminuída mediante a ação humana. (HARVEY, 2013, p. 493).

Neste caso, interpretando a citação de Harvey, compreendemos que o processo de ocupação dos rincões paulistas surge como um mecanismo que proporcionou um aumento da superfície terrestre utilizada. Não um aumento dimensional da superfície, mas sim um aumento de uso de superfície que ocorre por interesses do capital e conta com os mecanismos do Estado a fim de garantir sua inserção na lógica capitalista. A criação de valores de uso que fora criada a partir da Lei de Terras de 1850, e as nuances legais que garantiam sua apropriação, são objetos direto do Estado agindo em consonância com o capital.

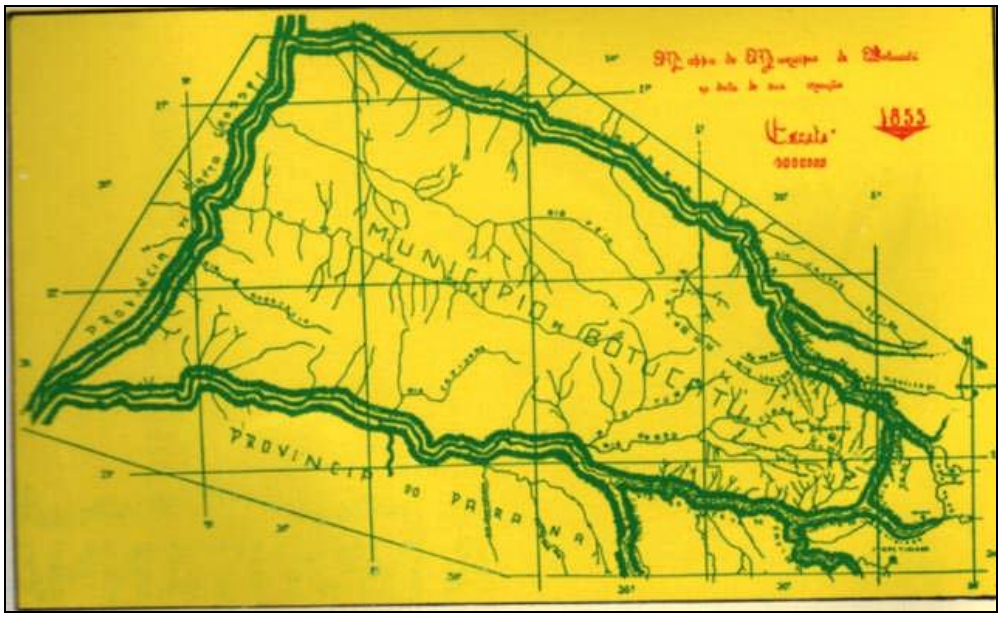


Figura 4: Parte da Província de São Paulo em 1855 e o município de Botucatu. Fonte: (PUPO; CIACCIA, 2005).

Na tabela 1 é importante realçar a participação de José Teodoro de Souza[3] como antigo proprietário de diversas áreas, porém, não aparece como requerente de registros, sendo então as suas apropriações anterior ao ano de 1850. Nota-se também, que como apontado na referência, o "capitão" Francisco de Assis Nogueira não adquire deste suas terras por meio paroquial. Também é possível notar que as transferências se deram por compra, ou seja, após a possessão das terras houve a realização da venda, talvez mesmo antes da lei de terras, uma vez que as datas presentes ali recorrem ao período de regularização após o ano de 1854.

> Os proprietários de terra, por exemplo, podem parecer ser a espinha dorsal "natural" de qualquer aliança local em virtude do bem que possuem. Mas se a terra for tratada como um simples bem financeiro, então a ação

[3] Há variação de grafia do nome, no livro de registros paroquiais de terras encontra-se assim escrito.

> especulativa das sociedades fundiárias pode ser tão perturbadora de uma aliança local quanto qualquer outra coisa. (HARVEY, 2013, P. 608).

Tabela 1: índice de registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, com destaque para as vendas realizadas por José Teodoro de Souza.

Nº do registro	PROPRIETÁRIO / DECLARANTE	ANTIGO PROPRIETÁRIO	Data do registro	Tipo de aquisição	Espécie de propriedade	LOCALIDADE
5	Antônio Manuel de Oliveira	José Teodoro de Souza	27/11/1855	Compra	Fazenda Três Barras	N/C
77	Maria Teresa de Ávila	Antônio de Souza; José Teodoro de Souza	07/01/1856	Posse; Compra	Terras	Fazenda Ribeirão das Antas; Ribeirão Vermelho
92	Joaquim Manuel da Silveira	José Teodoro de Souza; Francisca Leite da Silva	19/01/1856	Compra	Fazenda	Ribeirão Bonito
119	Vicente Alves Palmeira	José Teodoro de Souza; Francisca Leite da Silva	28/01/1856	Compra	Sítio	São Pedro
121	Messias José de Andrade	José Teodoro de Souza	29/01/1856	Compra	Fazenda	Alambari
122	Joaquim Manuel de Andrade	José Teodoro de Souza; Francisca Leite da Silva	30/01/1856	Compra	Sítio	São João (córrego do Saltinho)
292	João Vicente de Souza	José Teodoro de Souza	18/05/1856	Troca	Fazenda	Palmital
302	Francisca Maria de Jesus	José Teodoro de Souza	18/05/1856	Compra	Sítio	Santo Antônio (Turvo)
307	Francisco Joaquim Teodoro	José Teodoro de Souza	21/05/1856	Troca	Terras	Salto do Turvo
334	Joaquina Maria de Jesus	José Teodoro de Souza; Ana Florisbela Machado	24/05/1856	Compra	Fazenda	Fazenda da Prata
347	Manuel Joaquim de Andrade	José Teodoro de Souza	26/05/1856	Compra	Terras	Alambari
417	Matias Leite de Moraes	José Teodoro de Souza	28/05/1856	Compra	Sítio	Rio de João (Turvo)
425	Domiciano José de Andrade	José Teodoro de Souza	29/05/1856	Compra	Sítio	Rio Turvo
453	Florêncio Dias da Silva	José Teodoro de Souza	30/05/1856	Compra	Sítio	Ribeirão dos Patos
483	Alexandre Teodoro Garnier	José Teodoro de Souza	30/05/1856	Compra	Sítio	Rio Turvo

Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Registros Paroquiais de Terras de São Paulo. Vila de Botucatu – livro nº123 (BR SAPAPESP SEGOVP 5.5.2) – Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br

O propósito de aquisição de terras apenas por meio da compra, e a regularização das posses antigas, desde que cultivadas, e das sesmarias agradou a oligarquia rural, uma vez que

proporcionou a transformação da renda capitalizada no trabalho escravo, para renda capitalizada na terra, já que a impossibilidade de acesso, além de forçar os trabalhadores livres a venderem sua força de trabalho, também valorizou as terras, principalmente aquelas já dotadas de trabalho, como instalações e cafezais.

> A propriedade privada na terra, na prática geral registrada mediante levantamento cadastral e mapeamento, estabelece claramente a porção da superfície da terra sobre a qual indivíduos privados têm poderes monopolistas exclusivos. (HARVEY, 2013, p. 498).

Aponta Di Creddo (2003, p. 70) que "a primeira compra registrada em cartório de uma área de terras localizada no Vale do Paranapanema", remonta as terras da Fazenda Taquaral e foi adquirida por Francisco de Assis Nogueira, essa "localizava-se no distrito de São Domingos, Termo de Botucatu", e havia sido adquirida de José Theodoro de Souza, ao qual "vendia meia terça de campos e matas que possuía, ficando com outra meia terça".

Tabela 2: índice de registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, com destaque para declarações de posse realizada por José Teodoro de Souza.

Nº do registro	PROPRIETÁRIO / DECLARANTE	ANTIGO PROPRIETÁRIO	Data do registro	Tipo de aquisição	Espécie de propriedade	LOCALIDADE
516	José Teodoro de Souza	N/C	31/05/1856	Posse	Terras	Rio Turvo
518	José Teodoro de Souza	N/C	31/05/1856	Posse	Sítio	Rio do Alambari
519	José Teodoro de Souza	N/C	31/05/1856	Posse	Terras	São João
520	José Teodoro de Souza	N/C	31/05/1856	Posse	Terras	São João
516	José Teodoro de Souza	N/C	31/05/1856	Posse	Terras	Rio Turvo

Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Registros Paroquiais de Terras de São Paulo. Vila de Botucatu – livro nº123 (BR SAPAPESP SEGOVP 5.5.2) – Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br

Outro ponto de destaque está na localização dessas terras, sendo as primeiras nas proximidades de Botucatu, e as seguintes localizadas no sertão de Lençóis, como era conhecido as bacias do Turvo, Claro e Palmital. Sendo essas terras nas áreas de Cerrado, e que ainda hoje, é palco de litígios e marcada como uma grande extensão isolada entre as rodovias SP-280, SP-300 e SP-225, tendo algumas povoações ao momento, como o povoado de São João do Turvo. Mesma localização daquelas terras adquiridas por Francisco de Assis Nogueira, ao qual formaria a comarca imperial e eclesiástica de São Domingos de Tupá.

Tabela 3: índice de registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, com destaque para os requerimentos de registro de compra por Francisco de Assis Nogueira.

Nº do registro	PROPRIETÁRIO / DECLARANTE	ANTIGO PROPRIETÁRIO	Data do registro	Tipo de aquisição	Espécie de propriedade	LOCALIDADE
167	Francisco de Assis Nogueira	José Gomes Pinheiro	03/03/1856	Compra	Fazenda Capão Bonito	N/C
168	Francisco de Assis Nogueira	Custódio José Monteiro	03/03/1856	Compra	Sítio A Furna da Serra	N/C
411	Francisco de Assis Nogueira	José Corrêa de Assunção	28/05/1856	Compra	Fazenda	Gramadinho

Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Registros Paroquiais de Terras de São Paulo. Vila de Botucatu – livro nº123 (BR SAPAPESP SEGOVP 5.5.2) – Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br

Entretanto, é um erro supor que não existiam posses nessa região, uma vez que a comissão destinada pelo governo imperial a medir as terras devolutas do vale do Paranapanema, encontrou uma posse localizada entre Botucatu e Lençóis Paulista medindo 60 km por 150 km (COBRA, 1923, p. 13). Essas terras são aquelas requeridas como de posse de José Teodoro de Souza, e parte depois transferida para Francisco de Assis Nogueira.

Em direção a Lençóis e a São Domingos de Tupá, essas terras estão localizadas a bacia do médio Paranapanema, e não mais no alto Paranapanema, como as terras da Fazenda Santo Ignácio. A frente de expansão que segue pelos Rios Pardo e Turvo partem da Fazenda Botucatu, ao qual hoje corresponde a área central dessa cidade (DI CREDDO, 2003, p. 51). Essa ocupação remete ainda ao século XVIII, mais precisamente a 1719, quando ali se estabelece sob ordem jesuíta. No ano de 1776 essas terras foram a leilão após confisco português durante a gestão pombalina, tendo como objetivo o povoamento do sertão ao revés das cuestas, uma vez que “mandou abrir, em 1772, uma estrada ou picada em direção ao Rio Paranapanema, começando pela serra de Botucatu” (DI CREDDO, 2003, p. 52).

No momento indicado pelo recorte cartográfico a seguir, elaborado no ano de 1942 e publicado em 1948, há a indicação de alguns povoados, entre eles aquele que chegou a ser a sede da comarca imperial e eclesiástica. Ainda é possível notar, no momento da elaboração da carta, um ramal da Estrada de Ferro Sorocabana margeando o leito do Rio Turvo, mais a frente iremos abordar sua importância para o escoamento da produção cafeeira e cotonifícia.

A indicação da localização é para demonstrar o processo de ocupação dessas terras, principalmente aquelas dos afluentes do Rio Pardo, como os rios Turvo, Claro e Palmital. Além do mais, a sua nomenclatura é de extrema importância, uma vez que aponta Di Creddo (2003) que as famílias de José Teodoro Souza e Francisco de Assis Nogueira, ao partirem da região de Mococa e Caconde, batizaram este Rio Pardo, como homônimo aquele de suas terras de origem. E ainda, Monbeig (1984, p. 145), que pela dificuldade de demarcação e homogeneidade da paisagem se tornava difícil a nomeação dos acidentes geográficos, e por isso, não raro é a presença de cursos com os nomes "novo, da onça, pardo, turvo e claro".



Mapa 4: Recorte da Carta Topográfica Folha Santa Bárbara do Rio Pardo – SF-22-Q.400 com a indicação da localização de alguns distritos as margens do Rio Turvo. Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo.

Além das doações, ocupações e grilagens, havia a posse como forma de situação do pequeno agricultor que não possuía o direito às sesmarias. Inúmeros litígios começam a surgir com a prática da posse, principalmente quando havia a concessão de terras pela coroa, que já estavam ocupadas por posseiros. Certamente que os posseiros mais prejudicados eram aqueles

dotados de poucos recursos, que não estendiam suas posses por extensas léguas. A violência para se garantir o controle total da sesmaria, levavam à violência extrema para a retirada do posseiro e a dificuldade para se ter o acesso à terra. Episódios de combates a posse eram corriqueiros, marcados pelo avanço sobre tal, ora expressos pela expulsão violenta dos posseiros, ora se tornavam agregados, exercendo trabalho livre, tal como a abertura de novas aéreas a serem incorporadas ou de novas fazendas.

De forma contraditória, a lei dava margem à concentração fundiária e a improdutividade, uma vez que em muitos casos eram legitimadas as posses, e outro tanto de terra devoluta contígua, além de que também estavam isentos de impostos. (SILVA, 2008, p. 156-157). É nesse contexto que se inicia a expansão da fronteira agrícola e a busca por novas terras. Os processos de falsificação de títulos se tornarão algo recorrente na busca pela propriedade privada da terra, bem como a violência no campo.

> Mesmo que a apropriação tenha andado mais rapidamente do que a fronteira agrícola, é forçoso reconhecer que, quando a lei foi promulgada, restava uma parte considerável do território brasileiro desocupado e não apropriado que pertencia à nação. (SILVA, 2008, p. 173)

Tabela 4: Índices de registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, com destaque para a forma de aquisição da propriedade

Nº do registro	PROPRIETÁRIO / DECLARANTE	ANTIGO PROPRIETÁRIO	Data do registro	Tipo de aquisição	Espécie de propriedade	LOCALIDADE
1	José Antônio de Castilho	N/C	20/10/1855	Posse	Sítio	N/C
30	Quintiliano José Teixeira	Generoso	19/12/1855	Dádiva	Sítio	Ribeirão Bonito
31	Celestino José Teixeira	Generoso José Teixeira	19/12/1855	Doação	Sítio	Ribeirão Bonito
35	Joaquim Mariano de Almeida	José Paes Moreira	23/12/1855	Dádiva	Sítio	Água da Figueira

Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Registros Paroquiais de Terras de São Paulo. Vila de Botucatu – livro nº123 (BR SAPAPESP SEGOVP 5.5.2) – Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br

Interessante o primeiro registro paroquial, ao qual não há a indicação de antigo proprietário e nem de localização. Já aos irmãos Teixeira, interessante ressaltar suas propriedades localizadas ao sopé das cuestas, no Ribeirão Bonito, tendo como antigo proprietário o pai deles, e ainda, adquiridas como dádivas e doação.

Tabela 5: Índice de registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, elencando algumas propriedades oriundas de posses e sem declaração de antigo ocupante.

Nº do registro	PROPRIETÁRIO / DECLARANTE	ANTIGO PROPRIETÁRIO	Data do registro	Tipo de aquisição	Espécie de propriedade	LOCALIDADE
456	Antônio Luís da Cunha	N/C	30/05/1856	Posse	Terras	Ribeirão do Tanque Grande
jo457	Antônio Luís da Cunha	N/C	30/05/1856	Posse	Terras	Ribeirão do Tanque Grande
176	Delfino José Martins	N/C	19/03/1856	Posse	Sítio	Córrego da Barra Mansa
177	Delfino José Martins	N/C	19/03/1856	Posse	Sítio	Córrego da Barra Mansa
20A	Francisco Antônio da Rocha Melchior	N/C	09/10/1868	Posse	ítio do Córrego do Rosário e Jacutinga	N/C
21A	Francisco Antônio da Rocha Melchior	N/C	09/10/1868	Posse	Terreno Salto do Rio Novo	Rio Novo
125	Francisco José da Costa	N/C	31/01/1856	Posse	Sítio	Córrego São Pedro
10A	Francisco José de Araújo	N/C	15/11/1859	Posse	Terras	Bairro Água Limpa
195	Joaquim Antônio de Oliveira	N/C	27/03/1856	Posse	Terras	Ribeirão Santa Clara
214	Joaquim Antônio de Oliveira	N/C	15/04/1856	Posse	Terras	Rio Pardo
213	José Belisário de Oliveira	N/C	15/04/1856	Posse	Terras	Rio Pardo
215	José Belisário de Oliveira	N/C	15/04/1856	Posse	Terras	Ribeirão de Santa Clara
196	José Luís Corrêa	N/C	27/03/1856	Posse	Sítio	Barreiro (Turvo)
197	José Luís Corrêa	N/C	27/03/1856	Posse	Sítio	Alambari
516	José Teodoro de Souza	N/C	31/05/1856	Posse	Terras	Rio Turvo
518	José Teodoro de Souza	N/C	31/05/1856	Posse	Sítio	Rio do Alambari
519	José Teodoro de Souza	N/C	31/05/1856	Posse	Terras	São João
520	José Teodoro de Souza	N/C	31/05/1856	Posse	Terras	São João
456	Rosa Gomes	N/C	30/05/1856	Posse	Terras	Ribeirão do Tanque Grande
457	Rosa Gomes	N/C	30/05/1856	Posse	Terras	Ribeirão do Tanque Grande

Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Registros Paroquiais de Terras de São Paulo. Vila de Botucatu – livro nº123 (BR SAPAPESP SEGOVP 5.5.2) – Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br

Nesta tabela, optamos por demonstrar alguns registros de posses de terras aos quais não havia declarante anteriormente, ao qual se trata de terras não ocupadas, ou ainda de ocupantes desconhecidos, e mesmo, de comunidades indígenas. Indicamos aquelas que os declarantes se apropriaram de duas ou mais áreas. Todas são em áreas contíguas entre os rios Novo, Pardo e Turvo.

O vale do Rio Pardo tem a sua ocupação realizada pelo Capitão Tito Correia de Melo, sertanista que explorou sertão paulista em meados do século XIX. Esse é um dos primeiros episódios de violência com o intuito de apropriação da terra, uma vez que diversas aldeias Caiuás foram dizimadas. Essa disputa territorial provocou a morte de um contingente inteiro de índios que habitavam essa região, bem como a expulsão de posseiros, que viviam isolados nas terras arenosas das margens desse rio (FELISÁRIO, 198-, p. 29).

Tabela 6: Registros paroquiais de terras da vila de Botucatu obtidas por herança do Capitão João Gomes Pinheiro

Nº do registro	PROPRIETÁRIO / DECLARANTE	ANTIGO PROPRIETÁRIO	Data do registro	Tipo de aquisição	Espécie de propriedade	LOCALIDADE
294	Antônio Jesus Pinheiro Machado	José Gomes Pinheiro (capitão)	18/05/1856	Herança	Fazenda	N/C
294	Ana Florisbela Pinheiro Machado (tutora de Manuel Gomes Pinheiro Machado)	José Gomes Pinheiro (capitão)	18/05/1856	Herança	Fazenda	N/C
294	Joaquim Gomes Pinheiro Machado	José Gomes Pinheiro (capitão)	18/05/1856	Herança	Fazenda	N/C
294	Maria Delfina Pinheiro Machado	José Gomes Pinheiro (capitão)	18/05/1856	Herança	Fazenda	N/C
294	Ana Florisbela Pinheiro Machado[21]	José Gomes Pinheiro (capitão)	18/05/1856	Herança	Fazenda	N/C
294	Bernardo Augusto Rodrigues da Silva	José Gomes Pinheiro (capitão)	18/05/1856	Herança	Fazenda	N/C
294	Leopoldina Pinheiro Machado	José Gomes Pinheiro (capitão)	18/05/1856	Herança	Fazenda	N/C
294	Jorge Gomes Pinheiro Machado	José Gomes Pinheiro (capitão)	18/05/1856	Herança	Fazenda	N/C

Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Registros Paroquiais de Terras de São Paulo. Vila de Botucatu – livro nº123 (BR SAPAPESP SEGOVP 5.5.2) – Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br

> Esses mineiros, determinados a se fixarem na terra, decidiram povoá-la, procurando assim atrair seus conterrâneos. Ofereciam casa pronta, de moradia, como método de atrair e assegurar agricultores e trabalhadores. Começavam a abertura de “picadas”, que, mais tarde, dariam origem a ruas.

> O principal ele entre a rala população aglomerada naquele povoado foi a construção da nova capela. Por volta de 1847, chegava a Botucatu um mineiro que teria grande influência política local e regional: Tito Correia de Melo. Ele conseguiu conciliar o grupo de Pinheiro Machado (liberais) com o grupo de posseiros mineiros, representados pelos Costas (conservadores). Casou-se com a filha de Gomes Pinheiro e formou sua fazenda. Deu incentivo à vinda de mineiros, na sua maioria criadores e agricultores, com o objetivo do povoamento. Preocupou-se em trazer povoadores do sul mineiro, acenando-lhes com a possibilidade de posses imensas, no sertão adiante de Botucatu. Esse fluxo mineiro se dirigiria para o Vale do Paranapanema, por indicação, portanto de Tito Correia de Melo.
>
> Durante anos, o patrimônio de Botucatu fora administrado pelo poderio dos fazendeiros, como o grupo dos Costas, dos Gomes Pinheiro e de Tito Correia de Melo. Eles faziam a sua justiça e mantinham armados seus grupos. (DI CREDDO, 2003, p. 61 e 62. Grifo nosso).

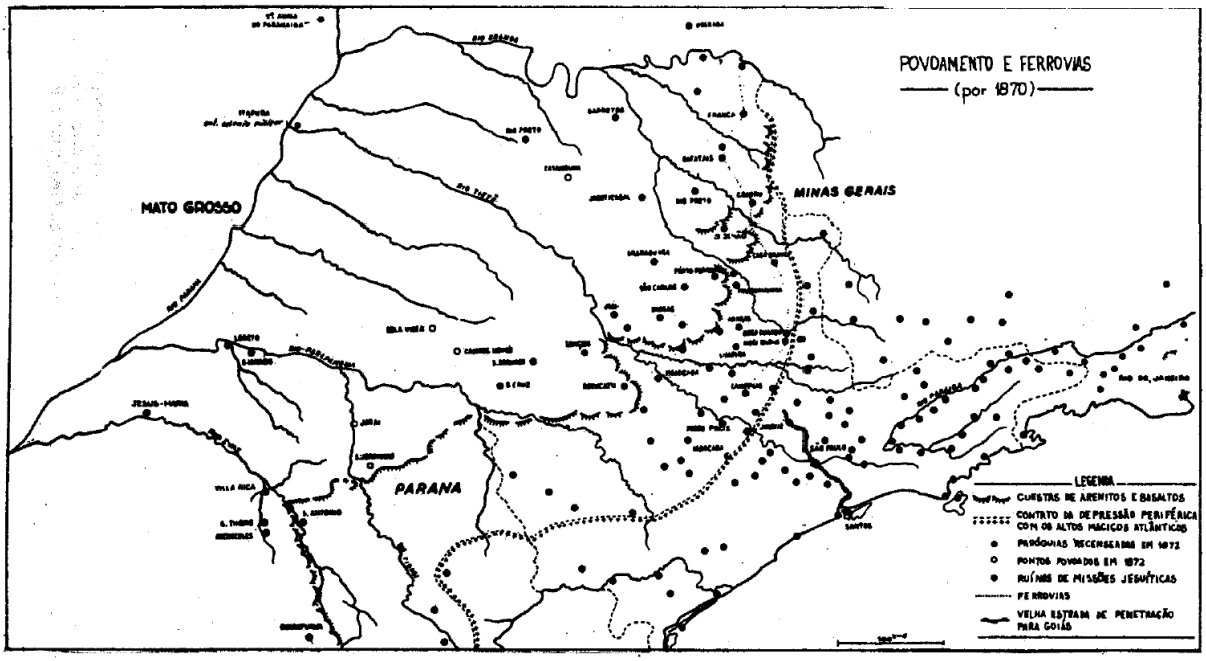


Figura 5: Povoamento e ferrovias de São Paulo e Norte do Paraná por volta de 1872. Mapa traçado a luz do recenseamento imperial de 1872. Fonte: (MONBEIG, 1984, p. 26).

Quanto as terras registras, interessante notar na tabela a seguir, que não há registros em nome desse capitão, mas, diversos registros ao qual relatam seu sogro, João Gomes Pinheiro, como primeiro ocupante, e de seus herdeiros. Suas referências na ocupação e apropriação estão evidentes na nomenclatura do Rio Pardo, uma vez que o Capitão Tito Correia de Melo, antes de chegar a Botucatu, esteve em Caconde, na região Mantiqueira, e ao qual ali há um Rio Pardo. Pela semelhança da cor de suas águas, assim batizou este rio no sertão que estava sendo explorado. O Rio Pardo "mais antigo" tem suas águas carregadas de sedimentos dos maciços cristalinos da Mantiqueira e é afluente do Rio Grande. O Rio Pardo

"mais novo" transposta sedimentos dos arenitos do revés das Cuestas de Botucatu e é tributário do Rio Paranapanema. Diferenças geomorfológicas, tempos de ocupação distintos, porém, que serão determinantes na orientação produtiva de gado leiteiro trazido pelos posseiros mineiros.

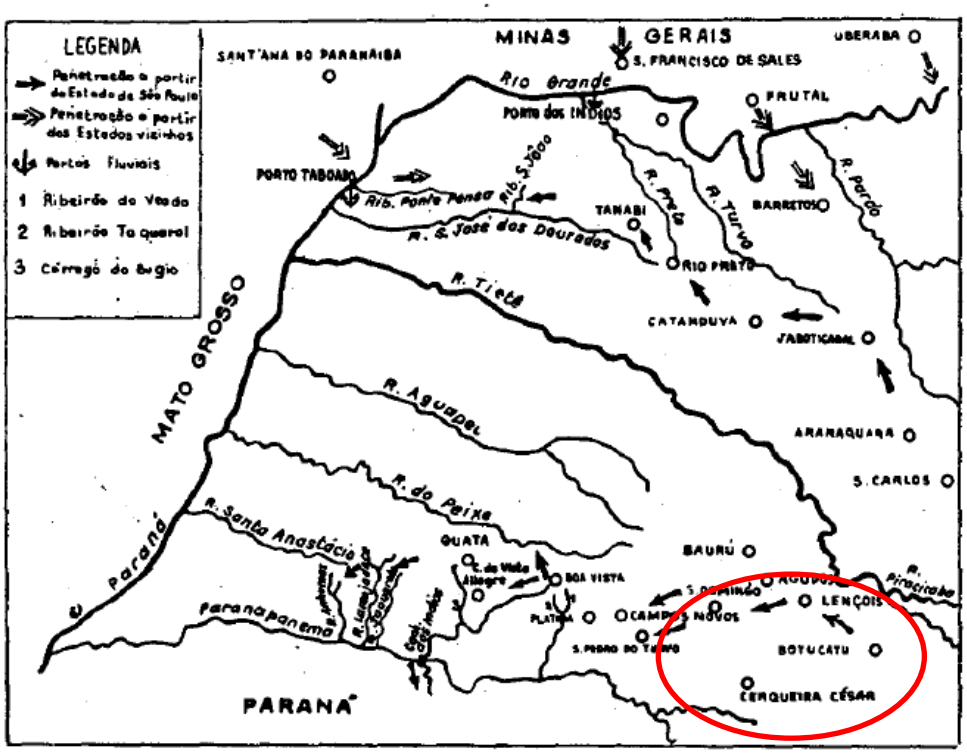


Figura 6: Frente pioneira e penetração de mineiros na ocupação das terras paulistas. Destaque para a área em estudo e suas rotas. Fonte: (MONBEIG, 1984, p. 134)

> A procura de terras, chegou um mineiro, em 1850, a Botucatu, e dali partiu em expedição a São Domingos e além. Transpôs o rio Turvo, atingiu pequenos afluentes do Paranapanema (ribeirões do Veado e Taquaral) e em 1856 deu a conhecer títulos de ocupação de uma vasta gleba, que media 60 quilômetros de frente por 150 de fundo. Depois dessa primeira expedição e munidos de títulos que reconheciam seus direitos, José Teodoro de Souza retornou à sua terra natal, Pouso Alegre, para reunir irmãos, cunhados e primos, a fim de povoar os seus domínios. Em nova expedição, internou-se até o rio Capivara. (MONBEIG, 1984, p. 134).

A Lei de Terras surge como domínio do Estado para assegurar o direito à propriedade, não interessando se esta terra é produtiva ou não. A mercadoria terra se valoriza agora não apenas pelas suas benfeitorias e melhoria. Ela ganha valor ao ficar ociosa, sendo paga por todo conjunto da sociedade a sua renda capitalizada, uma vez que a demanda por produção força a valorização daquele conjunto de terras que estão fora do sistema produtivo.

> Consequentemente, por essa lógica [...], a possibilidade de acumulação de capital, bens e propriedade é abonada teórica e moralmente, por intermédio

> de uma relação contratual de compra e venda de força de trabalho e mercadorias. (FELICIANO, 2009, p. 52).

Portanto, Marx afirma que o preço da terra imposto pelo Estado contém uma subjetividade, uma vez que seu objetivo é impedir que o trabalhador tenha acesso a terra, e se por um acaso o tiver, que o preço da terra seja o suficiente para manter o trabalhador atrelado ao capitalista, até o momento em que já tenha gerado mais-valia suficiente, e assim, pagando a quantia pedida, pode ir cultivar suas terras. E nesse meio tempo, já é o suficiente para a sua substituição por outros trabalhadores (MARX, 1996, p. 893). Vale ressaltar que as terras em questão tratadas por Cobra (1923), são as mesmas que em Monbeig (1984, p. 134) também relata quando menciona as frentes pioneiras. Dessa forma, mesmo antes da política de terras do império para expansão agrícola, e ainda das frentes de ocupação, algumas terras já eram cobiçadas, porém, mesmo com sua titulação, a frente cafeeira saltou as terras altas de Botucatu e os Cerrados, dando a acontecer nas terras baixas próximas ao Paranapanema.

Logo, o caráter dessa apropriação demonstra a tese de que a apropriação não se deu para fins produtivos, mas sim rentistas de reserva fundiária. Parte dessas terras deram origem ao povoado de São Domingos de Tupá, reconhecido como comarca imperial e eclesiásticas, outras foram destinadas, já no século XX, ao Núcleo Colonial Monção e, ainda hoje, são palcos de grilagens e luta pela terra. Notemos que grande parte do território paulista ainda não havia sido ocupado sistematicamente, como é possível notar neste mapa da província paulista no ano de 1879, a fronteira agrícola paulista estava entre a região sudoeste e o centro paulista, e ainda não haviam vencidos os limites da bacia do baixo Paranapanema. Podemos observar a falta de levantamento topográfico, pois não são notados nem rios e nem divisores de águas, ou seja, não havia uma ocupação sistemática de fato, e logo, foram declaradas terras devolutas. E mesmo na figura a seguir, ao qual indica a ocupação do território paulista em meados da década de 1880, ainda há a demonstração de grande parte das terras da província de São Paulo não povoadas, e por isso – como em toda história da ocupação – à mercê das grilagens e ofensivas. Situação essa que não era diferente às terras já tidas como ocupadas, uma vez que o processo de expansão da fronteira agrícola foi uma forma de acumulação primitiva. Importante ainda notas que nas terras do leste paulista, a expansão da cafeicultura já havia se consolidado na expansão dos eixos das ferrovias mogiana e paulista, alcançando as regiões de Pirassununga, Mococa, Ribeirão Preto e São Carlos.



Figura 7: Mapa da Província de São Paulo em 1886 e indicação de áreas ocupadas e não ocupadas. Fonte: *Società promotrice d'immigrazione di Sao Paolo*

Enquanto isso, o eixo da sorocabana findava em Botucatu, tida ainda como a entrada ao sertão, pois dali a frente apenas por picadas ou estradas rudes que se podia avançar ao oeste, mesmo aquele já apropriado. Monbeig (1984, p. 145) afirma que nessas localidades "não é fácil dar com pontos de partida para balizar o perímetro de uma propriedade, que ainda estivesse recoberta por mata cerrada".

> [...] Fui nomeado Juiz Comissário das Comarcas de Lençóis e Botucatu. Escolhida esta vila para sede da comissão, por estar ela no centro da zona que mais tem sido invadida por intrusos e onde me constava estarem se fazendo legitimações de modo muito irregular e contrário às leis em vigor, para aqui me dirigi com todo o pessoal e material da Comissão. Aqui chegando, a 17 de maio, verifiquei que tais informações, que me foram ministradas, nessa capital por pessoas fidedignas, eram infelizmente verdadeiras e que não eram lisonjeiros os conceitos que fazia a população sertaneja sobre os fins da Comissão para aqui nomeada. (PIRAJÁ Apud SILVA, 2008, p. 226).[4]

Dessa forma, vemos que a apropriação territorial e a sua transformação em renda capitalizada pela propriedade da terra não foi algo espontâneo (MARTINS, 2010), e sempre parte dos processos de ampliação das produções anteriormente consolidadas em outras regiões. Indicando as escalas de atuação do capital, uma vez que o propósito da apropriação das terras e a sistemática ocupação estava já relacionada a mundialização do capital.

As atividades desenvolvidas nesta região sempre se deram como extensões de outras áreas, comprovado pela dependência de investimentos e controle da produção por aqueles que detém o capital para investimento, demostrando a subordinação e dependência do que propõem a desenvolver. E, portanto, a apropriação de terras que estavam ainda à parte da sistemática capitalista no interior paulista passou a ocorrer de maneira organizada e intencional não apenas por sujeitos locais, mas sim, por ação do capital mundializado, tanto na perspectiva industrial, quanto financeira.

> Não era inútil assinalar esses aspectos históricos da expansão paulista. Diante de tantos fatores favoráveis, compreende-se melhor que os fazendeiros não tenham tido senão o objetivo de plantar. Reduzir a marcha para o oeste a um fenômeno local, contentar-se com explicá-las por circunstâncias estritamente brasileiras, seria restringir abusivamente seus quadros e não enxergar seus aspectos estreitos. Desde o seu início, a marca para o oeste foi um episódio da expansão da civilização capitalista, surgida

[4] Relatório de José Ribeiro da Silva Pirajá, engenheiro-chefe da Comissão de Terras do Vale do Paranapanema, anexo ao Relatório do presidente da província de São Paulo Rodrigues Alves, 1888, s.n.

> nas duas margens do Atlântico. Amas não cessaram de ser solidárias. (MOMBEIG, 1984, p. 105 – grifo nosso).

Martins (2010, p. 44) afirma que a grande quantidade de terras devolutas no país estava sujeita à uma prática simples de ocupação, e se somente após a sua ocupação, fossem regularizadas, estas se tornariam um entrave à libertação dos escravos e a vinda de imigrantes. A possibilidade de ocupação de fartas extensões de terras preocupava o Estado e os produtores, uma vez que acabaria inviabilizando a existência de uma classe que tenha somente a sua força de trabalho a vender a outrem.

Nessa premissa podemos concluir que as escalas de atuação do capital na formação geográfica do oeste paulista – e mais precisamente no recorte em estudo – são mais amplas que se limitadas a ilustrar apenas a participação de agentes no que era chamado de "desbravamento", mesmo porque havia uma deliberação social, econômica e política de escala mundial para que a fronteira agrícola paulista fosse estendida, e assim, passasse a fazer parte da divisão do trabalho mundial, dentro do seu papel bem definido. Situação que não era novidade e nem se extinguiu, pois, em toda expansão de fronteiras agrícolas haverá a ação deliberada do capital buscando, em um primeiro momento formas de acumulação para produção do capital, recorridas através de espoliações e grilagens de terras, para em um momento posterior determinar a sua configuração no papel da economia mundial.

A participação da América Latina no capitalismo mundo já exercera o papel de sustentáculo ao desenvolvimento do capitalismo nas potências europeias durante os século XVI a XVIII. Através do sistema colonial os países centrais puderam se estabelecer como agentes detentores do capital. Situação essa que se complexa, mas não altera os papeis, no século XIX, tal como aponta Marini (2017, p. 328):

> O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador.

Com a expansão da cafeicultura as terras do rincão paulista localizadas acima das cuestas basálticas passam a ser vislumbradas. Terras essas de indígenas, caboclos e caipiras que viviam da coletividade ou da posse para seu sustento. Terra à mercê dos interesses do

capital para sua apropriação. No mesmo momento ao qual é promulgada a Lei de Terras de 1850 são criadas as comissões para levantamento e ocupação do vale do Paranapanema, bem como fomentadas as frentes de exploração e povoamento. Terras "desocupadas" que logo seriam apropriadas para garantir a territorialização do capital.

> Em 1850, o Brasil acabaria por curvar-se ante os interesses da política econômica inglesa. Por outro lado, internamente, o florescimento da economia cafeeira no Centro-Sul e a solidificação da base sociopolítica do regime monárquico, nucleada no Partido Conservador, propiciaram a continuidade do processo de consolidação do Estado nacional. (SILVA, 2008, p. 356)

Entretanto, a apropriação e povoamento foi de intensa violência, com o apresamento indígena, expulsão de posseiros e sujeição de antigos moradores. Das frentes pioneiras se destacam aquelas que realizavam o aldeamento indígena, como nas terras de Santo Inácio, São Domingos e São Sebastião. Havia também as apropriações privadas que iram dar origem a latifúndios até hoje presente.

Espoliações, violência e grilagens marcam as apropriações da terra, abrindo espaço para a expansão da cafeicultura e do rentismo fundiário. A produção cafeeira demorou a se consolidar, ocorrendo nas proximidades do vale do Paranapanema onde os solos de "terra-roxa" garantiam maior fertilidade. Já nos solos areníticos não atrativos para a cafeicultura ocorreu a apropriação especulativa e rentista, visto que não houve investimento inicial algum. Com a chegada da ferrovia no final do século XIX a produção algodoeira se territorializa, mas sem concorrer com a cafeicultura, pois iria ocupar as terras ociosas. A partir destas situações é que analisaremos como as territorialidades do capital ao decorrer das principais episódios produtivos dá face ao Desenvolvimento Geográfico Desigual. Situações estas intrinsecamente relacionadas, principalmente pelo crescimento da produção cafeeira e de demandas de capital investidos no beneficiamento e transportes dos grãos. Porém, a cafeicultura não se territorializou de maneira homogênea, deixando grandes dimensões de terras à mercê de outras práticas, tais como as grilagens. Não é certo afirmar que o processo de apropriação de terras para a cafeicultura não foi dotado de práticas de apropriação ilegal, certamente as foram. Mas, as terras cobertas por Cerrados no interior de São Paulo e com solos menos férteis foram alvo de outras intencionalidades, exercendo então o caráter de terras especulativas na extração de renda fundiária e como mais uma ferramenta de acúmulo do capital.

O cercamento e apropriação da terra acabam por subjugar a sociedade aos interesses de poucos. A propriedade privada da terra é sem dúvida alguma, uma das principais maneiras de exclusão social. O forjamento da propriedade privada nos moldes atuais acontece concomitantemente ao mercantilismo, afirmando as práticas de autoafirmação e manutenção das classes sociais nascentes (FELICIANO, 2009, p. 48). Assim, é evidente que a privação de um pedaço de chão por alguém é condicionante primaz de exclusão, que em sua outra face, se apresenta também através da violência.

> Os falsários deram provas de imaginação e habilidade diabólicas: buscaram folhas de papel timbrado com as armas imperiais, imitaram escritas fora de uso, descolaram velhos selos, amarelaram propositalmente seus documentos, arrancaram páginas dos registros dos tabeliães. Implantavam-se às pressas cafeeiros de vinte ou trinta anos nas clareiras das florestas. Transportaram-se partes destacadas de casas velhas, que eram guarnecidas com móveis antigos, para criar o ambiente adequado e similar uma antiga ocupação do solo. Era preciso também premunir-se contra os adversários, pois muitas vezes dois ou três indivíduos moviam demandas em relação ao mesmo território, com algumas variantes na delimitação. Nesse caso era indispensável cair nas boas graças do juiz de direito e dos agrimensores. E, por fim, era o assassinato uma solução levada em conta. (MONBEIG, 1984, p. 144-145).

Esses movimentos podem ser entendidos como mecanismos para maior captação da renda da terra (OLIVEIRA, 1986, p. 94). Logo, com o avanço da privatização de terras, principalmente por terras menos férteis que as ocupadas anteriormente, surge ao capitalista a renda diferencial, que é a fração suplementar permanente do lucro do capitalista que explora a terra sob relações capitalistas de produção, ou seja, sob relações baseadas no trabalho assalariado em melhores condições em relação aos demais. (OLIVEIRA, 2007, p. 44). As frentes de expansão pelas fronteiras agrícolas levam consigo as diretrizes do capital e destroem as formas de territorialização e vida tradicionalmente presentes através da tomada da terra, ao mesmo tempo que deixa terras com baixa produtividade em regiões anteriormente ocupadas, em um processo de obtenção de renda diferencial da terra explicito.

> A propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País. [...] A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros. (MARTINS, 1999, p. 12-13)

A terra não poderia ter valor, pois ela não pode ser encarada como mercadoria, uma vez que não é forjada pelo trabalho humano. Logo, a terra tem preço, dentro de uma análise que encara a propriedade privada da terra como fonte de renda capitalizada. Assim, dentro desses jogos de interesses financeiros, a terra é comercializada, explicitando-se como uma contradição ao capital. E como se não bastasse, existem valores diferentes para "terras diferentes". A renda da terra é obtida dentro de um mecanismo que tratam de sua fertilidade, localidade e demais interferências humanas, resultando em questões primordiais para serem analisadas com o propósito de entender os processos de apropriação e de conflitos territoriais.

Logo, reforçamos a afirmação de que o caráter privado da terra no Brasil é forjado a partir da espoliação do patrimônio público brasileiro (SILVA, 2008, p. 18). Se com o regime de sesmarias, a ligação entre o estado e os beneficiários já se mostravam intrínsecos, com a Lei de Terras essa relação se torna a força motriz da formação da política brasileira, que não é rompida com o fim da monarquia, mas se consolida na política café com leite da velha república e chega aos dias atuais pela bancada ruralista no congresso

E frente a tais circunstâncias que delimitamos as áreas de estudo, partindo da premissa que suas territorializações estão intrinsecamente vinculadas aos episódios de apropriação, rentismo e mobilidade do capital ao qual gera a dependência e contradições que permitem as territorialidades camponesas. Certamente que o capital não se territorializa de forma homogênea, e nesse ponto configura-se a sua contradição. Para entender esse mecanismo vale debruçar sobre as condições e reflexos deste processo desigual, porém proposital, a fim de evidenciar os ritmos e termos da inserção do capital na localidade em estudo.

1.2 – A periferia de uma economia mundializada: a mobilidade do capital e as escalas da Divisão Territorial do Trabalho

Discorridos alguns eventos importantes para compreender o processo de ocupação e apropriação das terras nessa porção Sudoeste Paulista a partir de Botucatu, partiremos agora para a análise que visa compreender a mobilidade do capital nos condicionantes de uso e ocupação do solo através da perspectiva da produtividade e do seu papel na divisão internacional do trabalho, levando em consideração a relação de dependência que o capital forja no processo de desenvolvimento. A proposta deste capítulo é evidenciar a dependência

ao capital presente nesta localidade em diferentes momentos históricos e suas atividades produtivas para compreender o processo de drenagem da renda fundiária. Associando cada atividade presente aos principais eventos do capital mundial é possível notar as relações de sujeição que o capital promove no arranjo territorial e nas características socioeconômicas. Identificando os agentes do capital que investiram em cada momento e relacionando o movimento e escalas que este capital promoveu.

Dessa forma, daremos ênfase às atividades de destaque em seu momento e como estas foram direcionadas pela intencionalidade do capital, ou seja, sua correspondência com as diretrizes que a economia mundial provocava e como isto refletiu no forjar geográfico. Para isto, iremos das continuidade em algumas abordagens sobre o processo de apropriação e ocupação da área em estudo no decorrer do final do século XIX e início do século XX.

1.2.1 – Das ocupações, das fazendas, dos cafezais e das ferrovias

Iniciando pela cafeicultura, como já mencionado anteriormente, esta atividade foi o motor para a ocupação sistemática pelo capital na área em estudo. Mesmo antes do primeiro pé de café ser plantado na região, os cafeicultores já ambicionavam a apropriação destas terras, fosse para o aumento da produção ou para o incremento de valor ao café produzido em terras mais férteis e próximas aos pontos de escoamento. Conceito explicado pela ótica da renda diferencial, enquanto fração suplementar permanente do lucro do capitalista que explora a terra sob relações capitalistas de produção, ou seja, sob relações baseadas no trabalho assalariado em melhores condições em relação aos demais (OLIVEIRA, 2007, p. 44). No caso, a expansão da cafeicultura por localidades distantes, dotadas de pouquíssima infraestrutura para o escoamento da produção, bem como a fertilidade do solo ainda condicionando índices de produtividade menores e de qualidade inferior, acabam acarretando a obtenção de renda diferencial. Quando se refere às questões de fertilidade natural dos solos e da localização das terras, tem-se a ocorrência da *renda da terra diferencial I*, uma vez que estas características independem do capital aplicado na produção. Certamente que propriedades com fertilidade natural superior a outras, e que apresentam localizações privilegiadas, acabam por serem mais valorizadas, aumentando a arrecadação de renda da terra. Quanto a ocorrência de *renda da terra diferencial II*, tem-se o investimento de capital para a melhor produtividade destas terras, ou seja, aquelas propriedades localizadas sobre uma

cobertura pedológica menos fértil, em que com o investimento maciço, regularizam a questão da fertilidade, produzindo índices superiores dos comumente encontrados (OLIVEIRA, 1986).

> Podemos agora trazer o argumento com relação ao papel da propriedade da terra e a apropriação da renda para o círculo amplo do capitalismo. A apropriação da renda não só é socialmente necessária, mas os proprietários de terra precisam necessariamente assumir um papel ativo na busca de rendas aumentadas. (HARVEY, 2013, p. 534).

Certo que o momento da cafeicultura nessa região está relacionado ainda a substituição do trabalho cativo pelo assalariado, e com isso, há toda uma dinâmica envolta à imigração europeia, e posteriormente asiática, como mão de obra na colheita. Mas também há a relação de negação do acesso à terra promovido por sua mercantilização. Sendo que subjetivamente havia a facilidade de apropriação da terra por aqueles possuíssem meios para isso. É perceptível que além da terra ganhar sua face privativa, todos aqueles rincões não ocupados, ou devolvidos à coroa, conhecido como terras devolutas, em quaisquer hipóteses poderiam se configurar a possibilidade de acesso à uma classe de trabalhadores livres. Com a eminência do trabalho livre nas lavouras brasileiras, a classe proprietária de terra se viu no dilema de verem seus trabalhadores se desvencilhando de suas amarras e indo atrás terras para o cultivo próprio.

E como ponto interessante de análise, as grilagens de terras não aconteceram nas vistas do Estado pelo interesse ao incremento da produção cafeeira apenas, sendo presente a apropriação com o caráter rentista e especulativo. Logo, com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, não bastava apenas garantir a necessidade de um exército de mão de obra, mas também, criar condições que os impossibilitem, financeiramente e moralmente, de se ter acesso à terra. Se o escravo ao ser liberto, isso lhe apresentava como um rompimento às amarras do trabalho. Para o imigrante livre, a única coisa que lhe restara era a venda do trabalho. E assim, como maneira de subjugar a sua vontade, a propriedade da terra se configurava como algo difícil de acontecer, cabendo-lhe apenas a opção de se tornar colono. A propriedade da terra era negada pela compra e pelos ideais propagados de que a terra é para poucos. Não raro era a sujeição do colono dentro da fazenda. Dente os procedimentos que caracterizavam o colonato, como já citado, o pagamento muitas vezes sequer acontecia, devido às artimanhas dos fazendeiros, que lhes cobravam as passagens, instalações e moradias, alimentação e até o uso de ferramentas. Logo, o que temos são inúmeras

circunstâncias que visam ao fazendeiro-proprietário à manutenção dessa classe trabalhadora em suas terras, inviabilizando a sua saída, e assim, contribuindo para os processos de extração de renda capitalizada da terra. De acordo com as concepções de Wakefield, empregada no processo de privatização da terra no Brasil nota-se que desde os primórdios, a questão da terra procura beneficiar o Capital.

> De início, descobriu Wakefield, nas colônias, que a propriedade de dinheiro, de meios de subsistência, de máquinas e de outros meios de produção não transformam um homem em capitalista, se lhe falta o complemento, o trabalhador assalariado, o outro homem que é forçado a vender-se a si mesmo voluntariamente. (MARX, 1996, p. 885)

E por meio desses processos a organização espacial é resultante de mecanismos que levam o mercado fundiária a moldar a alocação do capital à terra e com isso moldando a estrutura geográfica de produção (HARVEY, 2013, p. 535) e a negação social à terra por aqueles que não fossem dotados de recursos ou privilégios.

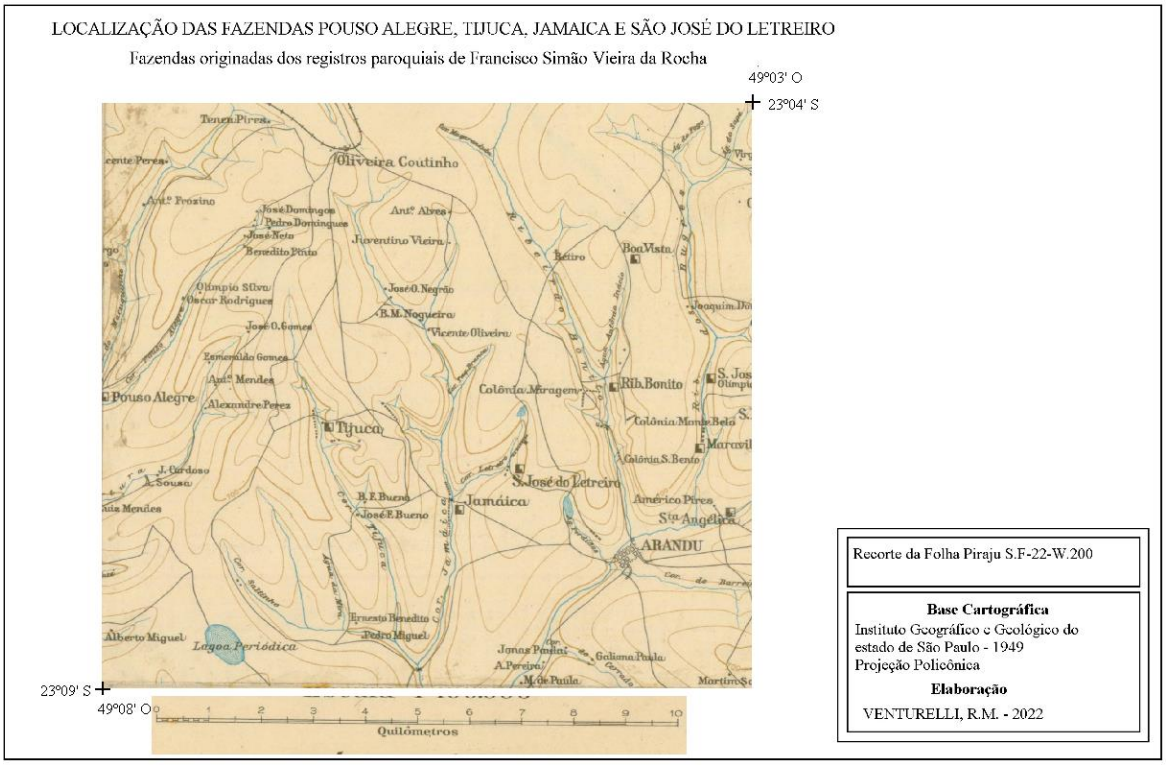
> O mercado fundiário é uma força poderosa que contribui para a racionalização das estruturas geográficas em relação à competição. [...] Além disso, os proprietários de terra desempenham um papel ativo no processo da estrutura e reestrutura geográfica. (HARVEY, 2013, p. 535).

Tabela 7: Registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, na vertente direita do Rio Paranapanema

Nº do registro	PROPRIETÁRIO / DECLARANTE	ANTIGO PROPRIETÁRIO	Data do registro	Tipo de aquisição	Espécie de propriedade	LOCALIDADE
150	Francisco Simão Vieira da Rocha	José Vieira da Rocha	13/02/1856	Compra	Sítio	Ribeirão do Macuco
151	Francisco Simão Vieira da Rocha	Generoso José Pereira	13/02/1856	Compra	Sítio	Ribeirão Letreiro
205	João da Cruz Pereira	José Nunes de Mendonça Muniz Gonçalves	11/04/1856	Compra	Sítio	Ribeirão do Macuco
206	João da Cruz Pereira	João Delgado Leal; José Celestino Pimentel	11/04/1856	Compra	Sítio	Rio Paranapanema
355	José Joaquim Alves Machado	João da Cruz Pereira	26/05/1856	Compra	Fazenda	Cachoeira do Rio Paranapanema
586	Antônio Bento Alves	Florêncio Dias da Silva	31/05/1856	Compra	Terras	Macuco; Lagoa; Veado
592	Francisco Felisberto do Vale	Inácio Pereira de Assis	31/05/1856	Compra	Fazenda	Ribeirão do Macuco

Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Registros Paroquiais de Terras de São Paulo. Vila de Botucatu – livro nº123 (BR SAPAPESP SEGOVP 5.5.2) – Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br

Essas iriam ser as primeiras propriedades com registros na área que contempla os municípios de Cerqueira César e Arandu nas vertente do Rio Paranapanema, visto que no vale do Rio Pardo existiram posses mais antigas, porém com registros de datas muito próximas. Podemos observar na tabela 7 a recorrência de propriedades registradas na microbacia do Ribeirão do Macuco e áreas vizinhas, como o Ribeirão do Letreiro e das margens do Rio Paranapanema. Essas terras são aquelas localizadas sobre a cobertura de solos basálticos e recobertos por florestas. Devido a fertilidade do solo e clima, foi aí que tivemos as primeiras plantações de café. Perceba que nas terras registradas por Francisco Simão Vieira da Rocha, são áreas contínuas, e posteriormente – já no século XX – serão recobertos por extensos cafezais divididos em grandes e tradicionais fazendas da região.



Mapa 5: Recorte da Carta Topográfica Folha Piraju – SF-22-W.200 com a localização das fazendas originadas dos registros de Francisco Simão Vieira Da Rocha. Fonte: Departamento de Geociências da USP.

Partiremos explicando que essas terras não foram as únicas a receber os cafezais nesse momento histórico, tão quanto as únicas a presenciar a relação entre ocupação e apropriação. Mas nos ateremos a esses exemplos, para fim de evitar redundância, uma vez que o fenômeno que iremos descrever iria ser repetido ao abordar outras áreas na localidade. As exemplificações trazidas aqui partem da apropriação das terras e de sua destinação produtiva

como ponto de interpretação do fenômeno relacionado a ocupação, divisão do trabalho e dependência.

Desses registros irão surgir fazendas que determinaram a produtividade nesse recorte locacional. Fazendas como São José do Letreiro, Jamaica, Tijuca e Pouso Alegre são anteriores as primeiras ocupações e povoamento do núcleo populacional que daria origem ao município de Cerqueira César/SP. A identificação de que estes registros condizem com as citadas fazendas se deu através de análises de localização e de conversas com ex-moradores das colônias aos quais nos mencionaram suas experiencias de vida e mais a frente iremos resgatar. Os desmembramentos dessas propriedades virão posteriormente algumas décadas dos registros citados em meados do Século XIX, mas ocorrerão ainda antes da chegada da Estrada de Ferro Sorocaba, e já no Século XX pertencerão à figurões da política paulista, tal como a família Abreu Sodré.

Conforme podemos observar no mapa 5, a localização dessas fazendas está em área propícia para a instalação de cafezais, uma vez que além de estarem sobre a cobertura edafológica de latossolos ferrosos, a diminuição altimétrica em direção ao Rio Paranapanema se mostrou favorável ao proteger os cafezais das intensas geadas que são comuns nas localidades do divisor de águas, aos quais estão entre 750 a 850 metros de altitude.



Figura 8: Vista área da colônia da Fazenda São José do Letreiro em 1939. Fonte: IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo.



Figura 9: Casas remanescentes da antiga colônia da Fazenda São José do Letreiro – Arandu/SP. Foto: Ricardo M. Venturelli – Jan/2019.

Pela imagem aérea (figura 8), datada de 1939, podemos perceber a dimensão da colônia e das estruturas destinadas ao beneficiamento do café, bem como os vastos cafezais plantados nas vertentes. A escola da posição dos objetos é proposital, a fim de evitar as áreas de baixada mais propicias a geada nessa região. A Fazenda São José do Letreiro, hoje localizada no município de Arandu, foi umas das responsáveis pelo adensamento populacional no então Distrito dos Papagaios, pertencente a Avaré e que deu origem ao município citado.



Figuras 10 e 11: Antigo deposito de café e casa sede da Fazenda São José do Letreiro – Arandu/SP. Foto: Ricardo M. Venturelli – Jan/2019.

Outra grande produtora de café no final do Século XIX e primeiras décadas do Século XX foram as Fazenda Jamaica e Tijuca, ao qual passou a pertencer à família Abreu Sodré ainda no início dos anos 1900. Francisco Sodré havia sido o segundo prefeito de Santa Cruz do Rio Pardo, ao qual era proprietário da Fazenda Maguari e deu origem ao povoado de Sodrélia. Pouco tempo depois adquiriu as terras nas microbacias do Córrego da Jamaica e Córrego da Tijuca – afluentes do Ribeirão Bonito, homônimo ao localizado ao sopé das cuestas de Botucatu, mas esse afluente direto do Paranapanema. Seu filho, Roberto Costa de Abreu Sodré se casou com a filha de um grande fazendeiro de Avaré chamado João Mellão. Durante os anos de 1967 a 1971 foi governador do estado de São Paulo.



Figura 12: Vista da sede da Fazenda Jamaica, em Arandu/SP. Foto: Ricardo M. Venturelli – Jan/2019.

Nessas fazendas foi marcante a presença de imigrantes europeus, principalmente italianos que chegaram nas primeiras décadas do Século XX. Porém, há algumas estruturas remanescentes, aos quais ao antigos colonos e trabalhadores relatam serem antigas senzalas para trabalhadores escravizados. Pelo momento histórico dos registros, há a probabilidade de qual isso possa ter ocorrido, porém, o memoricídio desse evento nefasto é recorrente, como forma de amenizar a situação ocorrida. Essa transformação se deu sobre pressão de interesses internacionais, principalmente os da Inglaterra, tais como o fim do tráfico negreiro e a proibição da escravidão. Muitas foram as alternativas encontradas pelo capital internacional para continuar o processo de dominação de muitos povos pelo mundo. (OLIVEIRA, 2007, p.

25). Essa foi a saída para a crise do trabalho escravo, a ascensão do trabalho livre, como uma nova relação entre o empregado e o fazendeiro.

> [...] substituir o escravo, dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. (MARTINS, 1979, p. 12).

Quando da ocupação e formação desses cafezais, aconteceu concomitante a presença de mão de obra escravizada afrodescendente e de colonos. Mesmo com todas as pressões internacionais e manobras políticas do império brasileiro após meados do Século XIX, a presença da mão de obra escravizada nas áreas "longe" dos centros econômicos continuou a ser uma realidade costumaz. Principalmente como mais um meio para garantir a acumulação primitiva de capital.

> No Brasil, o que tivemos como organização econômica, desde o início da colonização, foi a escravidão servindo de bases de uma economia mercantil. Com a abolição da escravidão (preenchida de um processo de substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre, desde a supressão do tráfico africano), era natural que as classes dominantes e senhoras dos meios e fatores de produção, inclusive e sobretudo a terra, procurassem se aproveitar da tradição escravista ainda muito próxima e viva, para o fim de intensificarem a exploração do trabalhador. (PRADO JR, 1981, p. 68).

Nesse sentido, o sistema escravocrata representava uma contradição à acumulação de capital, uma vez que os fazendeiros estavam em condições de personificar as necessidades de reprodução do capital, sem depender de uma nova classe social, distinta a de proprietários fundiários, ou seja, a de trabalhadores assalariados, que configuraria em um mercado consumidor, fato difícil de ser construído em uma base produtiva pautada na exploração escravista.

> Em suma, ao entrar em contradição com o escravismo, o capital anunciava a possibilidade de transformações sociais, de superação dos bloqueios sociais e econômicos a que suas virtualidades se manifestem numa realidade social transformada e nova. (MARTINS, 1999, p. 55)

Nessa relação de dependência que o capital mundial provocara as políticas agrícolas brasileira, a regulamentação da propriedade da terra forjada pela Lei de Terras e a utilização de trabalhadores livres no campo – desde posseiros a colonos imigrantes – é um fator de manutenção de uma ordem social e de quem tiraria proveito na marcha ao sertão e na ocupação de terras ainda desocupadas. Dessa forma, Caio Prado Jr afirma que o não acesso a terra no Brasil tem seu foco voltado a um processo que visa a formação de uma classe

trabalhadora no campo, servindo aos pressupostos da agropecuária capitalizada. (PRADO JR, 1981, p.69). Os camponeses se viam empregados sobre a relação do Colonato, onde eram subitamente explorados pelos grandes fazendeiros paulistas de café. Não raro eram as revoltas por melhores condições de trabalho e pagamento, bem como o levante em greves e protestos (OLIVEIRA, 1988, p. 22).



Figura 13: Vista panorâmica da Fazenda Jamaica, em Arandu/SP. Foto: Ricardo M. Venturelli – Jan/2019.

Com a substituição do trabalho escravo pelo livre, a renda capitalizada se transfere da figura do cativo para a terra, assim, em uma perspectiva de manter o controle sobre a renda, seria necessário manter o trabalhador livre sob as rédeas do trabalho, não o possibilitando de ter acesso à terra. Assim, não se garantia apenas a mão de obra necessária, mas também a manutenção da extração da renda capitalizada, através a da propriedade privada da terra.

Com o intuito primordial de não se romper com as diretrizes oligárquicas, a mercantilização da terra aparece como processo de exclusão e violência no campo. O Estado, ao sancionar essa lei, garante os interesses da empresa agrícola de produção, consolida os ditames do poder no Brasil. O que antes se configurava com aquisição de escravos, agora passa a ser com a garantia da propriedade privada da terra. Ao negar o acesso a terra, o proprietário ganha duas vezes, a primeira com a renda capitalizada, valor dado à sua propriedade pelo fato dela ser privada, e em segundo, pela transformação da figura do proprietário em um ser acima dos demais, aquele que detém o poder e influência nas diretrizes econômicas. A história presente na memória da população local sobre a Fazenda Jamaica é

dela ter sido uma das maiores produtoras de café de toda a região. E juntamente com a Fazenda São José do Letreiro é tida como uma das responsáveis pela modificação do traçado da Estrada de Ferro Sorocabana para o divisor de águas do Rio Pardo e do Rio Paranapanema.

Próximo a Fazenda Jamaica e Fazenda Tijuca – desmembrada da Jamaica quando Cerqueira César foi emancipada de Avaré em 1917 – existiu a estação ferroviária de Oliveira Coutinho, ao qual servia como entreposto para o escoamento de café e chegada de imigrantes. Essa estação chegou a ser o ponto final da ferrovia em 1897, pois um pouco a frente se localizava o pátio de manobras. Isso aconteceu mesmo antes da fundação da vila dos Três Ranchos, que dará origem a Cerqueira César. Pelo menos de 1868 (DI CREDDO, 2003, p. 158) já existia ali uma pequena povoação com algumas choças e choupanas que serviam de pouso, bebedouro aos animais e um pequeno comércio. Por isso, o povoado e o ribeirão recebem o nome de Três Ranchos.



Figuras 14 e 15: Antiga plataforma da estação de Oliveira Coutinho e um tijolo com as iniciais EFS (Estrada de Ferro Sorocabana). Foto: Ricardo M. Venturelli – Nov/2010.

Logo, o traçado da ferrovia fora determinado pela presença da cafeicultura em detrimento de ocupações a beira dos rios, como Santa Barbara e Santa Cruz do Rio Pardo. E assim, esse pequeno pouso que exista como ponto de referência e estrada clandestina de desvio da rota tropeira dos campos paulistas acabara por ser tornar a boca do sertão.

> Muitas vezes eles atravessavam regiões completamente vazias, onde nenhuma civilização tinha ainda começado, e, antes das fazendas, os pousos sobre as estradas constituíram os primeiros centros de povoamento. (DEFFONTAINES, 1944, p. 145).

É nesse contexto que são criadas as condições para o escoamento da produção cafeeira, através das ferrovias, e por isso, são iniciadas as obras para uma ferrovia que se pretendia ligar o oeste paulista ao porto de Santos. Em 1872, iniciou-se a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, como tratado por Stefani (2007, p.50), essa ferrovia surgiu da fusão de duas empresas particulares, sendo elas a Companhia Ituana e a Companhia Sorocabana, que tinham grandes movimentações financeiras com a atividade algodoeira. Como notado anteriormente na figura 7, em 1886 a ferrovia tinha ponto final em Botucatu. Contudo, visto a expansão das ocupações, povoamento e apropriações fundiárias, já havia o projeto de estender a linha férrea até as barrancas do Rio Paraná. De Botucatu partiriam dois ramais, sendo um até a vila de Bauru, ao qual se encontraria com a Cia. Paulista e, outro ramal ao qual o projeto original de expansão da EFS, seria construído ligando a cidade de Botucatu à confluência do Rio Pardo com o Rio Paranapanema. Este receberia o nome de Ramal Tigabi, passando pela margem direita do Rio Pardo, onde já existiam cidades instaladas, como Santa Bárbara (atual Águas de Santa Bárbara) e Santa Cruz do Rio Pardo, chegando à divisa com o Paraná (PRADO, 2010).

> No Estado de São Paulo, as estradas de ferro seguiram em geral os divisores das bacias fluviais, os *espigões*, e se afastavam dos fundos de vales; as antigas aglomerações junto aos rios se tornaram afastadas e desfavorecidas em benefício das novas cidades do planalto. (DEFFONTAINES, 2004, p. 128).

Entretanto, esse projeto foi preterido por aquele ao qual se dirigisse ao ponto previsto pelo divisor de águas, atendendo as fazendas de café aos quais já marcavam a paisagem da vertente do Paranapanema. Mesmo financiada pelo setor algodoeiro sorocabano, essa ferrovia seguiu os rumos dos cafezais. Ademais, as terras previstas para sua passagem, que são aquelas marcadas pelos solos arenosos, ainda se encontravam em situações de litígio com antigos moradores, indígenas e, também, com nenhuma produtividade que interessasse ao capital dotar de infraestrutura aquela localidade, marcada pela apropriação rentista de fato. Mais a frente veremos que nessas terras a produção algodoeira se intensifica, mas apenas com a decadência da cafeicultura na década de 1930.

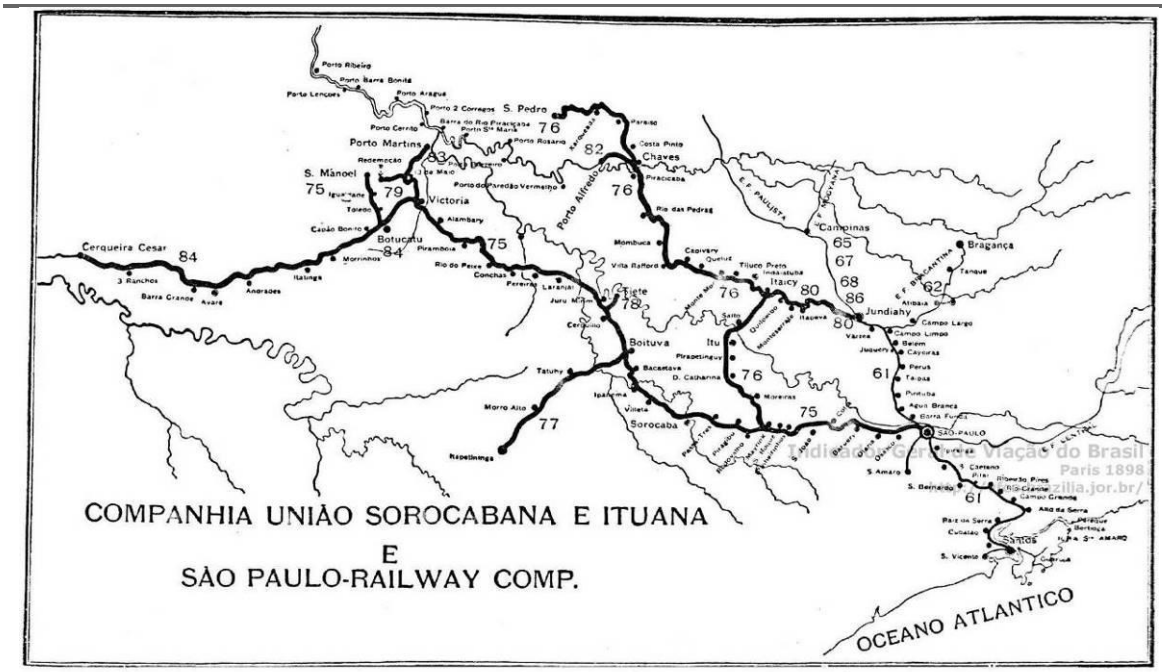


Figura 16: Algumas ferrovias paulistas no ano de 1898. Em destaque as linhas férreas da Cia União Sorocabana e Ituana, que seria em breve apenas EFS, e da SPRW.

A EFS teve sua construção estagnada no ano de 1897, quando atinge a Vila dos Três Ranchos (atual Cerqueira César), então distrito de Avaré. O término da ferrovia na vila dos Três Ranchos, além de fazer progredir um povoado tido como cidade-estação, também a fez um ponto de referência. Em parte, como boca do sertão para as áreas ainda desocupadas – mas já apropriadas, bem como ponto de encontro dos cafeicultores que já se encontravam a mais de 100km de distância nos chamados campos novos, para além da confluência do Rio Pardo com o Rio Paranapanema. Assim, Cerqueira César é tida como uma cidade fundada pela maria-fumaça, visto a permanência do término da ferrovia nessa localidade por quase uma década. Mas, antes mesmo da ferrovia, já existira um pouso. Então, podemos concluir que há um duplo nascimento, sendo o primeiro do pouso em meio a nada, e o segundo do término da ferrovia que determinava a boca do sertão.

> Mas, a estação ferroviária que, quase seguramente, faz aparecer uma cidade é a estação terminal, a ponta de linha que desemboca na região nova e constitui uma ponta pioneira. É a boca de sertão, a boca sobre as regiões vazias. No Brasil, o povo avança para as zonas pioneiras cuja população aumenta com uma velocidade vertiginosa; aí a terra é virgem e dá rendimentos fabulosos durante os primeiros antos. Os exploradores das zonas do interior, rapidamente esgotadas pelos métodos agrícolas empregados, se atiram para a região nova desde que sela está “aberta”, isto é acessível; [...]. (DEFFONTAINES, 1944, p. 147-148).

Algumas hipóteses são desmentidas sobre a motivação para a não construção da ferrovia a partir dos Três Ranchos. A primeira que cai é sobre as dificuldades em transpor algumas colinas e vales, algo que é desmentido pelo fato de já haver técnicas de construção que fizeram em outros trechos e superaram obstáculos mais difíceis. Tanto que ao comparamos na imagem a seguir, em um mosaico de 1949 e atual, percebemos que o traçado da ferrovia contornara as tais colinas, e apenas na década de 1950 com o projeto de retificação e eletrificação foi que a ferrovia passaria pelo corte "intransponível" do final do Século XIX.



Figura 17: Mosaico para identificação do traçado da ferrovia em Cerqueira César. Primeira imagem referente à Carta Topográfica Folha de Piraju – S-F-22-W.200 de 1949 e, a segunda referente à imagem de satélite obtida pelo Google Earth do ano de 2021.

Outro ponto, mais plausível, seria a falta de interesse em expandir o traçado da ferrovia para áreas de pouco interesse da cafeicultura. De certo que no divisor de águas ao qual a ferrovia se encontrava, os solos areníticos, a cobertura de Cerrado e o clima evidenciavam as más condições para o plantio de café. Porém, rumo ao Rio Paranapanema, fosse em direção à Piraju ou aos campos novos de Ourinhos, a presença da "terra-roxa" atraiu grandes investimentos para a abertura de novos cafezais, tais como o de João Francisco da Costa e Silva que em 1897 plantou mais de 180.000 pés de cafés nos campos novos (DI CREDDO, 2003, p. 168).

> Tendo investido além de seus recursos tentando fazer avançar suas linhas até os limites do Paraná e Mato Grosso, a Sorocabana vê-se obrigada, em 1904 a entregar todo o seu acervo ao governo federal, pois a Província, por força de contrato com a Companhia, não poderia adquirir a estrada entes de vencidos os trinta anos após sua construção. Em 1905, porém, vencido esse prazo, o governo de São Paulo adquire-a do governo federal e passa a arrendá-la, a partir de 1907, por um prazo de dez anos, a um consórcio franco-americano. Quando volta à administração do estado, se estabelece como Repartição Industrial subordina à Secretaria de Viação e Obras Públicas. (STEFANI, 2007, p. 50)

Com o controle da Sorocabana ao governo paulista e, posteriormente entregue ao controle do capital de origem francês e estadunidense, em 1905 é construído o Ramal de piraju e no ano de 1906 sua construção é retomada, avançando sobre o divisor de águas das bacias hidrográficas do alto Paranapanema e do Rio Pardo, atingindo em 1908 a confluência desses rios, dando origem à Ourinhos.

Ainda referente as terras registradas por Francisco Simão Vieira da Rocha entre o divisor de águas e os ribeirões do letreiro e macuco ao qual houve a venda e o desmembramento em outras grandes fazendas, temos agora a Fazenda Tijuca, ao qual pertencia ao conjunto da Fazenda Jamaica. Porém, com a emancipação de Cerqueira César em 1917, houve o desmembramento para que cada sede ficasse em um município[5]. Posteriormente esta fazenda ainda seria vendida à família Negrão, que se destacara como grande oligarca na região.



Figura 18: Antiga casa sede e terreiro para secagem de café da Fazenda Tijuca em Cerqueira César/SP. Foto: Ricardo m. Venturelli – Jan/2019.

Ressaltando que não apenas essas fazendas se destacavam na produção cafeeira nas primeiras décadas do século XX, sendo outras de importância tão grande quanto. Fato notado

[5] Nesse momento a Fazenda Jamaica tinha sua sede em Avaré. A emancipação desse se deu em 1870 a partir do município de Botucatu, sendo sua fundação nove anos antes. Em 1964 as terras ao qual está a Fazenda Jamaica passa a pertencer ao município de Arandu.

pelas estruturas ferroviárias existentes a fim de dar fluidez ao escoamento do café, tal como as inúmeras estações nas proximidades de outras fazendas e, ainda, o ramal até Piraju.





Figuras 19 e 20: Barracões na proximidade da linha férrea e construídos nas primeiras décadas do século XX para armazenamento de café, em Avaré e Cerqueira César, respectivamente. Fonte: Ponto de vista do Google Streetview. Data: Ago/2011 e Ago/2021

Dentre as últimas grandes fazendas originárias do processo de apropriação descrito aqui, temos a Fazenda Águas do Pouso Alegre, ao qual foi aberta por uma família de mineiros, e por isso o seu nome. Entretanto, a orientação produtiva dessas terras não esteve vinculada a cafeicultura, mas sim ao gado leiteiro. Sua localização estava a margem das terras apropriadas por Francisco Simão Vieira da Rocha, e a localização escolhida para a sua instalação foi na confluências dos córregos do Macuquinho e Pouso Alegre, sendo que as pastagens ocupavam ainda até as margens do Ribeirão do Macuco.



Figuras 21 e 22: Entrada da Fazenda Pouso Alegre e antigo retiro de leite. Foto: Ricardo M. Venturelli – Mar/2022 e Set/2020.

De grande produtora leiteira – talvez a primeira com essa dimensão – ao estado de semiabandono. Hoje a maior parte das terras dessa fazenda estão arrendas para a produção de *commodities*, tais como a cana e soja.

De tantas identidades desejadas – da terra do café, do algodão, do leite, da cana, da laranja e até das águas e todos os ciclos produtivos que por aí se instalaram foram por extensões daquelas que já detinham o destaque, demonstrando o caráter periférico do processo de Desenvolvimento Desigual. Desde seu processo de ocupação tardio em relação a outras regiões paulistas, ocorrendo sistematicamente no momento da Lei de Terras de 1850, e com isso demonstrando que a apropriação fundiária tem o caráter rentista, em busca de terras "incultas" ou como na atualidade que possuem valor atrativo, bem como mão de obra e sujeição camponesa menos onerosa.

Destaca-se então uma importante orientação ao processo de desenvolvimento desigual, associado a obtenção de renda diferencial. Nas palavras de Marx (1967, p. 825 Apud Harvey, 2013, p.496) "isso pode acontecer porque a terra serve não apenas como um meio de produção, mas também funciona como uma 'fundação, como um lugar e um espaço que proporciona uma base de operações". Logo, a apropriação da terra é um marco de entendimento em como o capital orienta a extração de renda fundiária e com isso direciona o arranjo territorial, tendo como consequência o desenvolvimento desigual.

E tal fato é notado, quando analisamos outro eixo de consolidação da cafeicultura, agora nas vertentes do Rio Turvo, sendo que as localidades entre os vales do Rio Novo e Rio

Pardo não receberam esta cultura, ficando ociosa durante o momento ao qual o café se territorializa. As condições naturais contribuem para explicar tal condição, visto que nos fundos de vale há o afloramento de cobertura basáltica, e com isso, a presença dos solos vermelhos ricos em ferro. De certo, que tal situação deixa um hiato sobre o uso e ocupação do solos naquelas localidades com coberturas de solos areníticos, aos quais recorreremos em breve.

Tão importante foi a cafeicultura no vale do Rio Turvo, que na década de 1910 é construído um ramal que ligava a cidade de Borebi até a Fazenda do Coronel Leite, e prosseguia mais alguns quilômetros em outras fazendas e finalizava em um terminal lenheiro para abastecimento das locomotivas.

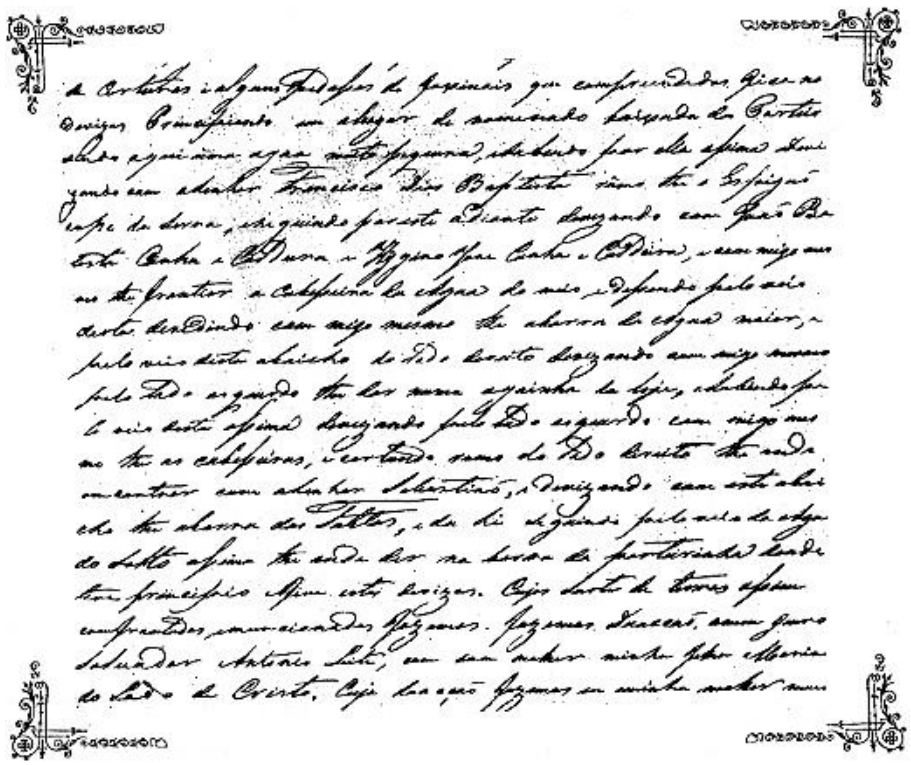
Tabela 8: Registros paroquiais de terras da vila de Botucatu pertencentes à família Leite nas proximidades entre Lençóis e o Rio Turvo

Nº do registro	PROPRIETÁRIO / DECLARANTE	ANTIGO PROPRIETÁRIO	Data do registro	Tipo de aquisição	Espécie de propriedade	LOCALIDADE
417	Matias Leite de Moraes	José Teodoro de Souza	28/05/1856	Compra	Sítio	Rio de João (Turvo)
270	Vicente Leite	Francisco Leite	17/05/1856	Compra	Terras	Ribeirão de Nossa Senhora
417	Matias Leite de Moraes	José Teodoro de Souza	28/05/1856	Compra	Sítio	Rio de João (Turvo)
492	Salvador Antônio Leite	N/C	30/05/1856	Posse	Sítio	Ribeirão de São João
493	Salvador Antônio Leite	Manuel Corrêa	30/05/1856	Compra	Sítio	Lençóis
499	Salvador Antônio Leite	Albino Antônio de Oliveira	30/05/1856	Doação	Sítio	Furquilha

Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Registros Paroquiais de Terras de São Paulo. Vila de Botucatu – livro nº123 (BR SAPAPESP SEGOVP 5.5.2) – Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br

Coronel Leite é a alcunha de Salvador Antônio Leite ao qual, além da aquisição dessas três propriedades contiguas no vale do Rio Turvo, também foi donatário de uma porção de terras deixadas pelos pais de Maria do Lado de Cristo, sua esposa.

Quadro 1: Escritura de doação de terras à Salvador Antônio Leite.



20.10.1856

Albino Antonio de Oliveira e sua mulher Antonia Rodrigues de Araujo, doadores.

Recebe a doação sua filha Maria do Lado de Cristo, casada com Salvador Antonio Leite.

Principiando no lugar denominado Baixada da Porteira, numa Água muito pequena, subindo por ela, divisando com Francisco Dias Baptista, rumo até o Espigão da Serra, seguindo por este, divisando com João Baptista Cunha e Caldeira e Hygino José Cunha e Caldeira e com os próprios doadores, até frontear a cabeceira da Água do meio, descendo pelo veio desta, dividindo com os próprios doadores, até a barra da Água Maior , e por esta abaixo, divisando do lado esquerdo com os doadores, até dar numa Aguinha da Laje, e subindo esta, divisando do lado esquerdo com os doadores, até as cabeceiras, e cortando rumo do lado direito, até terras do Sebastião, divisando com este abaixo, até a barra dos Catetos, e daí seguindo pelo veio d'água do Salto acima, até onde dar na barra da Porteirinha, onde teve princípio esta divisa.

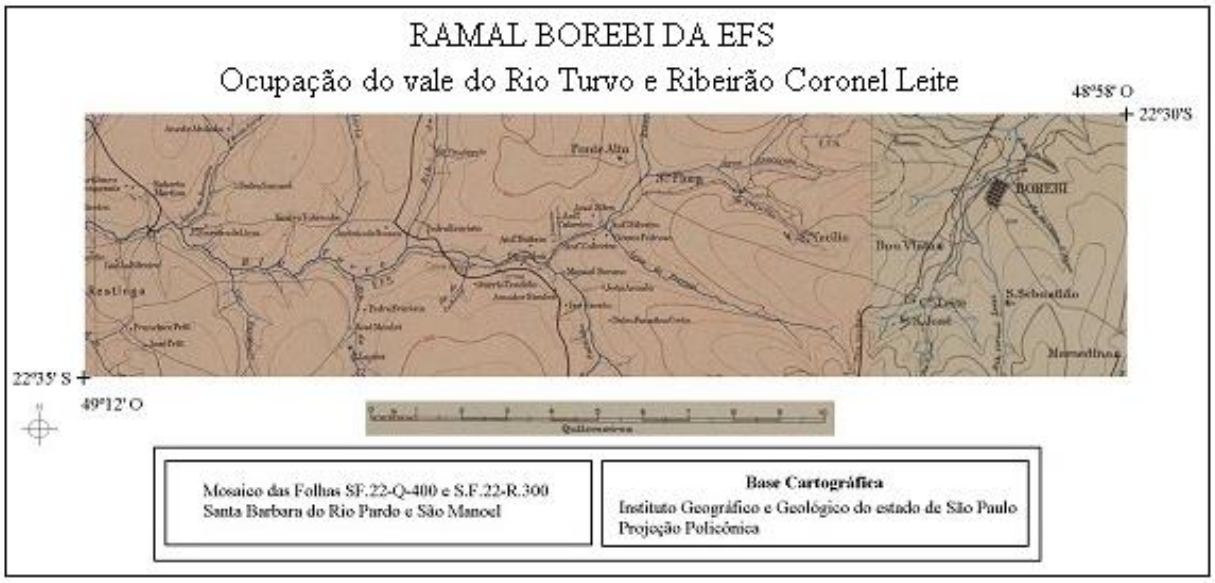
Doação avaliada em 200$000.

Aguadas, 16.09.1853.

A rogo da doadora assina seu filho João Albino de Oliveira.

Testemunha: Hygino José Cunha e Caldeira.

O momento da cafeicultura no ramal ferroviário que parte de Botucatu até Bauru é posterior aquele descrito anteriormente. Enquanto no primeiro momento descrito a ferrovia é quem vai ao encontro dos cafezais – e por isso houve interferência política para a alteração do traçado original – já existentes desde a década de 1860 nas vertentes do Paranapanema. Nesse segundo momento é a cafeicultura que se estende às margens da ferrovia, aproveitando a estrutura para o escoamento.



Mapa 6: Ramal Borebi da EFS e localização da fazenda do Coronel Leite.

Entretanto, era comum ainda a ramificação dos trechos a fim de que atendessem outras localidades não atendidas pela linha tronco, ou mesmo, fazendas e terras aos quais os seus proprietários financiassem. Esse é o caso que acontecera com as terras da família Leite localizadas entre o ramo ferroviário e a bacia do Rio Turvo. Conhecida – e memorizada na região – como as terras do Coronel Leite, ao qual é tido como fundador de povoados que darão origem a cidades como Lençóis Paulista e Agudos, e Borebi especificamente como arrabalde construído ao redor da capela de Nossa Senhora das Graças.

> Em 1917, a Sorocabana abriu o ramal de Borebi, saindo da estação de Virgílio Rocha, no ramal de Bauru; o ramal chegava então até a fazenda do Coronel Leite. Em 1938, foi prolongado como ramal lenheiro, até Santa Flora. O ramal deixou de operar em 1962, pela circular estadual 73/61, de 28/04/1961. (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2021).

Esse ramal foi concluído em 1917 e seu trajeto partia de Lençóis Paulista e vinha paralelo ao tronco principal até que atingia o então distrito de Borebi. Logo em seguida chegava a Fazenda Boa Vista, de propriedade do tal coronel citado, e ali possuía infraestrutura

para armazenamento e escoamento da café já beneficiado. A estação foi aberta com o nome de Rodrigo Silva, no mesmo ano alterado para o nome do dono das terras, Coronel Leite.

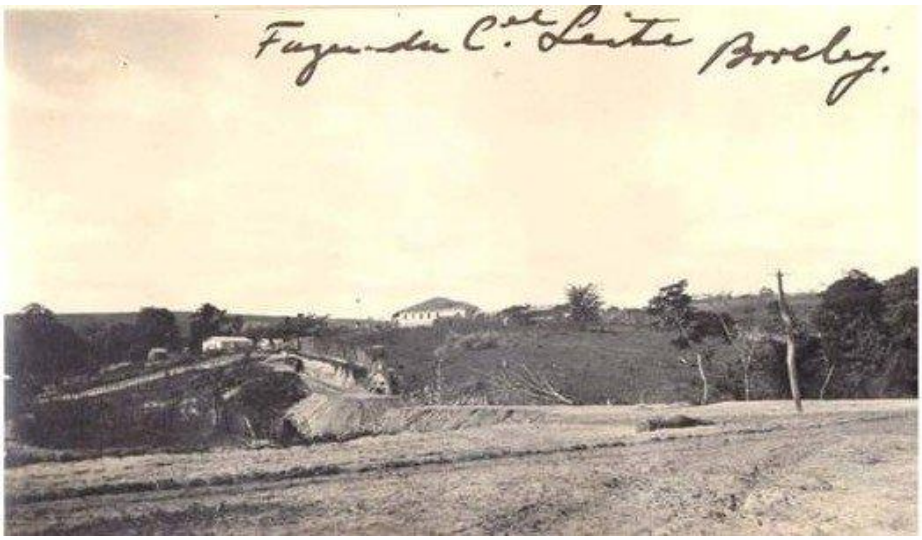


Figura 23: Panorama da Fazenda Coronel Leite em Borebi/SP, no ano de 1917. Fonte: estacoesferrovias.com.br

Além de atender essa fazenda, o ramal se estendia por mais de 20 quilômetros pelas margens do Rio Turvo, apresentando ainda mais três estações – Santa Flora, Restinga e Globo, ao qual citaremos no capítulo a seguir. As informações de registros da EFS tratam esse trecho como um ramal lenheiro para abastecimento das locomotivas à vapor. Nessa localidade a cobertura vegetal original arbustiva do Cerrado facilitou a sua supressão.





Figuras 24 e 25: Estação Rodrigo Silva na inauguração em 1917 e casa da Fazenda de Coronel Leite em 2012 já em estado de abandono[6]. Fonte: estacoesferrovias.com.br

[6] Atualmente a propriedade continua em estado de abandono e com acesso restrito. Por não ter algum contato que nos permitisse a visitação, optamos por usar as informações e fotos do site Estações Ferroviárias do Brasil.

Contudo, não apenas para retirada de lenha esse ramal existiu. Além de atender a grande produção de café do coronel e terras vizinhas, esse trecho teve participação importantíssima quando as terras arenosas passaram a ser povoadas a partir da criação do projeto federal de colonização e, também, a grande produção algodoeira presente na década de 1930.

Com a crise especulativa do capital em 1929, a cafeicultura paulista passou por inúmeros revezes. Além da queda na demanda do mercado internacional, houve ainda o fim da república oligárquica no Brasil em 1930 através do golpe dirigido por Getúlio Vargas. Com a perda econômica, veio a perda de poder político e a dificuldade em manter os privilégios e influências vigentes. Ainda no governo de Washington Luiz há a proibição para o plantio de novos cafezais no estado de São Paulo em decorrência da crise internacional e do acúmulo da produção nas fazendas, armazéns e terminais portuários. Logo, os cafezais antigos começam a ser erradicados e passam a ser substituídos por outras culturas. Nesse momento temos nesse recorte de estudo – e em todo estado de São Paulo – a mudança na orientação produtiva. Enquanto a urbanização e industrialização marca as regiões das estradas de ferro Santos-Jundiaí, Mogiana e Cia Paulista. As terras da Sorocabana irão presenciar outro momento de dependência e drenagem da renda fundiária, agora marcada pela inserção de capital inglês e estadunidense na exploração.



Figura 26: Cultura do café e vias férreas em São Paulo em 1929, com destaque as áreas discutidas nesse capítulo.
Fonte: (MONBEIG, 1984, p. 186)

É notável nessa informação trazida por Pierre Monbeig, a espacialização da cafeicultura paulista no final da década de 1920. Das áreas em estudo e ao qual estão em destaque nesta figura, podemos compreender a escala espacial e geográfica presente, uma vez que, todas as informações trazidas aqui, que poderiam demonstrar grandeza e importância se analisado isoladamente, se mostra incipiente e diminuto quando comparado com outras regiões e assim é possível compreender a real dimensão. Por isso que a escala espacial deve ser observada em dimensões mais amplas, para que possamos fazer as analogias e perceber a real dimensão. E as escalas geográficas devem ser analisadas para evidenciarmos as relações existentes nessa dimensão.

> A geografia do café nos planaltos ocidentais, no momento em que vai explodir a crise de 1929, parece ser a simples continuação da de 1905. Os fazendeiros continuaram a seguir as tendências evidenciadas até aqui; a busca da terra roxa e o aproveitamento das boas terras dos espigões. (MONBEIG, 1984, p. 188).

Dessa forma, concluímos refletindo sobre os processos, relações e escalas do desenvolvimento presenciado nesse recorte espacial e temporal. Ao mesmo momento que há uma homogeneização da paisagem paulista, principalmente naquelas que apresentavam condições edafológicas propícias para a instalação de cafezais, há uma diferenciação na forma como se espacializa as lavouras. Aponta Smith (1988, p. 1950 que "uma compreensão da escala nos dá o instrumento final e crucial para entender o desenvolvimento desigual do capital". E isso, não é apenas pelas condições naturais apresentadas e sim, pela mobilidade do capital que provoca a orientação da divisão do trabalho gerando diferenças geográficas e sociais, por mais que houvesse a ideia de que o interior paulista tivesse presenciado a cafeicultura por igual, ou seja, "porque é difícil compreender-se o sentido real da dispersão da 'descentralização', da 'reestruturação espacial', e assim por diante, sem uma clara compreensão da escala geográfica (SMITH, 1988, p. 195).

> Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza do espaço. O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados. (SMITH, 1988, p. 221).

Dessa forma, concluímos que a ocupação local sempre teve o caráter capitalista, desde as apropriações para incremento da produção cafeeira estritamente vinculada ao capital

mundial, quanto nas apropriações especulativas e rentistas na busca por acumulação primitiva de capital, comercialização e valorização de terras, seja estas ou aquelas já ocupadas.

O desenvolvimento desigual é notável não apenas pela espacialização e produtividade da cafeicultura, é notável pela presença do capital ao qual determina a presença de objetos técnicos com maior ou menor intensidade. É o momento da transformação do espaço agrário dado o que interessa e necessita ao capital contemplar seus objetivos e ao lugar competir com seus concorrentes, e assim, sujeitar as condições oferecidas. "O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais" (SANTOS, 2008, p. 21).

A fisionomia da paisagem foi um dos indicativos de "desvio" da cafeicultura para locais mais propícios e ao mesmo tempo abriu caminho para as práticas de grilagens e rentistas. Não se trata de uma competição entre as localidades através da fertilidade dos solos e outras questões que marcam o processo de ocupação, mas sim as intencionalidades do capital, no que Harvey (2013, p. 567) irá chamar de Desenvolvimento Geográfico Desigual

> O significado geral dessas hipóteses é confirmar que a localização é um momento ativo dentro do qual a circulação e a acumulação totais do capital, [...], ao lado das restruturações radicais da economia de espaço do capitalismo desempenham um papel vital nos processos da formação e resolução da crise, e que estes podem até ser um "ajuste espacial" [...] para as contradições internas do capitalismo.

Basta pensarmos então, que a área em análise é uma periferia da periferia. Se mesmo com toda essa intensidade da cafeicultura e do capital percebemos que a divisão do trabalho forjada foi a partir da dependência de outras regiões, e que essas regiões ainda podem ser entendidas como periferia do capital mundial, visto o grau de investimentos e dependência presente. A área em estudo tem sua orientação geográfica para ser aquela que fica com as sobras, ou seja, aquela que será inserida se houver necessidade – no caso do incremento da produção, ou interesse – no caso de se especular e obter maior renda capitalizada da terra. Evidência notada quando pensamos em quem foram os cafeicultores a participar da política brasileira, no período imperial e na república velha.

1.2.2 – Das grilagens, das colonizações, do algodão

Não apenas a cafeicultura foi determinante na paisagem local e na relação de desenvolvimento. As diferenças edafológicas de solo e vegetação levaram à uma diferenciação interna – se pensada no recorte de análise – do uso e ocupação. As apropriações podem ter seguido a mesma sistemática, mas a sua intencionalidade fora forjada para objetivos diferentes.

Logo, entendendo que o Desenvolvimento Desigual e Combinado é a lei de entendimento do processo de movimentação do capital e de como ela forma o Desenvolvimento Geográfico Desigual a partir das expressões na localização e movimentos do capital, esse fenômeno condiciona o papel da localidade na Divisão Territorial do Trabalho. E onde o capital se territorializa há conflitos, determinando suas territorialidades, e isso é mais evidente onde a lógica do desenvolvimento desigual ocorreu de forma periférica. A contradição do capital está onde o capital é menor. E assim, nesse momento de análise iremos evidenciar as relações entre as grilagens de terras ocorridas, principalmente nas manchas de Cerrado, o processo de criação de núcleos coloniais visando a sujeição de relações não-capitalistas de produção para a produção algodoeira com a presença de capital internacional.

Abordaremos agora as terras localizadas longe das ferrovias, mais precisamente naquelas que ficaram alheias a expansão da cafeicultura, devido condições naturais principalmente. Mas, não apenas por isso, e também pelo caráter rentista presente nesse recorte de estudo. Se as terras arenosas não eram interessantes ao plantio de café, elas foram interessantes para a especulação. Muitas terras apropriadas entre os vales do Rio Novo, Pardo e Turvo ficaram à mercê do rentismo durante muitas décadas. Desde os primeiros sinais de apropriação dessas terras, com a criação da Fazenda do Alto da Serra no século XVIII, até a imensa posse registrada por José Teodoro de Souza ao qual cobria toda essa localidade e possuía mais de 9000 km² (COBRA, 1923, p. 13), pouco havia ocorrido a fim de garantir a ocupação, aberturas de fazendas e formação de povoados.

Apenas no século XIX presenciaríamos as primeiras ocupações, mesmo que módicas, marcadas por posseiros em meio aos Cerrados e campos e indígenas que viviam – nem sempre em harmonia – nessa localidade. Algumas medidas para conter os conflitos foram realizadas, como a redução de São Domingos de Tupá, ao qual se tornou uma importante

aglomeração populacional e um ponto de referência no sertão paulista. Contudo, no ano de 1854 a posse de José Teodoro é encerrada (DI CREDDO, 2003, p. 157), no mesmo momento ao qual a Lei de Terras de 1850 determinava para legitimar as posses e doações ocorridas anteriormente. Garantida sua vastidão de terras, o famigerado passou então a negociá-las, e assim, garantir outros meios de poder. Enquanto vendia as posses nessa localidade, o mesmo se dirigiu ao vale do Rio do Peixe para ali se apropriar de novas terras.

Com a transformação de terra em mercadoria é que ela vem a ser inserida como fator de representação política, em uma sociedade em que o critério de inclusão é progressivamente mediado pela propriedade privada. (PAULINO, 2003, p. 26).

> O processo de concentração da terra sob o modo capitalista de produção difere do processo de concentração do capital. Difere porque a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra. No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

A propriedade da terra no Brasil se mostra como fator primordial para a manutenção de poder e de um sistema produtivo em que há a sujeição da renda da terra. A terra se mostra não apenas como ferramenta de produção, mas também como fonte de exploração do trabalho, seja ela assalariada, seja se valendo de relações de produção tipicamente não capitalistas. Notamos que o capitalismo brasileiro se desenvolve às avessas do capitalismo europeu. A terra no Brasil ganha a sua expressão como fonte de produção do capital. Entretanto, entender a dinâmica da renda da terra é demasiada complexa, uma vez que "não é um tributo particular, cobrado apenas aos que desejam trabalhá-la diretamente, mas sim um tributo social, pelo qual a sociedade inteira paga, pois seu cálculo já vem embutido no preço de todos os produtos primários." (PAULINO, 2006, p. 31).

> [...] a renda da terra também tem a sua dimensão oculta; por isso não posso entendê-la [...] se não vejo que a terra, através do proprietário, cobra no capitalismo renda de sociedade inteira, renda que nem mesmo é produzida direta e exclusivamente na sua terra, que sai do trabalho de trabalhadores do campo e da cidade, que entre e sai do bolso do capitalista, que é paga por todos e não é paga por ninguém e que, em última instância, é uma parte do

> trabalho expropriado de todos os trabalhadores desta mesma sociedade. (MARTINS, 1995, p. 169)

As terras não precisam ser cultivadas, bastam serem privadas. Mas a quem beneficiaria um sistema onde a terra ficasse ociosa? Certamente que não beneficiaria a toda população, mas sim ao proprietário, que ganharia a partir da ociosidade e especulação, uma vez que todo o conjunto da sociedade pagaria pela sua renda capitalizada da terra. Logo, a concentração de terra não é igual a concentração de capital. Quando se concentra capital, aumenta-se a produtividade, se se concentra a terra, diminui a produtividade.

> Essa, aliás, é a única maneira de entender o porquê do alastramento rápido e violento de conflitos pela terra em todo o país nos últimos anos, especialmente nas frentes pioneiras. É que o posseiro não paga renda da terra a ninguém: nem como aluguel nem através da compra da terra. É muito significativo que justamente grandes empresas capitalistas e não rudes senhores do sertão estejam envolvidos nesses conflitos. Enquanto o lavrador luta pela terra de trabalho, a grande empresa capitalista luta pela renda da terra. (MARTINS, 1983, p. 176)

As modalidades de obtenção de renda não se limitam apenas ao caráter privado da terra, sendo determinado por outros fatores. Temos que entender também a questão da renda diferencial é a fração suplementar permanente do lucro do capitalista que explora a terra sob relações capitalistas de produção, ou seja, sob relações baseadas no trabalho assalariado em melhores condições em relação aos demais. (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

Situação está notável pela comercialização dessas terras mesmo antes da Lei de 1850 e que se repete nas décadas seguintes. Fizemos um breve levantamento sobre as terras comercializadas entre o período de promulgação da lei e do término do prazo para registros nas paroquias dessas terras, desde que não apresentassem litígio. Elencamos então, a partir do livro de registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, aquelas localizadas no vale do Rio Pardo, por ter sido a primeira rota de apropriação partindo de Botucatu e que não estivesse nas vertentes do Paranapanema. Em seguida elencamos as terras no vale do Rio Novo, afluente da margem esquerda do Pardo, e depois, os Rios Claro e Turvo, afluentes da margem direita e que corta as manchas de Cerrado. Podemos observar a recorrência de nomes e sobrenomes repetidos, o que evidência as grandes concentrações fundiárias e o quanto essas terras eram comercializadas mesmo não inseridas na expansão da cafeicultura.

Tabela 9: Registros paroquiais de terras da vila de Botucatu, com destaque às áreas não contempladas pela cafeiculturas e com condições edafológicas de arenitos e Cerrado nos vales dos Rios Pardo, Novo, Claro e Turvo. Além de outras propriedades de interesse na localidade.

Nº do registro	PROPRIETÁRIO / DECLARANTE	ANTIGO PROPRIETÁRIO	Data do registro	Tipo de aquisição	Espécie de propriedade	LOCALIDADE
12	Bernardino Dutra Pereira	Antônio Luciano Dutra	03/12/1855	Troca	Sítio	Rio Pardo
101	Roberto Dias Batista	Inácio Dias Batista	22/01/1855	Herança	Fazenda Rio Pardo	N/C
184	João da Cruz Pereira	Antônio Alves Nantes	24/03/1856	Compra	Sítio	Rio Pardo
213	José Belisário de Oliveira	N/C	15/04/1856	Posse	Terras	Rio Pardo
214	Joaquim Antônio de Oliveira	N/C	15/04/1856	Posse	Terras	Rio Pardo
231	Inácio Nunes Maciel	Joaquim Antônio do Nascimento; Marcelino Antônio Diniz; João Vieira Pereira	26/04/1856	Compra	Terras	Passo Novo (Rio Pardo)
238	Antônio Joaquim dos Santos	Joaquim Cardoso de Lima	04/05/1856	Compra	Terras	Rio Pardo; Barra Grande
239	José Antônio dos Santos	João Raimundo	04/05/1856	Compra	Terras	Rio Pardo
240	José Antônio dos Santos	Francisco Gonçalves da Silva	04/05/1856	Compra	Terras	Fazenda Vertente do Rio Pardo
241	José Antônio dos Santos	Manuel Rodrigues do Nascimento	04/05/1856	Compra	Terras	Rio Pardo; Barra Grande
242	José Antônio dos Santos	José Garcia Leal	05/05/1856	Compra	Terras	Rio Pardo
243	José Antônio dos Santos	Dionísio Rodrigues da Costa	05/05/1856	Compra	Terras	Rio Pardo
288	José Marques do Vale	João Rodrigues dos Santos	18/05/1856	Compra	Sítio	Rio Pardo
289	José Francisco Soares	Manuel Alves dos Reis	18/05/1856	Troca	Sítio	Rio Pardo
290	José dos Santos Coitinho	Joaquim José Martins	18/05/1856	Compra	Sítio	Rio Pardo
339	José Nunes Barbosa	Manuel Inácio Pereira; Inácio Pereira de Assis	25/05/1856	Compra	Sítio	Rio Pardo
384	José Francisco do Prado	N/C	27/05/1856	Posse	Terras	Rio Pardo
414	José Lourenço de Lima	José Melchior de Oliveira	28/05/1856	Compra	Terras	Rio Pardo
424	Francisco Barbosa de Oliveira	José Aleixo de Moraes	29/05/1856	Compra	Sítio	Rio Pardo
438	Vicente José Corrêa	Joaquim José dos Santos; José Antônio Pereira;	29/05/1856	Compra	Sítio	Rio Pardo

469	Joaquim Pereira da Silva	Manuel Alves dos Reis	30/05/1856	Troca	Sítio	Rio Pardo
473	Manuel Alves dos Reis	N/C	30/05/1856	Posse	Terras	Rio Pardo
534	José de Camargo Bueno do Prado	Manuel Francisco Soares	31/05/1856	Compra	Sítio	Rio Pardo
535	Francisco Martins de Azevedo	Francisco Gonçalves da Silva	31/05/1856	Compra	Terreno	Rio Pardo
547	José Francisco de Oliveira	Manuel Alves dos Reis	31/05/1856	Compra	Terras	Rio Pardo
561	Antônio Luís Barbosa	N/C	31/05/1856	Posse	Sítio	Rio Pardo
580	Felisberto Antônio Machado	Joaquim Francisco da Siqueira	31/05/1856	Compra	Sítio	Rio Pardo
17A	Felisberto Antônio Machado	N/C	23/12/1861	Posse	Terras	Rio Pardo
45	José Matias Bueno	N/C	24/12/1855	Posse	Sítio	Rio Novo
64	Bernardo Tavares da Cunha	N/C	28/12/1855	Posse	Sítio	Rio Novo
65	Lourenço Dias Portela	N/C	28/12/1855	Posse	Sítio	Rio Novo
70	Mateus Gomes Pinheiro Machado	N/C	07/01/1856	N/C	Fazenda das Três Pontes	Passo Novo
231	Inácio Nunes Maciel	Joaquim Antônio do Nascimento; Marcelino Antônio Diniz; João Vieira Pereira	26/04/1856	Compra	Terras	Passo Novo (Rio Pardo)
21A	Francisco Antônio da Rocha Melchior	N/C	09/10/1868	Posse	Terreno Salto do Rio Novo	Rio Novo
20	Antônio José Prestes	Antônio Rodrigues de Campos	05/12/1855	Compra	Fazenda	Ribeirão Claro
97	João Dias Batista	Inácio Dias Batista	22/01/1856	Herança	Terras	Fazenda Rio Claro
111	Joaquim Ribeiro de Matos	José Antônio Pereira	24/01/1856	Compra	Terras	Rio Claro
284	Flávia Donisete Paes Monteiro	N/C	17/05/1856	Compra	Fazenda Rio Claro	N/C
300	Florindo José Rodrigues	Bernardino Dutra Pereira	18/05/1856	Troca	Sítio	Ribeirão Claro
370	Pedro Cheche	N/C	26/05/1856	Compra	Sítio; Terras	Rio Claro; Fazenda da Cachoeira
503	Joaquim Nogueira de Carvalho	Elias de tal	30/05/1856	Compra	Sítio	Ribeirão Claro
510	Galdino Francisco do Prado	Manuel Isidório do Prado	31/05/1856	Troca	Sítio	Ribeirão Claro
528	José Furão de Melo	Antônio Prestes	31/05/1856	Compra	Terras	Fazenda Rio Claro
557	José da Silva e Oliveira	N/C	31/05/1856	Posse	Sítio	Ribeirão Claro

6	Sebastião Antônio da Silva	Marcelino Antônio da Silva	28/11/1855	Compra	Fazenda Cabeceira do Turvo Grande	N/C
69	Albino Antônio de Oliveira	N/C	07/01/1856	Posse	Fazenda	Turvinho; Turvo Grande
78	Maria Teresa de Ávila	Flávia Matildes Monteiro	07/01/1856	Compra	Fazenda Turvo do Campo Alegre	N/C
106	Antônio Romão da Silva	N/C	22/01/1856	Posse	Fazenda	Turvo
123	Antônio Luís de Andrade	Demenciano José de Andrade	30/01/1856	Compra	Sítio	Turvo
124	Joaquim Manuel de Andrade	Jerônimo José de Pontes	30/01/1856	Compra	Fazenda	Turvo
133	Antônio Alves Nantes	José Joaquim Cesário	02/02/1856	Troca	Sítio	Turvo
158	José Antônio Vida	Joaquim Ferreira; João de Ramos	23/02/1856	Troca; Posse	Fazenda	Turvo Grande
164	João Francisco de Paula	Manuel Alves dos Reis	03/03/1856	Dádiva	Sítio	Rio Turvo
196	José Luís Corrêa	N/C	27/03/1856	Posse	Sítio	Barreiro (Turvo)
201	Francisco Silvério dos Santos	N/C	05/04/1856	Posse	Sítio	Turvo
251	Joaquim Bernardes da Silva	N/C	05/05/1856	Posse	Sítio	Rio Turvo
287	Antônio Vicente de Lima	N/C	18/05/1856	Compra	Terras	Rio Turvo; Alambari
291	João Batista da Cunha Caldeira	José Antônio Vida	18/05/1856	Compra	Sítio	Turvo Grande
291	Higino José Cunha Caldeira	José Antônio Vida	18/05/1856	Compra	Sítio	Turvo Grande
302	Francisca Maria de Jesus	José Teodoro de Souza	18/05/1856	Compra	Sítio	Santo Antônio (Turvo)
307	Francisco Joaquim Teodoro	José Teodoro de Souza	21/05/1856	Troca	Terras	Salto do Turvo
397	José Rodrigues da Silva	Jerônimo de Pontes	27/05/1856	Compra	Sítio	Bairro do Turvo
401	Marcelino Ferreira de Oliveira	Joaquim José Martins	27/05/1856	Compra	Terras	Rio Turvo
415	José Bernardino da Luz	Francisco Dias Batista	28/05/1856	Compra	Terras	Rio Turvo
417	Matias Leite de Moraes	José Teodoro de Souza	28/05/1856	Compra	Sítio	Rio de João (Turvo)
425	Domiciano José de Andrade	José Teodoro de Souza	29/05/1856	Compra	Sítio	Rio Turvo
471	Manuel José de Jesus	Domiciano José de Andrade	30/05/1856	Compra	Terras	Turvo
475	Manuel Alves dos Reis	N/C	30/05/1856	Posse	Sítio	Turvo
483	Alexandre Teodoro Garnier	José Teodoro de Souza	30/05/1856	Compra	Sítio	Rio Turvo

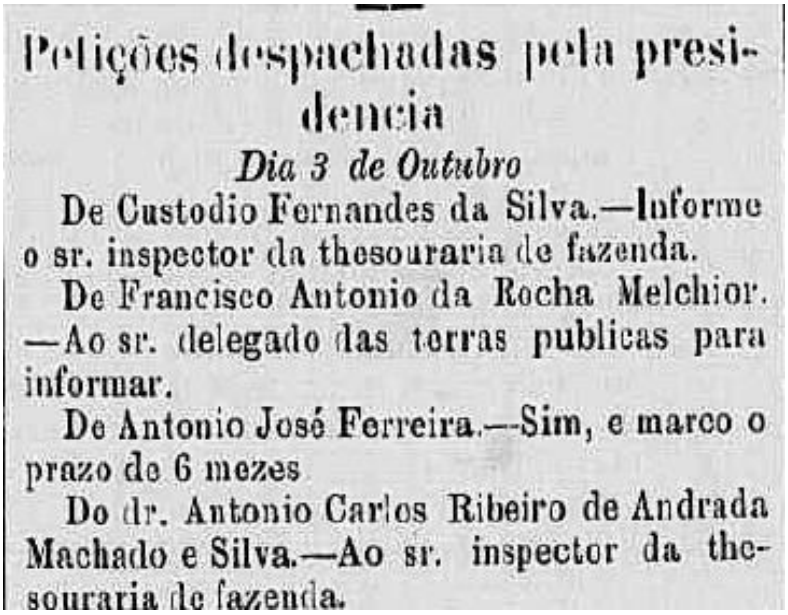
515	Bernardino José de Souza	N/C	31/05/1856	Posse	Terras	Turvo
525	Manuel José de Jesus	N/C	31/05/1856	Posse	Sítio	São João do Turvo
539	Jerônimo José de Pontes	Jesus Antônio Diniz	31/05/1856	Compra	Sítio	Pouso das Antas (Rio Turvo)
549	Alexandre Teodoro Garnier	Jesus Antônio Diniz	31/05/1856	Compra	Sítio	Ribeirão São Pedro; São João do Turvo
559	Marcelino de Oliveira Guerra	Ana Joaquina do Nascimento	31/05/1856	Compra	Sítio	Turvo Grande
559	José Domingues da Fonseca	Ana Joaquina do Nascimento	31/05/1856	Compra	Sítio	Turvo Grande
67	Antônio Gomes da Silva	Marcelino Antônio Diniz	04/01/1856	Troca	Sítio	Ribeirão de Santa Bárbara
110	Marcelino Antônio Diniz	Josué Antônio Diniz	23/01/1856	Compra	Fazenda Santa Bárbara	N/C
346	João Bernardino da Silveira	Francisco Dias Batista	26/05/1856	Compra	Fazenda	São Domingos
292	João Vicente de Souza	José Teodoro de Souza	18/05/1856	Troca	Fazenda	Palmital
356	José Joaquim Alves Machado	Américo José de Farias; Manuel Silvério de Oliveira; Vitoriano Garcia Leal	26/05/1856	Compra	Fazenda	Palmital
99	Francisco Dias Batista	Inácio Dias Batista (capitão); Flávia Demetildes Monteiro	22/01/1856	Herança	Terras	Fazenda Cerrado
173	Hipólita Joaquina da Encarnação	Antônio do Amaral Prestes; Eufrosina Domiltides Dias Batista	04/03/1856	Compra	Terras	Fazenda Furquilha
174	Hipólita Joaquina da Encarnação	Francisco Dias Batista	04/03/1856	Doação	Terras	Fazenda Furquilha
190	Agostinho Antônio Pereira	N/C	25/03/1856	Posse	Terras	Ribeirão da Furquilha
191	Manuel Antônio Pereira	N/C	25/03/1856	Posse	Terras	Ribeirão da Furquilha
200	Francisco Silvério dos Santos	João Pires de Almeida Melo; Antônio Dias Batista	05/04/1856	Compra	Terras	Fazenda Campos da Furquilha
217	Justino Carneiro Geraldes	N/C	15/04/1856	Herança	Fazenda Furquilha	N/C
499	Salvador Antônio Leite	Albino Antônio de Oliveira	30/05/1856	Doação	Sítio	Furquilha

Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Registros Paroquiais de Terras de São Paulo. Vila de Botucatu – livro nº123 (BR SAPAPESP SEGOVP 5.5.2) – Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br

Trouxemos aqui todos os registros desse recorte espacial para evidenciar o caráter rentista que a ocupação das áreas de Cerrado consolidava. Enquanto na vertente do Paranapanema ocupada pela cafeicultura, a mercantilização da terra era algo mais lento, nesse local fica evidente que se tratava de algo muito comum, isso que trouxemos apenas os registros consolidados nos primeiros anos pós Lei de Terras de 1850.

Em um primeiro momento, vamos abordar as declarações de terras nos vales do Rio Pardo e Rio Novo, aos quais serviram de balizamento para o traçar de rotas de avanço ao sudoeste, partindo das cuestas de Botucatu em direção aos campos novos paulista. Antes mesmo da expansão da cafeicultura pela vertente direita do Paranapanema na década de 1850, algumas ocupações já estavam presentes nessas localidades, como a vila do Rio Novo – que daria origem a Avaré, localizada no espigão divisor, Santa Bárbara do Rio Pardo e Santa Cruz do Rio Pardo. Nesse momento sendo ainda pequenos povoados localizados as beiras desses rios e que serviam de entreposto aos "desbravadores".

Um nome que se destaca com posses registradas nessa localidade é Francisco Antônio da Rocha Melchior como um dos primeiros e maiores concentradores de terras no vale do Rio Novo. Ao dia 03 de outubro de 1868 há um despacho do referido ao Sr. Delegado de Terras Públicas para informar a consolidação da posse a beira do Rio Novo, como publicado no Diário de São Paulo de 04 de outubro de 1868.



Petições despachadas pela presidencia

Dia 3 de Outubro

De Custodio Fernandes da Silva.—Informe o sr. inspector da thesouraria de fazenda.

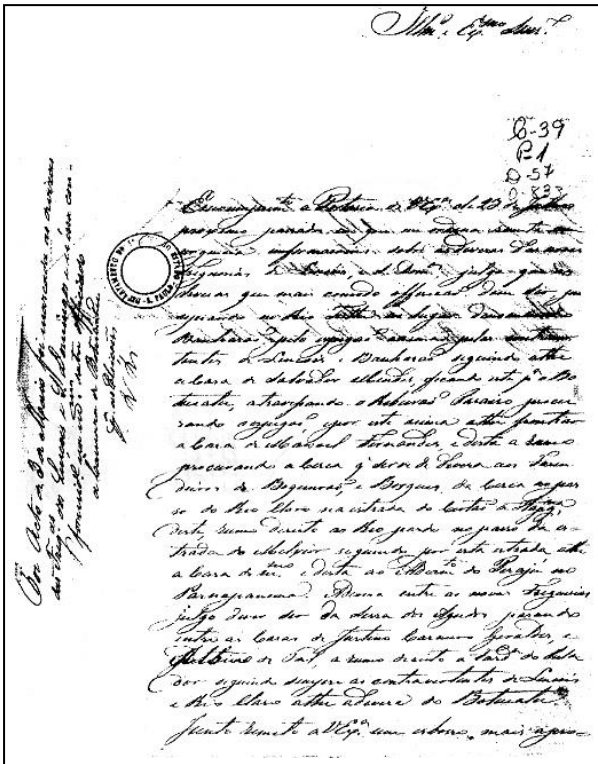
De Francisco Antonio da Rocha Melchior. —Ao sr. delegado das terras publicas para informar.

De Antonio José Ferreira.—Sim, e marco o prazo de 6 mezes

Do dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.—Ao sr. inspector da thesouraria de fazenda.

Figura 27: Publicação do Diário de São Paulo de 04 de outubro de 1868. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

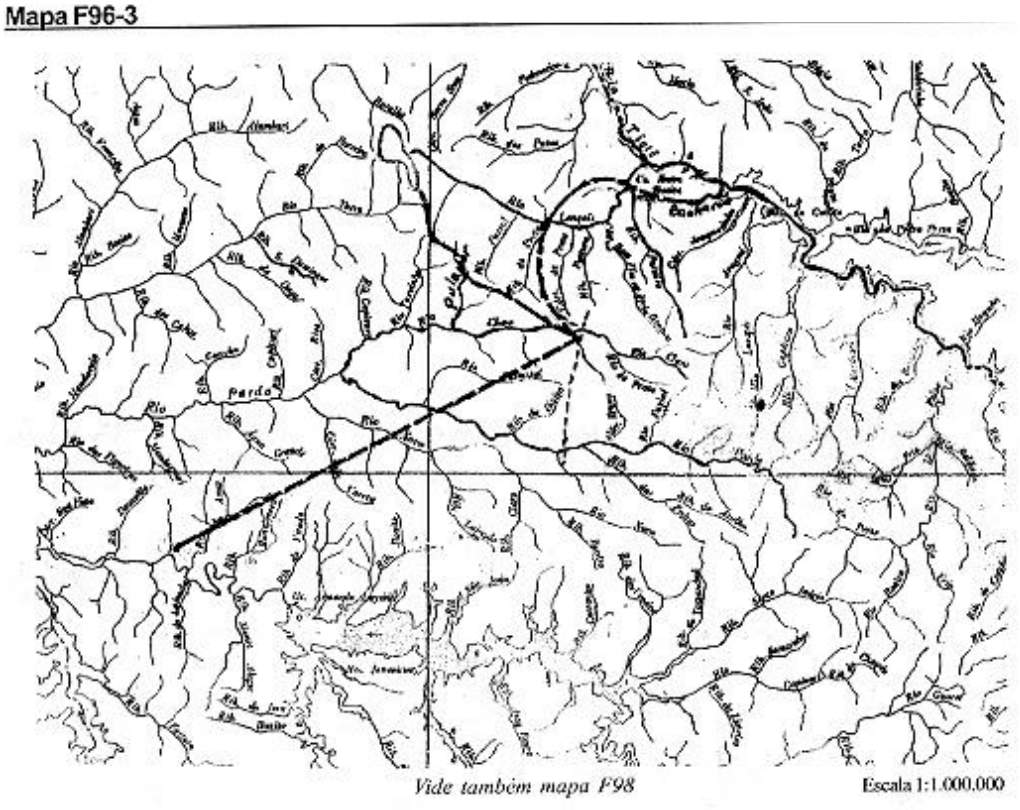
Quadro 2: Titulação e escritura de compra e venda a Francisco Antônio da Rocha Melchior



14.08.1858

Do poço do Barbarão espigão acima, até frontear a casa de Salvador Mendes. Atravessa o Ribeirão do Paraíso e segue pelo espigão até frontear a casa de Manoel Fernandes, e daí segue o rumo até a cerca que serve de divisa com Bosque e Boqueirão, da cerca ao passo do Rio Claro, na estrada do Sertão a Itapetininga, e deste passo ao Rio Pardo, na estrada do Melchior e deste a rumo ao Piraju.

Serra dos Agudos. Da ponta da Serra segue a divisa dos Lençóis e São Domingos, a procurar entre as casas de Justino Carneiro Giraldes e Albino de Tal, a rumo da Fazenda do Pulador, e daí segue o espigão contravertente do Lençóis e Rio Claro, até encontrar as divisas de Botucatu.



Fonte: (PUPO; CIACCIA, 2005).

> Dessa forma, as elites nacionais vão se tornando proprietárias de terras e capitalistas da agricultura para produzirem mercadorias para o mercado mundial. Estas elites são, portanto, parceiras e muitas vezes sócias dos monopólios mundiais do agronegócio. Não há diferença entre eles, pois as elites defendem aqui os interesses do capital mundial. São estas elites que estão grilando as terras públicas do país. (OLIVEIRA, 2007, p. 147)

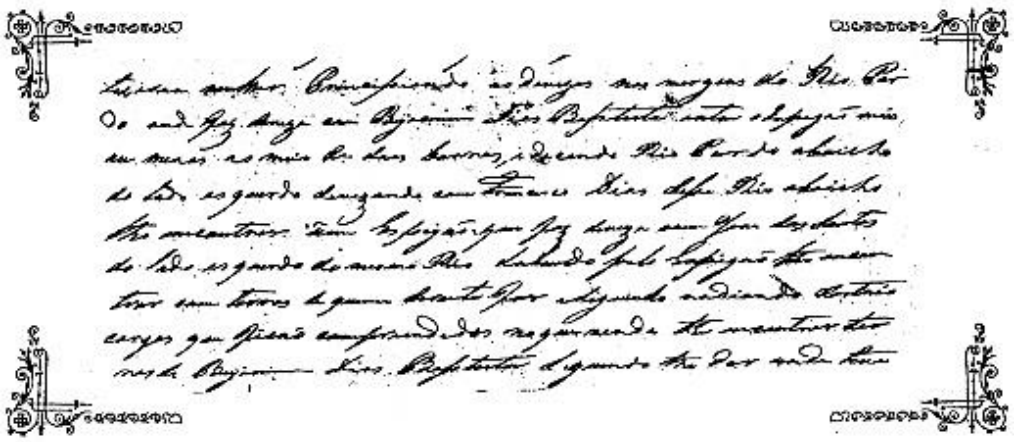
Assim, com a transformação da terra em mercadoria, somente através da compra é que se efetivaria o acesso à terra. Vale ressaltar que as terras em poder de concessões de sesmarias seriam validadas mediante comprovação de registros. Os documentos que comprovassem a titularidade da concessão deveriam ser regularizados através dos Registros Paroquiais, fato ocorrido em 1854. Além do mais, a tributação não seria mais exclusivamente feita sobre a produção, e sim sobre a propriedade, gerando dividendos ao governo através de impostos, bem como a venda de terras públicas e devolutas.

Cabe nesse momento um breve adendo sobre as diferenças conceituais entre terras públicas e devolutas. As primeiras são propriedades adquiridas pelo governo, em qualquer âmbito, e que se configurem como propriedades destes. Já o termo terras devolutas remetem há um tipo de terra pública que nunca pertenceu efetivamente em seu domínio, ou que não foram regularizadas quando da passagem do sistema sesmarial para a propriedade privada. Somente na década de 1970 que o Governo Federal promulga uma lei que define quais os critérios a determinar os processos discriminatórios dessas terras.

Já nas terras margeando o Rio Pardo, temos as figuras de José Antônio dos Santos e Antônio Joaquim dos Santos como o maiores requerentes de terras dessa localidade. Sua apropriação dará origem a fazenda Rio Pardo, que somadas hoje as áreas de mesma propriedade ultrapassam vinte mil hectares. Logo, essa sempre foi uma das maiores concentrações fundiárias – pós regulamentação e registros paroquiais de 1854. Sua extensão se dá entre os rios Novo, Pardo e Claro, delimitando-se até as confluências do Novo/Pardo e Claro/Pardo. Posteriormente essas terras estarão no limite da criação do projeto federal de imigração e colonização na região, que receberá o nome de Núcleo Colonial Monção, ao qual agitarão os litígios sobre as terras e as diretrizes de ocupação. De acordo com as memórias nos transmitidas, os brasileiros que ocuparam essa região eram provenientes de outras partes do estado de São Paulo e Minas Gerais. Quando ali chegaram, fizeram questão de tomar posse de muitas terras, que no entendimento dos moradores dali, sempre foram “devolutas”, utilizando muitas famílias para trabalhar nas fazendas, em parceria principalmente. As

fazendas Rio Pardo e São Geraldo eram as maiores, fazendo divisas com as terras voltadas à colonização. Era comum a presença de descendentes de escravos, principalmente como agregados das fazendas daqueles que vieram de Minas Gerais, herdando relações do período escravocrata que acabará no final do século XIX, pouco mais de duas décadas. Não que ali fosse encontrado trabalho escravo, mas sim, que muitos desses de tornaram agregados.

Quadro 3: Titulação e escritura de compra e venda concedida a Antônio Joaquim dos Santos



05.09.1857

Vendedor: João da Cruz Pereira. esquerdo, divisando com Francisco Dias, desce o Rio, até encontrar um Espigão que faz divisa com José dos Santos, do lado esquerdo do mesmo Rio, subindo pelo Espigão, até encontrar terras de quem de direito for, rodeando os três corgos, que ficam compreendidos no que vende, até encontrar terras de Benjamim, seguindo até onde teve princípio esta divisa.

Comprador: Antonio Joaquim dos Santos.

Valor: 4008000.

Uma sorte de terras no Rio Pardo, que comprou de Antonio Alves Nantes e sua mulher. Principiando nas margens do Rio Pardo, onde faz divisa com Benjamim Dias Baptista, entra o Espigão mais ou menos ao meio de duas barras, descendo o Rio Pardo, do lado

Testemunhas: Antonio Luis Duarte, João Vieira Paraiso.

Fonte:(PUPO; CIACCIA, 2005).

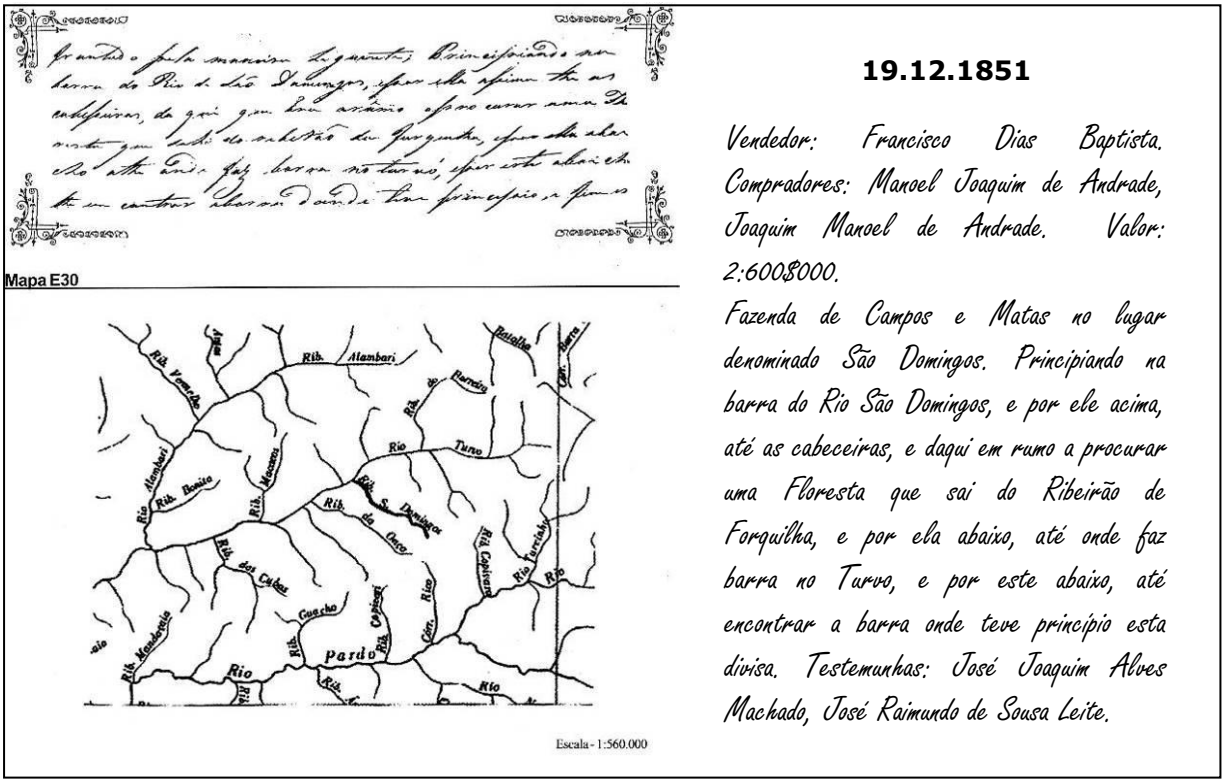
Tabela 10: Título emitido pela INCRA para a Fazenda Rio Pardo, em Iaras no ano de 2006

Nome do Imóvel	**Nome do Interessado**	**Área Total (ha)**	**Data de Certificação**
Fazenda Rio Pardo	Cia. Agrícola e Pastoril Fazenda Rio Pardo	21.142,7	1/2/2006

Fonte: INCRA-www.incra.gov.br. Org.: Ricardo M. Venturelli – out/2010. <Acessado em 12/10/ 2010>

Adentrando as regularizações as margens do Rio Turvo, aqui notamos a intensa troca de titularidades de terras através de compra e venda, mesmo sendo uma área ao qual ficou a margem da produção de café e de outros produtos de interesse do mercado no final do século XIX. De baixa fertilidade e coberta por Cerrados, suas condições naturais não eram propícias à cafeicultura. Solos arenosos recobertos por uma vegetação arbustiva evidenciava as condições climáticas dessa localidade, ao qual apresentam baixa pluviosidade nos meses de estiagem. Mesmo com uma rede de drenagens abundante, essa área ficou mais à mercê de especulação do que apresentou um grande *boom* produtivo até a década de 1930.

Quadro 4: Escritura de venda de terras por Francisco Dias Batista



Fonte:(PUPO; CIACCIA, 2005).

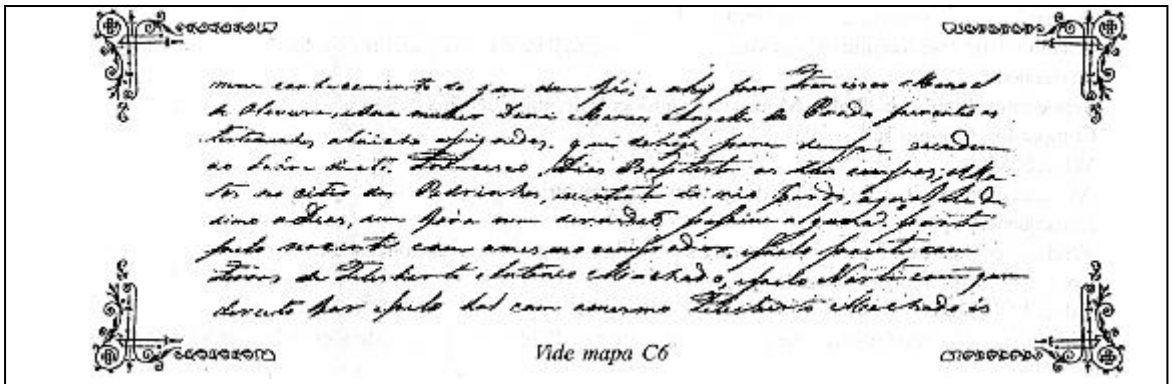
Nessa localidade que surgirá a comarca imperial e eclesiástica de São domingos de Tupá, demonstrando o grau de povoamento e adensamento das terras, bem como a redução indígena forçada após a tomada dessas terras de grupos que ali viviam a fim de controlar as resistências para o controle territorial.

> Os ataques dos índios, na verdade, representavam uma reação aos avanços das populações brancas em áreas férteis que lhes pertenciam por serem os seus primeiros habitantes. Os ataques indígenas que tiveram grande repercussão foram efetuados no local denominado Matas do Bauru, no

> Ribeirão Batalha e na Fazenda do Alambary, situada no distrito da Freguesia de São Domingos, município de Botucatu. (DI CREDDO, 2003, p. 100. Grifo do autor).

Outras propriedades indicadas para análise estão no "miolo" dessa área, entre os divisores do Rio Turvo e do Rio Pardo, compondo o conjunto de terras ao redor de São Domingos de Tupá e da Furquilha, Capão Rico e Capivara. Nessas terras serão criados o Núcleo Colonial Monção em 1910. O principal nome dessa área é Francisco Dias Batista (ou Baptista), ao qual é muito presente na compra e venda de terras nessa localidade, expressando o caráter especulativo ao qual agia.

Quadro 5: Escritura de compra de terras por Francisco Dias Batista



28.06.1853

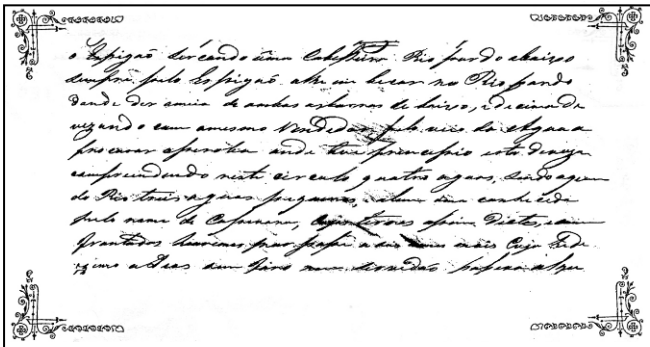
Vendedores: Francisco Manoel de Oliveira e sua mulher Maria Angelica do Prado.
Comprador: Francisco Dias Baptista.
Valor: 5268000.
No Sitio das Pedrinhas, vertente do rio Pardo, com divisa, pelo nascente, com o mesmo comprador, e pelo poente com Felisberto Antonio Machado, pelo norte com quem de direito, e pelo sul com o mesmo Felisberto, incluindo tudo quanto verte para as águas.
A rogo do vendedor assina Francisco de Sousa Ramos.
A rogo da vendedora, José Garcia Leal.
Testemunhas: João Vieira Paraiso, Manoel Theodoro de Aguiar.

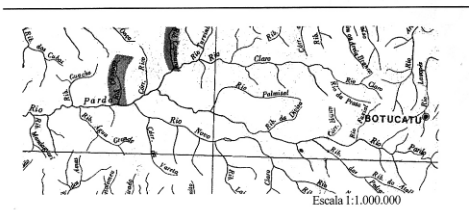
Fonte:(PUPO; CIACCIA, 2005).

Nota-se o caráter especulativo da compra e venda dessas terras como forma de circulação de dinheiro e de controle de novas territorialidades, uma vez que mesmo vendendo as terras, a figura do "capitão" ali já estava consolidada, e na chegada em outra área criara sua territorialidade exercendo o poder sobre outro grupo. Ademais, vale inserir nesse momento,

breves considerações sobre o Núcleo Colonial Monção, criado nas proximidades dos atuais municípios de Iaras, Águas de Santa Bárbara, Agudos e Borebi, no início do séc. XX. Foi instalado pelo Governo Federal da época, com o objetivo da venda de lotes para colonização de imigrantes de origem estrangeira. O Núcleo Colonial Monção foi criado a partir de 1910 no intuito de realizar projetos de colonização com imigrantes. Esse núcleo colonial, criado com a aquisição de diversos imóveis, abrangia o que hoje se trata de diferentes municípios próximos. Estas terras foram adjudicadas por dívida em processo movido pela União contra a Cia. Colonial São Paulo-Paraná, com a imissão na posse ocorrida em 1909, e também pela compra de outras fazendas no ano de 1910. Estas aquisições e obtenções conformaram uma área total de 50.000 hectares.

Quadro 6: Escritura de compra e venda da Fazenda Capivara





28.05.1856

Vendedores: José Belisario de Oliveira e sua mulher Maria Cecilia da Conceição. Terras havidas por posses, c.1850

Comprador: José Lourenço de Lima

Valor: 2008000.

Terras no lugar conhecido como Figueira, na paragem dita Rio Pardo. Principiando numa Peroba nativa, com um marco feito nela, e aí sobe pelo Espigão, e então volteando três cabeceiras, procurando o Rio Pardo, num tronco de Peroba derrubado pelos lugares nos seus paris, saltando para o outro lado, divisando com quem de direito for, daí procurando o Espigão, cercando uma cabeceira Rio Pardo abaixo, sempre pelo Espigão, até embicar no Rio Pardo, onde der no meio de ambas as barras de baixo, e de cima divisando com o mesmo vendedor, pelo veio da Água procurar a Peroba onde se iniciou esta divisa, compreendendo neste círculo quatro Águas, sendo aquém do Rio três Águas pequenas, e além uma conhecida como Capivara.

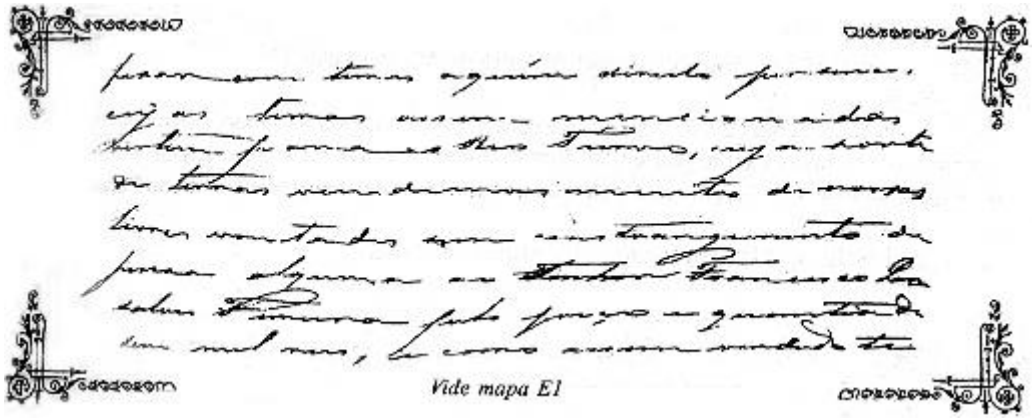
Testemunhas: Francisco Theobaldo Pinto de Mello, Antonio Brantes de Mello. Assina, a rogo de Maria Cecilia, Antonio Luiz Duarte.

Fonte:(PUPO; CIACCIA, 2005).

> As Fazendas Santa Luzia, Capão Rico I, II, III, IV, V e VI; Capivara e Sítio Sarandy, localizadas no então município de Santa Bárbara do Rio Pardo, atualmente municípios de Iaras e Águas de Santa Bárbara foram adquiridas através de compra pela União no ano de 1910. As Fazendas Turvinho, Salto, Geada, Forquilha, localizadas nos municípios de Borebi e Agudos foram adjudicadas por dívida em processo movido pela União contra a Cia. Colonial São Paulo Paraná, tendo a imissão na posse ocorrida em 1909. (VENTURELLI, 2013, p. 90).

Como exemplo no quadro 6, as terras da Fazenda Capivara, aos quais foram compradas pela União em 1909 foram registradas como posses em 1850, ou seja, demonstra o quão vantajoso era apropriação fundiária, uma vez que após haver tomado essas terras, seis décadas depois ela foi adquirida pelo governo federal. Mas a sua apropriação irregular e a busca por vantagens não se cessaram.

Quadro 7: Escritura de carta de venda da Fazenda Turvinho



06.05.1852

Vendedores: Antonio Romão da Silva e sua mulher Maria Antonia das Dores.

Comprador: Francisco Gonçalves Ferreira.

Uma sorte de terras lavradias na paragem denominado Matto Grosso. Divisando com Francisco Correia, com o Carvalho acima, até fixar terras de minha fazenda, dividindo pelo espigão, até fixar com terras a quem de direito pertencer, e cujas terras assim mencionadas vertem para o Rio Turvo.

Assina, a rogo de Maria Antônia, João de Palma Carneiro Giraldes. Fazenda do Turvinho, 03.05.1852

Testemunha: Justino Carneiro Giraldes.

Fonte:(PUPO; CIACCIA, 2005).

Já a Fazenda Turvinho foi adquirida por meio de processo de adjudicação a Cia. De Colonização São Paulo Paraná. Esse processo ocorreu devido a dívidas que essa empresa possuía com a União, e a partir disso, foi proposto a criação desse projeto para colonização estrangeira em meio as terras que ainda não haviam sido ocupadas sistematicamente com alguma cultura mercantil, apesar de haver esporádicas produções. Mas, a maior parte das terras ainda apresentavam sua fisionomia quase que intacta, com a presença da vegetação arbustiva ainda marcando a paisagem.

A presença do Cerrado evidenciava o uso rentista da terra, uma vez que nesse momento histórico, a supressão da vegetação original para plantio era uma prática muito comum. A apropriação da paisagem, no sentido de modificá-la a partir dos interesses do capital, sendo gerida tanto pelo poder público, quanto por ações privadas evidenciam a negação a vivência do lugar em detrimento de interesses especulativos. Assim, alguns indicativos sobre a apropriação das terras na localidade em estudo, bem como o desaparecimento dessa fração do Cerrado Paulista da paisagem e da memória do lugar serão discutidos na construção da tese a partir dos referenciais aqui apresentados.

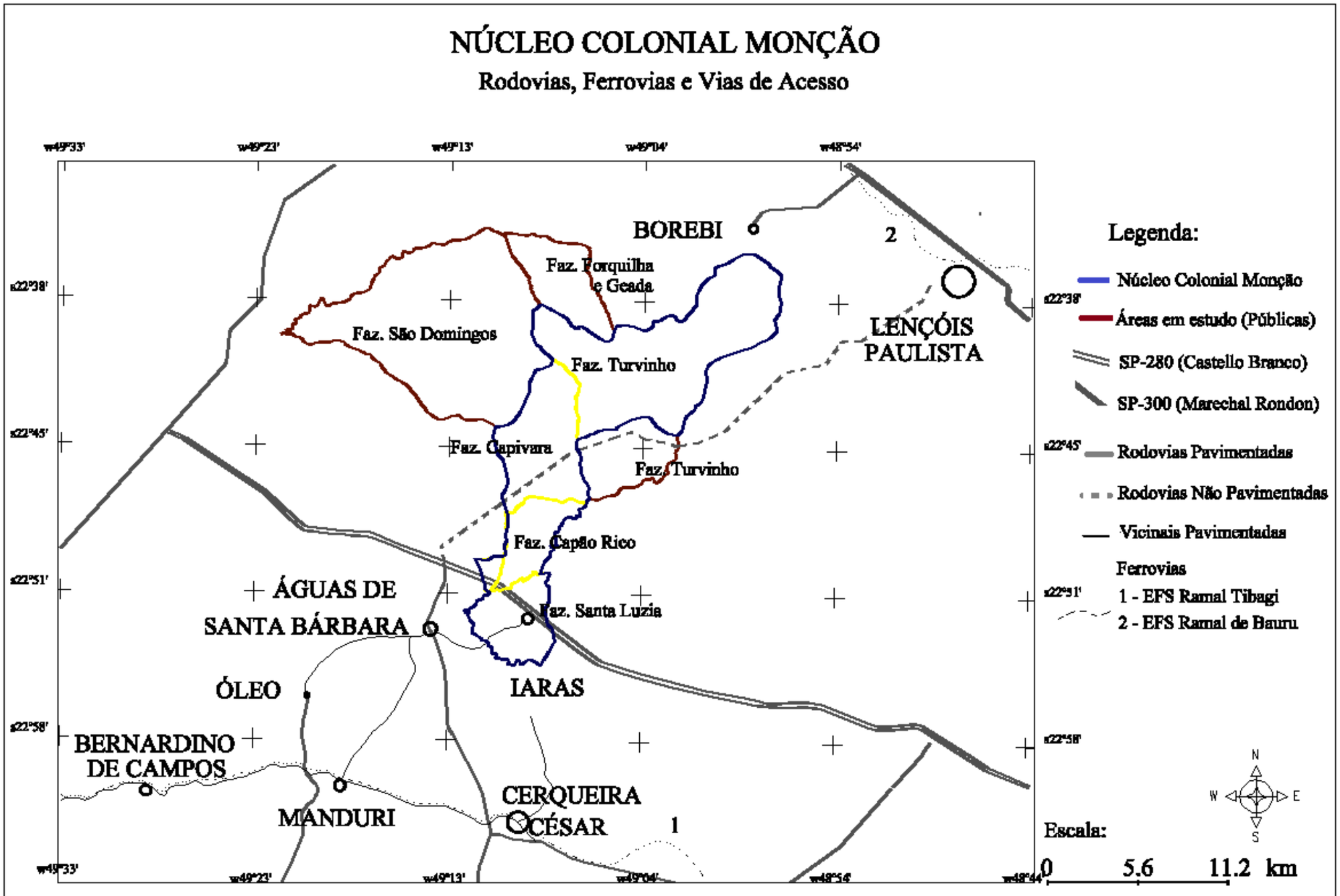
A ocupação dessa fração do Cerrado Paulista se deu à luz da apropriação da terra e a aferição de renda capitalizada. Economicamente, esta região se se desenvolve à revelia do restante do estado, pensar nos processos de territorialização deste recorte espacial em estudo é pensar em como o conjunto das intencionalidades do capital promovem desigualdades entre regiões, e assim, o próprio capital passa a realocar atividades econômicas como em uma competição entre os locais para aquelas que lhe sejam mais vantajosas. Indicando as escalas de atuação do capital, uma vez que o propósito da apropriação das terras e a sistemática ocupação estava já relacionada a mundialização do capital. As atividades desenvolvidas nesta região sempre se deram como extensões de outras áreas, comprovado pela dependência de investimentos e controle da produção por aqueles que detém o capital para investimento, demostrando a subordinação e dependência do que propõem a desenvolver.

As chaves de compreensão para desvendar os condicionantes de desenvolvimentos desiguais a partir da construção do entendimento da sociedade a partir de suas contradições já que “em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras (MARX, 2008, p. 266).

> Parece muito natural, por exemplo, que se comece pela renda territorial, a propriedade rural, porque se encontra ligada à terra, fonte de toda produção e vida, e à agricultura, primeira forma de produção em todas as sociedades, para compreender as contradições do capital no forjar de territorialidades, estas entendidas através da própria dialética do capital sendo a expressão na superfície terrestre da luta de classes, e seus condicionantes nos arranjos e mobilidades do capital no processo de desenvolvimento desigual, por pouco solidificadas que se achem. (MARX, 2008, p 266).

O momento de análise que Marx faz sobre o processo de mundialização do capital de corrente do crescimento da produção industrial e das práticas imperialistas em meados do século XIX é o mesmo ao qual ocorre a expansão da fronteira agrícola paulista e a transformação da terra em mercadoria no Brasil. Situações estas intrinsecamente relacionadas, principalmente pelo crescimento da produção cafeeira e de demandas de capital investidos no beneficiamento e transportes dos grãos. Porém, a cafeicultura não se territorializou de maneira homogênea, deixando grandes dimensões de terras a mercê de outras práticas, tais como as grilagens. Não é certo afirmar que o processo de apropriação de terras para a cafeicultura não foi dotado de práticas de apropriação ilegal, certamente as foram. Mas, as terras cobertas por cerrados no interior de São Paulo e com solos menos férteis foram alvo de outras intencionalidades, exercendo então o caráter de terras especulativas na extração de renda fundiária e como mais uma ferramenta de acúmulo do capital. Certamente que estas conceituações foram intensamente interpretadas, discutidas desde então, principalmente na primeira metade o século XX com os chamados pensadores clássicos do marxismo, ao qual trazem a luz das interpretações novas considerações acerca do processo de desenvolvimento desigual pelo território.

A localização dessas terras, ainda hoje aparece como de difícil acesso, o que pensar então como deveria ser no início do século XX. As principais vias de transporte eram as ferrovias, chegadas apenas na virada do século XIX para o XX. As mais próximas eram dois ramais da EFS, partindo de Botucatu, sendo a sul, o ramal Tibagi, localizado no divisor de águas dos Rios Paranapanema e Pardo e construída na primeira década desse século, tendo as estações de Avaré, Cerqueira César e Manduri as mais viáveis ao desembarque dos colonos que se dirigiriam para os lotes localizados na Fazenda Santa Luzia e Capão Rico. Ao norte, mais próximo aos lotes da Fazenda Turvinho, estaria o Ramal de Bauru, ao qual foi construída na segunda década, e as estações mais procuradas seriam as de Agudos e Lençóis Paulista.



Mapa 7: Núcleo Colonial Monção: Rodovias, Ferrovias e Via de Acesso: Fonte: (VENTURELLI, 2013, p. 98)

Em parte do Núcleo Colonial Monção ocorreu a implantação do assentamento de colonos nacionais e estrangeiros, principalmente nas Fazendas Santa Luzia, Capão Rico e Turvinho. A destinação parcial, a titulação frágil e o não registro de muitos títulos pelos antigos assentados propiciaram o aparecimento de áreas remanescentes, gerando a problemática fundiária na região, lembrando que a compra do lote se dava através de financiamento. Entre 1909 e 1933, de fato, em parte do Núcleo ocorreu a implantação de assentamento de colonos. No entanto, partes dessas terras não foram transmitidas aos colonos, continuando em poder da União, a legítima proprietária das áreas remanescentes até os dias de hoje. Nas décadas seguintes, houve o abandono do projeto de colonização, deixando aquelas áreas à mercê de grilagens, propiciando o aparecimento, sobre essas áreas remanescentes, de uma problemática fundiária na região, sendo que um considerável número de famílias ainda permaneceu nos lotes.

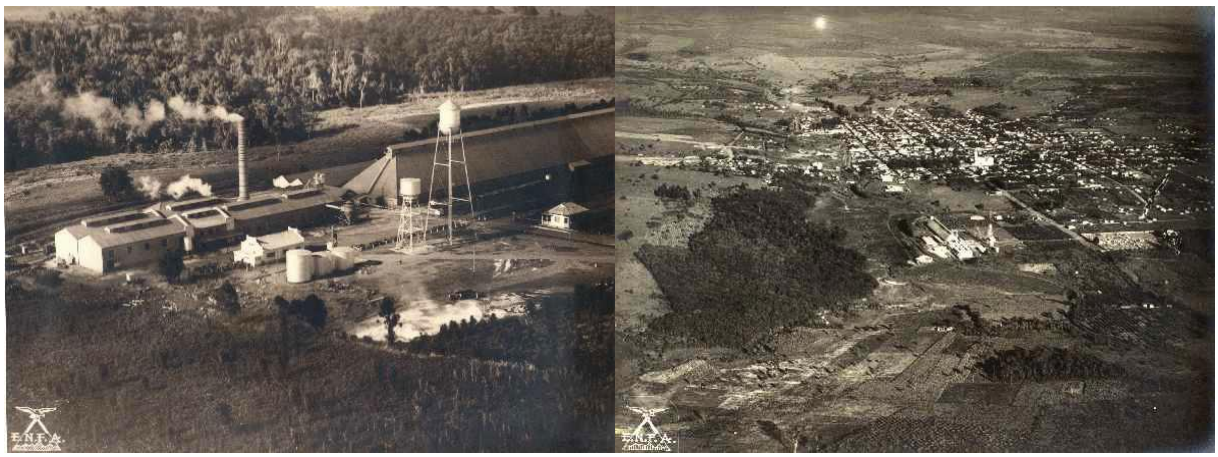
Uma atividade com pouquíssimos registros escritos, porém com muitas evidencias materiais, foi a cotonicultura. Nas primeiras décadas do século XX, incentivadas pelos acionistas da Cia. Sorocabana a produção algodoeira ganhou destaque, principalmente nas áreas de cobertura de Cerrado que não foram ocupadas pelos cafezais. A presença do capital internacional nesta atividade é marcante e vai ocorrer principalmente nas terras com evidências de grilagens, bem como ainda na meação com posseiros e colonos. Esta foi uma das incentivadoras para a criação do Núcleo Colonial Monção em terras com registros de apropriação ilegal, e posteriormente adjudicadas pela União. O intuito era promover demanda produtiva através do loteamento destinado preferencialmente à imigrantes. Um dos principais objetivos para a criação desse programa foi o de criar condições para a efetivação da cultura algodoeira na localidade. Devido as condições edafológicas propicias, houve a inserção de capital inglês e estadunidense para o subsídio à plantação de algodão através do regime de parcerias. Em alternativa ao café, consolidou-se a produção algodoeira, em que o solo e as condições climáticas se mostraram mais propícias para tal atividade, firmando-se como a principal produção agrícola regional por um longo período, fato registrado por Lourenço Filho (1953, p. 177), em suas viagens através do Brasil.

> No começo da exploração, permitiam-se, em benefício dos colonos, culturas intercalares de plantas alimentícias; os trabalhadores encontravam nestas culturas um importante suplemento ao seu salário; para salvar o café, teve-se que abandonar tal sistema. Apesar disto os cafezais, menos robustos por efeito da fertilidade diminuída da terra e também por causa dos métodos

> muitas vezes bárbaros da colheita, continuaram mais expostos às pragas; [...]. Os processos preconizados de combate eram ou muito dispendiosos ou ineficazes; [...]. Para reter a mão-de-obra, o grande proprietário precisa adotar novas formas de exploração; a meação, outrora abandonada, recomeça e se oriente para uma produção nova, o algodão, que toma o lugar dos cafezais esgotados. A safra algodoeira foi em 1934 nitidamente beneficiaria, e os pedidos de terras para algodão, cedidas em meação por três anos, se multiplicaram; em 1932 é o município de Agudos que vem na frente quanto às superfícies plantadas de algodão [...], seguem-se-lhe de perto os municípios vizinhos de Santa Barbara do Rio Pardo e Cerqueira César. (DEFFONTAINES, 1945, p. 23)

Certo que não apenas esse modelo foi adotado, uma vez que também havia grandes lavouras de algodão em propriedades com dimensões acima de mil hectares. Essa citação de Pierre Deffontaines demonstra o quanto a produção algodoeira foi pujante nesse momento. Parte considerável dessa produção estava com os camponeses imigrantes, como podemos ler nesse relato, demonstrando que a situação dos colonos não era confortável. Faltava-lhes toda a sorte de assistência, desde créditos até assistência médica.

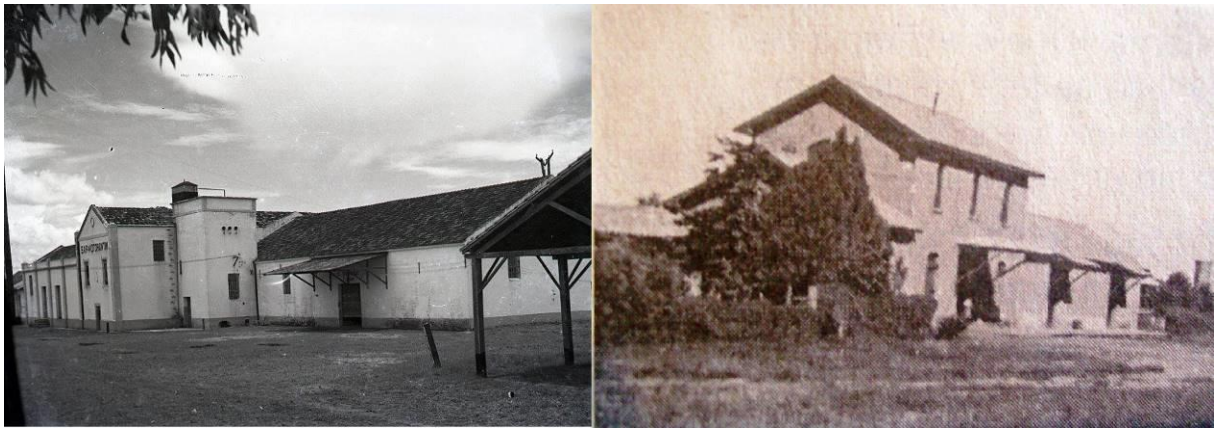
> Todo nervoso, papai pediu ao médico que fosse com ele até o Lote n° 64, em Núcleo Monção, pois mamãe Mitzi estava para ter um filho e Dona Kati lhe pedira para ir buscá-lo com urgência. O Dr. Quartim Barbosa perguntou-lhe, então, com o que ele ia pagar, pois sabia que, depois da geada e dos gafanhotos, não havia dinheiro entre os colonos. Papai disse que tinha plantado algodão para venda e um pouco de milho, arroz e feijão para o gasto da casa, mas que daria tudo o que o médico quisesse; o importante era que ele salvasse Mitzi e a criança. O médico ainda insistiu: disse que se papai lhe prometesse toda colheita, ele iria. (PAULITSCH, 1996, p. 26. Grifos nossos).



Figuras 28 e 29: Unidade da Anderson, Clayton & Company em Avaré e vista panorâmica da cidade no ano de 1939 ao qual é possível notar em primeiro plano a unidade industrial. Fonte: IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo.

Interessante ressaltar a organização produtiva, destacada na fala deste colono de origem austríaca. São plantados produtos para comercialização, como o algodão. Havia duas destinações para a produção de algodão local. Um delas era para o beneficiamento da fibra em Avaré, onde estava instalada uma unidade da Anderson, Clayton & Company. Ali a produção atendia o mercado nacional, visto o momento de crescimento da produção industrial brasileira, principalmente em São Paulo, mas também em outros centros, como Sorocaba que já havia sido dotada de indústrias têxteis antes de São Paulo. E ainda, algumas unidades locais das Indústrias Reunidas Matarazzo.

O destaque da produção algodoeira em Cerqueira César foi de extrema importância também, visto a instalação por essa mesma companhia de um entreposto para armazenamento do algodão semi-beneficiado, e posteriormente, seu embarque nos trens com destino ao Porto de Santos. Se em Avaré havia o beneficiamento para a indústria nacional, o papel de Cerqueira César era apenas armazenar o produto bruto para que fosse transportado a outros países. Principalmente pelo momento de crise nas colônias britânicas, tal como no Sudão, e em segundo ponto após a Crise de 1929 ao qual há a busca por outras localidades que fornecessem o produto à um valor mais barato. E nada melhor do que em terras ociosas, ou mesmo, ao sistema de parceria com os camponeses.



Figuras 30 e 31: Armazém da Anderson, Clayton &Company e estação ferroviária em Cerqueira César, respectivamente, nas décadas de 1960 e 1930. Fonte: Grupo memória cerqueirense.

Importante realizarmos uma compreensão sobre qual o papel dessa localidade na economia mundial. Se em um primeiro momento a cafeicultura teve um destaque incipiente, entre as décadas de 1920 e 1930 o algodão teve destaque na economia, trabalho e território. Porém, por mais que trouxesse rendimentos para a localidade, o papel na divisão internacional

do trabalho era o de simples fornecedor de matéria-prima para a indústria, tanto que no final da década de 1930 com a expansão da frente pioneira paulista, as regiões da alta sorocabana e alta paulista "tomam" esse papel para si.



Figura 32: Situação atual do antigo armazém, hoje sob comodata da Prefeitura Municipal de Cerqueira César.

Fonte: Google Earth.

> [...] se desejássemos entender bem por que a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo de produção especificamente capitalista, que se baseia na mais-valia relativa. [...] Antes de analisar o outro lado da moeda, isto é, as condições internas de produção que permitirão à América Latina cumprir essa função, cabe indicar que não é só no nível de sua própria economia que a dependência latino-americana se revela contraditória: a participação da América Latina no progresso do modo de produção capitalista nos países industriais será por sua vez contraditória. Isso se deve a que, como assinalamos antes, o aumento da capacidade produtiva do trabalho acarreta um consumo mais que proporcional de matérias primas. Na medida em que essa maior produtividade é acompanhada efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isso significa que cai o valor do capital variável em relação ao do capital constante (que inclui as matérias primas), ou seja, que aumenta a composição-valor do capital. (MARINI, 2017, p. 329-330)

A sensação de prosperidade paira no ar quando uma localidade passa a ter destaque produtivo. Nesse momento não foi diferente, já que a grande produtividade do algodão condicionava rendimentos e salários para a parcela da população envolvida. E assim, gerava a sensação de importância a localidade. Podemos ver no quadro a seguir, uma reportagem do Diário de São Paulo, com data de 18 de outubro de 1935, o quanto a atividade algodoeira fora crucial naquele momento. Contudo, não podemos esquecer que o capital se

aproveita da mão de obra mais barata e dos baixos custos de produtividade para manter a dependência.

Quadro 8: Matéria do Diário de São Paulo de 18 de outubro de 1935 sobre Cerqueira César.



CORREIO DE S. PAULO — Sexta-feira, 18 de Outubro de 1935 5

CERQUEIRA CESAR - municipio sem dividas

O que podem uma administração intelligente e honesta e uma população trabalhadora

Cerqueira Cezar, rico municipio da Sorocabana é, tambem, um exemplo frizante dos revezes a que está exposta a collectividade quando sob a influencia malefica de más administrações. E', tambem, uma prova do quanto póde, no mais curto espaço de tempo, um governo forte, efficiente e honesto.

Detalhemos, porém, os factos.

AS AGRURAS DE U'A MA ADMINISTRAÇÃO

Possuindo terras fertilissimas, bôa situação geographica e uma população ordeira e affeita ao trabalho, Cerqueira Cezar era, entretanto, até poucos annos, um municipio, se não apagado, quasi completamente estagnado e em uma moderna dessanimadora. A unica causa dessa indifferença criminosa era, como mais tarde se verificou, a administração inefficiente e sem iniciativas, que, apezar do ter podido, apenas com um pouco de esforço, tornar a região uma das mais progressistas do interior, nada fazia, lançando-a criminosamente no descaso e no esquecimento.

Era uma flagrante injustiça que mais tarde ou mais cedo deveria ser reparada. O espirito civico de seus filhos, a riqueza natural do seu sólo, seu clima salubertimo, tudo concorre para que ocupe um logar privilegiado entre as cidades do nosso interior. Era fatal, portanto, que um dia, por designios da Providencia, Cerqueira Cezar viesse a possuir a administração firme e sã que a deveria levar ao progresso que por direito merece.

UM POUCO DE HISTORIA

Cerqueira Cezar foi fundado em 1896 pelo sr. Juvenal Gomes Coimbra, recebendo, então, o nome de TREZ RANCHOS. No anno seguinte, era já districto policial e em 1899 passava a ser districto de paz.

Apezar de possuir todos os predicados para se tornar um centro de grande progresso, foi, porém, durante longos annos, victima dos maus governos o que fez com que só em 10 de Outubro de 1917 fosse elevada a municipio, melhoramento que merecia de longa data.

Situada em terras fertcis, onde a lavoura, encontra facil e compensador desenvolvimento, Cerqueira Cezar se encontra a 415 kilometros da Capital. A excellencia de seu clima reside no facto de estar situada a 715 metros acima do nivel do mar.

Occupando uma área de 1.152 kilometros quadrados, é servido pela Estrada de Ferro Sorocabana, possuindo, tambem, bem cuidadas estradas de rodagem, que sommam um total de 180 kilometros quadrados, que o ligam aos municipios de Avaré, Pirajú, Santa Cruz do Rio Pardo e Monção.

Possue, actualmente, 16.000 habitantes, dos quaes 3.000 na séde. Até 1930 não possuia, no perimetro urbano, mais de 250 predios. Actualmente esse numero foi duplicado, sendo que a todo o instante são feitas novas construcções.

DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Ao falarmos da situação economica do prospero municipio, é de bom alvitre anotar um facto verdadeiramente auspicioso para quantos se interessam pelo progresso do municipio.

No ultimo balanço geral da Prefeitura, na columna das "Dividas Municipaes", — ha a seguinte nota: Não existem". Essa é a prova mais eloquente da capacidade de uma terra que soube resistir nos vendavais das más administrações e que após longos annos de espera, consegue vêr realisado o seu sonho de progresso.

Em 1926, a arrecadação das rendas não alcançava a 60 contos. Em 1927 e 1928, com grande desgosto de seus municipes, desceu mais ainda. A reacção, porém, não demorou. Em 1929, começou gradativamente a surgir, até ultrapassar, em 1934, 100 contos de réis, quantia verdadeiramente consideravel para um municipio.

Afim de melhor avallarmos essa transição, verifiquemos os algarismos:

1926	65:056$409
1927	64:985$200
1928	64:806$400
1929	85:966$700
1930	93:258$500
1931	89:654$100
1932	91:148$254
1933	92:978$977
1934	105:148$165

No corrente anno, a arrecadação orçada, sem augmento de qualquer imposto, foi de ..... 122:000$000. Até Setembro ultimo, houve uma entrada de.....

PROF. AVELINO PEREIRA,
Prefeito de Cerqueira Cesar

RUA PRINCIPAL DERQUEIRA CESAR

ESTAÇÃO DE CERQUEIRA CESAR

LARGO DA MATRIZ DE CERQUEIRA CESAR

Actualmente, o sr. Avelino Pereira pleiteia do governo estadual um emprestimo para a instalação de aguas e esgottos, melhoramento que é uma das maiores aspirações da população do municipio. Abriu, tambem, concorrencia para a construcção do Paço Municipal.

PRODUCÇÃO

Actualmente, como em todos os municipios do nosso "hinterland", o principal producto de Cerqueira Cezar, é o algodão, que está concorrendo na exportação com um milhão de arrobas. Essa quantidade tende a augmentar, pois que dia a dia são iniciadas novas plantações.

Após o algodão, vem o café, que foi até ha poucos annos a sua principal riqueza. Nas ultimas estatisticas, se apresenta com mais de 1.600.00 cafeeiros em franca producção.

No municipio está, tambem, bem desenvolvido o plantio de arroz, milho e outros cereaes, que alcançam grande acceitação nos nossos mercados.

Além dos grandes estabelecimentos agricolas, possue 800 pequenas lavouras, todas em franco progresso.

Como a lavoura, a industria local é tambem bastante desenvolvida. Funcionam cinco usinas de beneficiar algodão, uma de beneficiar café e uma de arroz, uma fabrica de bebidas, cinco officinas mechanicas, duas serrarias e dois lacticinios.

O commercio conta bem montados estabelecimentos, onde se encontra todo o necessario para a vida de uma collectividade civilizada.

VIDA SOCIAL

Cerqueira Cezar possue, tambem, desenvolvida vida social. Os pontos predilectos da reunião da sociedade local são: o Clube Recreativo Constitucionalista, a Associação Athletica Cerquerense e o Centro Cerquerense. Semanalmente realisam-se nessas clubes, animadas reuniões familiares, que contam com a presença das mais representativas familias da localidade.

Possue, tambem, um jornal, o "Cerqueira Cesar".

Em resumo, pela feição verdadeiramente progressista de sua administração, pelo franco desenvolvimento em que se encontram os ramos de sua actividade tanto agricola, como industrial e commercial, é seguro que está reservado a Cerqueira Cezar, um brilhante e risonho futuro — justo premio á laboriosidade de seus dignos e esforçados filhos.

A PREFEITURA MUNICIPAL

O prof. Avelino Pereira é, desde longa data, um dos mais decididos batalhadores em prol do progresso de Cerqueira Cezar. Sem medir sacrificios, tem dado o melhor de seus esforços á terra que, em bôa hora, foi confiada a sua clarividencia, correspondendo largamente á expectativa de seus conterraneos. Occupando o posto de prefeito desde de 1930, foi obrigado a entregar a direcção da Prefeitura por occasião da entrada das forças dictatoriaes do coronel João Francisco.

Entretanto, pouco depois, por força de sua actuação impeccavel e da integridade de seu caracter, já sob o governo do sr. Armando de Salles Oliveira, voltou ao cargo.

Em pouco tempo, lutando contra toda sorte de obstaculos, conseguiu abrir novas ruas e levar a effeito obras de sargeteamento, que proseguirão mediante concorrencia publica. Creou tres escolas municipaes, prestando a instrucção publica um apoio franco e decidido.



PRODUCÇAO

Actualmente, como em todos os municipios do nosso "hinterland", o principal producto de Cerqueira Cezar, é o algodão, que está concorrendo na exportação com um milhão de arrobas. Essa quantidade tende a augmentar, pois que dia a dia são iniciadas novas plantações.

Após o algodão, vem o café, que foi até ha poucos annos a sua principal riqueza. Nas ultimas estatisticas, se apresenta com mais de 1.600.00 caféeiros em franca producção.

Figura 33: Destaque de matéria do Diário de São Paulo de 18 de outubro de 1935 sobre a produção agrícola em Cerqueira César.

> A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais. Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho. (MARINI, 2017, p. 328).

Contudo, com a expansão da franja pioneira para o oeste paulista, e com isso a oferta por terras e mão de obra mais que barateasse ainda mais o produto no mercado mundial, a produção algodoeira nos vales dos rios Pardo e turvo foram regredindo. Os primeiros a sentirem o efeito dessa perda de participação no mercado foram os camponeses que produziam em regime de parceria. Associado ainda a queda de participação dos pequenos produtores e, como consequência, a falta de interesses de novos compradores dos lotes remanescentes do núcleo colonial. Além de que os lotes que agora restavam eram aqueles localizados entre as fazendas Capivara, Turvinho, São Domingos e Furquilha, ao qual era palco de intensos litígios, uma vez que muitos ocupantes anteriores ao projeto não saíram dali, e mesmo os grileiros que não permitam o acesso dos compradores à essas terras.

Vários são os empecilhos que acarretam o insucesso da efetivação desse programa de colonização. Foram tantos os problemas, entre eles o fornecimento da escritura aos colonos, o que acabou ocasionando que as terras permaneceram sob propriedade do Estado, bem como o de realizar um efetivo projeto de ocupação dessas por parte dos colonos. Sendo a própria organização dos lotes do núcleo colonial dispersos entre si. Assim, é fácil notar que não houve uma organização de fato, abrindo margens para a ação de pessoas que se apropriaram das

terras, principalmente após a sua desativação em 1933. Não apenas a falta de incentivos à vinda de imigrantes foi primordial para que os objetivos iniciais não fossem atingidos.

Após o insucesso da proposta de colonização e produção de matéria-prima, bem como associado as transformações que a indústria vinha vivenciando, a presença de outras áreas produtivas – desde as áreas do oeste paulista até o sudeste asiático – que forneciam o algodão mais barato, e principalmente a grande crise do capital iniciada em 1929 esta atividade desapareceu rapidamente.

Com o fim do Núcleo Colonial Monção e o cessar da venda de lotes a imigrantes, as terras pertencentes à União ficaram desprovidas de ocupação. Aliás, muitas delas já estavam desde o loteamento, uma vez que nem todas as áreas foram divididas em lotes, e algumas glebas de propriedade do Governo Federal ficaram de fora. A ação dos grileiros se deu de forma intensa sobre as terras públicas que não estavam ocupadas. Em um estudo anterior (VENTURELLI, 2013) abordamos todos os processos de grilagens de terras públicas e litígios referentes a essa localidade.

É fato notar que ação de grileiros sobre as terras do Núcleo Colonial Monção foram, e ainda são, objetos de grilagens, uma vez que a presença de inúmeras "propriedades" com titulações falsas, cadeias dominiais alteradas e ainda com aquisição de terras que já apresentavam vícios em suas transcrições. Contudo, não se trata apenas das terras públicas remanescentes deste projeto de colonização que sofreram com a ação de posse ilegal e tramites para garantir a sua consolidação. Propriedades historicamente instaladas nos arredores também demonstram dados e situações que nos fazem ficar atentos sobre o uso de meios ilegais para a apropriação fundiária, e a ação do Estado em sua efetivação.

1.2.3 – Terras públicas, clientelismo e monopolização

O caráter periférico que dá face aos processos econômicos e sociais em nossa área de estudo também foi responsável pelas diretrizes que o uso e ocupação do solo iria tomar a partir da metade do século XX. O papel na divisão territorial do trabalho promove a essa localidade um lugar a margem da expansão do capital produtivo e das inovações tecnológicas que seria inserido no campo nesse momento. Da modernização conservadora, nossa área de estudo ainda vivenciara apenas o conservadorismo do poder pela terra e do rentismo.

Importante ressaltar o incremento tecnológico que passa a ser inserido no campo a partir da segunda metade do século XX, ao qual é chamado de Revolução Verde e terá um momento específico para tal. Mas, o que queremos relacionar entre o momento da inserção de novas tecnologias e diretrizes produtivas é que esta localidade fica alheia a este acontecimento. Foi nesse momento ao qual há o plantio de silvicultura e a transferência do controle das terras do antigo núcleo colonial da União para o estado de São Paulo. E também o momento de grande incidência de grilagens de terras. No decorrer das décadas seguintes era notável o caráter rentista destas terras com a presença de árvores para indústria madeireira ou pastagens extensivas subutilizadas. Nem mesmo com a construção do último trecho da SP-280 (Rodovia Castello Branco) foi notada a dinamização produtiva. Assim, o que percebemos é que o interesse do capital não era o do incremento produtivo e da expansão de áreas para a produção de mercadorias nessa localidade. O objetivo ainda era o de acumulação primitiva do capital através das apropriações ilegais e aferição de renda da terra.

Toda essa localidade foi alvo de apropriação ilegal com a finalização do projeto de colonização no decorrer da década de 1930. As terras que formaram o núcleo colonial foram alvo de apropriações ilegais, por muitas vezes com grilagens que sobrepunham os lotes dos colonos. Além de que as áreas ao redor também se trata de terras públicas e foram griladas ao longo de décadas. Essas terras públicas ficaram – e ainda estão – ao leu durante muitos anos. Como se o governo federal não soubesse de sua existência, e com isso, abrindo a possibilidade de grilagens de terras. Ao mesmo tempo não reconhecia e emita a titularidade aos remanescentes do projeto de colonização, sendo que muitos já estavam na segunda geração sem haver a garantia de permanência em suas terras. Quanto mais afastado do distrito de Monção[7], menos garantia de manter-se na propriedade o camponesa estava, uma vez que as tomadas de terras a revelia e as falsificações de documentos eram mais recorrentes nas terras do interior do projeto e que possuíam difícil acesso, tal como se tudo ocorre de maneira escondida.

Dentro dos traçados da Fazenda Turvinho havia um povoado chamado de Santa Flora. Ali se localizava o ramal ferroviária Coronel Leite, e nos quilômetros a seguir tinha a funcionalidade de ser um ramal lenheiro, com o corte das vegetações arbustivas de Cerrado.

[7] O distrito de Monção pertencia ao municípios de Santa Bárbara do Rio Pardo, atual Águas de Santa Bárbara, e foi emancipado em 09 de janeiro de 1990 tornando-se o município de Iaras.

Mesmo com a decadência do café, esse ramal ainda continuava a ser utilizado. Porém, a ocupação dos lotes do Núcleo Colonial Monção ao norte fora facilitada quando houve a abertura da estação Santa Flora, ao qual formou um pequeno povoado ao redor do barracão e da plataforma. Em 1941 já existia a estação, de acordo com o relatório da ferrovia, mas o trecho somente foi incorporado oficialmente ao ramal no ano de 1943, segundo o relatório do interventor Fernando Costa ao Presidente Getúlio Vargas referente a esse ano), o ponto terminal do ramal passou a ser a estação de Santa Flora.

> A exemplo do que já vinha se observando nos anos anteriores, continuavam os Armazéns, em 1944, em franca prosperidade, mantendo integralmente sua finalidade, a qual seja de proporcionar ao pessoal da estrada a oportunidade de adquirir para sua manutenção bons artigos por preços convenientes. (...) Neste ano foram instalados três armazéns, destinados ao pessoal empregado nos cortes de lenha da Estrada. Esses armazéns, localizados em Santa Flora, Caiuá e Rancharia, já estão funcionando com a devida regularidade". Em todos estes locais, havia ou o terminal de um ramal lenheiro, ou início de um (como em Caiuá e em Rancharia). Em Santa Flora também foi carregado algodão em caroço, em 1943 e 1944. Santa Flora era classificada nessa época como um "posto considerado estação" pela Sorocabana. (ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2016. Grifo nosso).

Quadro 9: Relato de Pedro de Jesus Pereira, 02/11/2011. Antigo morador de Santa Flora

A VIDA EM SANTA FLORA

"No ano de 1950, então com 5 anos de idade, morei por aproximadamente 2 anos na estação de Santa Flora no ramal de Borebi, que na realidade não era a estação final do ramal de Santa Flora, pois além dela existia uma outra estação de nome Globo, que era realmente o final da linha. Hoje com 66 anos de idade, lembro-me perfeitamente de tudo com clareza e posso afirmar que a estação de Santa Flora realmente existiu e faz parte do meu acervo de memórias ferroviárias que são muitas lembranças agradáveis da minha longínqua e feliz infância e adolescência. Quando saí de Santa Flora, mais ou menos 1952, tudo estava muito ativo, os trens circulavam normalmente com um carro de passageiros e dois ou três vagões de carga (trem misto). O carro de passageiros (sempre lotado) era de segunda classe e todo de madeira, inclusive os bancos. Esse trajeto era feito de duas a três vezes ao dia. de domingo a domingo, sem horário muito definido. Os trilhos eram assentados sobre os dormentes sem o lastro de pedra, isto é, diretamente na terra, denominadas na época de linhas de terra. Quando chovia era um deus nos acuda, inundava tudo, os trilhos desapareciam e os trens não circulavam, as vezes durante dias. Esses trens eram puxados por vaporeiras de pequeno porte e digo isso, pois estava acostumado com locomotivas a vapor de grande porte que circulavam pela linha tronco, apelidadas na época de "Alemoas", haja vista que como filho de ferroviário, levávamos uma vida de verdadeiros ciganos, desde a cidade de Boituva, onde nasci, até o ramal de Santa Flora e posteriormente o ramal da pedreira e finalmente o ramal de Bauru, onde finalmente nos fixamos até a aposentadoria do meu pai, Sr. Honório, já falecido. Retornei algumas vezes a Borebi, mas não mais até Santa Flora ou a fazenda ou estação Globo, após a desativação do ramal em 1953/54. A fazenda Globo era muito movimentada na época e ponta de linha do ramal. Produzia além de leite e seus derivados, carne bovina e suína, mas o ramal tinha como finalidade principal o transporte de lenha para as locomotivas a vapor, maioria na época. A estação Globo ficava a aproximadamente 12 km de Santa Flora. O que lembro de Santa Flora é que era uma estação no meio do nada, mas que de repente quando o trem apitava, surgiam pessoas não se sabe de onde, era uma festa. Resido atualmente na cidade de Bauru".

Esse ramal seguia por mais alguns quilômetros, possuindo duas estações de embarque de lenha apenas, sendo uma Restinga e outra sem denominação. Mas que em alguns documentos são ilustradas com o nome de Fazenda Globo.

Durante e a década de 1960, já sob a Ditadura Cívico-Militar, o governo federal propôs transferir para gestão do governo paulista cerca de 30 mil hectares remanescentes do projeto de colonização – de um total de 50 mil hectares, o que evidenciava o conhecimento por parte da União do total de terras pertencentes ao patrimônio público. Porém, caso essa situação se efetivasse, iria afirmar a propriedade pública das terras e acabaria por inibir as ações dos grileiros e espoliadores na apropriação ilegal dessas terras. Visando o reflorestamento com *pinus* e eucalipto, desse total, o Instituto Florestal reflorestou aproximadamente 2.000ha, utilizando parte da Fazenda Capivara (1.620ha) e parte da Fazenda Capão Rico (380 ha).



Figura 34: Silvicultura de pinus em Águas de Santa Bárbara que se estendem pelas terras da Fazenda Capivara.
Fonte: (VENTURELLI, 2013, p. 124).

Desde a década de 1970, essas terras que passaram ao controle do Governo de São Paulo, foram concedidas para exploração dos grupos Eucatex e Duratex, de propriedades de Paulo Maluf e Paulo Setúbal, respectivamente, sendo o último, proprietário do Banco Itaú (TURATTI, 2005. p. 36). Vale ressaltar que os governadores paulistas dessa década (Laudo Natel – 1971-1971, Paulo Egídio Martins – 1975-1979 e Paulo Maluf – 1979-1982) foram eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral ou pela Assembleia Legislativa. Faz-nos pensar

quais os interesses estavam por trás de todos os procedimentos entre os governos federais e estaduais em um período de ação da Ditadura Militar, que sabidamente agiu em favor do capital nacional e internacional. Como nesse caso, em que uma área pública, com cobertura vegetal de Cerrado, ou seja, em grande parte desocupada, foi transmitida entre níveis de governo e depois à grupos capitalistas, certamente ligados nos meios políticos.

É importante ressaltar que essa destinação nunca foi sacramentada pelos ritos administrativos e jurídicos apropriados, ficando restrita a um Protocolo de Intenção assinado pelos governos Federal e Estadual. Através de parecer da Procuradoria Geral do Estado n◦ 657/80 de 24/03/1980, tal Protocolo foi considerado impróprio do ponto de vista jurídico, portanto, sendo as áreas ocupadas pelo Instituto Florestal reconhecidamente de domínio da União.

O uso de terras públicas com interesses particulares, ou a própria ação do Estado em benefício do capital não é exclusivo às terras do Núcleo Colonial Monção e arredores. É marco da política fundiária brasileira marcada por grilagens de terras e a complacência do Estado. Percebemos que a propriedade privada da terra é marco regulador das relações de poder no Brasil, e que as práticas ilegais de concentração fundiária são recorrentes na busca pela extração da renda da terra.

Tabela 11: Terras devolutas nos municípios onde se localiza o Núcleo Colonial Monção

UF	Município	Área Municipal (há)	Área Devoluta (ha)	%
São Paulo	**TOTAL**	**24.814.059,00**	**5.237.344,19**	21%
São Paulo	Águas de Santa Barbara	40.850,00	14.954,24	37%
São Paulo	Agudos	96.756,00	6.911,20	7%
São Paulo	Borebi	34.812,00	13.046,30	37%
São Paulo	Iaras	40.138,00	7.245,00	18%
São Paulo	Lençóis Paulista	80.379,00	11.107,00	14%

Fonte: INCRA. Org.: Ariovaldo Umbelino de Oliveira – 2006.

Tabela 12: Silviculturas em terras indicadas na criação do Núcleo Colonial Monção.

NOME DO IMOVEL	PROPRIETÁRIO	ÁREA (HA)	MUNICÍPIO
SAO GERALDO - ÁGUA DA TAPERA	LWARCEL	56,1455	BOREBI
FAZENDA CABOCLO I	LWARCEL	43,56	BOREBI
FAZENDA TURVINHO II - 1	LWARCEL	72,9243	BOREBI
SITIO ÁGUA DO CABOCLO	LWARCEL	43,56	BOREBI
FAZENDA SANTA FILOMENA	LWARCEL	96,1417	BOREBI
FAZENDA TAPERA QUEIMADA	LWARCEL	699,9366	BOREBI
FAZENDA TURVINHO UNIAO	LWARCEL	136,48	BOREBI
FAZENDA TURVINHO V	LWARCEL	144	BOREBI
FAZENDA TURVINHO V-2	LWARCEL	363	BOREBI
FAZENDA PEREIRA	LWARCEL	242	BOREBI
FAZENDA SANTA RITA DO TURVINHO	LWARCEL	242	BOREBI
FAZENDA TURVINHO II - 3	LWARCEL	868,5	BOREBI
FAZENDA TURVINHO IV	LWARCEL	242	BOREBI
FAZENDA SELVA	LWARCEL	1.225,94	BOREBI
FAZENDA CAPIVARA FLORESTAL ELLO	LWARCEL	60,5	BOREBI
FAZENDA IPIRANGA	LWARCEL	169,4	BOREBI
FAZENDA SAO LUIZ DO TURVINHO	LWART	242	BOREBI
FAZENDA MAMEDINA	LWART	1.819,20	BOREBI
FAZENDA TURVINHO	LWART	1.130,30	BOREBI
MARIA CRISTINA	SUZANO	101,64	BOREBI
FAZENDA TURVO III - LEX	SUZANO	939,7049	BOREBI
TURVO I E II	SUZANO	692,7987	IARAS
IDEAL I	SUZANO	653,4	IARAS
FAZENDA BOM RETIRO I	LWARCEL	323,07	ÁGUAS DE SANTA BARBARA
FAZENDA BOM RETIRO II - FAIDIGA-	LWARCEL	92,15	ÁGUAS DE SANTA BARBARA
FAZENDA CAPIVARA	LWART	288,4	ÁGUAS DE SANTA BARBARA
FAZENDA GRAMADO	LWARCEL	114	AGUDOS
FAZENDA FLORESTA GLEBA 73 E 74	LWARCEL	140,4	AGUDOS
FAZENDA FLORESTA STECCA	LWARCEL	157	AGUDOS
FAZENDA GLOBO	LWARCEL	734,497	AGUDOS
FAZENDA UNIAO	LWART	151,2	AGUDOS
FAZENDA LAGOA RICA	LWART	2.562,60	AGUDOS
GLOBO I E II	SUZANO	2.792,47	AGUDOS
HORTO FLORESTAL RIPASA I, II E III	SUZANO	262	AGUDOS
QUERENCIA	SUZANO	2.179,18	AGUDOS

Fonte: SNRR (Sistema Nacional de Cadastro Rural) – INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Org. Ricardo M. Venturelli – jul./2021.

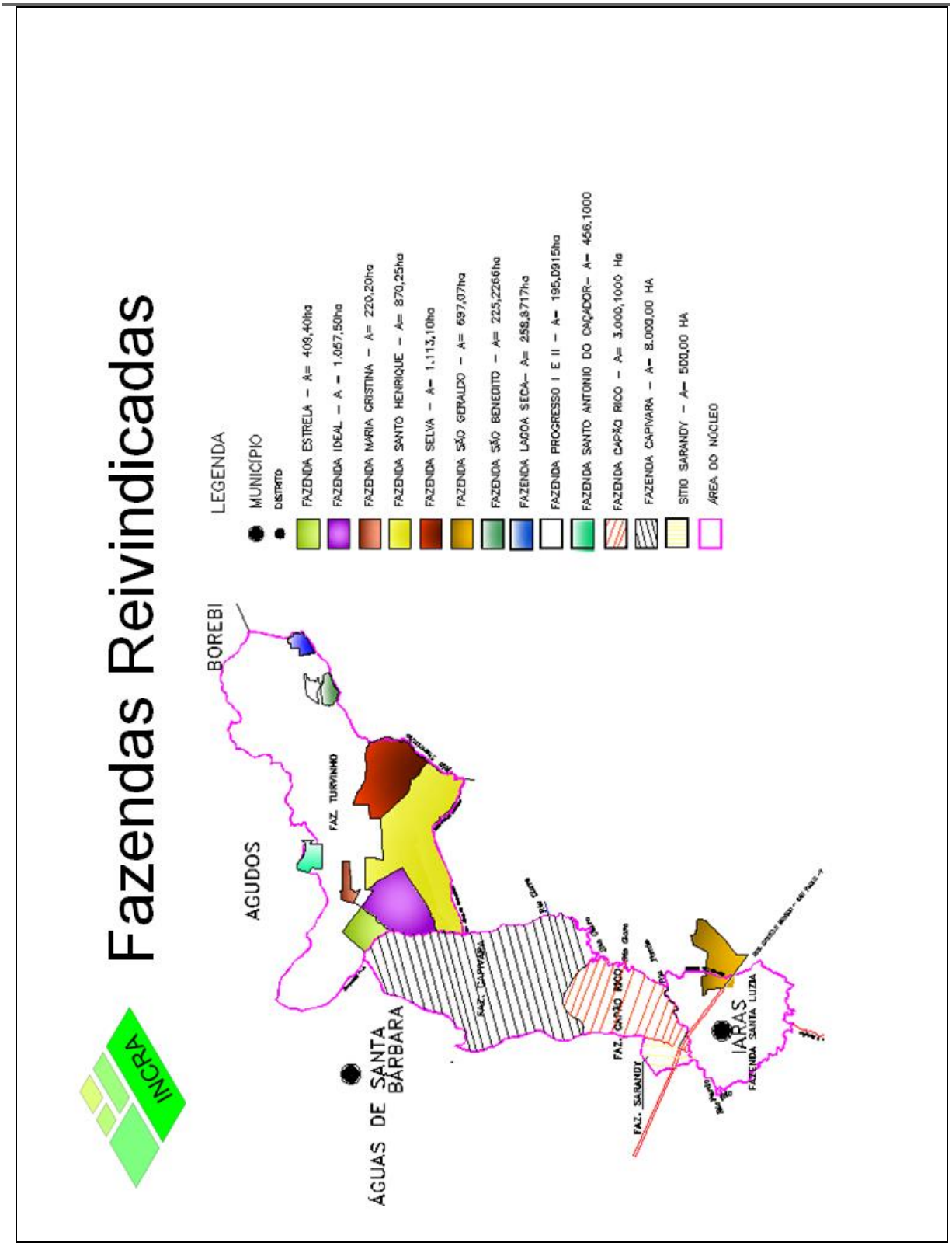


Figura 35: Áreas reivindicadas e ocupadas através de grilagens do antigo Núcleo Colonial Monção.

Fonte: INCRA-SP

Fato interessante é que os projetos rodoviários previstos para essa localidade ficaram todos aquém do informado. Até o ano 1982 a SP-280 terminava no Km 242 em Avaré, no entroncamento com a SP-255. Nesse interim, outras rodovias também ficaram sem conclusão, sendo um caso interessante o trecho da SP-261 entre Águas de Santa Bárbara e Lençóis Paulista ao qual até hoje não é pavimentado, bem como a SP-273 entre Paulistânia e Agudos. Todos esses trechos cortam terras remanescentes do Núcleo Colonial Monção, então nos soa como se fosse proposital a sua falta de infraestrutura para que ninguém transite por essas áreas.

Uma questão a ser levantada sobre o monopólio da terra e apropriação ilegal é sobre a presença da silvicultura na localidade. Para esta discussão iremos apresentar dois resultados de pesquisas já consolidados. O primeiro é sobre as terras ocupadas com silviculturas e que há litígios sobre suas titulações, pois, são terras adjacentes àquelas do antigo Núcleo Colonial Monção. Para indicar esta questão e explicitar a ação do capital realizamos o levantamento dessas terras ocupadas pelas empresas Lwarcel, Lwart e Suzano.



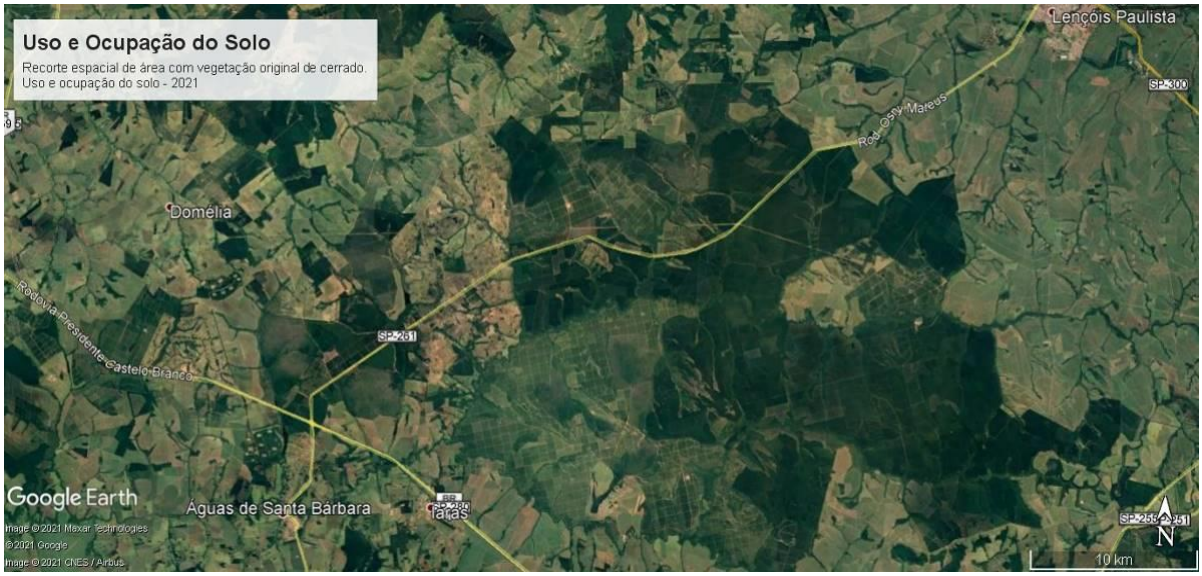
Figura 36: Trecho sem asfaltamento da SP-261 em Iaras. Notar os solos arenosos e a presença de silvicultura ao fundo. Foto: Ricardo M. Venturelli – out/2011

Destaque para todas as propriedades que compunham a Fazenda Turvinho União ao qual era área pertencente ao projeto de assentamento e com os anos foi sendo desmembrada em outras propriedades. Ressaltamos ainda que não apenas as terras indicadas dentro dos limites do projeto de colonização eram pertencentes à União, como também as áreas vizinhas

e que são foco de ações judiciais, tais como as Fazendas Globo localizadas na antiga Fazenda São Domingos, ao qual era um resquício do povoado São Domingos de Tupá, desaparecido no início do século XX. No decorrer da tabela percebemos que as áreas ocupadas por silvicultura ultrapassam a dezena de milhares de hectares, porém, sobre o controle de apenas três empresas. O monopólio do uso da terra adquirida através de processos escusos de apropriação acaba por ser uma vantagem ao capital no objetivo de garantir sua reprodução, uma vez que o incremento produtivo inicial foi às custas de toda sociedade.



Mapa 8: Uso e ocupação do solo nas áreas de cobertura vegetal original de Cerrado e sobre terras públicas no ano de 1990. Fonte: Google Earth



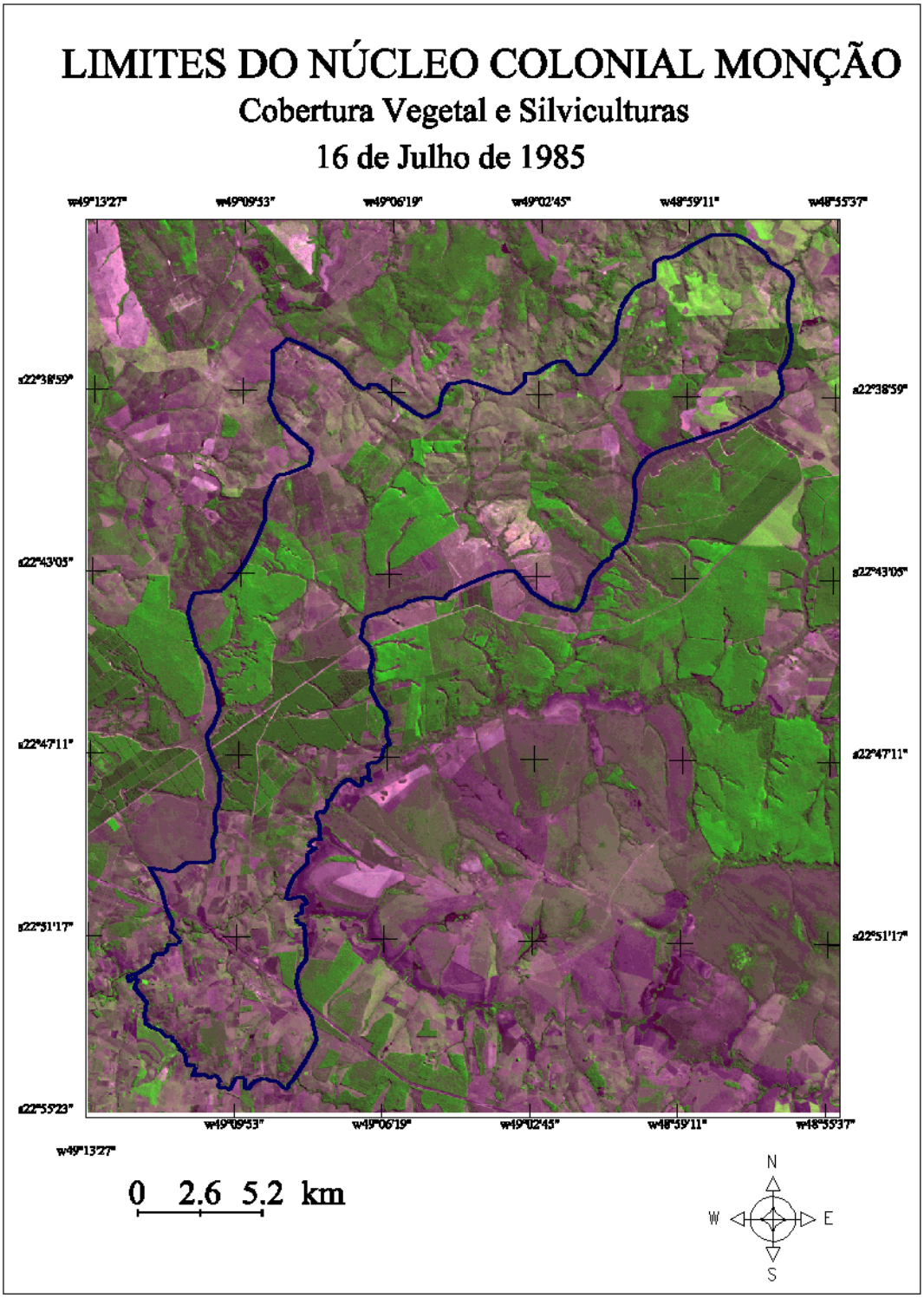
Mapa 9: Uso e ocupação do solo nas áreas de cobertura vegetal original de Cerrado e sobre terras públicas no ano de 2021. Fonte: Google Earth

Ao observar essas duas últimas representações cartográficas com um intervalo de 31 anos, notamos que o uso do solo voltado para silvicultura nas áreas indicadas permanece praticamente a mesma. Nesta representação espacial podemos notar um enclave territorial em meio a produção de commodities, tais como silvicultura, canaviais e citricultura. Trata-se do Assentamento Zumbi dos Palmares – ao qual iremos abordar mais à frente. Desde a criação do assentamento há diversos imbróglios judiciais sobre a supressão da silvicultura, sendo que em muitos casos o assentado sequer pode retirar a vegetação para iniciar suas atividades.



Figura 37: Placa da Lwarcel indicando a ocupação das fazendas. Foto: Ricardo M. Venturelli – Set/2011

No decorrer dos anos 2000 o capital volta a agir agressivamente nessa localidade. Os grupos Ripasa e Lwarcel assumem as silviculturas que estavam sob controle da Eucatex e do Instituto Florestal do estado de São Paulo (atual "Fundação Florestal" - Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo). Novamente é notada a transferência de terras públicas para o capital por meios pouco claros de serem demonstrados. Mas, seria um equívoco pensar que o capital se territorializa na silvicultura apenas nas terras em litígio. Em toda extensão regional é notada a presença de grandes dimensões espaciais de silviculturas, que atendem diversas unidades fabris.



Mapa 10: Delimitação do Núcleo Colonial Monção e cobertura vegetal em 1985, com destaque para as extensões de silviculturas. Fonte: (VENTURELLI, 2013, p. 129)

Além da presença das corporações Lwacel, Lwart e Suzano. Temos ainda, a Eucatex e Duratex, ao qual também marcam a paisagem da região com suas vastas silviculturas e

possuem duas unidades industriais em Botucatu. Essas terras foram alvo de incentivos à silvicultura de grandes empresas do setor madeireiro e celulose, houve a expressão de poder para essas concessões, sendo destinadas às empresas Eucatex e Duratex, tendo como proprietários Paulo Maluf e Paulo Setúbal, respectivamente. É possível que tenha havido certa interferência política daquele que viria a ser governador do estado no início da década de 1980. Com essas concessões, a Eucatex acaba ficando com uma grande área para a plantação dos *pinus***,** madeira fundamental para a sua indústria. Certamente os jogos de interesses nos bastidores da política paulista da época determinaram os limites desses privilégios.



Figuras 38 e 39: Rio Pardo em Botucatu, onde é possível notar as silviculturas ao fundo. E placa indicativa das unidades da Eucatex na estrada municipal BTC-040. Foto: Ricardo M. Venturelli. Fev/2022.

Notar grandes “machas” na cor verde, corresponde às silviculturas de grandes corporações do setor. Não obstante o reconhecimento pelo Estado, perdurou por décadas uma situação no mínimo inusitada, em que parte do patrimônio imobiliário público federal foi utilizado com o cultivo de Pinus, plantado com recurso financeiro público estadual (Instituto Florestal).

Outro exemplo que merece destaque é sobre as silviculturas em Cerqueira César. As silviculturas de eucaliptos e pinus estão presentes por toda a extensão municipal atualmente, e se estendem pelos municípios vizinhos, mas as primeiras ocorrências se deram nas proximidades da área urbana, com a destinação de consideráveis extensões de terras a dois grupos empresariais. O primeiro se trata do Grupo Passarelli, uma das maiores empresas do ramo da construção civil em São Paulo, e que em Cerqueira César atua com o nome de

Passarelli Agropecuária Ltda. O outro grupo era representado por Laudo Natel, governador do estado de São Paulo entre 1966-1967 e 1971-1975. A localização das silviculturas, em Cerqueira César e região, deu-se geralmente nos divisores das bacias do Rio Paranapanema e do Rio Pardo, assim, em extensões com pouca declividade, mas com solos pouco férteis, devido a origem arenítica destes.

Atualmente, o total de silvicultura em Cerqueira César tem aumentado, devido a atuação de madeireiras, como no caso da Wood Pack, sendo essa empresa com sede em Limeira/SP, exemplificando mais um exemplo de mobilidade do capital e de dependência. Visto que essa empresa emprega mais de 200 funcionários diretos, e assim, sujeitando a força de trabalho local. Além de ser arrendatário de parte da Fazenda Quebra Pote, de propriedade de Laudo Natel, mantendo uma grande reserva de eucaliptos, sua principal matéria-prima para a fabricação de *pallets*, e tantas outras madeireiras que atuam no setor de cortes para a construção civil. Tem-se também a presença de reservas florestais, como no caso da Florestal Schlatter, um grupo com reservas florestais em várias localidades do Brasil, mas que seu foco de atuação se dá no setor de agropecuária, principalmente na região Centro-Oeste.



Figura 40: Indicação das fazendas com silvicultura destinadas à Ripasa. Fotos: Ricardo M. Venturelli – Maio/2021.

Há ainda diversas fazendas e demais propriedades em situação de arrendamento de suas terras para o plantio de silviculturas destinadas à Ripasa e a Suzano. Entre Avaré e Cerqueira César, pelo antigo traçado da ferrovia há um embate territorial entre pés de eucaliptos e pés de laranja. Como notado na imagem anterior, há indicação das fazendas com silviculturas destinada a Suzano, localizadas a beira da estrada vicinal que fazia a ligação entre essas duas cidades.

Alguns nomes de fazendas se destacam, como a fazenda Tronco Alto, ao qual seu nome não vem de alguma árvore frondosa, mas sim pela passagem da ferrovia por altitudes próximas aos 800m em Cerqueira César. E a fazenda Ouro Branco em Avaré, ao qual foi um grande exponente da produção algodoeira nas décadas de 1920 e 1930. Sendo que no ponto de vista da fotografia se localizava a antiga estação de trem inaugurada em 1924 ao qual contava com a classificação de ser uma estação de quarta classe, ou seja, havia a venda de bilhetes, embarque e desembarque e ainda o escamento da produção. Mas como síntese da transformação da paisagem e dos interesses do capital, lembrança alguma há desse momento, sendo que nem de ouro verde poderíamos a chamar hoje.

No decorrer da formação socioeconômica do país, sempre foi notada a supremacia dos interesses de uma elite agrária conservadora, proporcionando um quadro agrário, muitas vezes estagnado, em detrimento de uma agricultura diversificada (OLIVEIRA, 1988). E na região em estudo não fora diferente, pois, percebemos que os interesses privados, com face especulativa e concentradora prevalecem sobre os interesses de toda sociedade. Vários foram os mecanismos e procedimentos que visassem a manutenção do poder nas mãos de uma oligarquia agrária, sufocando quaisquer movimentos que indicassem uma mudança.

Dessa forma, entendemos como se formou a sociedade brasileira pautada no clientelismo e na corrupção (MARTINS, 1999, p. 19), e que tais pressupostos possibilitam o entendimento de processos que quebrem com o pacto de poder, que no Brasil, se estende por quinhentos anos. E isso notamos no estudo desse recorte geográfico, ao qual nos permite compreender os objetivos daqueles que detém a propriedade da terra. Independente do momento histórico, a formação geográfica dessa localidade obedeceu aos interesses do capital em diferentes escalas, pois, poderia se mudar o papel na divisão territorial do trabalho, mas a aliança entre o grande capital, rentistas e especuladores sempre foi presente, adaptando-se ao momento vigente para garantir suas primazias.

Por isso, a ideia principal da tese, elucida o processo de desenvolvimento geográfico desigual no entre rios da média sorocabana através da interpretação da qual se trata de uma fração espacial periférica do capital, e logo, apresenta contradições inerentes em suas expressões territoriais de trabalho e produção.

> O significado geral dessas hipóteses é confirmar que a localização é um momento ativo dentro do qual a circulação e a acumulação totais do capital,

> [...], ao lado das reestruturações radicais da economia de espaço do capitalismo desempenham um papel vital nos processos da formação e resolução da crise, e que estes podem até ser um "ajuste espacial" para as contradições internas do capitalismo. (HARVEY, 2013, p. 567).

Logo, um dos pontos que nos levou a construção da tese do desenvolvimento geográfico desigual se deu pela identificação destas escalas de movimentação do capital no forjar das territorialidades, evidenciando a mobilidade do capital pelo vai e vem de aportes financeiros na orientação produtiva, seja ela na agricultura empresarial se apropriando de grandes extensões de terra e construindo a paisagem monótona do agronegócio, ou seja na agricultura camponesa promovendo territorialidades através da sujeição. O que fica evidente e ajudou a direcionarmos a tese é o movimento de investimentos de capitais externos para a obtenção de matéria-prima a indústria, realizando em seguida o movimento de retorno deste capital investido, seja pela dependência de insumos ou pela exploração do trabalho.

Trotsky (1977) compreende o capitalismo enquanto uma totalidade contraditória, e por isso, regiões dependentes e dominantes apresentam processos relacionados a reprodução do capital. Dependência tecnológica, dominação econômica e política, interesses de mercado e trabalho, entre outros fatores são os responsáveis pela essência do desenvolvimento combinado do capital nas relações sociais de formação de produção social entre centro e periferia.

> O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo e combinado (TROTSKY, 1977, p. 25)

Por isso, quando dizemos que nosso objeto de estudo é uma fração do território paulista, mais precisamente na sua porção entre rios da média sorocabana, não estamos a analisando com resultado de um processo endógeno de condicionantes e resultados. E sim, indicando relações presentes nesta escala de estudo ao qual estejam e sejam territorializadas por intermédio das conexões e interrelações com o capital, e assim, demonstrando um processo local atribuído pelas ações de escalas maiores.

> Talvez deva ser dito mais: não se trata da desigualdade socioeconômica entre espaços geográficos em geral, mas da produzida pelo capitalismo. Em outros termos: é a geografia do desenvolvimento desigual especificamente capitalista que importa aqui. E esta principia pela diferenciação do espaço geográfico que resulta dos processos cotidianos (THEIS, 2009, p. 246).

2 – CAPITAL E TERRITÓRIO

Após discorrermos sobre a formação geográfica e como que o capital determinou seu processo de ocupação e divisão do trabalho com caráter dependente e rentista, cabe agora discorrermos sobre uma nova base de interpretação, a de como o capital se territorializa e a partir disso gera tensões e conflitos. Não que no decorrer do capítulo anterior não tenhamos trabalhado nisso, uma vez que apresentamos diversas situações aos quais os conflitos territoriais estavam presentes e foram condicionados através das artimanhas para a apropriação fundiária e obtenção de renda da terra.

> É preciso compreender por poder primeiro a multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constituídas de sua organização. O poder é parte intrínseca de toda relação. (RAFFESTIN, 1993, p. 52)

Nesse momento, iremos nos ater à momentos mais recentes, que possuem relação direção direta com os processos do passado, mas que se transfiguram de modernos para iludir os menos atentos aos seus reais objetivos, que continuam a ser a concentração de terras e a drenagem da renda fundiária.

> Se os capitalistas da produção puderem adquirir os valores de uso anexados ao capital incorporado na terra em uma base de "remuneração por serviço" ou em base anual, eles poderão mudar mais facilmente as localizações sem incorrer nos enormes ônus da desvalorização. Por isso será vantajoso para eles se o capital incorporado na terra for de propriedade de alguma outra pessoa. Essa vantagem – que se aplica a todos os outros agentes econômicos (comerciantes, financistas e até mesmo trabalhadores) – é conseguida quando uma parte do capital total circula pelo construído como um "capital fixo do tipo independente". O princípio geral em ação é o seguinte: tanto o capital quanto o trabalho podem se tornar mais geograficamente móveis, contanto que se congele uma porção do capital social totalmente estabelecido. (HARVEY, 2013, p. 572-573).

No perpassar das últimas décadas do século XX, a ocupação e produtividade local estava estagnada, demonstrando o rentismo escancarado nas silviculturas com dezenas de quilômetros de extensão e nas pastagens subaproveitadas do gado de corte. Essa a marca que o desenvolvimento desigual traçou na geografia local, e que não estava desvinculado ao momento em escala nacional. Dessa forma, as terras dessa área estavam servindo ao capital como sempre serviram, apenas para reserva de valor e direcionamento produtivo para quando lhes fosse interessante. O Brasil apresenta certa peculiaridade quando se fala da propriedade da terra, com a transformação de terra em mercadoria é que ela vem a ser inserida como fator

de representação política, em uma sociedade em que o critério de inclusão é progressivamente mediado pela propriedade privada. (PAULINO, 2003, p. 26).

> O processo de concentração da terra sob o modo capitalista de produção difere do processo de concentração do capital. Difere porque a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra. No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. (OLIVEIRA, 2007, p. 66)

Temos então que compreender a questão de como se dão os ditames da agricultura no Modo Capitalista de Produção. Partindo da premissa de que o próprio desenvolvimento do capital é uma expressão contraditória da reprodução ampliada do capital, ou seja, a produção capitalista não está interessada somente na produção imediata do produto, mas também na circulação de mercadoria, e na evidente troca de mercadoria por dinheiro e dinheiro por mercadoria. A propriedade da terra no Brasil se mostra como fator primordial para a manutenção de poder e de um sistema produtivo em que há a sujeição da renda da terra. A terra se mostra não apenas como ferramenta de produção, mas também como fonte de exploração do trabalho, seja ela assalariada, seja se valendo de relações de produção tipicamente não capitalistas.

Logo, o arranjo territorial condicionado pelo capital não pode ser visto como um processo simples e direto das inúmeras fases de desenvolvimento. As transformações dos territórios se originam de processos complexos, que estão ligados aos desenvolvimentos das forças produtivas e das relações capitalistas de produção, bem como às contradições de tal desenvolvimento. Para Calabi e Indovina (1973, p. 1) “o território (na sua totalidade) não é “outro” com relação ao “processo capitalista”, mas, ao contrário, ele é usado e se transforma em função daquele processo geral.” Ou ainda:

> As relações capitalistas de produção tendem a se ampliar e a abranger toda a sociedade; são estas relações e o desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração especifica ao território. Deste ponto de vista, a organização do território não é um *prius*, mas deriva do capital e do seu processo. (CALABI; INDOVINA, 1973, p, 1)

Após a discussão sobre os agentes e intencionalidades do capital no direcionamento do uso e ocupação das terras ao qual fizemos no capítulo anterior, a seguir iremos identificar outros elementos da mobilidade do capital, ou seja, os movimentos de investimento e aferição de renda fundiária presentes e que são determinantes para a formação da divisão territorial do trabalho e a dependência.

Em suma, o objetivo deste capítulo é evidenciar quem são os agentes das principais atividades já existentes e como estes agiram no processo de ocupação e indicação da região na divisão do trabalho. Discorremos então desde o momento ao qual as terras locais estavam a serviço do rentismo e não presenciaram a inserção dos elementos da Revolução Verde até o momento da reprimarização da balança comercial brasileira e a expansão da produção de *commodities*, quando essas terras passam a ser de interesse na expansão do setores sucroenergético e citricultor. em especial será dada atenção ao momento atual ao qual predomina a citricultura, as transações no setor canavieiro e quem são esses agentes e o que procuram. Aqui será o momento de adentrar as particularidades atuais de como o capital forja a dependência da localidade em estudo e quais os meios utilizados.

> A localização absoluta é simplesmente um caso especial de localização relativa, em que fazemos abstração dos determinantes sociais da distância. [...]. É a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. (SMITH, 1988, p. 130)

Para abordar a atual condição de dependência e como esta reflete nas territorialidades locais iremos indicar a partir da obtenção de renda fundiária como o capital age para atingir esse objetivo, sendo importante indicar a dialética presente, visto que esta realização acontece diferente entre as propriedades capitalistas e camponesas. Certo ainda indicar os caminhos para a atual configuração fundiária a partir do entendimento que as territorialidades são frutos da expressão geográfica da luta de classes.

Seguindo nessa interpretação adentraremos nas perspectivas produtivas também como condicionantes e resultantes das territorialidades, tais como a produção agropecuária à industrial, ao qual o capital se especializa de maneira heterogênea de acordo com seus interesses. Nas monoculturas produtoras de *commodities* e nas unidades camponesas produtoras de matéria-prima encontramos a ação do capital no controle produtivo, certo que de maneiras distintas, mas agindo do início ao fim da produção.

2.1 – Tentáculos do Capital e o controle do campo

Para entender como que este recorte tem sua territorialidade expressa nesse momento, resgatamos os processos de ocupação enquanto instrumento histórico-geográfico de análise para que no decorrer dos eventos possamos construir as relações dentro do processo de desenvolvimento geográfico desigual que configuram o papel da região na Divisão Territorial do Trabalho. Raffestin (1993, p. 173) indica que os elementos constituintes das territorialidades permanecem marcadas no espaço através de suas tessituras que são sustentadas por uma série de relações que ainda permanecem, pois, são determinantes das construções territoriais sequentes, visto que "a tessitura territorial é um sistema sêmico que mantém relações diretas com o modo de produção" (RAFFESTIN, 1993, p. 177).

> É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. (OLIVEIRA, 2004, p. 40)

Logo, pensar no processo de Desenvolvimento Desigual e Combinado local, e suas territorialidades presentes, é pensar sobre o como o capitalismo em escala mundial é responsável por traçar um destino de dependência, evidenciando cada vez mais sua dialética quando mergulhamos em escalas menores e percebemos o quanto o Desenvolvimento Geográfico Desigual é capaz de gerar conflitos. Ao partir da análise da dependência do capital é importante adentrar na aferição de renda da terra como um dos principais fatores para a formação da divisão territorial do trabalho. Para isto, compreender os processos de ocupação e apropriação levará as respostas sobre as intencionalidades do capital. Logo, esta mobilidade do capital é a responsável por determinar a estrutura fundiária e produtiva, seja no processo de territorialização do capital, ou da expressão contraditória da monopolização do território pelo capital.

"Sujeitar a agricultura aos seus ditames tem sido a prática do capital, estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas" (OLIVEIRA, 1981, p. 23). Dessa forma, adentrar-se-á na questão da produção dialética do território, como proposto por Oliveira (1999, p. 105), que tem como principais agentes a disputa por territórios entre o agronegócio e a agricultura camponesa, dois processos distintos de produção, com duas

classes definidas pela origem da renda obtidas de forma tão diversa, que coexistem no território, participando de forma contraditória no ordenamento territorial.

Partindo da interpretação do processo de Territorialização do Capital (OLIVEIRA, 1999, p. 105) e das relações de produção, tem-se como melhor exemplo, o agronegócio e suas territorialidades. Esta supõe que a atividade econômica ocorre sob a égide da separação entre trabalho e capital. Assim, nas frações onde o capital se territorializa, duas formas de rendimento monetário, são viabilizados, a saber, o lucro que é proveniente da parte da riqueza produzida pelos empregados e que não são convertidos em salários, e também a renda proveniente do trabalho pago por toda a sociedade, ao consumir os produtos oriundos desse empreendimento.

> [...] a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. (OLIVEIRA, 2001, p. 186)

Essa aliança presenciada no Brasil, fez com que a burguesia, ao invés de atuar no sentido de remover o entrave que a propriedade privada da terra traz ao desenvolvimento do capital, agisse de forma a consolidar ainda mais a propriedade privada da terra.

Para entender o avanço do capital no campo brasileiro e suas estruturações, torna-se importante contextualizar alguns ditames que a agricultura brasileira vem a passar após a década de 1950. Este momento é crucial na estrutura produtiva da agricultura no Brasil, pois, é a partir daí que teremos um processo de tecnificação significante. No mundo, o ideal da Revolução Verde estava em voga. A agricultura tinha que se modernizar para suprir a demanda de alimentos que o mundo pós Segunda Guerra necessitaria. Esta é a história contada.

A agricultura e a indústria no Brasil estão intrinsecamente ligadas. Mas, não em uma perspectiva de interações produtivas e otimização de custos e circulação. A aliança entre terra e capital parte do caráter rentista do capitalismo no Brasil, uma vez que o desenvolvimento do modo de produção capitalista se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra (OLIVEIRA, 2001, p, 186). Bem como também afirma o

mesmo autor (OLIVEIRA, 2007, p. 114) em que “no Brasil, o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários”.

Nesta permissa temos que basear as investigações sobre os processos de expansão industrial e agroindustrial no entre rios, no bojo da Modernização Conservadora, que ao final se mostrou como uma ferramenta de inserção do capital no campo. A obtenção de matéria-prima para suprimento da produção industrial está relacionada a extração da renda capitalizada da terra pelas monoculturas e o monopólio através da concentração fundiária. A expansão do agronegócio brasileiro é marcada pela modernização conservadora, e além do mais, muitas terras em que se instalam essa agricultura, estão sobre litígio, visto os inúmeros casos de grilagens de terras, assim como na localidade em estudo.

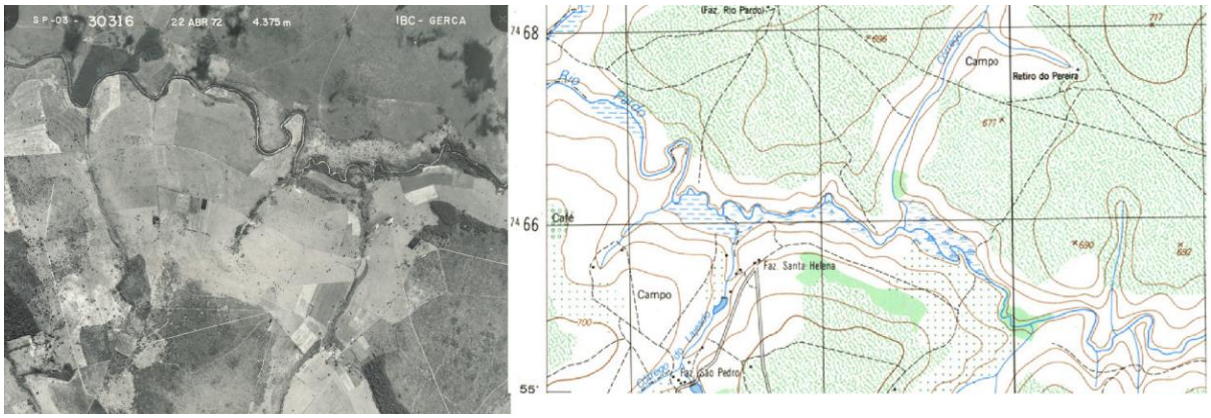


Figura 41: Mosaico elaborado com uso de fotografia área e carta topográfica para indicar a presença de Cerrado nas proximidades do Rio Pardo no início da década de 1970.

Entretanto, na região em estudo é como se a Revolução Verde não tivesse chegado – ou demorado algumas décadas. No rol da divisão territorial do trabalho a territorialidade que marca o campo local vem a ser a especulação e o rentismo. Não houve a inserção de alguma cultura mercantil, não houve a inserção do pacote tecnológico marcante desse modelo produtivo, não houve uma dinamização do uso do solo. O que houve foi a intensificação das grilagens de terras e o uso da terra como reserva de valor, com as silviculturas e pastagens. Fora como se o capital não tivesse se interessado em investir, mas o que na verdade ocorrera era a retenção do capital em um movimento premeditado e proposital de subutilização do solo no momento de expansão da fronteira agrícola pelo Centro-Oeste do Brasil. Então as terras localizadas nesse local deveriam permanecer com pouca dinamização, o que favoreceria

tantas vantagens que vão desde manter os esquemas de apropriação ao rentismo, e de certo ambos os interesses estavam concomitados. Em parte, como veremos a frente, a não inserção do capital através dos ditames da Revolução Verde possibilitou que os camponeses pudessem permanecer sua produção a empresas locais, e assim, gerar um fomento na cadeia produtiva leiteira entre as décadas de 1960 a 1990.

> Tendências opostas para a concentração e dispersão geográfica correm uma contra a outra. E não há garantia de um equilíbrio estável entre elas. As forças que contribuem para a aglomeração podem facilmente ser construídas cumulativamente uma sobre a outra e produzir uma concentração excessiva desfavorável a mais acumulação. As forças que contribuem para a dispersão também podem facilmente ficar fora do alcance. (HARVEY, 2013, p. 606).

Contudo, o capital não é alheio ao que está acontecendo. Mesmo que as grandes corporações não tenham se "interessado" por essa localidade nesse momento, o capital estava tirando proveito de alguma forma. Além do rentismo presente nas concentrações fundiárias e silviculturas, havia a presença do capital financeiro atuando nessa formação da cadeia produtiva do leite. Através de empréstimos aos camponeses e aos industriais locais o capital criou mecanismos de sujeitá-los.

A Revolução Verde, ao qual se tratava de um conjunto de mudanças técnicas na produção agrícola que configuram a grande articulação entre a agricultura e a indústria, promoviam alterações no padrão tradicional de produção. Com o uso de sementes selecionadas, adubos e fertilizantes químicos e agrotóxicos, como também na intensa mecanização da agricultura, sujeitando a agricultura ao capital, devido o uso de insumos e implementos em escala demasiada.

> No espaço rural, esta produção industrial adquiriu a forma dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde e, no Brasil, assumiu – marcadamente nos anos 60 e 70 – a prioridade do subsídio de créditos agrícolas para estimular a grande produção agrícola, as esferas agroindustriais, as empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola – como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos –, a agricultura de exportação, a produção de processados para a exportação e a diferenciação do consumo – como de queijos e iogurtes. (MOREIRA, 2000, p. 44)

Assim, temos a expressão máxima que toma também o campo brasileiro, marcado pelas alianças que visavam tal modernização, valendo-se de estratégias e alianças que visassem a consolidação do Brasil como exportador de produtos primários, ou que continuasse a reproduzir esse papel ao Brasil. Essa aliança presenciada no Brasil, fez com que a burguesia, ao invés de atuar no sentido de remover o entrave que a propriedade privada da

terra traz ao desenvolvimento do capital, agisse de forma a consolidar ainda mais a propriedade privada da terra.

No Brasil, este modelo iria se consolidar principalmente nas terras do Centro-Sul do território nacional. Em áreas já ocupadas pela agricultura tradicional, como nas regiões Sudeste e Sul, presenciou um intenso processo de expropriação camponesa e a consequente concentração fundiária como marca deste processo.

> [...] a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Na região Centro-Oeste vivenciou-se um processo de ocupação e apropriação das terras, ocasionando o avanço da fronteira agrícola. E na busca pela apropriação, vale-se de quaisquer estratégias, tais como a grilagem de terras, a violência no campo, a expropriação camponesa e a utilização do Estado, através de meios judiciários e do aparelho repreensivo, a fim de se manter no poder, visando a concentração de terras.

Dessa forma, este processo de tecnificação na agriculta brasileira não atinge o todo do conjunto da estrutura produtiva, mas sim, uma elite ao qual contou-se com a complacência/incentivos do Estado, sendo na apropriação fundiária ou no financiamento para a aquisição dos produtos técnicos a se enquadrar no modelo da Revolução Verde. Por isso, este momento ficou conhecido como a Modernização Conservadora no campo brasileiro, recorrente ao momento da Revolução Verde, que ao final se mostrou como uma ferramenta de inserção do capital no campo.

Logo expansão da agricultura brasileira é marcada pela modernização conservadora, principalmente pós o golpe civil-militar de 1964, ao qual o papel do Estado como agente de investimentos e subsídios através de suas políticas públicas, como aponta Delgado (2005, p 59):

> Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “revolução verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras.

O papel do estado brasileiro, principalmente pós a promulgação do Estatuto da Terra de 1964 como agente impulsionador da tecnificação no campo é intenso. A modernização do campo foi uma das principais políticas do período militar. O Estado brasileiro, como proprietário do capital financeiro, na ação da SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) passa a planificar a agricultura visando o lucro, implementando políticas favoráveis às mudanças da base técnica e produtiva (MULLER, 1981, p. 72).

O Brasil assume um papel na DIT (Divisão Internacional do Trabalho) de um país agroexportador, com pouco valor agregado. "Cada vez mais se expandem as culturas geradoras de *commodities"* (BOMBARDI, 2017, p. 23). Seja em regiões de fronteira agrícola, ou em regiões tradicionalmente marcadas por policulturas, mas em ambas, sempre expressas pelo alto nível tecnológico produtivo, assalariamento de trabalhadores rurais e expropriação camponesa. São expressões da inserção das elites brasileiras ao capitalismo internacional.

Enquanto isso, o que é presenciado na região em estudo é o contrário. Além do rentismo já descrito, teremos a produção e sua sujeição à indústria em escala local. Com a decadência da produção algodoeira, veio a se destacar a pecuária leiteira e diversas indústrias de lacticínios, algumas até com destaque nacional. A produção leiteira foi uma das principais economias agrícola destes municípios durante as décadas de 1960 e 1990, visto a existência de um entreposto de coleta de leite da Vigor S/A, em que diariamente os produtores vendiam suas produções, que eram destinadas a unidade fabril desta empresa, localizada na cidade de São Paulo. Pela indústria de derivados de leite, de pertencimento a uma família local, denominada de Pingo de Leite Avaré. Outra unidade de importância e destaque se dava a Cooperativa de Laticínios de Avaré, sob a marca fantasia "Leite Sulista".

Configurada então uma importante bacia leiteira de expressiva presença camponesa, que, no entanto, ao não controlar as esferas de circulação dessa produção, tem parte da renda apropriada pelos que atuam no circuito intermediário entre produtor e o consumidor final. O resultado monetário dessa atividade é a renda.

Foi esta estruturação produtiva que se assistiu na região nas décadas de 1960 a 2000, sendo mais intenso esse processo entre as décadas de 1970 e 1990, quando as grandes produções leiteiras, destinadas para a industrialização de derivados de leite, acarretam um aumento de empregos no setor industrial, devido à instalação de unidades fabris de grande porte. Pensar neste processo é fundamental a entender que a estruturação produtiva

agropecuária da região em estudo nunca se consolidou pela intensa tecnificação. E ainda, há a expansão das silviculturas para além das áreas já discutidas, as terras litigiosas e apropriadas entre o Rio Pardo e o Rio Turvo. Presenciamos a consolidação da terra enquanto reserva de valor em áreas próximas as cidades, aos quais já são mais valorizadas.

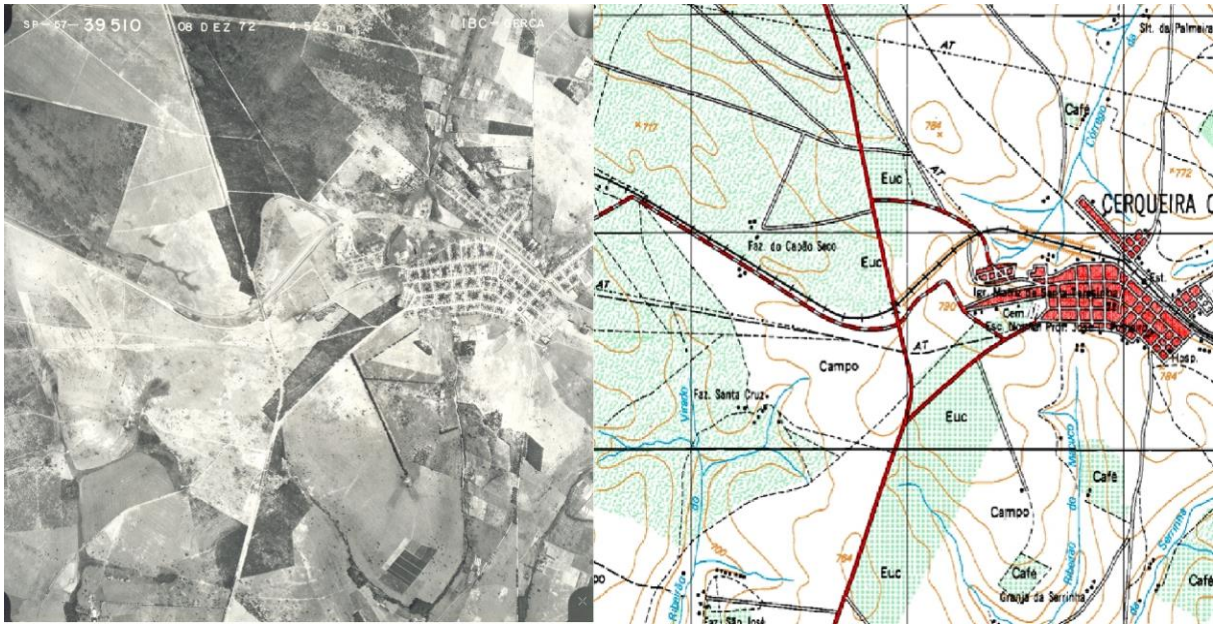


Figura 42: Mosaico elaborado com uso de fotografia área e carta topográfica para indicar a presença de silviculturas nas proximidades de Cerqueira César, as margens da SP-261.



Figura 43: SP-261 Km 38 sentido Águas de Santa Bárbara. Entrada da Fazenda São José da Agropecuária Passarelli. Fonte: Google Earth.

As áreas que irão ser dotadas de silviculturas a partir da década de 1970, ainda assim permanecem nos dias de hoje. Nesse exemplo trazido, trata-se de terras das Fazenda São José e Santa Maria, ambas naquele momento de propriedade da Construtora Passarelli. Ao logo do trecho da SP-261 que liga Cerqueira César até Águas de Santa Bárbara a predominância da paisagem é de desertos verdes de eucaliptos.

Cabe ressaltar também que é perceptível na aerofotogrametria o uso do solo destinado às pastagens. Quando destinadas ao gado de corte, apresentam baixa produtividade e utilização, também servindo como reserva de valor e rentismo. Porém, também era presente a pecuária de leite, ao qual por mais que estas produções agropecuárias, da região, citadas tivessem destinação industrial, o campo vivenciou, em cada momento, processos que não se mostravam demasiadas mecanizadas. Tanto na produção cotonifícia, quanto na leiteira, sempre foram marcadas pela produção tradicional, sendo de fato que quando se exige a mecanização para estes setores, elas se mantiveram pouco inseridas no quadro tecnológico, e assim, por seguinte estas atividades passam a não mais serem desenvolvidas. Os motivos pelos quais não houve a tecnificação destas produções não temos condições de afirmar, mas, o que se nota é uma marginalização produtiva, ou seja, enquanto outras regiões do estado de São Paulo modernizavam os mesmos setores, as desenvolvidas nesta região pouco se mecanizaram.

No ano de 1982, ocorre uma crise cambial e o crescimento econômico do país se estagna. Cabe a agricultura buscar manter tais índices, participando com maior efetividade da participação das pautas de exportação do Brasil. (DELGADO, 2012, p. 78). Não se trata de torna-se um país agroexportador, situação que sempre foi presenciada, mas sim, aumentar as participações da agricultura com o objetivo de atingir patamares positivos na balança comercial. Aliando-se a tecnificação e os subsídios presenciados nas décadas anteriores, estava consolidada a estrutura para tal.

No decorrer desta década, marcada por crises financeiras, a transição a Nova República se viu frente a discussões importantes sobre o campo brasileiro e os rumos ao qual deveria seguir. O Estado, pericialmente devido as crises e o baixo crescimento nominal da economia, não mais consegui suprir as demandas de créditos dos anos anteriores, mesmo necessitando de maior participação da exportação de produtos agropecuários nas pautas macroeconômicas a fim de obter-se superávit na balança comercial. Um ponto trabalhado, e

muito importante se pegarmos as condições econômicas da década de 1980, conhecida como década perdida, devido à estagnação econômica, vem a ser a questão do emprego, em que são afirmadas gerações de emprego, tanto no campo, quanto na cidade.



Figura 44: Galpões do extinto IBC em Avaré em estado de abandono. Foto: Ricardo M. Venturelli – Ago/2020



Figura 45: Entrepostos da CEAGESP em Avaré em subutilização e precariedade. Fonte: Google Earth.

Se em um determinado momento a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), se mobilizava a fim de garantir que os planos de reforma agrária se efetivassem, em outra frente tínhamos a oligarquia rural sendo representada pela Sociedade Rural Brasileira (SRB) e pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Surge também nesse momento a União Democrática Ruralista (UDR), de cunho direitista e paramilitar, com o foco de enfrentar as ocupações de terras. Certamente tinham como diretriz lutar contra qualquer avanço de uma reforma agrária proposta pelo I PNRA (1º Plano Nacional para a Reforma Agrária).

Com a chegada dos anos 1990, chega-se também o advento das ideologias neoliberais nos governos latino-americanos. Os planos econômicos liderados por Carlos Menem (1989-1999) na Argentina, pelo ditador Augusto Pinochet (1973-1990) no Chile e iniciados no Brasil por Fernando Collor de Melo (1990-1992) e dado continuidades nos governos seguintes de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) propunham a diminuição do papel do Estado na economia, e logo, o fim da máquina estatal no geral. Para o campo brasileiro, teremos o fim de programas de créditos rurais, órgãos estatais de extensão, auxílio e comercialização, como o abandono do IBC (Instituto Brasileiro do Café) e da CEAGESP (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do estado de São Paulo), por exemplo. Bem como a ação do capital privado cada vez maior nos institutos de pesquisas agrícolas, como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Ponto importante a se ressaltar, aqueles agricultores ao qual obtiveram auxílio e subsídios estatais por quaisquer razões, sentiram a diminuição das beneficies que o Estado lhes trazia, mas, pensa-se que já estavam consolidados em seus setores a fim de “andarem por suas próprias pernas.

Com a criação do Plano Real em 1994, ocorre a atração de capital externo na economia brasileira pós saneamento das flutuações cambiais e inflacionárias da década anterior. A abertura comercial é um marco deste momento econômico do Brasil, bem como as reformas internas, ao qual no setor agrícola diminui vertiginosamente a participação do Estado no planejamento produtivo, tais como as linhas de créditos e garantia de preços mínimos. Assim, há a queda do valor dos produtos, e consequentemente a queda do preço da terra. Logo, a balança comercial brasileira passa a sofrer déficits seguidos.

> Na realidade, o anúncio do "Novo Mundo Rural" visava promover o esvaziamento do poder dos movimentos sociais sobre o processo de reforma agrária e um maior enquadramento desta política à lógica de livre mercado. Ele também representou a submissão da política agrária aos ajustes impostos ao governo pelos organismos internacionais frente à crise do Real em 1998. (MARQUES, 2004, p. 47)

As terras não precisam ser cultivadas, bastam serem privadas. Mas a quem beneficiaria um sistema onde a terra ficasse ociosa? Certamente que não beneficiaria a toda população, mas sim ao proprietário, que ganharia a partir da ociosidade e especulação, uma vez que todo o conjunto da sociedade pagaria pela sua renda capitalizada da terra. Logo, a concentração de terra não é igual a concentração de capital. Quando se concentra capital, aumenta-se a produtividade, se se concentra a terra, diminui a produtividade.

> A renda, na análise final, é simplesmente um pagamento feito aos proprietários pelo direito de usar a terra e seus pertences [...]. A terra, concebida nesse sentido muito amplo, evidentemente tem tanto valor de uso quanto valor de troca. [...] Pagamentos desse são feitos aos proprietários e seriam impossíveis sem a troca geral de mercadorias, a plena monetização da economia e todas as armadilhas legais e jurídicas da propriedade provada na terra. (HARVEY, 2013, p. 488-489).

Ademais, a crise monetária dos anos 1980 e a hiperinflação fez com que o caráter rentista da terra perdesse sua vantagem, uma vez que o sistema especulativo do crédito e poupança estavam atraindo aqueles que detinham a terra para reserva de valor. Situação que levou a muitos venderem suas propriedades e investir em renda fixa, tesouro e mesmo a poupança. Nesse momento, a terra enquanto mercadoria de pouco valia para especular. E no decorrer dos anos 1990 a desvalorização fundiária pôs em dúvida as vantagens da propriedade enquanto reserva de valor.

Situação ao qual passou a ser repensada após outra crise cambial, agora ocorrida em 1999, sendo necessário recorrer a produção de *commodities* novamente para buscar reequilibrar a balança comercial brasileira. Novas estratégias de associação do grande capital agroindustrial com o latifúndio são traçadas. A partir dos anos 2000 a retomada das pautas de exportação de produtos primários é bem recebida pelo mercado internacional, abrindo novas oportunidades a consolidação da tecnificação da agricultura e sua produção voltada as comercializações externas. Assim, o agronegócio ao qual conhecemos atualmente ganha escopo, marcando relações entre o capital financeiro e industrial a entrada de divisas cambiais.

A produção de *commodities* para exportação ganham destaque no conjunto das monoculturas e concentração fundiária, recebendo grande destaque ao elencá-la como um dos pilares da balança comercial brasileira. Os primeiros anos dos anos 2000 são importantes para se entender como a agricultura brasileira passa de seu viés moderno conservador a Agronegócio, e isso se dá devido a uma aliança governamental com o agronegócio, privilegiando esse setor não apenas nas linhas de crédito que são nada mais que subsídios disfarçados, como também em deixar os latifúndios tomarem conta das terras. Já em seu discurso de posse o Presidente Lula já disse que não confrontaria o agronegócio através da reforma agrária, sendo que a sucessão presidência na figura de Dilma Rousseff seguiu os mesmos modelos. Ao qual se intensifica com o atual governo de Jair Bolsonaro, transparecendo que a elite latifundiária e do agronegócio brasileiro faz o que bem entender para garantir suas vantagens de todas as naturezas.

> As tensões entre a fixidez e o movimento na circulação do capital, entre a concentração e a dispersão, entre os compromissos locais e os interesses globais, impõem imensa pressão sobre as capacidades organizacionais do capitalismo. Em consequência disso, a história do capitalismo tem sido marcada por exploração e modificação contínuas que podem aliviar e conter essas tensões. O resultado tem sido a criação de estruturas de organização hierárquicas aninhadas que podem vincular o local e o particular com a conquista de mão de obra abstrata no cenário mundial. (HARVEY, 2013, p. 610).

E com os incentivos governamentais e políticas públicas para a produção de *commodities* as terras que estavam improdutivas ou mesmo subutilizadas devido seu caráter especulativo passaram a receber canaviais e laranjais de grandes dimensões. A presença de dinheiro público para financiamento de unidades de processamento para o setor sucroenergético e citrícola foi maciça e em poucos anos se instalaram diversas usinas de cana e unidades de beneficiamento de laranja.

2.2 - Terra, água e trabalho em disputa: *commodities* e a oferta de terras

Entender a expansão destes setores na região de estudo é entender uma parte do processo de consolidação do agronegócio pós anos 2000. A transformação da estrutura produtiva agrícola regional policultura e da pecuária leiteira em grandes monoculturas de cana e laranja remetem as políticas públicas de incentivo a este setor, ao qual beneficiou o seu

fortalecimento enquanto pautas de exportação, como também no fortalecimento enquanto classe que exerce grande influência na economia nacional.

> Dessa forma, as elites nacionais vão se tornando proprietárias de terras e capitalistas da agricultura para produzirem mercadorias para o mercado mundial. Estas elites são, portanto, parceiras e muitas vezes sócias dos monopólios mundiais do agronegócio. Não há diferença entre eles, pois as elites defendem aqui os interesses do capital mundial. São estas elites que estão grilando as terras públicas do país. (OLIVEIRA, 2007, p. 147)

Canaviais e a citricultura passam a ganhar destaque na região sudoeste paulista, principalmente na microrregião de Avaré a partir da primeira metade da década de 2000. Esse modelo sucede a pecuária leiteira na divisão territorial do trabalho local. Com novas normativas sanitárias impostas produtores de leite e a entrada de capital multinacional na industrialização dos derivados lácteos, a produção agropecuária começa a sofrer com as mudanças administrativas, exigindo aos produtores a se modernizarem com a aquisição de ordenhadeiras mecânicas, tanques de resfriamento e de armazenamento. Para o pequeno produtor que não possui condições de adquiri-los, só resta o auxílio de associações e cooperativas. Quando os pequenos produtores não conseguem cumprir as exigências impostas pela indústria, vão ser os primeiros a sofrerem, pois, não teriam para quem destinar sua produção, e logo, abandonam esta atividade

Dessa forma, acontece uma via dupla. Ao mesmo tempo que os produtores não conseguem acompanhar as exigências de mecanização, e assim, passam a abandonar a pecuária leiteira. A indústria não mais conta com o fornecimento de matéria-prima, e assim, se transferem à localidades que lhes ofereçam vantagens. Indústrias fechadas, desemprego, queda na geração de renda e pessoal ocupado no campo, pastagens degradadas, circunstâncias ao qual fazem cair o preço da terra, possibilitando a sua aquisição, ou arrendamento, a valores interessantes aos produtores de *commodities.*

2.2.1 – Um mar de canaviais

A inserção e consolidação da atividade sucroalcooleira se dá a partir do ano de 2005, quando se iniciou as especulações sobre ao uso das terras que se encontravam degradas e abandonadas nos municípios de Avaré, Arandu, Águas de Santa Bárbara, Cerqueira César, Iaras e Manduri, decorrente da decadência da produção leiteira. Nesse momento surgem as

figuras de empresários ligados ao setor sucroalcooleiro, principalmente das regiões de Ribeirão Preto e Santa Bárbara d'Oeste, em que com o intermédio das Prefeituras Municipais e do Sindicato Rural Vale do Rio Pardo (Patronal), decidem se instalar nessa região, justificando o baixo uso do solo histórico e a localização como um atrativo aos investidores.

> [...] considera a propriedade da terra como uma forma de "capital fictício" que opera em mercados de terra e tenta, tendo isso por base, uma plena justificativa para a existência da renda do solo em virtude da modelagem que ele exerce na alocação da terra para usos e na modelagem da organização geográfica de modos que refletem a competição e são receptíveis à acumulação. (HARVEY, 2013, p. 492).

Tais fatos se devem não só pela parceria exercida com os governantes locais, que se diziam interessados em aumentar os postos de trabalho e a arrecadação municipal. Mas sim pelo baixo valor encontrado para o arrendamento e aquisição das terras nestes municípios, que além do mais, apresenta um grande atrativo, sua localização próxima a Rodovia Castello Branco (SP-280), um dos principais corredores de escoamento do Brasil.

> Os produtores em localizações mais favorecidas ("mais favorecidas", nesse caso, diz respeito a custos de transporte mais baixos) podem ganhar um excedente de lucro. Esse excesso de lucro, como as diferenças na fertilidade natural, deve ser encarado num primeiro momento como permanentemente fixo em comparação com a forma transitória usual do mais-valor relativo associada à vantagem tecnológica efêmera. Por isso aqueles que possuem terra em locais favorecidos podem converter os excesso de lucros em renda fundiária sem afetar a taxa de lucro média. (HARVEY, 2013, p, 498).

Tanto no caso das usinas sucroenergéticas, como também na citricultura, a escolha dessas terras para o plantio não se deram apenas pelo caso de estarem sem uso efetivo, mas certamente pela compensação financeira, que envolve a localização e o valor gerado com a renda da terra. "As escolhas de localização, portanto, não seguem uma lei "tecnológica", mas uma lei social, no sentido de que elas são determinadas pela possibilidade (facilidade) de extrair mais-trabalho" (CALABI; INDOVINA, 1973, p. 2).

Naquele momento, duas destilarias de aguardente existentes são adquiridas, sendo elas a Destilaria Garota em Cerqueira César e a Destilaria Santa Maria em Manduri. Além destas, duas outras Usinas são construídas, a saber a Usina Rio Pardo em Cerqueira César e a Usina Furlan em Avaré, e que contaram com o financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), para a construção de suas unidades processadoras da cana-de-açúcar para a obtenção exclusiva de etanol.

Trata-se de um momento ao qual há o incentivo governamental para a produção de etanol combustível em alternativa aos derivados de petróleo, como também o aumento da produção de açúcar para a exportação, sendo essa a verdadeira *commodities* oriunda da cana de açúcar, representando 70% das exportações do agronegócio brasileiro, juntamente com os complexos da soja e carnes (DELGADO, 2012, p. 108). De fato, percebe-se a ação do Estado na ampliação do setor sucroenergético brasileiro, principalmente com a política de financiamentos, como no caso do BNDES.

> [...] a participação do Estado, especificamente nesse setor da economia, não se restringe apenas às instancias de planejamento e controle, bem como da fiscalização da produção, distribuição e comercialização dos produtos. Está presente também, assim como para as demais esferas da atividade econômica, na normatização e regramento jurídico-institucional das relações sociais de trabalho, com o atributo de realizar a mediação entre capital e trabalho. (THOMAZ JR, 2002, p. 55-56)

A Usina Rio Pardo merece atenção devido a sua concentração fundiária. Trata-se da Fazenda Rio Pardo instalada há anos nesta localidade, em uma propriedade que apenas no ano de 2006 foi certificada pelo INCRA, com mais de 21 mil hectares. Ali foi instalada a Usina Rio Pardo, administrada pela empresa Agrícola Tetez SA., que em 2008 foi beneficiada pelo BNDES com um financiamento de R$205 milhões para a sua criação. Percebemos a ação do Estado em dois momentos, um no que vem a ser a certificação da propriedade rural, legalizando a Cia. Agrícola e Pastoril Fazenda Rio Pardo SA. No ano de 2014 a central térmica dessa usina foi vendida para a Albioma Rio Pardo Termoelétrica, subsidiaria de uma empresa francesa com o mesmo nome, ao qual gerencia a produção de energia elétrica a partir da queima do bagaço de cana produzido nessa usina com capacidade de 60 MW.



Figura 46: Vista geral da Usina Rio Pardo. Fonte: VENTURELLI, 2013.

No ano de 2020, com o capital aberto, a maior parte das ações foi adquirida pelo grupo mineiro Expresso Nepomuceno, um grande *holding* que atua nos setores de logística, silvicultura, petroquímico e sucroenergético. A sua participação nessa usina não se limita ao setor de transporte, sendo que a gestão está sendo direcionada aos objetivos desses acionistas. A primeira grande usina instalada na região, e que contou com subsídio e respaldo do Estado para tudo – fosse objetivo ou subjetivo o interesse – agora foi transferido para outros agentes. Porém, mantendo a face nessa região da dependência de capital de outras localidades para que haja um fomento produtivo, e assim, determinando novamente o papel na divisão territorial do trabalho.

Vale um breve relato de que a Usina Bravia se encontra desativada na atualidade. No decorrer de sua história recente, no ano de 2006, ainda quando Destilaria Garota, foi adquirida pelo grupo alemão TGM, ao qual iniciou sua atividade em 2008 e encerrando em 2012. Em 2014 a Bravia Bioenergia adquire a unidade, mas por questões judiciais ainda envolvendo os antigos proprietários, em menos de quatro meses a unidade é desativada. Gerando desemprego e abandono das produções em terras arrendadas. Fica a questão dos objetivos dessas duas empresas em adquirir uma unidade produtiva para que ficasse apenas fechada.

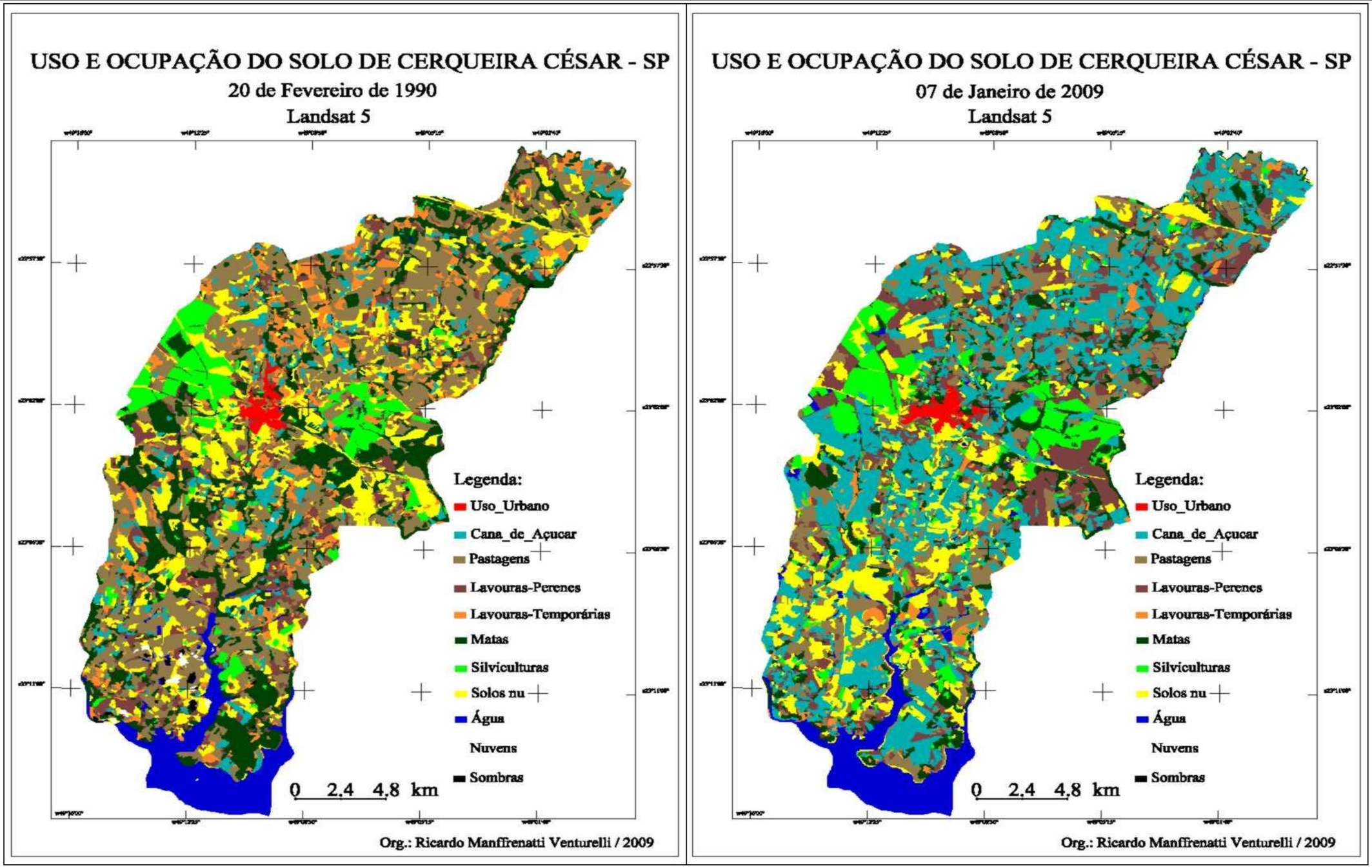
> A mobilidade do dinheiro de crédito e a tendência para eliminar as barreiras espaciais tornam-se a chave para o entendimento da dispersão rápida da circulação do capital na face da terra. As perspectivas de altos lucros seduzem os capitalistas para buscarem e explorarem em todas as direções. A acumulação espalha a sua rede no mundo em círculos sempre mais amplos, finalmente captando tudo e todos dentro do processo de circulação do capital. (HARVEY, 2013, p. 605).

A expansão sucroenergética se insere em um cenário de reedificação do projeto estratégico do capital, que vai além da concepção neoliberal, no que concerne a saída do Estado desse setor, reivindicando a desregulamentação, mas ao mesmo tempo é dependente de créditos e subsídios de órgãos institucionais, como o BNDES e o Banco do Brasil. Certamente o foco dessa ação ambígua vem a ser a renovação da matriz energética, que vem a ser o discurso do capital, dando subsídios a redefinição da produção de álcool.



Mapa 11: Localização das Usinas Sucroenergéticas. Org. Ricardo M. Venturelli. Fonte: Google Earth.

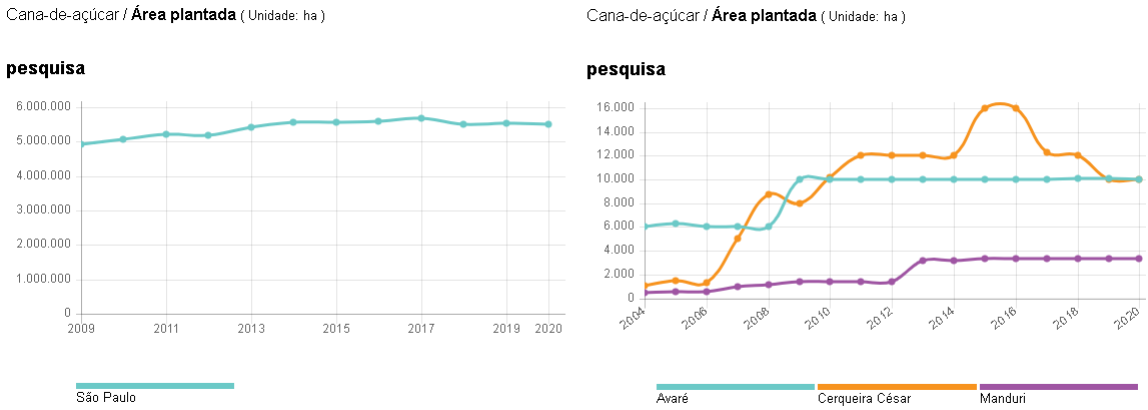
Nos baseando em estudos anteriores (VENTURELLI, 2009), pudemos notar o crescente uso do solo destinados aos canaviais em Cerqueira César na primeira década dos anos 2000. Dentre os processos de expansão territorial da atividade canavieira em Cerqueira César, tem-se principalmente, o arrendamento de terras de pequenas e médias propriedades, que se encontrava com baixos rendimentos, devido a inúmeros fatores, dentre eles, a decadência da produção leiteira, como se verá mais a frente, em que muitos produtores, sem ter para onde destinar a sua produção, decide por auferir renda então, do arrendamento de suas terras para estas usinas. Esta prática foi possível através de uma ação publicitária realizada por parte das empresas e da Prefeitura Municipal, que afirmava assim a garantia de rendimento permanente para aqueles que assinassem o contrato, proporcionando então um processo de expropriação camponesa, uma vez que muitos destes se destinaram a cidade, cedendo suas terras para o plantio da cana-de-açúcar.



Mapa 12 e 13: Uso e ocupação do solo em Cerqueira César nos anos de 1990 e 2009. Fonte: (VENTURELLI, 2009).

Ao observamos a transformação do uso em Cerqueira César entre os anos de 1990 e 2009, em estudo realizado por Venturelli (2009), notamos como essa cultura tomou o espaço municipal nesse intervalo de tempo, principalmente a partir das políticas públicas efetivadas para retomada da produção sucroalcooleira em 2005. Nesse intervalo demonstrado, também é possível perceber uma incipiente produção canavieira na década de 1990, principalmente na porção centro sul do mapa 12, nas proximidades da antiga destilaria garota.

Gráfico 1: Comparativo de área cultivada de cana no estado de São Paulo e nos municípios de Avaré, Cerqueira César e Manduri



Fonte: IBGE – Cidades

Nesse histograma com dados sobre a área plantada de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, podemos notar que desde o final da década de 2000 há uma estabilização no total de hectares destinados à essa cultura no estado. E quando comparamos com as áreas plantadas dos três municípios da área em estudo e que estão localizadas as usinas, percebemos um incremento de área em Avaré a partir do ano de 2008 e logo já atingindo o patamar de área plantada até os dias atuais. Já em Cerqueira César esse aumento é vertiginoso a partir do ano de 2005, com breve estabilização entre 2011 e 2014 e novamente um aumento chegando ao total de 1/3 da área do município em 2016. A justificativa para o aumento rápido foi a aquisição da central termoelétrica da usina Rio Pardo pela empresa francesa Albioma, sendo então que o aumento da área plantada correspondia ao aumento de demanda de bagaço e não apenas dos destilados. Para o município de Manduri, os índices apresentaram uma breve elevação entre 2012 e 2013 e, posteriormente, estabilizou novamente.

Dentre os processos de expansão territorial da atividade canavieira em Cerqueira César, tem-se principalmente, o arrendamento de terras de pequenas e médias propriedades, que se encontrava com baixos rendimentos, devido a inúmeros fatores, dentre eles, a decadência da produção leiteira, como se verá mais a frente, em que muitos produtores, sem ter para onde destinar a sua produção, decide por auferir renda então, do arrendamento de suas terras para estas usinas.



Figuras 47 e 48: Canaviais envolvendo propriedade camponesa e casa abandonada e destruída em propriedade arrendada para o plantio de cana, ambas na microbacia do Ribeirão Macuquinho, datadas de 2009 e 2021, respectivamente. Fotos: Ricardo M. Venturelli – Fev/2009 e Abr/2021.

As áreas ocupadas por canaviais são em sua maioria originárias de arrendamentos. Com exceção das terras da fazenda Rio Pardo ocupadas pela lavoura de cana, destaca-se que essas lavouras estão situadas na áreas da propriedade que margeiam a SP-280. Para os proprietários absentistas, o arrendamento das propriedades para as usinas citadas, foi uma forma de aumentar a sua renda conseguida com a propriedade da terra, mas para os camponeses, a sedução por maiores rendimentos acabou por ser uma forma de expropriação, uma vez que mesmo morando em suas terras, o camponês não a mais tinha para cultivar, sendo que em alguns casos, acabou por vender a sua propriedade.

A expansão sucroalcooleira se insere em um cenário de reedificação do projeto estratégico do capital, que vai além da concepção neoliberal, no que concerne a saída do Estado desse setor, reivindicando a desregulamentação, mas ao mesmo tempo é dependente de créditos e subsídios de órgãos institucionais, como o BNDES e o Banco do Brasil. Certamente o foco dessa ação ambígua vem a ser a renovação da matriz energética, que vem a

ser o discurso do capital, dando subsídios a redefinição da produção de álcool (THOMAZ, 2002, p. 359).

Há rumores recentes ao qual informam que o Grupo Furlan estaria negociando sua unidade de Avaré à um grupo chinês. Desde o ano de 2016 esse grupo apresenta complicações financeiras, tendo vendido suas plantações na região de Santa Bárbara d'Oeste para o grupo Cosan/Shell e, desativado sua unidade beneficiadora nesse município. Caso se concretize, afirmam os funcionários entrevistados que pediram para não serem divulgados, esse grupo chinês iria alterar a linha produtiva para etanol de milho.

Essa informação nos levantou algumas reflexões e hipóteses. A primeira é sobre a destinação do mercado de etanol de milho, ao qual tenderia a ser voltado para a exportação. A segunda questão ao qual levantamos, seria sobre a área destinada a produção de milho ao qual substituiria os canaviais, bem como o intenso uso de transgenia e a apropriação da água para irrigação das lavouras. Visto que a localização regional, e a da planta industrial, é privilegiada, por estar entre os rios Novo e Pardo, bem como as condições geológicas que permitem a perfuração de poços não profundos para obtenção de água no Aquífero Guarani.

> A distribuição naturalmente desigual da água num contexto geopolítico marcado por relações sociais e de poder também desigual tem ensejado que muitas indústrias se transfiram para os países ricos em água por exigirem grandes volumes, seja em seus processos de produção diretamente embutidos no produto, seja pela grande quantidade de energia que demandam (hidrelétricas, por exemplo), seja pela quantidade de resíduos que lançam nos lagos naturais e artificiais, assim como em rios. [...]. Os conflitos quanto aos usos da água tendem, portanto, a se aguçarem no contexto de relações sociais e de poder desiguais que caracteriza o mundo contemporâneo. <u>É preciso ficar atento porque, quanto à água, não será necessariamente sob a forma de aquedutos ou de navios que veremos a água drenada das regiões e países periféricos para as regiões e países hegemônicos e, sim, pelos volumes de grãos e de matérias semi-industrializadas numa geografia desigual dos proveitos para uns e dos rejeitos para a maioria</u>. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p.198. Grifo nosso).

Explicitando mais uma relação de dominação e dependência, que não se limita apenas na drenagem da renda fundiária. Ademais, para a obtenção de renda os recursos naturais do local já estão sendo apropriados uma vez que são mercadorias que demandam extrema quantidade de água em sua produção. Como afirmado na citação, não apenas a extração de água bruta é apropriação de água, mas sim figurada em toda produção e no produto.

Sobre as condições de trabalho existentes na atividade canavieira, naquele momento ainda era presente a figura do cortador manual, ao qual eram trabalhadores assalariados, que residem na cidade e todos os dias são levados ao campo pelos ônibus das empresas ligadas a este setor, e a outros que também empregam mão-de-obra assalariada no campo, expressando ao máximo as relações capitalistas. Em relato levantado em estudo à época (VENTURELLI, 2009, p. 138), nas condições de trabalho foram percebidas alguma atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, no que diz respeito aos direitos trabalhistas, pois existe um acordo entre as empresas e este sindicato quanto ao salário base, que para a colheita da laranja é de R$470 e para o corte da cana é de R$510, valendo-se também de comissões por produtividade, além também do direito ao registro em carteira destes trabalhadores. Dando preferência ao trabalhadores locais, visando uma maior movimentação financeira no município e na região.

Porém, este acordo expressa os direitos dos trabalhadores rurais que residem em Cerqueira César a mais de 5 anos. Dessa forma, os custos trabalhistas acabam por despender altos valores para as empresas. A forma encontrada pelas empresas ligadas ao agronegócio na região foi a velha e conhecida prática de trabalhadores imigrantes sazonais por meios de intermediários, os chamados “gatos”. Estes trabalhadores estão sujeitos a condições de vida e trabalho, em que o trabalhador local não pode estar inserido, uma vez que é respaldado pelo sindicato. Vindos em sua maioria da região Nordeste, estes trabalhadores viviam em casas alugadas pelas usinas, com o mínimo de estrutura possível, tais como colchões, chuveiro e fogão, amontoados de 20 a 25 trabalhadores.

Alguns exemplos da precariedade das condições de trabalho no setor canavieiro ficaram conhecida pela população local em fevereiro de 2009, quando o ônibus que levava trabalhadores da construção civil para a construção de mais uma usina processadora, ao qual ainda está em construção, tombou na estrada em péssimas condições devido às fortes chuvas, e também pela falta de manutenção e licença para tráfego deste veículo.

Outra situação em destaque foi a operação do MPT (Ministério Público do Trabalho) no ano de 2013 ao qual apurou denúncias e presenciou situações de aliciamento de trabalhadores do setor, em alojamentos nos municípios de Manduri e Santa Cruz do Rio Pardo e que trabalhavam no corte de cana em Cerqueira César. Nesta operação foram notadas

situações de endividamento por dívida de alojamento, alimentação e uso de ferramentas. Além da precariedade do alojamento e do transporte.

Quadro 10: Notícia sobre operação do MPT

G1 ITAPETININGA E REGIÃO TV TEM

21/10/2013 19h48 - Atualizado em 22/10/2013 19h15

MPT fiscaliza alojamentos de usina de cana-de-açúcar em Manduri

Fiscais chegaram aos locais após denúncias de irregularidades. Agentes constataram deficiência nas moradias e no transporte dos trabalhadores.

O Ministério Público do Trabalho e a Polícia Rodoviária Federal realizaram nesta segunda-feira (21) uma operação de fiscalização em alojamentos de trabalhadores rurais em Manduri (SP) e **Santa Cruz do Rio Pardo** (SP). Os agentes chegaram aos locais após denúncias de irregularidades nos abrigos de trabalhadores que atuam em uma fazenda situada em **Cerqueira César** (SP) e que fornece matéria-prima para uma usina de **Manduri**.

De acordo com o procurador do Ministério Público, Luís Henrique Rafael, foram constatadas irregularidades, entre elas, falta de lugar para armazenar os alimentos e colchões inadequados. Os fiscais ainda identificaram irregularidades no ônibus usado para o transporte dos trabalhadores. Segundo a Polícia Rodoviária, as ferramentas eram colocadas sem proteção dentro do veículo, dividindo espaço com os funcionários.

O trabalhador rural José Alexandre da Silva conta que chegou à cidade há seis meses. Ele veio de Pernambuco para trabalhar no corte da cana-de-açúcar. Segundo o funcionário, a empresa não cumpriu o que foi combinado durante a contratação. Ele afirma que só sabe sobre o valor do salário que vai receber quando chega o dia do pagamento.

O coordenador nacional da Coordenadoria Nacional da Erradicação de Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho, Jonas Ratier Moreno, também acompanhou a fiscalização. "Percebemos que a estrutura oferecida nos alojamentos é precária. Os colchões, por exemplo, precisam ser dobrados para dar algum conforto ao trabalhador", comenta.

Os responsáveis pelos trabalhadores serão notificados por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Um homem apontado como sendo quem buscava os trabalhadores no nordeste prestou depoimento e foi liberado.

De acordo com o Ministério Público do Trabalho, caso as irregularidades continuem o órgão vai pedir à Justiça a abertura de uma ação judicial.

Fonte: g1.com – Itapetininga e região. Disponível em: < https://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2013/10/mpt-fiscaliza-alojamentos-de-usina-de-cana-de-acucar-em-manduri.html>

Quadro 11: Representação criminal do MPT sobre o caso



Jusbrasil Todos Pesquisar no Jusbrasil

Direito do Trabalho | Redução a Condição Análoga à de Escravo | Condição Análoga de Escravo

MPT representa criminalmente gatos de grandes empresas que atuam no centro-oeste paulista

4 COMENTAR | 0 SALVAR

Publicado por Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região há 8 anos 416 visualizações

Bauru - O Ministério Público do Trabalho em Bauru vai requisitar a instauração de inquérito na Polícia Federal contra empreiteiros (que também são empregados) das empresas Sucocítrico Cutrale Ltda. (Fazenda São Luis, de Botucatu), Citrosuco (Fazenda Quatrirmãs, de Botucatu), empresa Francisco Carlos Falavigna (Fazenda Fênix, de Avaí) e Therezinha Bechtold Zanatta Agrícola (Fazenda Santa Amélia, de Cerqueira César), para apuração dos crimes de aliciamento, redução de pessoas a condições análogas às de escravos e frustração de direitos trabalhistas, respectivamente tipificados nos artigos 207, 149 e 203 do Código Penal.

Os procuradores Luís Henrique Rafael e Marcus Vinícius Gonçalves entendem que os crimes estão configurados diante dos elementos de prova produzidos nos inquéritos conduzidos no âmbito do MPT, que contém depoimentos prestados por trabalhadores, testemunhas e pelos próprios empreiteiros, além de fotos e filmagens dos locais de trabalho e de alojamentos, dentre outras. Há indícios da participação das empresas nos ilícitos.

Os fatos que motivaram as representações criminais foram apurados nas últimas semanas em diligências realizadas pelo MPT em Bauru nas lavouras de laranja e cana, em regiões distintas do centro-oeste paulista, todas com acompanhamento da Polícia Rodoviária Federal.

Entre as irregularidades apontadas pode-se citar condições degradantes de trabalho e moradia, transporte de trabalhadores de um estado a outro do país em condições irregulares e sob falsas promessas, e desrespeito aos mais básicos direitos trabalhistas, deixando de formalizar contratos de trabalho, fornecer equipamentos de proteção, sanitários e até água potável.

Os empreiteiros, ou gatos, são aqueles responsáveis pela vinda dos trabalhadores de outras partes do país ao interior de São Paulo, geralmente a pedido das empresas; os agenciadores em questão (todos registrados em carteira de trabalho pelas empresas para as quais prestam serviços) trouxeram os migrantes em ônibus clandestinos, obrigando-os a pagar pelo aluguel e pela alimentação (o que seria uma responsabilidade do empregador), precarizando sua condição de trabalho e de vida.

Histórico - em Manduri e Santa Cruz do Rio Pardo, os procuradores flagraram 44 trabalhadores vindos dos estados de Pernambuco e Ceará para cortar cana-de-açúcar, todos em condições precárias de moradia. Nos alojamentos disponibilizados aos migrantes havia sérios problemas de ventilação, espaçamento entre as camas fora das normas, ausência de roupas de cama e de local para refeições, além da falta de higiene. Nos fundos de uma edícula, em outro alojamento, havia esgoto correndo a céu aberto, falta de vasos sanitários nos banheiros e trabalhadores dormindo em colchões no chão.

Durante a diligência foi constatado que trabalhadores contribuíam com parte do pagamento do aluguel, contas de água e luz. Em depoimento aos procuradores, o agenciador admitiu que a Usina Santa Maria, de Cerqueira César, também ajudava no pagamento das despesas de locação.

Fonte: Jusbrasil Doutrina. Disponível em: < https://mpt-prt15.jusbrasil.com.br/noticias/112113846/mpt-representa-criminalmente-gatos-de-grandes-empresas-que-atuam-no-centro-oeste-paulista>

Quadro 12: Acordo entre Usina Santa Maria e MPT



Jusbrasil Todos Pesquisar no Jusbrasil

Adicione tópicos

Fazenda da Usina Santa Maria faz acordo para encerrar aliciamento

Trabalhadores nordestinos foram recrutados para cortar cana e pagavam por alojamento sem ventilação, vaso sanitário, nem roupas de cama

0 COMENTAR | 0 SALVAR

Publicado por Ministério Público do Trabalho há 8 anos 456 visualizações

Bauru - A Fazenda Santa Amélia, braço agrícola da Usina Santa Maria, em Cerqueira César (SP), terá de cumprir a lei quanto ao recrutamento, alojamento e transporte de trabalhadores. A determinação foi imposta por termo de ajuste de conduta (TAC) assinado com o Ministério Público do Trabalho (MPT). Na segunda (21), a empresa foi autuada por aliciar 44 trabalhadores oriundos de Pernambuco e Ceará para o corte de cana-de-açúcar no interior de São Paulo. Recrutados pelo gato (agenciador de mão de obra) Amauri Cesar Santos de Lima, que presta serviço à empresa, os trabalhadores foram encontrados em alojamentos precários nas cidades de Manduri e Santa Cruz do Rio Pardo, no Interior paulista.

O alojamento em Santa Cruz do Rio Pardo (SP) tinha as piores condições de moradia, como problemas de ventilação, ausência de vasos sanitários e de roupas de cama e espaçamento entre as camas fora das normas. Nos fundos de uma edícula, o esgoto corria a céu aberto. Também ficou constatado que os trabalhadores contribuíam com parte do pagamento do aluguel e das contas de água e luz. A operação também foi acompanhada pelo coordenador nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete), Jonas Raier Moreno, e pelos procuradores José Fernando Ruiz Maturana e Marcus Vinícius Gonçalves, de Bauru.

No TAC, a empresa deverá observar as normas de meio ambiente de trabalho rural, tanto para as condições de alojamento quanto para as medidas de saúde e segurança nas frentes de corte de cana, tais como disponibilizar refeitórios, equipamentos de proteção e sanitários. O MPT deu prazo de 48 horas para que os trabalhadores sejam retirados dos alojamentos precários e realocados em hotéis, até a regularização da moradia. "Há fortes indícios de prática de trabalho escravo. Dessa forma, o MPT fará representação criminal ao Ministério Público Federal de Marília (SP) para que os responsáveis pela usina respondam por crime de aliciamento e para apurar possível crime de trabalho escravo contemporâneo", afirmou o procurador do Trabalho Luis Henrique Rafael.

Fonte: Jusbrasil Doutrina. Disponível em: https://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/111984586/fazenda-da-usina-santa-maria-faz-acordo-para-encerrar-aliciamento>

Uma ideia que permeia o senso comum em favor do agronegócio vem a ser a geração de empregos. Mas se pararmos para analisar, quantos empregos são gerados? Quais as relações de trabalho ali encontradas? Essas reflexões não são feitas pela sociedade. Há uma ideia nos lugares marcados pelo agronegócio de que não há desemprego, de que toda

sociedade é beneficiada com a oferta de trabalho. Mas em momento algum há a explicitação das condições de trabalho encontradas nesses lugares.

> Dessa modo, o capital pode esperar prevalecer mediante o compromisso com uma classe trabalhadora geograficamente fragmentada, mas, dessa forma, ele se divide e se enfraquece. A força de trabalho, por sua vez, pode melhorar sua posição local, mas à custa de abrir mão de demandas mais revolucionárias e de abrir divisões territoriais dentro de suas fileiras. A luta de classes global então se dissolve em vários conflitos de base territorial que apoiam, sustentam e em alguns casos até reconstituem todos os tipos de preconceitos locais e tradições incrustadas. (HARVEY, 2013, p. 608).

Vivemos uma intensa investida em prol do convencimento ao conjunto de toda a sociedade, de que os lugares dominados pelo agronegócio são marcados pelo pleno emprego, o que não é verdade. Os índices de emprego dessas localidades são mascarados pela contratação temporária, onde, com a contratação da mesma pessoa várias vezes durante o ano, os dados acabam multiplicando-se, induzindo ao erro aqueles que fazem uma leitura superficial.

A qualidade de vida e saúde dos trabalhadores no campo se apresentam de maneira delicada, não havendo uma preocupação primaz dos empregadores, a não ser quando de fiscalizações e aplicação de multas. Talvez por isso a repetição do discurso de necessidade de mudanças nas leis que regulamentam as relações de trabalho.

O indivíduo é visto apenas como uma peça na atividade do agronegócio, podendo ser substituído por quaisquer que sejam os motivos. A necessidade de emprego e salário faz com que um grande contingente migre para o estado de São Paulo a cada safra. Indivíduos estes que estão sujeitas as vontades das diretrizes dos grandes produtores de *commodities*, estando expostos as contratos suspeitos, condições de segurança delicadas e agravamento de sua saúde devido as condições de trabalho presentes ao longo dos anos.

2.2.2 – Laranja para vender

Partiremos agora para a questão da expansão das citriculturas, que são explicitadas pela aquisição e arrendamento de terras para esta cultura, por três dos maiores grupos voltados à esta atividade no Brasil, como afirmam Welch e Fernandes (2008, p. 165), sendo elas o Grupo Fischer, representado pela Citrosuco, também a Cutrale, além do Grupo Votorantin, proprietária da Citrovita, ao qual no ano de 2010 é adquirida pela Citrosuco. O setor

citricultor é basicamente controlado pelo capital industrial, onde a presença de inúmeras multinacionais é marcante no que concerne a produção de suco concentrado, voltado para o mercado externo.

> No setor de suco concentrado de laranja cabe destacar a já antiga aliança da Cutrale com a Coca Cola, fazendo com que ela assumisse plantas industriais da multinacional na Flórida nos Estados Unidos. Pode-se destacar também a proposta de fusão entre a Citrovita do grupo Votorantin e a Citrosuco do grupo Fischer (OLIVEIRA, 2010, p. 83).

É no seio deste processo que a citricultura se expande pela bacia do Rio Pardo, nas proximidades da SP-280, ocupando terras nos municípios de Iaras, Águas de Santa Bárbara, Avaré, Arandu e Cerqueira César, como também as margens de rodovias secundárias, explicada pela necessidade logística de deslocamento da produção para unidades fabris, tais como as localizadas nas regiões de Araraquara e Matão. Importante ressaltar que as questões pedológicas influenciam na atuação deste setor no processo de expansão no sudoeste paulista, uma vez esta localidade é caracterizada por solos derivados de rochas do Grupo Bauru, referentes aos arenitos do Cretáceo Superior, apresentando um padrão de solos não muito férteis para outras culturas, principalmente de grãos. (CUNHA; GUERRA, 2001, p. 198). Certamente que a fertilidade dos solos, é um dos fatores primordiais para a obtenção da renda da terra, mas não o único, estando envolvidas também questões quanto a localização e disponibilidade de infraestrutura.

Dentre os processos de expansão das lavouras de laranjas por esta localidade, encontra-se um caso de essencial importância a ser tratado, pois, uma das maiores empresas do setor, a Cutrale adquiriu a propriedade Fazenda Santo Henrique e entrou com pedido de Certificação das Matrículas (georreferenciamento) junto ao INCRA. Acontece que esta propriedade é remanescente do Núcleo Colonial Monção, e, portanto, são terras reivindicadas como públicas (VENTURELLI, 2013, 116).

Questão interessante a ser levantada sobre o monopólio da terra e apropriação ilegal é sobre a presença da citricultura. Apesar de ter localizadas na região unidades da Cutrale e da Citrosuco, este setor não monopoliza grandes extensões de terra sob o mesmo controle jurídico, como no caso da silvicultura. O monopólio presente nessa situação se dá sobre o conjunto da cadeia produtiva no controle da produção, colheita e comercialização da mercadoria.

> A articulação público-privada da política agrária e as estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra, constitui aquilo que denomino novo pacto da economia política do agronegócio (DELGADO, 2012, p. 109).

A apropriação irregular dessas terras acarretou, no ano de 2009, uma ação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) ao qual ocupou e derrubou cerca sete mil pés de laranjas e fez o plantio de feijão, como ato simbólico de luta. Esse episódio ficou conhecido como "Caso Cutrale". Ações estas que tiveram ampla repercussão na mídia. Mas, de princípio, podemos notar que mesmo com um posicionamento primário do judiciário em favor da empresa, e de um posicionamento parcial da mídia contra a ação desse movimento social. Toda a questão sobre a expansão do setor citrícola no sudoeste paulista, bem como a expansão do agrohidronegócio no campo brasileiro merece atenção pelas formas de apropriação da terra, concentração econômica e fundiária, obtenção de renda da terra e exploração do trabalho.

> Motivados pela expectativa que significaria o assentamento de mais de 400 famílias caso a Cutrale desocupasse as terras públicas que explora ilegalmente na região centro-oeste do Estado de São Paulo, centenas de trabalhadores e trabalhadoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam a Fazenda Capim no dia 28 de setembro de 2009 e por lá ficaram durante dez dias. Após a ação, cerca de 35 trabalhadores da empresa foram demitidos de suas atividades por terem ligações com o Movimento. (MST, 2011, p. 26)

Certamente que haveria uma contrarreposta às manifestações sociais de luta pela terra e denúncia de uso de terras públicas pelo capital. Assim, aliado à defesa da "propriedade privada", mesmo que essa configurada de forma desonesta, a mídia se vale de imagens, que procurando induzir o senso comum de toda sociedade, procura levar todos a pensar os movimentos sociais e reformas em um contexto geral, como algo que foge à ordem. Ordem essa que visa manter o pacto de poder existente (AYOUB, 2009). Não podemos esquecer-nos do papel primordial do judiciário, que em muitos casos, visa garantir o direito dessa propriedade, sem sequer analisar os seus procedimentos, validando as ações de grilagens e violência (FELICIANO, 2009, p. 101). E também, aliada a tudo isso, temos a violência dos capangas contra camponeses, que legitimados por seus direitos previstos em lei, como a Constituição Federal de 1988, tem-se que lutar contra tudo e contra todos para garantir o acesso à terra (OLIVEIRA, 2001, p. 191).

Em momento algum foi noticiado que as terras já haviam sido declaradas como remanescentes da União, e que a instalação da Cutrale em tal, era mais uma etapa de ações ilegais de apropriação de terras, e nem que segundo estatísticas da própria corporação, foram derrubados cerca de sete mil pés de laranja, o que corresponderia a 0,7% do 1 milhão de pés de laranja existentes na fazenda. Na ação, os trabalhadores plantaram feijão no lugar de parte da monocultura (MST, 2011, p. 27).

> A geografia histórica do capitalismo é um processo social que se baseia na evolução das forças produtivas e das relações sociais que existem como configurações espaciais particulares. Forças contrárias estão em ação, colocando a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho em uma geografia repleta de tensões e propensa a contradições. Os conflitos de base territorial tornam-se então parte dos meios pelos quais a luta de classes em torno de uma acumulação e suas contradições buscam novas bases – ou alternativas – para a acumulação. Essas novas bases simultaneamente abraçam a criação de novas configurações e novos processos de trabalho. As alianças territoriais e os conflitos interterritoriais devem ser construídos como momentos ativos, em vez de aberrações, dentro da história geral da luta de classes. (HARVEY, 2013, 609).

Dentre os municípios da região em estudo, Iaras se destaca pela quantidade de área destinada para citricultura presente, tanto proporcionalmente à área total, quanto em valores totais no conjunto estudado. Envolvente a toda questão referente a luta pela terra e os processos de grilagens e apropriações ilegais de terras em Iaras, há uma grande relação sobre o Caso Cutrale e o plantio de pés de laranjas em terras litigiosas. Certamente que era de nosso conhecimento as estratégias que o capital utiliza para a sua produção e reprodução ao se valer da renda da terra. A expansão do agronegócio brasileiro é marcada pela modernização conservadora, e além do mais, muitas terras em que se instalam essa agricultura, estão sobre litígio, visto os inúmeros casos de grilagens de terras, assim como na localidade em estudo.

> É fato notar a ação de grileiros sobre as terras do Núcleo Colonial Monção que foram, e ainda são, objetos de grilagens, uma vez que a presença de inúmeras "propriedades" com titulações falsas, cadeias dominiais alteradas e ainda com aquisição de terras que já apresentavam vícios em suas transcrições (VENTURELLI, 2013, p. 121).



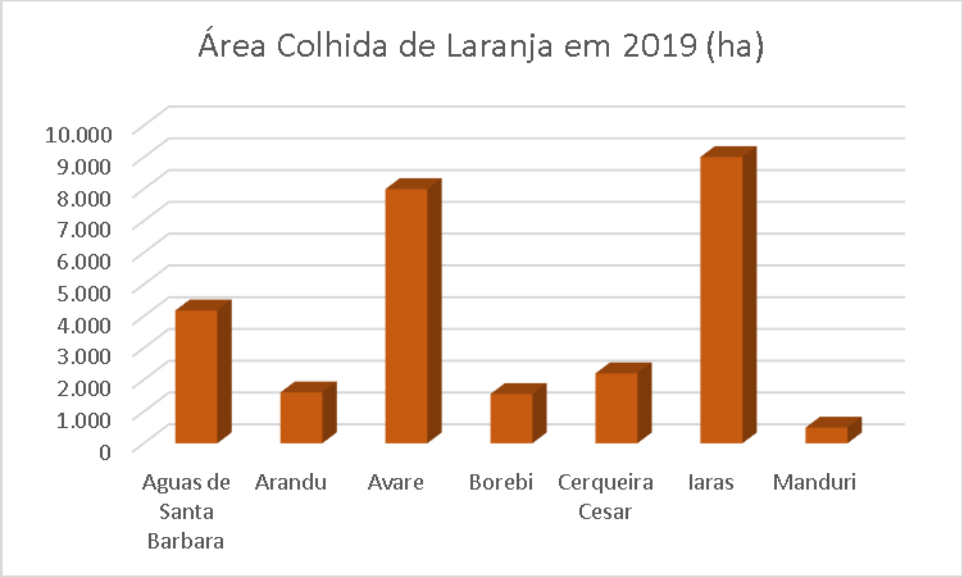
Mapa 14: Áreas destinadas à citricultura na Fazenda Rio Pardo. Fonte: Google Earth – mar/2022.

Além das grandes extensões de terras destinadas a citricultura em toda a localidade, outra situação que merece um destaque é a área ocupada na Fazenda Rio Pardo. Trata-se de mais de 15 mil hectares entre os rios Claro e Pardo, historicamente e ironicamente chamada de “laranja azeda”. Recordar que as áreas registradas dessa fazenda perpassam os 21 mil hectares, e mesmo sendo uma das ocupações mais antigas, apenas em 2006 foi registrada pelo INCRA.

Enquanto temos a expansão e fortalecimento do agronegócio, paralelamente acontece a desterritorialização de parcela do campesinato, mas combinado ainda de sua resistência e recriação. A expansão do agronegócio no campo brasileiro supõe que a atividade econômica ocorre sob a égide da separação entre trabalho e capital. Assim, nas frações onde o capital se territorializa, duas formas de rendimento monetário, são viabilizados, a saber, o lucro que é proveniente da parte da riqueza produzida pelos empregados e que não são convertidos em salários, e também a renda proveniente do trabalho pago por toda a sociedade, ao consumir os produtos oriundos desse empreendimento. Neste evento, tem-se que o capitalista industrial, também é o proprietário da terra e o capitalista da agricultura. Como afirmado por Oliveira (1999, p. 105) “a principal ocorrência de mão-de-obra vem a ser a assalariada, mais

popularmente reconhecida na figura do boia-fria". No entre rios da média sorocabana a citricultura se territorializou à revelia do campesinato ao impedir o acesso a terras públicas por parte desse movimento social de base territorial. A apropriação de terras por meios ilícitos e lícitos marca grandes extensões de plantações pela paisagem.

Gráfico 2: Área colhida de laranja em 2019 (ha por município da área em estudo)



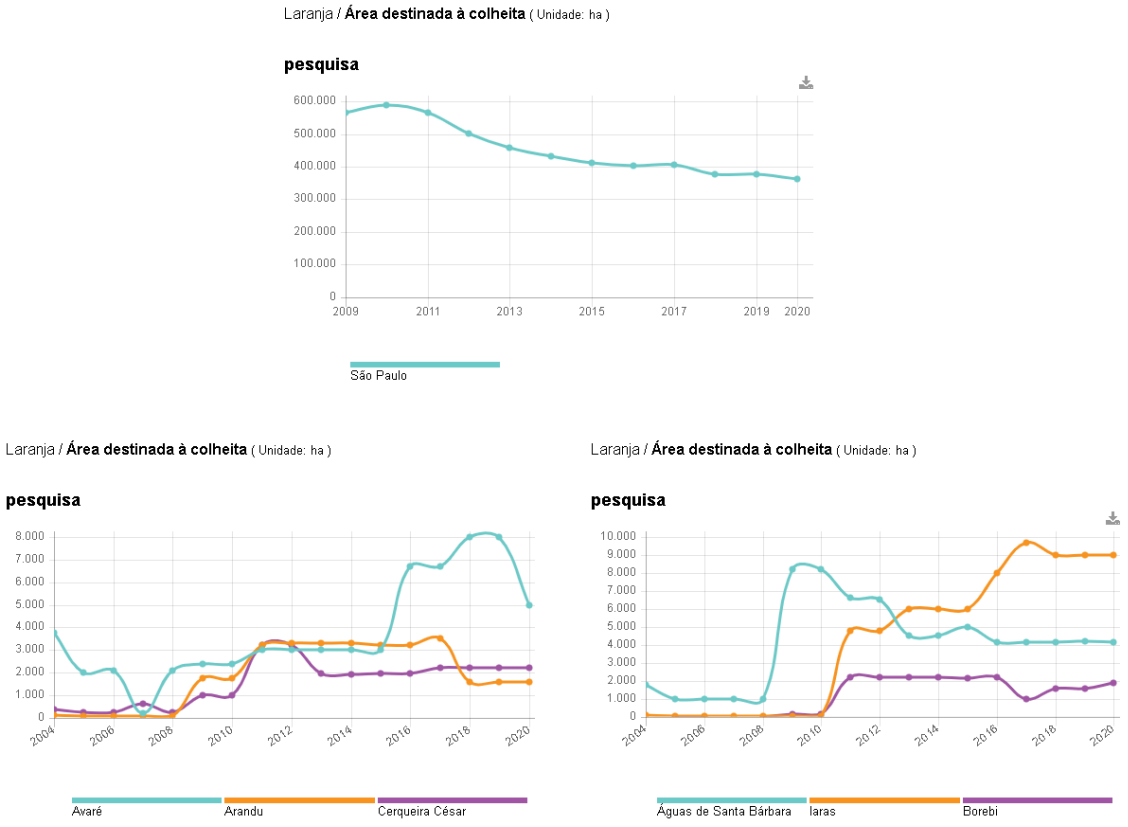
Fonte: IBGE – Cidades

Para sustentarmos as percepções de que os laranjais se espalham pela paisagem, fizemos aferições da área plantada através do uso de geoprocessamento e SIG's (Sistemas de Informações Geográficas), ao qual analisamos através de imagens de satélite cada propriedade citricultora e o total de área plantada individual e geral. Usamos como base de dados o ano de 2018, sendo assim, pode já ter havido alteração na precisão desses números, visto o plantio de novas áreas ou mesmo a erradicação de pés que apresentem o *greening*. Também comparamos os dados com o banco de dados do IBGE, ao qual não apresentou discrepância de dados. Dessa forma, chegamos as informações a seguir:

Quando observamos os dados sobre uso e ocupação do solo atualmente na região, notamos que somadas as áreas com citricultura entre os municípios da região, esta corresponde a 8% da área total, ou seja, são 26810 ha. de pés de laranjas distribuídos por uma área total de 343395ha. Em uma primeira observação, pode parecer um número não expressivo. Mas se analisado com a totalidade de outras culturas e também espacialmente,

percebemos a sua dimensão, bem como a sua concentração em áreas contínuas, demonstradas pela área plantada nos estabelecimentos rurais.

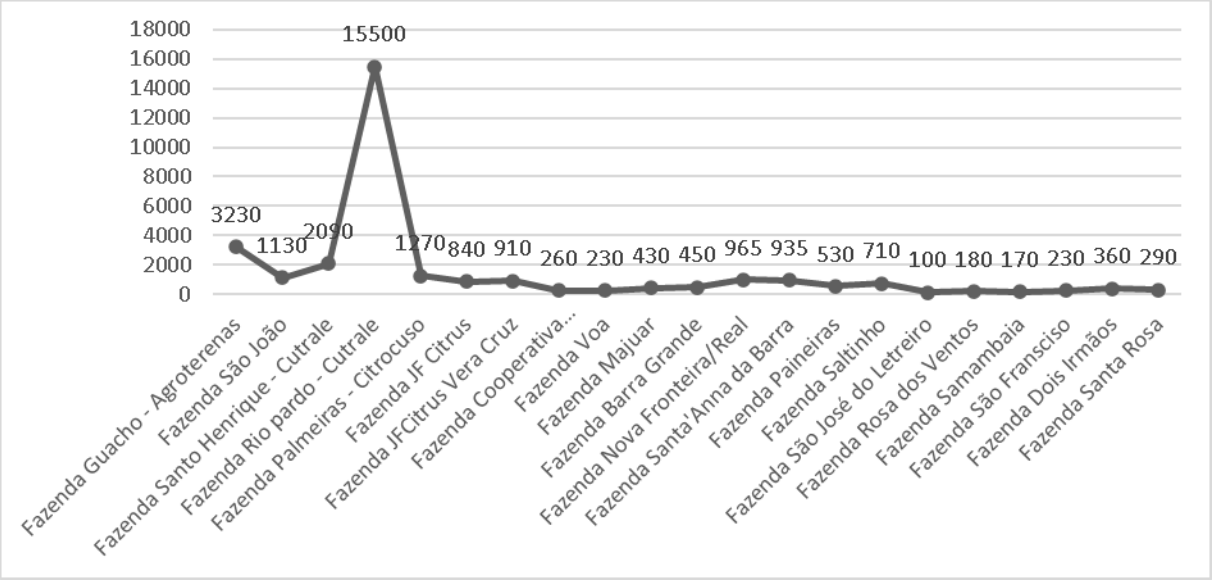
Gráfico 3: Relação de área destinada a colheita em São Paulo e nos municípios em estudo



Fonte: IBGE – Cidades

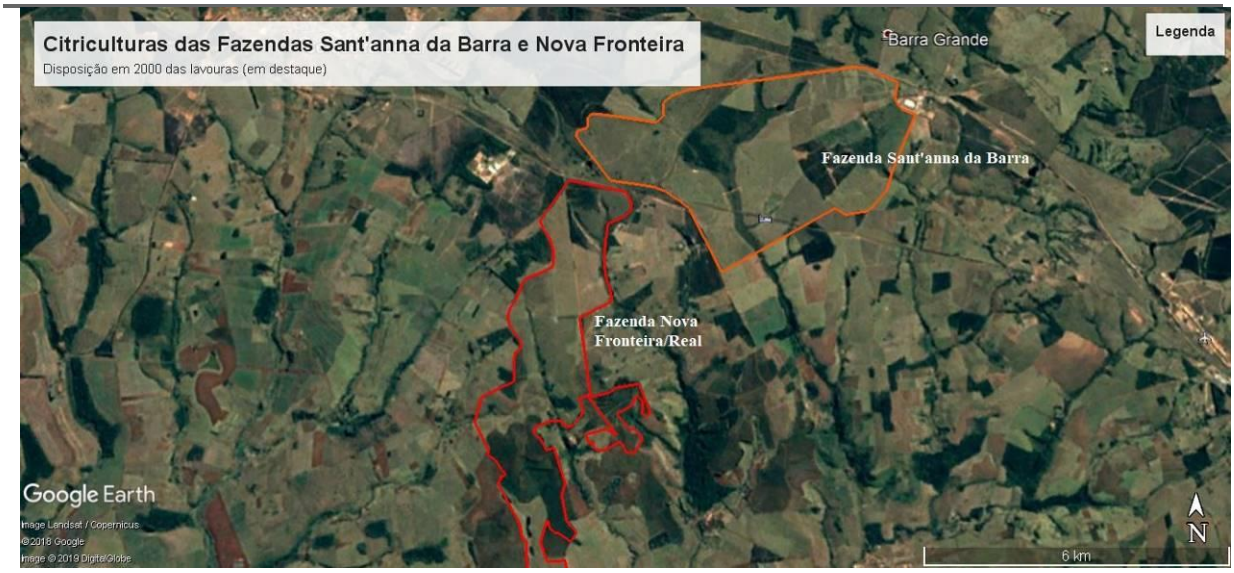
Com dados baseados no portal Cidades do IBGE é possível notar que a citricultura paulista está em decréscimo na última década, ao mesmo tempo que a produção local tem aumentado no contexto geral dos municípios levantados. A primeira conclusão que tiramos é sobre a produção total paulista, que mesmo crescendo na região nos últimos anos, não foi capaz de reduzir a queda em todo território paulista. Fato que nos leva a ideia de uma região subordinada novamente, uma vez que se há um crescimento local e uma projeção global de queda, significa que todo esse crescimento é parco se comparado ao total que outras regiões apresentavam.

Gráfico 4: Área destinada a citricultura em cada propriedade dentro do recorte espacial em estudo



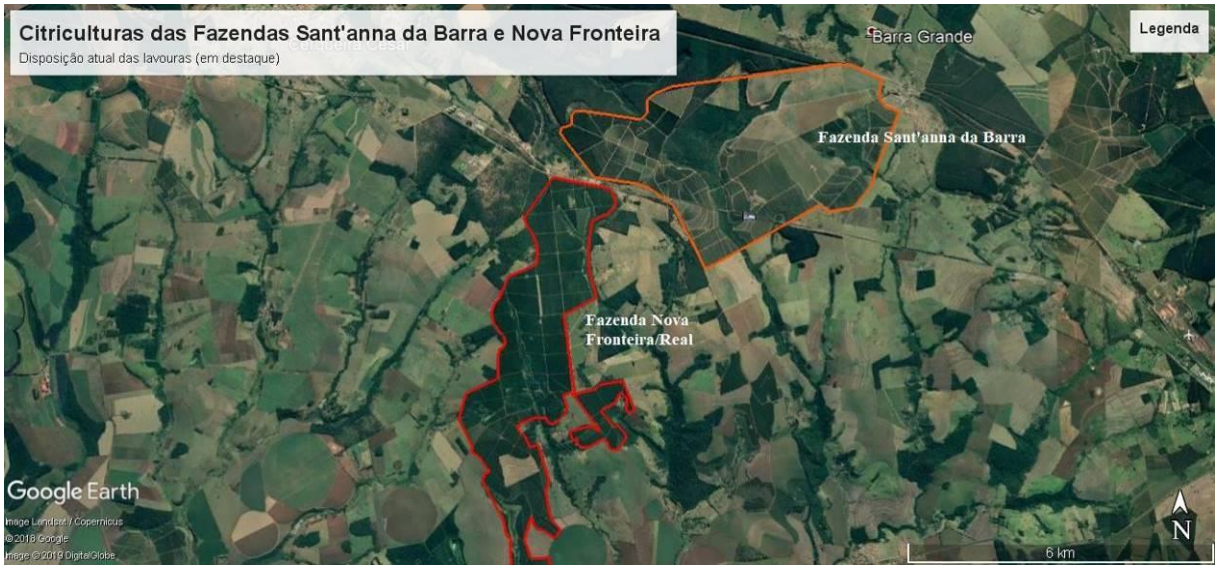
Analisar a expansão do setor citrícola no sudoesta paulista, mais precisamente na microrregião de Avaré, corresponde a analisar uma perspectiva mais ampla das políticas agroexportadoras de uma economia globalizada. O estudo deste caso contempla apenas uma fração do mecanismo de monopolização provocado pelo agronegócio que se espalha como tentáculos no campo brasileiro. Há ações governamentais que subsidiam esse fenômeno, há um intenso *lobby* de empresas multinacionais do setor do agronegócio, não apenas a Cutrale e a Citrosuco, como também aquelas ao qual produzem implementos e insumo agrícolas, como os agrotóxicos que são intensamente utilizados neste setor analisado, provocando contaminações nas águas, solo e ar das localidades, e principalmente, na saúde do trabalhador.

Outra análise temporal na transformação do uso e ocupação do solo importante de se destacar se dá no encontro dos municípios de Cerqueira César, Avaré e Arandu. Neste ponto são encontradas duas grandes plantações, sendo elas a Fazenda Sant'anna da Barra e a Fazenda Nova Fronteira/Real. A primeira propriedade se situa entre as margens do atual traçado da Estrada de Ferro Sorocabana e o antigo leito, ocasionando assim um processo de investigação quanto a legitimidade do título de propriedade desta terra. Há procedimentos investigativos junto ao INCRA sobre a Cadeia Dominial e a real dimensão da propriedade.



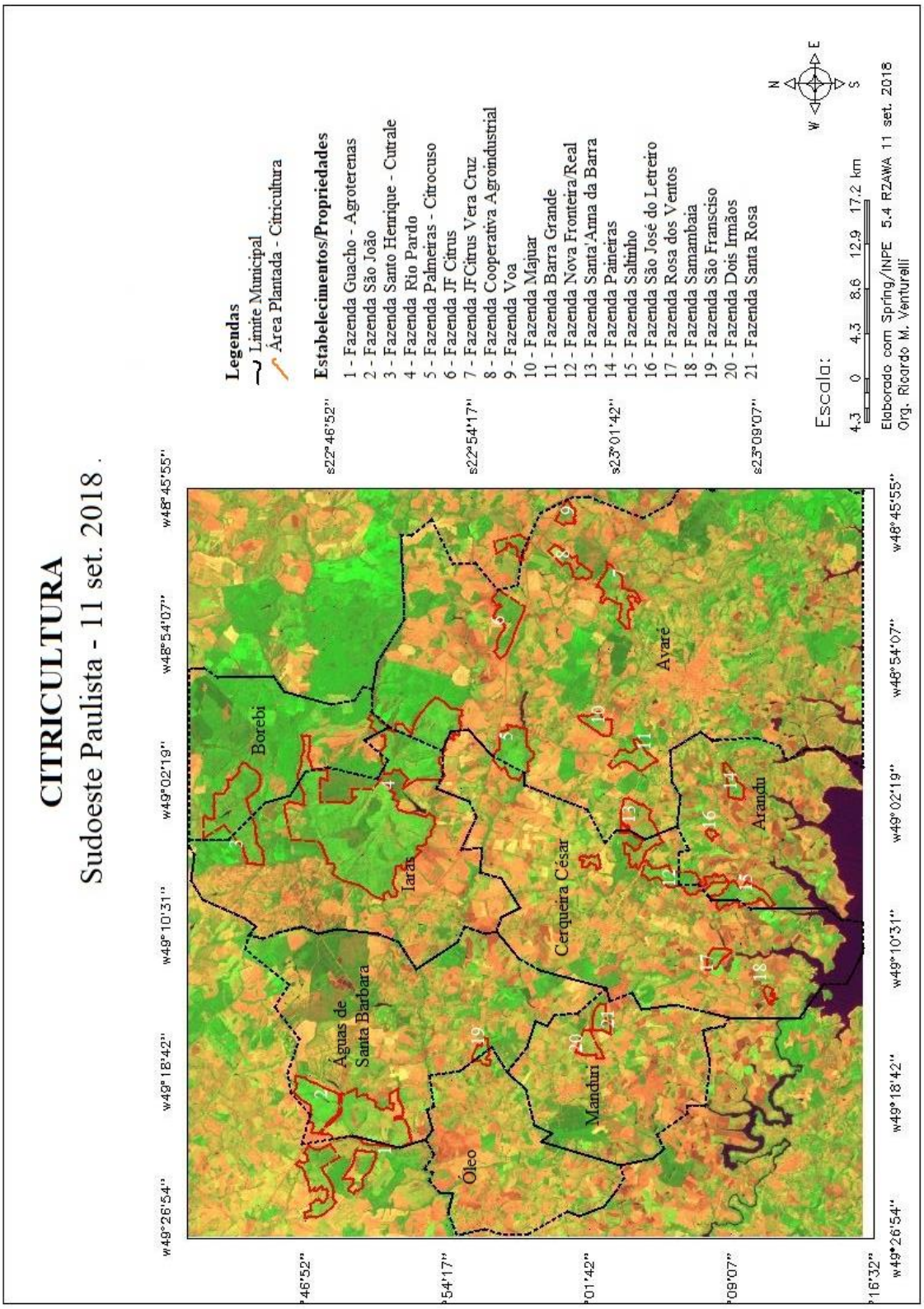
Mapa 15: Uso e Ocupação do solo das Fazendas Sant'anna da Barra e Nova Fronteira/Real em 2000.

Fonte: Google Earth.



Mapa 16: Uso e Ocupação do solo das Fazendas Sant'anna da Barra e Nova Fronteira/Real em 2018.

Fonte: Google Earth



Mapa 17: Localização das produções citrícolas na área de estudo no final da safra de 2018. Fonte: Satélite Resoucesat 2/INPE. Org. Ricardo M. Venturelli – Spring/INPE 5.4

Conforme podemos notar nos mapas 15 e 16, as terras ocupadas pelas Fazendas Sant'anna da Barra e Tijuca (atual Fazenda Nova Fronteira/Real) apresentavam principalmente um uso do solo voltado a pecuária. No ano de 2005 parte das terras da propriedade foram arrendadas pelo grupo Citrovita, pertencente ao *holding* da Votorantim. Contudo, a partir de 2011 a administração passa ao grupo Fazenda Real ltda, ao qual passa a gerenciar a plantação e destinar a unidade de beneficiamento da Citrosuco em Araraquara, quando houve a fusão entre os grupos Citrovita e Citrosuco, sendo que esta última já é um processo de fusão entre a Cargill e a Cutrale desde 2004.

Certamente podemos notar o processo de expansão das lavouras de laranja na microrregião de Avaré através destes exemplos analisados. Entretanto, temos que pensar em toda conjuntura política e econômica que agem para que isso ocorra. A produção voltada para exportação entra na pauta da agenda macroeconômica do Brasil, independente de vertentes e partidos políticos, nas últimas décadas. A ideia de superávit primário da balança comercial encarrega ao Brasil ser um país produtor de *commodities* sem grande valor agregado. No caso da laranja, os grupos já citados anteriormente correspondem a mais de 90% do volume comercializado, principalmente aos EUA, União Europeia e Japão. A obtenção das frutas para a produção do concentrado de laranja, voltada a exportação, ou do suco de laranja em si para o mercado interno, se diferenciam entre a terceirização da produção pela industrial, como no caso citado das produções da Fazenda Nova Fronteira, entre as demais que destinam suas produções a Cutrale e a Citrosuco.

Outra unidade ao qual apresenta expressiva produção é a Fazenda Guacho/Agroterenas. Localizada as margens da rodovia Castello Branco (SP-280), esta empresa tem várias unidades especializadas na produção agropecuária e destinação de laranjas, grãos e gado para unidades de processamento. No caso da Fazenda Guacho, são mais de 3200 hectares de plantações de laranja.



Figura 49: Entrada da Fazenda Guacho/Agroterenas na SP-280. Fonte: Google Street View.

Esta unidade possui estrutura para armazenamento da produção e beneficiamento prévio. Parte da produção é transformada em suco *in natura*, outra parte em concentrado de suco e ainda há a destinação do fruto bruto para as unidades de processamento da Cutrale. São aproximadamente 230000m² de infraestrutura para beneficiamento. Conta ainda com duas dezenas de casas para os funcionários e uma pista de pouso.

Entre as grandes unidades de produção também se destaca a Fazenda Palmeiras, pertencente a Citrosuco. Localizada entre os municípios de Cerqueira César e Avaré, conta com 1270 ha. de área plantada e tem sua produção destinada a unidade em Matão-SP. O fator logístico de localização é também importante, pois, se localiza as margens da SP-280, próximo ao entroncamento com a SP-225, tornando-se um corredor à região noroeste do estado de São Paulo. Logo na entrada da unidade há toda uma estrutura para desinfecção de caminhões e funcionários para precaução de contaminação dos laranjais por g*reening.* Ao lado da entrada principal se localiza o pátio dos caminhões, ao qual, de acordo com os motoristas, chegam a ficar dois dias parados ali.



Figura 50: Entrada da Fazenda Palmeiras/Citrosuco. Foto: Ricardo M. Venturelli – Jan/2019

Uma ideia que permeia o senso comum em favor do agrohidronegócio vem a ser a geração de empregos. Mas se pararmos para analisar, quantos empregos são gerados? Quais as relações de trabalho ali encontradas? Essas reflexões não são feitas pela sociedade. Há uma ideia nos lugares marcados pelo agronegócio de que não há desemprego, de que toda sociedade é beneficiada com a oferta de trabalho. Mas em momento algum há a explicitação das condições de trabalho encontradas nesses lugares.

> [...] uma nova orquestração de interesses, baseada numa intrínseca articulação de entidades, comparece no cenário organizativo do capital industrial como um todo, em especial quanto às relações com o mundo do trabalho em substituição às formas tradicionais (corporativas). Assim, a industrialização da agricultura mina o ruralismo como ideologia, ou seja, deixa de representar os anseios expansionistas e os projetos de dominação do capital nesse setor da economia. (THOMAZ JR, 2002, p. 117-118)

Vivemos uma intensa investida em prol do convencimento ao conjunto de toda a sociedade, de que os lugares dominados pelo agronegócio são marcados pelo pleno emprego, o que não é verdade. Os índices de emprego dessas localidades são mascarados pela contratação temporária, onde, com a contratação da mesma pessoa várias vezes durante o ano, os dados acabam multiplicando-se, induzindo ao erro aqueles que fazem uma leitura superficial.

> Onde quer que estejam, os capitalistas se comportam como capitalistas. Eles buscam a expansão do valor por meio da exploração, sem levar em conta as consequências sociais. Eles superacumulam o capital e, no fim, criam as

> condições que conduzem à desvalorização dos capitais individuais e da força de trabalho durante a crise. Entretanto, isso acontece dentro de uma estrutura de desenvolvimento geográfico desigual produzido por mobilidades diferenciais de vários tipos de capital e força de trabalho, todos juntos dentro das restrições temporais impostas pelo processo de circulação do próprio capital. (HARVEY, 2013, p. 613)

Ademais, quais as condições de trabalho no setor citrícola?

Há a ideia simplista do desaparecimento da figura do trabalhador rural-urbano, conhecido popularmente como o "boia-fria", com o processo de mecanização do campo. Certamente, em muitas lavouras do setor canavieiro, principalmente no estado de São Paulo, o trabalhador foi substituído pelo uso de maquinários nas diferentes etapas de produção. Porém, em muitos outros setores da produção agrícola, ainda é presente a figura do trabalhador manual, uma vez que a mecanização não contemplou níveis tecnológicos que não afetem a cultura. Um exemplo concreto deste fenômeno se dá nas lavouras de laranja, ao qual há um processo de tecnificação, principalmente nas etapas de plantio e manutenção da lavoura, como na aplicação de agrotóxicos através de pulverização mecânica e aérea. Mas, no momento da colheita, o trabalho manual é utilizado a fim de garantir a integridade da planta, e dessa forma, muitos trabalhadores temporários são contratados para a realização deste serviço.

O setor sucroenergético sofreu intensa mecanização da colheita e já não há mais grande utilização de mão-de-obra nas colheitas. Mas, o setor citrícola, devido características biológicas e estruturais dos pés de laranja, ainda utilizam grande quantidade de pessoal para a colheita.

A mão de obra utilizada nas colheitas de laranja é de trabalhadores temporários, vindos em sua maioria dos rincões da região Nordeste. Sendo que para a safra de 2019, os trabalhadores vieram em sua maioria do Sul do Maranhão e Piauí, ou seja, regiões de expansão do agronegócio do complexo soja, conhecido como MATOPIBA (SANTOS, 2018, p. 586). Ao mesmo tempo que a *commoditie* soja se expande ao MATOPIBA, ela gera expropriação de formas tradicionais de agricultura e desocupação no campo, cabendo aos moradores de lá arranjarem alternativas de emprego cá, na *commodities* da laranja no interior de São Paulo. É o agronegócio desterritorializando e reterritorializando pessoas e relações de trabalho. Contudo, pensar que toda a fração do território camponesa no MATOPIBA é destruído e tomado pela produção de *commodities* se mostra coma interpretação rasa. No decorrer das entrevistas, muitos trabalhadores nos relataram que suas famílias ainda são

camponesas. E que o assalariamento deles se mostra como uma estratégia de resistência camponesa. O trabalho acessório é um recurso utilizado para que o restante de sua família possa se manter em seu estilo de vida e possibilita a sua permanecia em frações do território e tem o caráter positivo da ação pelos ganhos maiores, diante do dispêndio de esforço (CHAYANOV, 1974, p. 101).

Apesar de termos uma situação conceitual a ser pensada, pois, dentro da interpretação clássica o trabalho acessório, tem como intuito não o seu assalariamento, mas sim a aferição de ganhos nos momentos em que a produção agrícola não a proporcionarem. A necessidade de reinterpretação é necessária, pois o trabalho assalariado aqui presente não é propriamente acessório, visto estarem sob contrato de trabalho por sete a oito meses, e ainda longe de casa. Está prática não pode ser entendida como extinção da figura camponesa, mas sim como uma estratégia de reprodução. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 37). Que ao mesmo tempo também é uma estratégia para manter a sua família vivendo em sua terra e ali resistindo enquanto camponês frente a avassaladora frente de expansão por essa nova fronteira agrícola brasileira.



Figura 51: Trabalhadores rurais em fila no banco para recebimento de salário. Foto: Ricardo M. Venturelli – jun./2019.

Quanto as relações de trabalho e a situação do trabalhador, nos primeiros anos de expansão dos setores citrícola e sucroenergético na região, os imigrantes eram alocados em casas alugadas pelas usinas e demais fazendas, com o mínimo de estrutura possível, tais como

colchões, chuveiro e fogão, amontoados de 20 a 25 trabalhadores. Esta situação causava desconforto na população local, não por preocupação as condições de trabalho e vida desses imigrantes, e sim por xenofobia. Sentimento ainda encontrado quando dos dias de pagamento, ao qual os imigrantes vêm a cidade para sacar seus salários nos bancos.

Temos que refletir nas consequências que as mudanças legais nas condições de trabalho podem condicionar. A precarização das condições de trabalho, a diminuição em ganhos salariais e as garantias contratuais são as mais evidentes. Mas, temos também que pensar nos fatores subjetivos envoltos. O crescimento das taxas de desemprego entre os anos de 2014 e 2018 ocasionam uma necessidade de aceitação de situações vistas como degradantes aos empregados.

O agrohidronegócio (THOMAZ Jr, 2008) se vale de estratégias das mais variadas qualidades para se aproveitar do trabalho alheio. O grosso do montante de pessoas ocupadas na citricultura se dá no período de colheita entre os meses de maio a agosto, sendo para outra espécie sua colheita até outubro e ainda laranjas que estão no ponto entre os meses de outubro à janeiro. Em sua frente de trabalho, a Cutrale terceiriza a colheita à uma empresa localizada em Cerqueira César. Trata-se da Hospedaria Tropical, que se responsabiliza pela subcontratação do pessoal que será utilizado, ocasionando um processo de quarteirização.



Figuras 52 e 53: Alojamento e ônibus utilizado pela empresa contratante dos trabalhadores imigrantes para a citricultura. Foto: Ricardo M. Venturelli – jun./2019.

Há ainda uma questão subjetiva da motivação de contrato de imigrantes e não de trabalhadores locais, uma vez que estas pessoas são aliciadas em regiões estratégicas, e assim, acabam por se contentarem pelas condições ao qual encontram. A quantidade de pessoas

empregadas por colheita foi fornecida através de entrevistas junto as administrações de cada propriedade. Estes dados requerem maior aprofundamento, principalmente no referente aos contratos. Fato que não podemos cravar estes números sem acesso a todos os documentos que os comprovem. E ainda temos que levar em consideração que o mesmo grupo de pessoas podem trabalhar em diversas propriedades concomitante, sendo no dia, no momento da saída do alojamento, criados os subgrupos e destinados as lavouras. Assim, os dados aqui apresentados são números fornecidos pelos responsáveis e administradores e os utilizamos a partir da confiabilidade das informações fornecidas.

Dessa forma, passou a atuar na região essa "hospedaria", que de acordo com registros na junta comercial, sua atuação é hotelaria e hospedagem. Certamente foi uma alternativa encontrada pelos "gatos" a fim de mascarar a atuação no aliciamento de trabalhadores e nas relações de trabalho. De acordo com as informações recolhidas, ali são instalados em média 380 imigrantes, tendo contrato de trabalho durante sete meses. No que concerne aos contratos, os relatos são de que todos possuem registro em carteira de trabalho e contrato ao qual lhes garantem um rendimento mensal de R$1054,00 somado a produtividade na colheita. Ainda são fornecidos a eles hospedagem, alimentação, transporte e descolamento ao local, totalmente ao encargo da hospedaria. Estes trabalhadores são exclusivamente destinados as Fazendas Santo Henrique e Rosana.

Estes imigrantes estão sujeitos as condições de trabalho delicadas não apenas nos trâmites contratuais e salariais ao se sujeitarem as propostas apresentadas e ser a única opção de um ganho salarial. Mas sim, nas situações de riscos de vida, ao sujeitarem-se a trabalhos arriscados e estafantes. E nessa perspectiva realizamos um levantamento quanto as condições de segurança e riscos, bem como a ocorrência de acidentes de trabalho. A colheita da laranja é uma atividade ao qual proporciona sérios riscos de acidentes e lesões. Durante a própria colheita há a necessidade de uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) como luvas, óculos, perneiras e colete para a proteção em contato com as plantas e haveria que ser utilizados cordas de proteção para subir nas escadas e realizar a retirada do fruto do pé. De acordo com os responsáveis entrevistados, e alguns trabalhadores, a maior ocorrência de acidentes são quedas das escadas, provocando lesões graves. Bem como foi investigado a atuação de fiscais do Ministério do Trabalho nos campos de colheitas, e atuação contra os responsáveis por haver trabalhadores sem EPI's, sendo informado que os trabalhadores não

querem utilizar, pois, não se “adaptam” ao uso destes equipamentos. Contudo, foi nos informado, na Hospedaria Tropical, que a maior ocorrência de lesões dos trabalhadores acontece em momento de lazer deles. Relato este que nos deixou intrigado, e em contato com a Santa Casa de Cerqueira César, podemos concluir que há subnotificações de acidentes, ou mesmo a omissão dos condicionantes de tais lesões. Rigotto (2003, p. 401) afirma “que todas as políticas de desenvolvimento devem estar permeadas pela preocupação com o trabalho, o ambiente e a saúde, de forma a gerar melhorias para a qualidade de vida da população como um todo”.

Durante a visita a Fazenda Nova Fronteira/Real, presenciamos o treinamento de funcionários para a atuação de resgate em silos. Como podemos observar, há um acompanhamento diário quanto a segurança de trabalho pela CIPA (Comissão Interna de Proteção a Acidentes), indicando que o recorde desta propriedade sem acidentes com afastamento é de 802 dias. Em entrevista com o administrador, o Sr. Marcio nos indagou que o ideal seria sem nenhum acidente laboral. Todavia, estes índices correspondem apenas as atividades realizadas dentro da área administrativa e de processamento, não nas colheitas. Acontecendo mesmo assim pequenos acidentes que não necessitam de afastamento para tratamento médico.



Figura 54: Placa de acompanhamento de dias sem acidente de trabalho com afastamento na Fazenda Nova Fronteira/Real. Foto: Ricardo M. Venturelli – Jan/2019

A atividade de colheita de laranja se apresenta como demasiada estafante, uma vez que são colhidos por cada trabalhador cerca de 20 caixas de laranjas por dia. Medida esta que corresponde a 40 quilos de frutos por caixa. Na verdade, o procedimento e colheita é de encher enormes bolsas (chamadas de bags) que podem ter de 60kg a 80kg, e após completado deve ser levado até o ponto de acumulação. Esta atividade repetitiva pode gerar lesões por esforço, ocasionando problemas ortopédicos diversos, podendo ser requerido insalubridade laboral. Lourenço (2011, p. 59) ao trabalhar as questões dos trabalhadores do calçado em Franca a respeito de suas produtividades e cumprimentos de metas concluiu que:

> o maior envolvimento dos trabalhadores na produção ou nos ideais a empresa não tem resultado em maiores possibilidades de qualidade de vida. Isso porque esse "envolvimento" se dá sob pressão no cumprimento de metas, na intensificação do trabalho, no pagamento por produção [...]

Fator esse que pode ser associado aos trabalhadores da colheita de laranja, pois, o pagamento por produtividade acima do contrato rende-lhes um honorário extra, em média de R$0,90 a R$1,20 por caixa colhida além do combinado em contrato que são de 20 caixas diárias, geralmente. Ou ainda quando o contrato apenas estipula o pagamento pela quantidade colhida, sem quantidade mínima.

Assim, fica evidente a necessidade de se aprofundar as investigações quanto as ocorrências de lesões oriundas de atividades laborais, e não apenas tratar as questões sintomáticas sem saber quais situações reais levaram o trabalhador àquela situação. A atuação do CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) de Avaré se dá sobre dados notificados. A responsável pela unidade, informou que geralmente realizam fiscalizações a fim de evidenciar situações de riscos aos trabalhadores. Mas, que os maiores problemas estão nas subnotificações informadas nas unidades de emergências médicas e a não associação de tratamento quanto aos condicionantes ligados a atividade laboral.

Em média são contratados de 40 a 200 pessoas por safra, podendo passar de 400 contratações nas plantações maiores, e cada propriedade se responsabiliza pela instalação desse pessoal contratado. Fato interessante levantado por quase todos proprietários ou responsáveis entrevistados foi uma mesma fala em detrimento dos direitos trabalhistas, recorrendo a perspectivas de que o governo neoliberal de Bolsonaro atue no âmbito da flexibilização das leis trabalhistas mais intensamente que as tomadas pela Reforma Trabalhistas do governo Temer.

Dessa forma, é comum uma empresa se valer de subterfúgios legais para poder explorar ao máximo a mão de obra desses sujeitos, que por não terem outras oportunidades, se sujeitam às condições de trabalho degradante. A ação de sindicatos de trabalhadores rurais é quase nula na região, com pouca atuação e fiscalização. E assim, os trabalhadores acabam tendo que aceitar essas condições de trabalho.

> Estamos numa situação em que se alarga incessantemente a concorrência criada pelo capital entre os assalariados por um número insuficiente de empregos. A concorrência insinua-se por mil e um canais, entre os quais o da imigração e a situação de profunda dependência dos trabalhadores imigrantes face ao capital, mas também das condições que conhecem os precários e dos desempregados. (CHESNAIS, 2013, p. 4).

Temos que refletir nas consequências que as mudanças legais nas condições de trabalho podem condicionar. A precarização das condições de trabalho, a diminuição em ganhos salariais e as garantias contratuais são as mais evidentes. Mas, temos também que pensar nos fatores subjetivos envoltos. O crescimento das taxas de desemprego entre os anos de 2014 e 2018 ocasionam uma necessidade de aceitação de situações vistas como degradantes aos empregados. Há ainda uma questão subjetiva da motivação de contrato de imigrantes e não de trabalhadores locais, uma vez que estas pessoas são aliciadas em regiões estratégicas, e assim, acabam por se contentarem pelas condições ao qual encontram. Como cita Braverman:

> [...] a habituação dos trabalhadores ao modo capitalista de produção deve ser renovada a cada geração, tanto mais que as gerações surgidas sob o capitalismo não são formadas dentro da matriz da vida do trabalho, mas jogadas ao trabalho vindas de fora, por assim dizer, após um prolongado período de adolescência ao qual são mantidas na reserva (1987, p. 124).

E essas questões ficam explicitas quando indagadas aos contratantes os motivos pelo qual não se contratam força de trabalho local, alegando-se que os imigrantes dão mais valor ao trabalho, sem questionar, e principalmente, por virem de regiões sem empregos e com escassa circulação monetária. Assim, são trabalhadores que se sujeitam as condições de trabalho, por pensar em ser esta uma oportunidade única de trabalho assalariado.

Aproveitando a discussão sobre as condições de trabalho e a exploração que o trabalhador está sujeito, temos ainda outra preocupação surgida no momento da escrita deste artigo. A colheita de laranja não cessou durante o período da pandemia do COVID-19 e os trabalhadores estão expostos aos ricos do contágio, uma vez que todas as suas atividades e repouso acontecem com aglomeração de pessoas. Como pode ser notado na foto ao lado, o

pagamento dos trabalhadores continuou a ser realizado por meio bancário, o que obrigou a eles irem até as agências bancárias, até porque também eles destinam parte de seus salários aos familiares na região de origem. O que podemos notar é a exposição do trabalhador, uma vez que eles informaram não ter conhecimento do uso de máscaras e das práticas preventivas para não haver a contaminação.

Além das questões de segurança e saúde do trabalhador na colheita, que envolve muitos imigrantes e uma situação de exposição a condições de exploração, há ainda uma preocupação quanto ao preparo e manutenção dos pomares com a aplicação de agrotóxicos. Bombardi (2011, p. 1) afirma que desde 2009, o principal consumidor de agrotóxicos vem a ser o Brasil, que sozinho é responsável por 20% de todo o uso mundial.



Figura 55: Aplicação por pulverização de agrotóxico em lavoura citrícola na Fazenda Santa Rita. Foto: Ricardo M. Venturelli – Dez/2018

O uso de agrotóxicos tem crescido vertiginosamente no Brasil, em um ritmo maior que o restante do mundo. O uso indiscriminado, sem treinamento e sem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) tem gerado uma série de transtornos aos trabalhadores, que estão sofrendo uma série de problemas de saúde. Afetando diretamente os trabalhadores rurais, assim como os trabalhadores das indústrias expostos ao manusearem os produtos, bem como os produtores vizinhos, que sofrem com as chuvas tóxicas de venenos, e por final, os consumidores, que ingerem produtos totalmente envenenados.

As aplicações de agrotóxicos são realizadas por equipes próprias de funcionários, não ficando a encargo dos trabalhadores imigrantes. Mesmo assim, o trabalhador da colheita fica em contato com o agrotóxico presente na casca do fruto e disperso no solo. Já o trabalhador específico da aplicação, deve ter um cuidado maior, com uso de EPI's específicos, e ainda assim, com o tempo haverá a acumulação em seu organismo, ocasionando sérios problemas de saúde. O agrotóxico não é um problema apenas em acidentes, e também com o uso prolongado e a exposição de áreas vizinhas a pulverização diária. As atividades monoculturas presentes no sudoeste paulista estão entre as lavouras que mais utilizam agrotóxicos, tanto em porcentagem, quanto em área aplicada, destacam-se as atividades sucroenergéticas e citrícolas, as quais utilizam grandes extensões de terras na região.

Seus usos acarretam danos ambientais de grave amplitude, bem como também se caracteriza por um problema de saúde pública, visto o total de intoxicações sofridas por trabalhadores. Há que se pensar ainda sob a perspectiva da saúde pública que o aumento do uso de agrotóxicos não cause apenas problemas aos trabalhadores diretamente expostos. Sendo que todo conjunto da população estão expostas aos elementos contidos nos agrotóxicos e acabam absorvidos pelos alimentos que são comercializados e processados.

> A envergadura do problema é tal que no período de 1999 a 2009, segundo o Sinitox (Sistema Nacional de Informações Toxicológicas – FioCruz/Ministério da Saúde) houve 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola no país; isto significa 5600 intoxicações por ano ou 15,5 por dia ou uma a cada 90 minutos. Neste mesmo período houve 25 mil tentativas de suicídio com uso de agrotóxico, um dado extremamente alarmante, pois significa que tivemos 2300 tentativas de suicídio por ano, ou, uma média de 6 por dia, tendo por "arma" algum tipo de agrotóxico. (BOMBARDI, 2011, p. 1)

O indivíduo é visto apenas como uma peça na atividade do agrohidronegócio, podendo ser substituído por quaisquer que sejam os motivos. A necessidade de emprego e salário faz com que um grande contingente migre para o estado de São Paulo a cada safra. Indivíduos estes que estão sujeitas as vontades das diretrizes dos grandes produtores de *commodities*, estando expostos as contratos suspeitos, condições de segurança delicadas e agravamento de sua saúde devido as condições de trabalho presentes ao longo dos anos.

E nesta perspectiva que precisamos analisar que todas as relações envolvidas de apropriação e obtenção de renda fundiária, sujeição das monoculturas à indústria e a produção de *commodities* se baseia na intensa penetração do capital internacional no campo no que se

refere também ao uso maciço de insumos, principalmente agrotóxicos prejudiciais ao meio ambiente e a população. Ações políticas recentes indicam mudanças nos padrões de fiscalização e aprovação do uso de agrotóxicos, tornando mais fácil sua aprovação pelas instituições federais e assim, garantir mais lucro as empresas envolvidas. Certamente o *lobby* das grandes multinacionais do setor junto a Bancada Ruralista e o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) agem a fim de propiciarem o aumento dos usos desses produtos, e logo, cada vez mais o meio ambiente e a população estarão em contato com estes venenos.

Como ficará as condições do campo brasileiro com as facilidades prometidas quanto a flexibilização das leis trabalhistas e da fragilidade das políticas ambientais? Quem viver, verá!

PARTE II

TERRITORIALIDADES DO CAMPESINATO NO ENTRE RIOS DA MÉDIA SOROCABANA

Após apresentarmos aqueles episódios que consideramos serem os mais contundentes para a formação geográfica local, dando sua face e tessitura territorial enquanto região condicionada para ser dependente, e com isso, atribuindo-lhe um papel periférico – dentro da periferia mundial – na divisão territorial do trabalho.

Como reflexo dessa relação de dependência, ao qual o capital através de sua mobilidade direciona o caráter produtivo, especulativo e rentista da terra, cria também suas contradições, uma vez que a fugacidade do capital ao mesmo tempo que não permite um incremento econômico, possibilita – e tira proveito – de relações não capitalistas de produção. Logo, o processo que forjou o desenvolvimento geográfico desigual nessa localidade está intrinsecamente relacionado com as territorialidades camponesas. É o fluxo do capital e sua orientação na divisão do trabalho que indica a construção territorial camponesa, uma vez que, não é a quantidade de capital investido, mas o seu objetivo que irá direcionar os movimentos camponesas e suas territorialidades.

Como já dito, essa tese procura demonstrar como que a mobilidade do capital e as relações de dependência determinam as territorialidades camponesas, interpretada a partir da orientação na divisão territorial do trabalho, que é condicionada pelo desenvolvimento desigual e combinado. E por isso, repetimos que nosso trabalho promove a interpretação do campesinato nesse recorte em estudo, não sendo pretensão responder ao todo como se dá a relação entre o capital e o campesinato. Até porque muitos autores já o fizeram, e assim, queremos elucidar essa relação de dependência e conflito na formação territorial escolhida. Certo que a abordagem metodológica permite utilizar para analisar outro recorte, porém, o caminhar na formação do desenvolvimento desigual é intrínseco a cada localidade, mesmo que relacionado ao capital que se movimenta – de forma desigual – em todo o globo. A cada localidade um objetivo é traçado, um papel na divisão do trabalho é imposto e assim, a expressão territorial é expressa na superfície terrestre.

É necessário um recorte epistemológico e objetivo para explicar uma parte da totalidade, ao qual poderá contribuir para dialogar, entender ou mesmo contradizer as transformações ao qual o campesinato está passando. E nesse momento de dialogar com o todo é que iremos indicar as escalas de relação que o capital promove na configuração da

divisão do trabalho, bem como em suas contradições que tecem movimentos de territorialização do campesinato conforme o capital permita em suas contradições.

O desenvolvimento das técnicas presentes naquela configuração espacial atende as demandas e interesse ao qual o capital observa. Dado o momento histórico e os conjuntos econômicos, um território pode ser dotado de um grau de investimentos e técnicas ao qual interesse ao capital.

Contudo, com a expansão do capital no campo e a subordinação camponesa ao capital industrial, primeiramente pela sujeição da produção e posteriormente a dependência de insumos, há de se perceber que uma fração do campesinato está em transformação. Para Lênin, primeiramente, a especialização da agricultura provoca trocas entre várias regiões agrícolas e os vários produtores. Em seguida, quanto mais a agricultura adentra na circulação de mercadorias, tanto mais rapidamente cresce, da parte da população rural, a demanda de artigos de consumo pessoal produzidos pela indústria de transformação e tanto mais rapidamente. Posteriormente, cresce a demanda de meios de produção, porque nenhum empresário rural, grande ou pequeno, pode organizar a nova agricultura comercial com velhos instrumentos e as velhas instalações camponesas. (LÊNIN, 1985, p. 109). Seria este fenômeno um processo de desaparecimento do campesinato?

Muito já se evidenciou que o capitalismo e o campesinato estão intrinsecamente ligados, mesmo não se pertencendo. Trata-se de mais uma expressão da contradição que o capital apresenta como mecanismo de sua reprodução. E tal se vale ao campesinato, que encontra nessa relação uma forma de se manter na terra. O campesinato não pode ser visto apenas pela sua face tradicional, bucólica e de autossustento. O campesinato está em presente transformação, como fator da luta de classes e de sua manutenção. Não entendemos que o processo de subordinação ao capital e a sujeição da produção a indústria seja uma expressão da transformação do camponês em operário, como defendida em muitas teses. Ou mesmo que a introdução de tecnificação em sua produção seja um caminho a se tornar um empresário rural.

Nesse momento, é preciso analisar o processo de produção do capital, como forma de acumulação de capital através de processos tipicamente não capitalistas. Ao não empregar capital, não se pode afirmar que se trata de um processo de reprodução do capital, uma vez

que não há a exploração de mais-valia, mas sim a sujeição sobre a produção camponesa e a renda da terra.

O campesinato, dentro de toda essa lógica brevemente descrita, ao mesmo tempo de se desterritorializa em muitos locais, principalmente nas fronteiras agrícolas, ele se reterritorializa em outras localidades, que não necessariamente aquelas não ocupadas sistematicamente pelo capital. Vemos o campesinato se reterritorializar em regiões onde o capital está inserido e determina as relações de produções. A reterritorlização camponesa acontece pela sua recriação ou reprodução expressando frações no território ao qual o trabalho familiar está presente.

Sendo a subordinação ao capital que promove esses arranjos territoriais camponeses, algumas interpretações levam a entender tal fenômeno como um caminho ao desaparecimento do campesinato. Ora, entendemos que mesmo havendo a subordinação, essa se mostra como um instrumento de resistência camponesa, expressando a sua manutenção, que contraditoriamente ali está. Dessa forma, iremos analisar os processos de transformação do campesinato no entendimento de sua recriação e resistência, trazendo a dialética da ação do capital no campo e a necessidade do capital de subordinar a produção camponesa, seja com a introdução de biotecnologia e demais insumos, seja como meio de obtenção de matéria-prima para a indústria.

A propriedade da terra e as relações de trabalho exclusivamente familiar determinam os preceitos da agricultura camponesa. As questões anteriormente levantadas são expressões da contradição que garantem o campesinato a sua reprodução. A importância de se analisar a inserção da agricultura com ditames biotecnológicos nas produções camponesas remete a questões de ordem estrutural, uma vez que este processo tende a alterar os padrões alimentares, visto que para Chayanov (1974), a dinâmica familiar camponesa, pensando na produção e na alimentação é que definem o campesinato enquanto relações de trabalho e classe social, não pertencente a um modo de produção, e sim existente em todos eles. Logo, a ação do capital no campo brasileiro, cria ordenamentos territoriais contraditórios, seja pela presença de uma agricultura empresarial, e também da presença do campesinato, expressando em uma fração do território a agricultura que se baseia no trabalho familiar.

De fato, notamos que a aliança terra-capital se apresenta de forma avassaladora no campo. Quando não concentra terras e explora mão de obra assalariada, sujeita produção

camponesa aos seus interesses. Em um momento concentra a terra, em outro, controla a terra camponesa.

3 – O CAMPESINATO NO SÉCULO XXI

> [...] há razoes para definir camponês e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento. (SHANIN, 1980, p. 43).

Definir o campesinato é tarefa mais complicada que o entender. Porque para o definir é preciso ir além dos conceitos e compreender o recorte geográfico, histórico e social ao qual o campesinato está imerso. Por isso, não há uma única definição sobre o que é o campesinato, mas sim respostas para cada particularidade presenciada e, ainda, a depender da interpretação de cada pesquisador. Não seria surpresa – e nem equivocado – se outro pesquisador ao analisar o campesinato no mesmo recorte ao qual elenquei e usasse os mesmos momentos para demonstrar suas territorialidades apresentasse outra conclusão.

Certo que, nenhuma conclusão se daria sem uma investigação concisa, discussão conceitual, análise de processos e reflexão conceitual. Não estamos falando de conclusões sem base, ou meramente superficiais. Aí está o brilho das ciências humanas, de abrir possibilidade para a discussão e a interpretação de maneira a enriquecer o debate.

O camponês inglês presente em Marx do século XIX, não é o mesmo camponês prussiano de Kautsky ou o russo pré-revolução de Lênin do limiar do século XX, como não é o mesmo camponês soviético de Chayanov no momento da revolução bolchevique. O campesinato não é um, mas são vários que se apresentam de acordo com sua localização, momento e condições. E por isso, permanece enquanto classe social não pertencente ao capitalismo, apesar de estar intrinsecamente relacionado nesse momento.

Trazer algumas considerações sobre os pensamentos do campesinato servirá de base para compreendermos como que o capital age em seus processos de territorialização a partir do processo de desenvolvimento desigual e combinado. Não que a presença do campesinato seja mera determinação do capital, mas sim uma simbiose existente entre capital e trabalho expressos pela divisão territorial do trabalho ao qual condiciona essas relações de acordo com o momento e o interesse. Entretanto, essa breve apresentação das principais reflexões deverá ser retomada quando analisarmos as territorialidades camponesas em relação a orientação produtiva, a fim de reforçamos aquilo que Shanin (1980, p. 43) nos disse, de que não há uma

definição sobre o campesinato, e sim, interpretações que devemos traçar a partir da luz de que o campesinato é campesinato de acordo com as condições presentes.

Certamente o referencial metodológico dos estudos sobre o Modo Capitalista de Produção presentes em Karl Marx (1818-1883) são de extrema importância para o entendimento das relações e conflitos de classes. Contido, seu contexto de análise era a burguesia e a exploração do trabalho proletário. Suas análises sobre a industrialização inglesa e suas repercussões ao capitalismo acabaram por interpretar que a agricultura europeia já era um ramo da indústria. (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 44 e 46).

> Marx pensa que, quando o sistema capitalista está plenamente consolidado, já terá deixado de existir a agricultura parcelaria ou camponesa na sua modalidade de "produção simples de mercadoria" e já se terá imposto a industrial. (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 47)

Logo, o ponto crucial para a análise da relação do campesinato com o capitalismo estava em sua capacidade de produzir mercadorias, uma vez que mercadoria vem a ser tudo aquilo que não é produzido para consumo próprio, gerador de mais-valia, ou seja, vem a ser encarnação de trabalho social, em que todas as mercadorias são fruto da mesma unidade de trabalho. Assim, o valor da mercadoria se reduz a três partes, a saber, o que expressa o trabalho pretérito e é expresso no capital constante, a parte correspondente ao capital variável, e a mais-valia. Dessa forma, como traz Marx, parte-se do princípio de que os objetos e bens caracterizados como valores de troca são produzidos qualitativamente diferentes. O que aparece como diferentes valores de uso, ele reflete a diversidade das atividades que os produzem. Assim, tem-se então que Valor é trabalho, valor excedente é mais-valia.

> Nenhum produtor considerado isoladamente, fabricante ou agricultor, produz valor ou mercadoria. Seu produto só se torna valor e mercadoria em determinado contexto social. Em primeiro lugar, é mister que apareça representado trabalho social, que o próprio tempo de trabalho portanto configure porção de tempo de trabalho social e, em segundo lugar, que esse caráter social do trabalho imprima caráter social ao produto, por meio do caráter monetário e da permutabilidade geral do produto, determinada pelo preço. [...] Toda mercadoria só pode realizar seu valor no processo de circulação, e a circunstância e a extensão em que o realiza dependem das condições eventuais do mercado (MARX, 1974, p. 732-733).

Com esta afirmação, tem-se assim a explicação básica de como se realiza o processo de reprodução do capital, através da produção de mercadoria, com a utilização de trabalho assalariado, ou seja, somente parte do que é produzido retorna as mãos de quem a produziu. E a produção não-capitalista, quando sua produção se torna mercadoria. Tendo o

desenvolvimento industrial e como consequência o crescimento das cidades, a agricultura transformou-se, por intermédio da ação do capital no campo. Desse modo à agricultura se desenvolveu em uma agricultura capitalista baseada no assalariamento, e outra baseada no trabalho familiar, ou seja, uma agricultura com forma de produção não-capitalista.

A partir das contribuições marxistas sobre o papel da agricultura no capitalismo e a sujeição do trabalho pelo capital a partir da produção de mercadorias para a indústria, os pensadores clássicos da questão agrária ao qual debruçaram a fundo sobre a questão da produção agrícola e da luta de classes, são Karl Kautsky (1854-1938) e Wladimir Lênin (1870-1924). Não que sejam os primeiros a estudar a questão agrária sob a égide do Modo de Capitalista de produção. Mas sim, são esses autores que discorrem sobre a inserção do capitalismo no campo, como processo de desenvolvimento linear de tal. Partindo do pressuposto de que na agricultura a separação entre capital e trabalho também se processaria, ou seja, que alguns seriam empregados enquanto outros seriam donos dos meios de produção, viram o assalariamento como um processo inevitável ante a inserção do capitalismo no campo, ocasionando assim o desaparecimento da classe camponesa. Suas principais interpretações foram escritas na transição do século XIX para o século XX, quando a própria indústria europeia se vê superada pela indústria estadunidense a partir da Segunda Revolução Industrial.

Os paradigmas clássicos da questão agrária, remonta-se a Karl Kautsky, em seu livro *A Questão Agrária*, datado de 1898. De base marxista, este autor prusso-alemão traçou suas concepções sobre o campo europeu em um período de plena efervescência, causado pela Revolução Industrial, no surgimento da Social-Democracia. *A Questão Agrária* surgiu após um violento debate travado no seio da social-democracia alemã, a respeito da posição que aquele partido deveria adotar diante dos camponeses.

A ideia principal desta obra de Kautsky remete que a inserção do capitalismo em todos os setores produtivos, inclusive no campo, era irreversível. Assim, a interpretação que este autor tinha sobre o campo e, principalmente sobre as formas produtivas existentes no espaço agrário, eram que o capitalismo iria destruir outras formas que não fossem naturais desse sistema, tal como o campesinato, uma vez que, o capitalismo só abrangeria duas classes: a burguesia e o proletariado (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 114). Dessa forma, o campesinato aparecia como entrave, dentro da proposta socialista, rotulado por suposta

inconstância política e aparecendo ora como burgueses, ora como proletariados. O socialismo só seria possível num país onde as forças de produção, sob as relações do capitalismo, estivessem completamente desenvolvidas.

> É o modo de produção capitalista que domina na sociedade atual. [...] ao lado dele se encontram ainda restos de modos de produção pré-capitalistas que se mantiveram até hoje. [...] Assim, pois o antagonismo da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado não é o único antagonismo social de nosso tempo (KAUTSKY, 1980, p. 25).

Dessa forma, Kautsky afirma que "se deve pesquisar se, e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas". (KAUTSKY, 1980, p. 28). Ou seja, para este autor, seria a indústria que determinaria a capacidade produtiva e o grau de modernização do campesinato. Há ainda a ideia sobre campesinato atribuindo-o a sua inferioridade técnica e produtiva frente à grande exploração agrícola capitalista como condicionante a sua destruição e, os transformando em trabalhadores assalariado, gerando mais-valia para seus empregadores. (KAUTSKY, 1980, p. 84). Nesse momento, a ideia que centra a intepretação é a do campesinato sem condições de modernizar-se, e por isso, acabaria sendo um mero ramo do capitalismo industrial. Poderia então, muitos pesquisadores imbuídos dessa reflexão, entender o camponês como um trabalhador da indústria, que sequer tem controle sobre sua terra e sua jornada de trabalho, uma vez que sua produção é gerida de fora da propriedade, de acordo com os objetivos da indústria ao qual o sujeita.

Sobre o caráter rentista e especulativo percebido no processo de desenvolvimento desigual e na determinação do papel na divisão do trabalho ao qual discorrermos anteriormente, Kautsky expressa enquanto lucro extraordinário da agricultura ao qual "resulta da fertilidade desigual das diferentes espécies de terrenos", concluindo ainda que "a renda territorial não é, por conseguinte, como lucro extraordinário na indústria, um fenômeno passageiro, é um fenômeno permanente. (KAUTSKY, 1980, p. 88). Ainda afirma que não é só a fertilidade do terreno que determina a renda fundiária, "mas também as diferenças de situação, a distância do mercado" (KAUTSKY, 1980, p. 91). Logo, a intencionalidade do capital no processo de ocupação, apropriação e uso da terra não foi alheio, e sim, provocado a partir de situações que tornasse favoráveis todas as circunstâncias aos agentes envolvidos, fossem eles desde os grileiros aos grandes bancos britânicos.

E assim, uma vez consolidada a ocupação sob o regime da propriedade privada do solo e da produção de mercadorias na agricultura tornam-se mercadorias as próprias parcelas da terra. “O solo não constitui uma elaboração do trabalho humano: o seu preço não é, portanto, determinado pelo trabalho necessário à sua produção. Muito menos despesas de produção. Ele é determinado pela renda territorial” (KAUTSKY, 1980, p. 100).

Kautsky afirma que o fato da produção em pequena escala, geralmente estar voltada para o consumo próprio, ou seja, de sua família, é algo positivo, uma vez em que há demasiada dedicação ao trabalho. Esta dedicação, cria no camponês uma valorização do trabalho, para que no momento deste se tornar assalariado, tenha consigo as estimativas para a revolução, via unificação proletária. Também entende que a baixa produtividade da pequena propriedade é um entrave para o desenvolvimento das relações capitalistas, atribuindo ao pequeno produtor rural a noção de marginal dentro do modo capitalista de produção. (KAUTSKY, 1980, p. 133). Assim, se interpretássemos o campesinato apenas por essas leituras, incorreríamos na nuance de que o camponês está no limiar entre ser um assalariado em sua propriedade ou um pequeno empresário com escala reduzida para seu crescimento, ainda afirmando que “quanto mais o capitalismo progride na agricultura, tanto mais acentua ele a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração” (KAUTSKY, 1980, p. 112). Assim, vemos que o paradigma da superioridade técnica da grande produção capitalista é reafirmado por este autor.

Portanto, sua tese central permanece na questão de que o campesinato é vinculado ao atraso do campo, tendo como suas premissas o trabalho assessório e a tese da complementaridade latifúndio – minifúndio foi a referência para seus estudos que precederam a mudança técnica apoiada na quimificação e mecanização presentes nos ideários da revolução verde e da modernização conservadora, que de fato foi rentista, especulativa e expropriadora.

Almeida e Paulino (2000, p. 114) afirmam que para Kautsky, a experiência da proletarização, levaria à socialização através do trabalho coletivo. Somente o sucesso dessas cooperativas romperia com a resistência e desconfiança dos camponeses, conduzindo-os naturalmente à organização coletiva, a qual finalmente promoveria a abolição definitiva da propriedade e exploração individual da terra.

> A experiência inédita de aplicar a doutrina marxista na interpretação das transformações ocorridas no campo com o advento do capitalismo gerou a tese da penetração do capitalismo na agricultura, cujos desdobramentos seriam idênticos às redefinições sócio-econômicas desencadeadas pelo modelo urbano-industrial (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 114).

Dessa forma, o breve resgate do pensamento kautiskyano para o campesinato tem como objetivo demonstrar que suas interpretações ainda estão em voga e amplamente empregadas nos meios acadêmicos e políticos, e por isso, muitos entendem o campesinato enquanto classe – mesmo que contraditória ao capital – como braço do capitalismo, ao qual uma hora deixará de estar sobre essa forma e ter o controle da terra e produção. Se fizéssemos uma análise do campesinato apenas enquanto sua relação com a indústria, acabaríamos por concordar com esse referencial, por isso, é preciso entender além do recorte, partindo para o contexto do capital e de sua mobilidade, ao qual direciona seus investimentos e determina o que e como quer garantir seus lucros.

Outro pensador contemporâneo a Kautsky, também de base marxista, foi o russo Wladimir Lênin. No que se refere às concepções sobre o campo, principalmente nas obras *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* e *Capitalismo* e *Agricultura nos Estados Unidos da América*, ele desenvolveu a sua tese de desaparecimento do campesinato. Em síntese faz um diálogo muito próximo com Kautsky, no que se refere ao desaparecimento de uma classe campesina, mas discordam nos posicionamentos políticos sobre esta classe.

Lênin inferiu uma dura crítica contra as concepções políticas de Kautsky, apesar de concordarem sobre o desaparecimento da classe campesina para o sucesso do socialismo. Kautsky, na verdade, abandonara os princípios revolucionários do marxismo, como a insurreição armada e a ditadura do proletariado, imaginando que a vitória do partido socialista, pela maioria esmagadora do voto popular, forçaria as classes dominantes a capitular e aceitar pacificamente, a reforma das instituições.

Basicamente, a tese central de Lênin, expressa em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, diz respeito a uma análise do mercado interno russo no final do século XIX, dando atenção também a uma análise da economia rural, em que traz uma diferenciação social como essência da tese do desaparecimento do campesinato. Essas diferenciações sociais dão margem a ocorrências de camponeses ricos, que de fato iria se transformar em burguesia, sendo que a maioria dos camponeses iria empobrecer a ponto de ter que se transformarem em

proletários. A diferenciação social no campo apoiava-se nas bases de um processo inevitável que era a expansão capitalista no Ocidente. O evolucionismo e o materialismo histórico de Marx influenciaram as ideias de Lênin ao afirmar que, em seu país, a Rússia, não havia as condições de passar diretamente de um modo de vida feudal para uma sociedade socialista, de base agrária. Era preciso passar pelo modo de produção da sociedade moderna, cuja base econômica mercantil é a divisão social do trabalho. O avanço do capitalismo, progressivamente, gera divisão social do trabalho, o que constitui, conforme Lênin, o centro do processo de formação de um mercado interno numa economia capitalista. Fica evidente uma concepção de que seria necessária uma superação histórico-linear dos modos de produção anteriores para se chegar ao socialismo.

> [...] a transformação do campesinato em proletariado rural cria um mercado principalmente para os artigos de consumo, e a sua transformação em burguesia rural cria-o principalmente para os meios de produção. Noutros termos: nos grupos inferiores "do campesinato", verifica-se a conversão da força de trabalho em mercadoria e, nos grupos superiores, a conversão dos meios de produção em capital (LÊNIN, 1985, p. 108).

Para Lênin, primeiramente, a especialização da agricultura provoca trocas entre várias regiões agrícolas e os vários produtores. Em seguida, quanto mais a agricultura adentra na circulação de mercadorias, tanto mais rapidamente cresce, da parte da população rural, a demanda de artigos de consumo pessoal produzidos pela indústria de transformação e tanto mais rapidamente. Posteriormente, cresce a demanda de meios de produção, porque nenhum empresário rural, grande ou pequeno, pode organizar a nova agricultura comercial com velhos instrumentos e as velhas instalações camponesas (LÊNIN, 1985, p. 109).

Entretanto há uma nuance que os diferencia, Kautsky considera que a superioridade técnica e produtiva da grande exploração capitalista é o que promove a expropriação de pequenos produtores rurais. Enquanto Lênin elege a diferenciação social dentro do campesinato como mecanismo que os levará ao assalariamento. De acordo com Paulino (2003, p. 29),

> [...] ambos sentenciaram o desaparecimento do campesinato, em um momento crucial do desenvolvimento capitalista, em que a interpretação dos fenômenos sociais estava fundamentada em teses oriundas da profunda análise das transformações urbano-industriais.

Em contraponto tais compreensões, surgem as concepções desenvolvidas pelo também russo Alexander Visilievich Chayanov, que tem em sua tese central a relação entre o trabalho e o consumo, e assim a permanência de uma classe campesina. (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 116). As contribuições de Chayanov, que serão objeto de maiores considerações, estão contidas na obra *La Organización de La Unidad Económica Campesina*, sem edição em português, mas que significa "A Organização da Unidade Econômica Camponesa". A contraposição entre as contribuições de Kautsky e Lênin, dentre os autores que expressam a vertente do progresso técnico da agricultura, e as de Chayanov, que dialogou com a lógica camponesa é essencial para um posicionamento teórico e político sobre os conceitos de agricultura familiar e campesinato.

As reflexões de Chayanov foram desenvolvidas na década de 1920, mas foram ignoradas por aqueles que fizeram a revolução russa. Assim, suas reflexões por muito tempo foram esquecidas e sequer mencionadas, fazendo com que a discussão sobre a reprodução camponesa ficasse restrita a poucos círculos acadêmicos. Theodor Shanin é o teórico contemporâneo ao qual se pode atribuir o feito de resgatá-las (SHANIN, 2009, p.83). Almeida e Paulino (2000, p. 116) afirmam que,

> Para Chayanov, o fato de o trabalho familiar ser uma forma de produção ainda dominante no mundo, impunha a necessidade de uma análise mais aprofundada e cuidadosa de seu conteúdo, pois qualquer tentativa de construção de futuras formas econômicas deveriam partir necessariamente da realidade existente.

Sua tese foi desenvolvida através de estudos realizados sobre os dados orçamentários das unidades de produção de pequena escala, ainda predominante na Rússia em seu tempo. Assim, pode-se explicar as características de produção que se baseiam em trabalho familiar, ou seja, pautada em relações de trabalho não-capitalistas. Chayanov não foi apenas um economista agrário em um país cuja população em sua grande maioria tinha sua vida vinculada ao campo, mas também um grande intelectual de Moscou, preocupado em suas diversas obras, sobre a questão campesina. Contudo, suas concepções não agradavam os Stalinistas e, por isso, foi exilado e morto (SHANIN, 2009, p. 84-85).

Chayanov afirma ser o campesinato uma classe transcendente, não sendo vinculada a nenhum modo de produção específico, coexistindo em todos eles, principalmente no capitalismo, em que as relações contraditórias de produção, abrem margem para uma

produção não tipicamente capitalista. Diferentemente das teses de Kautsky e Lênin sobre o desaparecimento do campesinato, que culminaram nas teses contemporâneas de agricultura familiar. As teses contemporâneas herdadas de Chayanov correspondem à recriação contraditória do campesinato e do capital. Paulino (2003, p. 37) afirma que "Chayanov não vislumbrou em suas reflexões qualquer indício de desagregação da classe camponesa no ritmo e intensidade apontados pelos seus oponentes."

A família camponesa, para Chayanov, é aquela que não contrata mão-de-obra externa, e se a contrata é devido a um determinado período que exige maior dispêndio de força vital. A família vem a ser o motor da atividade produtiva camponesa, com importância fundamental na organização de tal, configurando a forma produtiva. Assim, o tamanho da família e a disponibilidade de mão-de-obra vêm a ser fator determinante no andamento da unidade camponesa, uma vez que a relação entre o número de pessoas a serem alimentadas e o total que trabalham, exercem vital importância para o equilíbrio rentável da produção, ou seja, "*el volumen de actividad económica"*. (CHAYANOV, 1974, p. 56).

> *Cualquiera sea el factor determinante de la organización de la unidad económica campesina que consideramos dominante, por mucho valor que atribuyamos a la influencia del mercado, a la extensión de tierra utilizable o a la disponibilidad de medios de producción y a la fertilidad natural, debemos reconocer que la mano de obra es el elemento técnicamente organizativo de cualquier proceso de producción* (CHAYANOV, 1974, p. 47)

A questão do tamanho da família no processo da reprodução camponesa, uma vez que com as dinâmicas de reprodução sexual ocorrem o nascimento de crianças, que não poderão trabalhar tão cedo, configurando assim, mais consumo, mas não mais trabalho, bem como o caso dos idosos. Contudo, também pode ocorrer a não permanência dos filhos na propriedade, uma vez que devido ao tamanho reduzido desta, dificilmente haverá a partilha das terras.

> *En conocimiento de esta dependencia podemos tratar el problema del carácter interno de esta relación y suponer que nos es el tamaño de la familia lo que determina el volumen de la actividad económica familiar […]; por le contrario, podemos decir que el grado de actividad agrícola determina la composición de la familia. En otras palabras, el campesino se provee de una familia de acuerdo con su seguridad material.* (CHAYANOV, 1974, p.61)

Sua formulação primordial sobre a produção camponesa vem a ser a teoria do balanço entre trabalho e consumo, uma vez que devido as necessidade de sua família, o camponês acaba por trabalhar mais, ou seja, conforme as necessidades familiares de sustento aumentam,

o camponês tem que produzir para saná-las, assim, *"la explotación domestica y del balance trabajo-consumo es una teoría de una unidad económica o, lo que es lo mismo, de la actividad económica de la fuerza de trabajo domestica y no lo es acerca de la producción agrícola campesina"* (CHAYANOV, 1974, p. 70). Para Chayanov "o volume desta atividade vai depender do número de consumidores e nunca do número de trabalhadores".

Dessa forma, Chayanov traz uma simples, mas esclarecedora consideração sobre a diferença entre uma unidade de produção capitalista e uma unidade de produção camponesa, partindo do pressuposto do balanço entre o trabalho e consumo. Almeida e Paulino (2000, p. 116) evidenciam a perspicácia que o autor teve, ao compreender que a família camponesa tem a necessidade de absorção da força de trabalho, "razão pela qual, procura orientar suas atividades no sentido de aproveitá-la ao máximo, inclusive evitando períodos de ociosidade, uma vez que o período de trabalho no campo é dependente dos ciclos biológicos e climáticos."

> [...] *podemos afirmar con certeza que mientras el tamaño de la unidad agraria capitalista es teóricamente ilimitada, la extensión de la unidad domestica de exploración agraria está naturalmente determinada por la relación entre las necesidades de consumo de la familia y su fuerza de trabajo*. (CHAYANOV, 1974, p. 89)

Temos também outros importantes elementos de caracterização camponesa, entre eles o trabalho acessório, que tem o caráter positivo da ação pelos ganhos maiores, diante do dispêndio de esforço. (CHAYANOV, 1974, p. 101). Assim, tem-se que uma das saídas para a obtenção de renda extra nas unidades camponesas, vem a ser a prática do trabalho acessório, tendo como intuito não o seu assalariamento, mas sim a aferição de ganhos nos momentos em que a produção agrícola não a proporcionarem.

A renda da terra na propriedade capitalista é gerada a partir de ganhos extraordinários, e nas unidades camponesas a renda da terra é fruto da exploração familiar, onde além de causar um amento nos níveis de consumo, causam uma intensificação do trabalho. Assim, os elementos geradores de renda da terra para Chayanov são os de acúmulo de capital, intensidade de trabalho e orçamento da família camponesa. (CHAYANOV, 1974, p. 47). Pode-se perceber nas palavras de Chayanov a preocupação da inserção de capital no campo que pode acarretar concentração fundiária, estabelecendo uma ditadura econômica sobre

diversas áreas produtivas e culturas, ou subjugando a produção camponesa sobre os ditames do capital. Assim, Chayanov:

> [...] classificou-a como um fenômeno real, econômico e social, criado a partir de uma gama de relações sociais oriundas das bases da produção agrícola. Entretanto, nas unidades camponesas os ganhos se realizariam sob a forma de rendimentos brutos, divididos entre renovação de capitais e satisfação das necessidades de consumo da família, o que tornava muito complexa a sua estimativa. Apesar da qualidade do solo e a situação geográfica da unidade ante os mercados interferir nos custos de produção, os resultados não se traduziriam em aumento ou diminuição de ganhos monetários de renda, mas no aumento da produtividade do trabalho, refletindo-se no nível de consumo e bem estar da família. (ALMEIDA e PAULINO, 2000, p. 118)

De acordo com Almeida e Paulino (2000, p. 119), Chayanov buscou uma interpretação dos fenômenos sociopolíticos orientada por uma utopia de uma sociedade planificada por iguais, mas sem extinguir a classe camponesa para tal. “Ele procurou compreender a lógica camponesa para poder modificá-la, sem destruir seus agentes.”

Após discorremos sobre as principais bases ideológicas e epistemológicas do campesinato, chegamos ao momento de pensar o campesinato no século XXI. Estariam esses autores corretos – quaisquer que sejam – ao cravar os ditames que determinarão o futuro do campesinato, ou simplesmente, traçaram o destino do campesinato naquele recorte geográfico e histórico?

Ao analisarem o campesinato presente em seus momentos, nos deram chave para o entendimento de como pode caminhar o campesinato, de acordo com as condições vigentes determinadas pelo capital. Isso não significa que apenas um estará correto. Todos estarão em algum momento, uma vez que o campesinato pode se desterritorializar em determinada fração da superfície terrestre/momento histórico por ação do capital, mas acabará se reterritorializando em outra parte/tempo pela ação e interesse contraditório do próprio capital.

Portanto, a seguir, iremos discutir como o campesinato local teve seus processos territoriais forjados pela divisão do trabalho, principalmente e extremamente relacionado à indústria de laticínios, enquanto determinante de suas territorializações e relações de trabalho, e assim, pretendemos demonstrar que sua presença em parte da Terra é inerente a sua condição.

3.1 – O desenvolvimento desigual e a divisão territorial do trabalho: a indústria leiteira e a sujeição do campesinato local

A produção leiteira na região está intrinsecamente ligada à ocupação regional através da vinda de mineiros das regiões de Pouso Alegre e demais localidades do sul mineiro. A tradição da pecuária leiteira como elemento cultura, sustento e alimentação da família camponesa foi algo reproduzido na região, sendo extremamente comum a propriedade de pelo menos uma vaca leiteira, da qual além do leite também se obtinha seus derivados. Portanto, como processo cultural e produtivo podemos entender a consolidação do campesinato local no decorrer do processo de ocupação a partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX, ao qual ocupam terras que não foram de interesse da cafeicultura, e ainda, que permanecem durante muito tempo quase sem relações capitalista de compra e venda visto periferização econômica local.

Nesse momento, a produção leiteira ainda era incipiente, e o pouco que excedia era destinada para doces, manteigas e outros derivados. Entretanto, a partir das primeiras décadas do século XX, com o crescimento urbano, passa a surgir a produção de leite voltado ao abastecimento das pequenas cidades, ainda com uma população reduzida se comparada a população rural. Esses citadinos passam a ser os primeiros clientes da produção de leite recém ordenhado e armazenado em toneis, levados à cidade em carroças pelas estradas de areia e entregues de casa em casa. Agora, alguns camponeses passam a produzir para a comercialização, transformando o leite em mercadoria.

> As mercadorias são os produtos imediatos de trabalho provados, isolados, independentes, aos quais o processo de troca privado deve confirmar-se como trabalho social geral, ou, dito de outro modo, o trabalho, sobre a base de produção de mercadoria, não se converte em trabalho social senão pela alienação universal dos trabalhos individuais (MARX, 2008, p, 117).

É nesse contexto que temos que entender o papel do campesinato enquanto classe social. Como aponta Shanin (Apud Guzmán e Molina, 2005, p. 48), as últimas concepções de Marx já aceitavam o evolucionismo multilinear do processo histórico, e dessa forma, a coexistência de distintas formas de exploração, o que abre outras possibilidades de estudo dos processos que têm lugar na agricultura. Bombardi (2004, p. 51) aponta que o "campesinato se reproduz no interior do capitalismo e é uma classe social também deste modo de produção". E assim, podemos entender qual o papel do campesinato e suas estratégias de recriação,

manutenção e reprodução frente à expansão do capital no campo. Mas de fato, quem são os camponeses, quem são os sujeitos que produzem para a alimentação de sua família? Para entendermos o campesinato, é importantíssimo adentramos nas estratégias desenvolvidas pela família camponesa e a sua relação de trabalho com a terra.

> Um terceiro modelo de organização socioeconômica que existe é a economia informal, ou melhor, corresponde principalmente ao que poderíamos denominar de economia familiar. Ela é um tipo de economia que não é menos poderosa, relevante, influente e capaz de resolver problemas do que são a economia estatal e a economia de mercado. Não há forma de entender a economia nas sociedades capitalistas sem considerar o apoio que a economia familiar dá a esse sistema. (SHANIN, 2008, p. 26).

Não podemos enxergar dentro da unidade camponesa com as lentes dos esquemas produtivos empresariais. A família e a terra de trabalho são os pilares da identidade camponesa, e que o trabalho familiar é a expressão das relações de produção camponesa, onde a força de trabalho familiar é o motor produtivo (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 27).

A partir da segunda metade do século XX, aproveitando-se da produção leiteira, o capital industrial passa a se aproximar desses camponeses, procurando desviá-los de suas vendas informais para que destinassem suas produções à crescente indústria de produtos alimentícios que se instala no país, principalmente no momento de modificações dos estilos de vida e a necessidade de alimentos industrializados.



Figura 56: Entreposto da Usina Vigor S/A em Cerqueira César, construído na década de 1950.

Foto: Ricardo M. Venturelli – 10/10/2008

No forjar da Divisão Territorial do Trabalho, a produção leiteira destinada à indústria foi uma das principais economias agrícola destes municípios durante as décadas de 1960 e 1990, visto a existência de um entreposto de coleta de leite da Vigor S/A em Cerqueira César, em que diariamente os produtores levavam sua produção para ser comercializada, e em seguida eram destinadas as unidades fabris desta empresa. Outra unidade de importância e destaque se dava a Cooperativa de Laticínios de Avaré, sob a marca fantasia "Leite Sulista".



Figura 57: Entreposto da Cooperativa de Laticínios de Avaré em 2011. Fonte: Google Earth.

Configurada então uma importante bacia leiteira de expressiva presença camponesa, que, no entanto, ao não controlar as esferas de circulação dessa produção, tem parte da renda apropriada pelos que atuam no circuito intermediário entre produtor e o consumidor final. A produção leiteira destinada e subordinada ao capital industrial se enquadra no modelo de compreensão da Monopolização do Território pelo Capital, em que, como afirmado por Oliveira (1999, p. 105), o capital cria condições para os camponeses produzirem a matéria-prima para a indústria, ocorrendo a sujeição da renda da terra pelo capital, afirmando a sua contradição.

Entretanto, a produção leiteira destinada à Vigor em Cerqueira César não se dava apenas por camponeses, sendo notada também a existência de inúmeros produtores absentistas, nas médias e grandes propriedades. Mas certamente, foram os camponeses em que mais estiveram sujeitos a todas as transformações que a seguir serão tratadas. Vale ressaltar que essa unidade beneficiadora tinha somente a missão de recolher a produção e levá-la para São Paulo ou Boituva, onde se localizam as sedes da indústria. Assim, o papel

dessa usina, não era de produzir derivados de lacticínios, mas sim, de comprar o leite que o produtor levava até o local e estava sujeito aos preços que lhes eram impostos.

> Sujeitar a agricultura aos seus ditames tem sido a prática do capital comercial, estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas (OLIVEIRA, 1981, p. 23).

Enquanto ocorre a Revolução Verde, essa região não passa a ser integrada nesse modelo produtivo. Talvez pelos interesses também da expansão da agricultura empresarial para o Centro-Oeste do Brasil e a valorização das terras sudestinas e sulistas. Ou mesmo pela falta de incremento produtivo, determinando ao recorte espacial em estudo assumir o papel de mera fornecedora de leite, sem agregação de valor ou mesmo uma identificação geográfica de um produto local.

Entretanto, com o crescimento da produção leiteira na região nas décadas de 1960 a 1990, inicia-se um processo de industrialização local com a obtenção do leite e a fabricação de doces. No decorrer das décadas de 1970 e 1990, quando as grandes produções leiteiras, destinadas para a industrialização de derivados de leite, acarretam um aumento de empregos no setor industrial, devido à instalação de unidades fabris de grande porte. Assim, surge uma maior circulação de renda na região, interagindo entre os três setores econômicos.



Figura 58: Primeira planta industrial de fábrica de laticínios em Cerqueira César em meados da década de 1970.
Fonte: Memória Cerqueira.

Essa fábrica tem origem em uma família ao qual foi uma das primeiras a ocupar a região, vindos do sul de Minas Gerais e, liderados pelo Capitão Moura Leite tornaram-se grandes concentradores fundiários. Além de deterem um significativo rebanho de gado leiteiro, ao qual conseguiam rebaixar o valor de comercialização dos pequenos pecuaristas. Assim surge a empresa Pingo de leite Avaré, nome fantasia da ICPA (Indústria Cerqueirense de Produtos Alimentícios), localizada em Cerqueira César.

Durante mais de uma década, a marca Avaré teve ótima aceitação no mercado, podendo ser encontrada em todo estado de São Paulo e parte de Minas Gerais e Paraná. Sendo esta empresa o grande expoente industrial do município e da região por certo tempo, a Avaré sujeitou a produção e o exército de mão-de-obra local a suas vontades. Iniciando com uma pequena usina beneficiadora, logo vê a necessidade de expandir sua produção, devido à grande aceitação comercial que possuía seus produtos. Assim, o grupo liderado por uma família local, moderniza seu parque industrial, construindo outra unidade de maior porte que substitui a antiga usina.



Figuras 59 e 60: Logotipo do doce Avaré e fachada da planta industrial da ICPA na década de 1980. Fonte: Memória Cerqueira

Mesmo com mercado consolidado através da aceitação do produto em diversas localidades e uma bacia leiteira bem estruturada, essa indústria passa por uma série de problemas administrativos e financeiros.

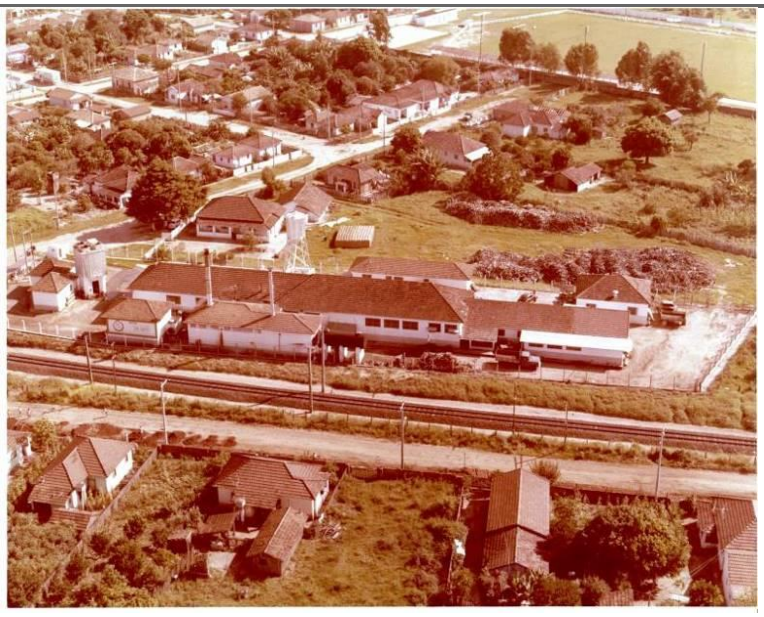


Figura 61: Unidade fabril da IPCA no início da década de 1980. Fonte: Memória Cerqueira.

Em conversa com ex-funcionários – aos quais muitos jovens nessas décadas tiveram seus primeiros registros trabalhistas – a falta de planejamento e gestão de riscos levou à um grande endividamento, principalmente quando houve a expansão da unidade fabril. Dotada de uma planta industrial ampla e modernizada e com oferta de matéria-prima, a aquisição dessa unidade passou a chamar a atenção de grandes grupos multinacionais, como o Grupo Fleischmann & Royal - Kraft, que interssados pelas instalações e principalmente pela demanda de produtores, inicia suas atividades no município, quando da aquisição da unidade fabril da ICPA, no ano de 1994.

A presença de produção leiteira camponesa que tinha como destinação essa fábrica contava com produtores de toda região, mas certamente que os camponeses cerqueirenses eram sua maioria. Sobre suas territorialidades, era mais notada nas áreas com solos areníticos, condicionados pela própria dinâmica fundiária, para a aquisição de terras, onde as terras menos férteis, são mais baratas para a compra. Entretanto, a questão pedológica não vem a ser o fator determinante para a localização da pecuária leiteira, mas sim a procura por estratégias de produção que permitem a ocupação da mão-de-obra familiar, “sem a realização de grandes inversões de dinheiro com retorno incerto, que a tornou a substituta mais adequada aos cultivos tradicionais” (PAULINO, 2006, p. 199). Sem mencionar que em áreas com solos mais férteis, os camponeses continuam a desenvolver a lavoura como atividade principal, uma vez que mesmo com a queda da produção leiteira, os camponeses encontraram alternativas

produtivas, pois, devido as próprias características dos solos, já estavam voltados também para outras atividades.

Com o camponês sujeito ao capital industrial, uma vez em que ele se vê dependente da aquisição de implementos (maquinários e ferramentas) e insumos (fertilizantes, adubos, defensivos) para garantir a sua produção, e após, com a destinação sua produção. Este também estará automaticamente, devido à necessidade de otimizar sua produção, sujeito ao capital financeiro, pois, para comprar insumo e implementos, recorre geralmente à empréstimos, sendo então que além de estar sujeito ao capital industrial e comercial, acaba também sujeito ao capital financeiro, em virtude dos empréstimos bancários. A presença de relações não-capitalistas de produção no campo, não podem ser vistas como similares com qualquer relação de produção capitalista, tem de ser analisadas particularmente, devido as suas características próprias. É nesta premissa que partimos para o entendimento da presença de camponeses na agricultura em meio ao processo capitalista, uma vez que são frutos do próprio processo contraditório de desenvolvimento do capital. Na agricultura, "esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá, sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura." (OLIVEIRA, 1990, p. 66).

Ao analisar-se a cronologia das relações entre os produtores de leite e o capital industrial em Cerqueira César, tem-se um evento que não se pode deixar de citar, pois se trata de que após 1991, o Estado brasileiro deixou de regular o mercado leiteiro, abrindo a possibilidade da formação de grandes oligopólios do setor, ocasionando a queda de arrecadação por parte dos pequenos produtores. Com a entrada de capital multinacional, a produção agrícola começa a sofrer com as mudanças administrativas, levando muitos produtores a se modernizar, seja, com a aquisição de ordenhadeiras mecânicas, tanques de resfriamento e de armazenamento. Para o pequeno produtor que não possui condições de adquiri-los, só resta o auxílio de associações e cooperativas. Quando os pequenos produtores não conseguem cumprir as exigências impostas pela indústria, vai ser o primeiro a sofrer, pois, não teria para quem destinar sua produção.

Dessa forma, a localização dessas unidades industriais, respondem a alguns fatores de localização, ao modo que temos de levar em conta que várias influências afetam os custos de beneficiamento em qualquer localização dada. Normalmente, não atuam isoladamente, mas

em conjunto com outros fatores e a localização é uma delas. Dessa forma, os custos de mão-de-obra são importantes na maioria das empresas produtivas e podem, às vezes ser predominantes (ESTALL; DUCHANAN, 1976, p. 84).

Na década de 1990 o capital internacional passa a atuar no processamento do leite, visto a instalação sucessiva de empresas como Fleischmann & Royal – Kraft, Parmalat e Kremon, atuando sob o registro de Mococa SA. A instabilidade produtiva em Cerqueira César ocorreu quando da transferência administrativa do Pingo de Leite Avaré para o Grupo Fleischmann & Royal – Kraft, em 1994. A partir de meados dos anos 2000, com novas normativas sanitárias e a entrada de capital multinacional na industrialização dos derivados lácteos, a produção agropecuária começa a sofrer com as mudanças administrativas, exigindo aos produtores a se modernizarem com a aquisição de ordenhadeiras mecânicas, tanques de resfriamento e de armazenamento. Para o pequeno produtor que não possui condições de adquiri-los, só resta o auxílio de associações e cooperativas. Quando os pequenos produtores não conseguem cumprir as exigências impostas pela indústria, vão ser os primeiros a sofrerem, pois, não teriam para quem destinar sua produção, e logo, abandonam esta atividade. A normativa nº 53/2002 do MAPA ao qual determina sobre o uso de equipamentos técnicos para a industrialização de produtos de origem animal, tal como a obrigatoriedade de tanques de resfriamento e ordenhadeiras mecânicas. O Capital e o Estado levam a muitos camponeses abandonarem suas criações, e com isso, a industrial leiteira passa a ter um decréscimo da oferta de matéria-prima.

No ano de 2000 o grupo Kraft passa o controle dessa unidade à Parmalat que ainda mantinha a marca Avaré. Contudo, esta unidade fabril é fechada no ano de 2002, devido uma série de fatores, que se aqui mencionadas sem documentação, ficariam apenas no âmbito das especulações. No ano de 2003, tanto a marca Avaré, quanto a marca Mococa são adquiridas pelo Grupo Kremon, passando a processar os produtos comercializados sob estas marcas. Mas a empresa não estava interessada na produção leiteira local e sim nas instalações, onde começa a diversificar a produção industrial, deixando assim os produtores sem o destino de suas produções. Assim, no ano de 2005, o grupo Kremon, encerra a produção na unidade de Cerqueira César, desativando-a, situação em que ainda se encontra atualmente, deixando, grande parte dos produtores sem a comercialização da produção leiteira, além do número de desempregados, que afetou em cheio a economia municipal.

Tabela 13: Produção de Leite de vaca em Cerqueira César

Ano	Vacas ordenhadas	Produção (mil litros)	Vendidas (mil litros0
1980	3121	4227	3934
1985	3778	6837	6473
1996	3482	5298	5298
2004	4300	4521	3895

Fonte: Censo Agropecuário e portal @cidades IBGE.

Vemos que entre os anos de 1980 e 1985 o número de vacas ordenhadas, a produção e a venda do leite aumentou, contudo na década seguinte temos uma diminuição, mesmo que em pequena proporção, sendo que, aí podemos observar uma certa alteração, surgidas das crises causadas pela transferência de mercado, ou seja, as mudanças administrativas que a principal indústria do município, responsável pela compra de aproximadamente 95% de toda a produção. Já no ano de 2004, vemos que o número de cabeças de vacas, até aumentou, entretanto o número de leite produzido caiu, demonstrando o fato de que grande parte dessa produção hoje está destinada ao consumo próprio, ou seja, está nas pequenas propriedades.

Contudo, os anos de 2005 e 2006 são cruciais para a alteração do perfil produtivo e do papel na Divisão Territorial do Trabalho para toda região. Além das questões particulares às empresas gestoras da unidade, das questões técnicas produtivas que inviabilizou muitos camponeses de continuarem a fornecer sua produção à indústria, ainda temos o momento da reprimarização da balança comercial brasileira voltadas as produções de *commodities* e, também, aos incentivos fiscais para a expansão de usinas sucroenergéticas. Assim, uma cadeia de eventos associados e relacionados levaram às mudanças econômicas e sociais.

Entre os anos de 2006 e 2012 a unidade da Mococa em Cerqueira César, principal unidade recebedora do leite produzido na região, fica com as atividades paradas. Isso acabou abrindo espaço para a atuação dos setores citrícola e sucroenergético com o arrendamento das terras para as lavouras (VENTURELLI, 2009). Outra situação que merece destaque é o fechamento da unidade de beneficiamento da Cooperativa de laticínios de Avaré em 2012, ocorrida após crise estrutural, sendo que atualmente o papel dessa cooperativa é apenas de medicação para destinada da produção de seus membros.

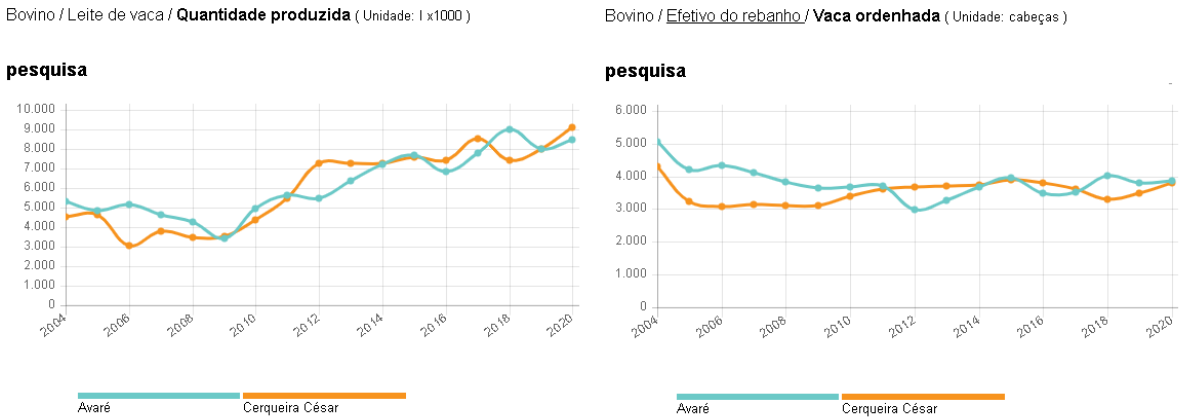


Figura 62: Pátio Mococa em Cerqueira César sem atividades no ano de 2007. Fonte: (Venturelli, 2007).



Figura 63: Comparação temporal da unidade do leite sulista de Avaré em 2011 e 2021. Fonte: Google Earth.

Gráfico 5: Quantidade de leite de vaca produzido e efetivo de rebanho de vacas ordenhadas em Avaré e Cerqueira César.



Fonte: IBGE – Cidades

Nesse interim foram abertas algumas pequenas indústrias de derivados de leite, mais especificamente, na linha de doces. A aparição dessas unidades se deu pelo fato do fechamento da unidade da Avaré, e a transferência da unidade à multinacional Kraft, aproximadamente em meados da década de 1990. Porém, com o fechamento da unidade fabril em 2006, essas pequenas empresas passaram a receber o leite de alguns produtores. Com a existência de pequenas unidades industriais, os produtores restantes passaram a destinar sua produção a esses novos empresários.



Figura 64: Portões fechados da Kremon em Cerqueira César no ano de 2008. Fonte: (VENTURELLI,2009).

Certo que não conseguiram absorver toda produção devido a capacidade de processamento e a oferta de mercado. Veremos a seguir o quanto esse processo foi determinante na desterritorialização camponesa. Além destas pequenas indústrias, tem-se também a destinação de uma parcela da produção leiteira local a outras indústrias, tal como a Laticínios Gegê, com sede em Pardinho.

No ano de 2010 a CATI (Coordenaria de Assistência Técnica Integrada), vinculada a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, inicia um projeto para a viabilização visando a permanência dos produtores e sua obtenção de renda, bem como a garantia de fornecimento de matéria-prima para a indústria. O programa CATI Leite passou a fornecer orientações e linhas de financiamento para os interessados em resgatar a produção leiteira. Mas, não se tratava apenas de viabilizar a aquisição de ordenhadeiras mecânicas e tanques de resfriamento, mas sim de incutir entre os produtores a agregação de valores, com a criação de uma agroindústria, aos moldes cooperativistas, onde o leite será processado e transformado em inúmeros derivados, principalmente o tradicional doce de leite.



Figura 65: Vista área da unidade produtiva em Cerqueira César. Notar a expansão estrutural da planta industrial, porém, sem alguma movimentação e sua localização a beira da linha férrea. Foto. Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP – mar/2008.

Em 2012 há a reabertura da unidade fabril da Mococa SA. devido a perspectiva de obtenção de matéria-prima, como também por questões administrativas próprias à empresa. Durante esse tempo de funcionamento, devido as baixas ofertas de matéria-prima, a Mococa

trazia o leite para processamento de outras regiões, principalmente de Goiás, onde possui uma unidade de beneficiamento, e então, para poder manter as licenças de funcionamento da unidade de Cerqueira César, realizava esse dispêndio logístico, acarretando que a matéria-prima já não possuía qualidade para a fabricação de leite, sendo destinada a produção de derivados, como creme de leite e manteigas. Porém no ano de 2016 a unidade é desativada novamente. Essas sucessões de acontecimentos, sendo os mais antigos ou os recentes, levaram muitos proprietários de terras a arrendá-las para o uso do setor sucroenergético e citricultor. Se parássemos nesse momento, poderíamos interpretar que o campesinato desaparece frente a obtenção de renda fundiária.

> Os diferentes elementos do capital empregados na produção giram em velocidades diferentes dentro de diferentes indústrias. Quanto mais tempo durarem esses tempos de rotação, maior a inércia geográfica e temporal dentro da economia de espaço da produção capitalista. A inércia é imposta especificamente pela ameaça de desvalorização. (HARVEY, 2013, p. 571)

Alguns camponeses ainda forneciam suas produções para pequenas indústrias locais que produziam doce de leite a partir da mesma receita do antigo doce Avaré. Essas indústrias foram montadas por ex-funcionários da ICPA ao qual receberam indenizações trabalhistas e adquiriram os maquinários, e assim, iniciaram as pequenas produções. Como remanescentes do espólio da IPCA tinhamos a Pingolat e Abaré em Cerqueira César, sendo que a primeira encerrou suas atividades na década de 2010. E ainda, a Gotas de Leite de Avaré.



Figura 66: Logotipos das empresas de doces derivados de leite da região de Avaré.

Interessante a busca por associar esses produtos à marca de um produto não mais encontrado no mercado ao resgatarem o nome, além de trazerem a receita original. No que diz respeito ao parque industrial, essas pequenas indústrias, contam com instalações com poucas máquinas, sendo as existentes, obsoletas, o que demonstra que há pouco emprego de capital constante na aquisição destes. As instalações na maioria dos casos são barracões adaptados. Contudo, após alguns anos, a permanência das marcas Abaré e Gotas de Leite se deram pela

modernização de suas instalações, pois, ambas possuem prédios construído exclusivamente para abrigar suas fábricas e seus maquinários.

Quanto à matéria-prima obtida para a produção dos doces, desde o início da década de 2010 esses empresas não recebem mais o leite *in natura*, sendo processado leite em pó adquiridos de outras empresas. Ou seja, temos um caso de dependência e mobilidade do capital, uma vez que houve o direcionamento de fornecedores já de leite processado para essas empresas locais. Tal como ocorre com a Alispec, uma empresa ao qual produz diversos doces derivados de leite, porém, que não possui relação alguma com os camponeses produtores, uma vez que mantém relações com a Nestlé, ao qual lhes fornece o leite em pó como matéria-prima para seus produtos.

Com unidade existente no Distrito Industrial de Cerqueira César. Podemos nos referir a esta unidade como uma média indústria, visto a classificação de acordo com o número de funcionários determinado pelo IBGE. O início de sua produção se remonta ao ano de 2005, onde um empresário local, mais especificamente, um dos antigos donos da IPCA e da marca Avaré, resolve investir novamente no ramo de indústria de derivados de leite. Contando com instalações modernas e empregando grande número de ex-funcionarios das antigas indústrias, temos aqui um típico caso de retorno de capital, visto que uma economia industrial exige uma oferta adequada de indivíduos dotados de qualificação e experiência em conhecimentos técnicos, habilidade administrativa, capacidade de controlar *know how* e comercialização.



Figura 67: Alispec – Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios em Cerqueira César. Fonte: Google Earth

Um fato interessante a ser visto, é que essa indústria, montada com capital próprio trabalha para outra indústria. Não como filial, visto que essa indústria foi construída com

recursos próprios, ou seja, a produção dessa indústria é vendida para outras marcas, como a Nestlé, ao qual rotula como produtos dessa marca.

Teremos um novo horizonte a partir do ano de 2019 com a aquisição da unidade fabril pela Confepar Agro-Industrial Cooperativa, uma cooperativa paranaense com sede em Londrina, que atua também no setor de processamento lácteo sob o rótulo de Cativa. Com a retomada da produção nesta unidade fabril há a necessidade de se garantir o fornecimento de leite para o processamento. Dessa forma, a gestão da cooperativa passa a incentivar os camponeses da região a retomarem a atividade leiteira. Assim, muitos pequenos produtores que antes estavam com suas terras arrendas ou haviam perdido a destinação de suas produções com o fechamento da Mococa retomam suas atividades.



Figuras 68 e 69: Pátio de recepção e captação da Cativa e vista lateral a beira da linha ferrea em Cerqueira César. Foto: Ricardo M. Venturelli – jan/2020 e set/2020.

Certamente que ainda havia certo número de camponeses que mantinham suas produções e as destinavam para o beneficiamento em indústrias de pequeno porte, ou mesmo para empresas de outras regiões do estado. Ademais, a retomada da atividade industrial e a ação de incentivo da cooperativa aos produtores atrai a retomada da pecuária leiteira na região.

Em um momento anterior ao início da pandemia, realizamos algumas entrevistas e visitas à essa unidade fabril, ao qual já havia recebido as instalações de tantas empresas, e cada uma deixou suas modificações na estrutura física da planta industrial, sendo possível notar cada momento de reformas, adaptações e ampliações. Ao observamos sua organização interna, percebemos as melhorias feitas pela Confepar para modernização de maquinário e

aperfeiçoamento da linha de produção, apesar de nos ser informado que estavam trabalhando com apenas 1/3 da capacidade produtiva que poderia ser instalada nesse prédio. Uma das justificativas fornecidas pelos responsáveis pelo gerenciamento de fornecedores e de produção, se dava pela baixa captação de matéria-prima, ou seja, a existência de poucos produtores de leite. A cooperativa nos possibilitou o contato junto aos seus fornecedores, que naquele momento estavam em um rol de aproximadamente 150 produtores, recebendo em média de 120 mil à 150 mil litros de leite, a depender da sazonalidade (VENTURELLI, 2020).

Ao assumir essa planta fabril, a Confepar ainda precisou manter relações com a Mococa, uma vez que havia dívidas que impossibilitava a transferência do patrimônio. Ainda havia questões ligadas às licenças ambientais e sanitários, e por isso, durante dois anos desde sua instalação manteve o registro de SIF (Sistema de Inspeção Federal) junto ao MAPA, da Mococa, agindo como se essa fosse fornecedora para a cooperativa.



Figura 70: Rótulo de Leite UHT da marca Cativa e informações de produção. Foto: Ricardo M. Venturelli – Jan/2020

Nem todos os produtores de leite da região fornecem para essa cooperativa, uma vez que suas exigências em relação ao cooperativismo e a amarração em toda cadeia produtiva, que vai desde a obrigação da aquisição de insumos próprios da empresa ao fornecimento exclusivo. Um bom número de produtores continuou com seus contratos ativos com as empresas Gegê e Frutap. Porém, aqueles que se vincularam a Confepar, no momento de

chegada da empresa se depararam com a sedução de ganhos mais significativos, uma vez que a empresa pagava pelo litro de leite ao produtor 30% a mais que a média do mercado, desde que se tornasse um cooperado. A saída da estagnação produtiva dessa unidade a partir da instalação da Confepar teve como objetivo não só a sujeição camponesa, mas drenar toda a produção nas duas pontas, transformando o camponês em cliente e fornecedor, uma vez que "o desenvolvimento da circulação exige que os mesmos permutadores se defrontem várias vezes, como vendedores e compradores" (MARX, 2008, p. 181).



Figuras 71 e 72: Insumos da Cativa para suplemento alimentar animal e caminhão recolhendo o leite para destinação à indústria. Foto: Ricardo M. Venturelli – Ago/2019.

Sujeitar a agricultura aos seus ditames tem sido a prática do capital comercial, estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas (OLIVEIRA, 1981, p. 23).

> [...] todo desenvolvimento do capital tem por base natural a produtividade do trabalho agrícola. Se o ser humano não fosse capaz de produzir num dia de trabalho mais meios de subsistência, ou seja, em sentido estrito, mais produtos agrícolas que os necessários para reproduzir cada trabalhador, se o dispêndio diário de força de trabalho de cada um apenas desse para gerar os meios de subsistência indispensáveis às respectivas necessidades eventuais, não se poderia falar de produto excedente nem de mais-valia. Produtividade do trabalho agrícola excedendo as necessidades individuais do trabalhador é a base de toda a sociedade e, sobretudo da produção capitalista, que libera a produção dos meios imediatos da subsistência parte cada vez maior da sociedade, convertendo-a [...] em "braços livres", tornando-a disponível para ser explorada noutros ramos. (MARX, 1974, p. 901)

A noção de que o campesinato é sujeito ao mercado encontra respaldo nos dados por ele analisados, ao afirmar que "o campesinato não pode viver sem compras e vendas: ele já

depende totalmente do mercado, do poder do dinheiro." (LÊNIN, 1985, p. 99). Assim, é que Lênin desenvolve a sua tese de penetração do capitalismo e a mercantilização da agricultura.

> A separação entre indústria e agricultura acompanha a desintegração do campesinato e se opera por vias distintas nos dois pólos da aldeia: a minoria rica cria empresas industriais, desenvolve-as, melhora a agricultura, emprega operários agrícolas, consagra a indústria uma parte progressivamente maior do ano e, quando a indústria chega a certo nível de desenvolvimento, estima que é mais lucrativo separar as empresas industriais das suas explorações agrícolas, [...] para se converter em pequenos burgueses ou comerciantes. (LÊNIN, 1985, p. 242)

Em contraponto, entendemos que a relação do camponês com o capital industrial se dá pela oportunidade ganhos monetários a partir de suas relações de trabalho e produção, o possibilitando permanecer na terra. A sua jornada de trabalho é um elemento que distingue o camponês do trabalhador assalariado, pois não há a rigidez de horário, variando conforme a época do ano e a sua produção, que em momentos expressam pouco trabalho, e em outros expressam intensa dedicação ao trabalho. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 60).

> Quando afirmamos que os camponeses são livres, pois determinam seu trabalho e a intensidade do mesmo e são, portanto, donos de seu tempo, estamos afirmando, na mesma maneira, que também eles são donos de seu território, na medida que constroem uma unidade territorial que se diferencia daquela na qual as relações de trabalho se dão de forma tipicamente capitalistas. (BOMBARDI, 2004, p. 59)

Como o tempo de trabalho na unidade camponesa é outro em relação ao trabalho na unidade capitalista, cabe ao camponês vivenciar extremos, quando da ociosidade e também do sobretrabalho. Para as duas situações, o campesinato se vale de estratégias para garantir sua manutenção. É dentro dessa lógica que se encontra então a sujeição de formas produtivas não capitalistas ao capital industrial, uma vez que essa é a única forma de se extrair algo desta relação, visto que a extração de mais-valia não se constitui no fundamento da atividade camponesa, ou seja, a sujeição camponesa não ocorre do assalariamento. E, neste sentido, logo teremos a compra da produção camponesa, uma vez que, concluindo que o trabalho é o criador de valor, os capitalistas se apropriam dessas mercadorias a um preço inferior ao trabalho nela contido. (PAULINO, 2006, p. 110)

> Na forma modificada M-D, em que a mercadoria e acha presente e o dinheiro somente representado, o dinheiro serve, em primeiro lugar, de medida de valores. O valor de troca da mercadoria é avaliado em dinheiro, considerado como medida; mas, sendo valor de troca medido contratualmente, o preço não existe somente na imaginação do vendedor,

> mas também como medida de obrigação do comprador. (MARX, 2008, p. 179)

A renda da terra na propriedade capitalista é gerada a partir de ganhos extraordinários, e nas unidades camponesas a renda da terra é fruto da exploração familiar, onde além de causar um amento nos níveis de consumo, causam uma intensificação do trabalho. Assim, os elementos geradores de renda da terra para Chayanov são os de intensidade de trabalho e orçamento da família camponesa. (CHAYANOV, 1974, p. 47). Podemos perceber nas a intensão da inserção de capital no campo estabelecendo uma ditadura econômica sobre diversas áreas produtivas e culturas, ou subjugando a produção camponesa sobre os ditames do capital. Contudo, Chayanov:

> [...] classificou-a como um fenômeno real, econômico e social, criado a partir de uma gama de relações sociais oriundas das bases da produção agrícola. Entretanto, nas unidades camponesas os ganhos se realizariam sob a forma de rendimentos brutos, divididos entre renovação de capitais e satisfação das necessidades de consumo da família, o que tornava muito complexa a sua estimativa. Apesar da qualidade do solo e a situação geográfica da unidade ante os mercados interferir nos custos de produção, os resultados não se traduziriam em aumento ou diminuição de ganhos monetários de renda, mas no aumento da produtividade do trabalho, refletindo-se no nível de consumo e bem-estar da família. (ALMEIDA e PAULINO, 2000, p. 118)

O objetivo da Confepar era de inserir a marca Cativa no mercado paulista. Propondo uma oferta de produtos lácteos com alvo para os nichos de mercado de classe D e C. De acordo com os responsáveis, a perspectiva era a de oferta de creme de leite para classes de menor poder aquisitivo e o leite UHT para consumidores com perfil mais exigente, por isso a modificação da embalagem para com tampa. Dessa forma, pretendiam entrar com um produto com preços mais baratos no mercado a fim de atrair esse público. Porém, durante a pandemia e a alta dos custos de produção, bem como a especulação, levaram ao inflacionamento do preço final do leite ao consumidor como um todo, e a Cativa não ficou alheia a tal situação.

Assim, em março de 2021 é afirmado um acordo de parceria entre a Lactalis do Brasil – subsidiária da multinacional francesa Lactalis que se destacada como a maior grupo de laticínios do mundo – e a Confepar. Previsto para durar uma década e tendo como base um contrato de fornecimento exclusivo de leite por parte da Cativa à Lactalis, podendo ser renovada por mais 10 anos. O projeto tem o objetivo de desenvolver ainda mais, em conjunto, a bacia leiteira da cooperativa e da região. Neste escopo, a Lactalis adquire as unidades

operacionais da Cativa localizadas em Cerqueira César e Londrina e o centro de coleta de Pato Branco/PR, bem como toda a estrutura comercial da Cativa.

Em junho de 2021 o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) autorizou a Lactalis do Brasil a incorporar os ativos pertencentes à Cooperativa Cativa. Para tanto, a negociação incluiu revisão de passivo e garantia de aquisição de leite dos 4 mil cooperados da Cativa. O intuito da Lactalis do Brasil é manter a produção de leite UHT com as marcas Polly e Cativa, passando a envasar também produtos das marcas Batavo, Elegê e Parmalat. As unidades paranaenses também deverão fabricar derivados, como leite em pó, composto lácteo e manteiga. Com foco no desenvolvimento do potencial da bacia leiteira do Paraná, segundo maior estado produtor de leite do país, a Lactalis do Brasil trará toda sua expertise internacional em gestão e assistência técnica aos produtores de leite.

Quadro 13: Reportagem sobre acordo comercial e produtivo entre Lactalis e Confepar

Jornal do Comércio | 88 ANOS
O Jornal de economia e negócios do RS

NEGÓCIOS CORPORATIVOS - Publicada em 16h11min, 31/03/2021. Atualizada em 16h14min, 31/03/2021.
Cooperativa Cativa & Lactalis do Brasil firmam Parceria Estratégica

A Lactalis do Brasil firmou acordo de parceria com a Cooperativa Cativa, com sede em Londrina, no Estado do Paraná. O acordo prevê uma parceria de longo prazo, tendo como base um contrato de fornecimento exclusivo de leite por parte da Cativa à Lactalis por 10 anos e renovável por mais 10 anos.

O projeto tem o objetivo de desenvolver ainda mais, em conjunto, a bacia leiteira da cooperativa e da região. Neste escopo, a Lactalis adquire as unidades operacionais da Cativa localizadas em Cerqueira César (SP) e Londrina (PR) e o centro de coleta de Pato Branco (PR), bem como toda a estrutura comercial da Cativa.

A Cooperativa Cativa foi fundada em 1964 e é uma das líderes de captação e processamento de leite no Estado do Paraná. Em 2020, seu faturamento foi de R$ 1,1 bilhão e a captação anual de leite de 360 milhões de litros. Para Paulo Cesar Maciel, presidente da Cativa, "a cooperativa vai se concentrar na relação com os produtores, na melhoria da qualidade do leite e no desenvolvimento da coleta se beneficiando do know how da Lactalis na área de lácteos, uma empresa sólida e confiável com quem nós construímos uma relação de confiança que queremos manter ao longo do tempo".

A Lactalis do Brasil, líder do segmento de lácteos no Brasil, teve um faturamento de R$ 9,8 bilhões em 2020 e um volume de captação de 2,7 bilhões de litros de leite. Para Patrick Sauvageot, presidente da Lactalis América Latina, "com essa parceria "ganha-ganha", a Lactalis se beneficia da experiência e da confiança da cooperativa junto aos seus 4.000 produtores, aos quais nós trazemos nosso conhecimento industrial e a perspectiva de desenvolvimento de sua produção. Após o acordo assinado com a CCPR em 2019 em Minas Gerais, número 1 em produção de leite no Brasil, essa parceria com a Cativa reforça nossa presença no Paraná, segundo estado produtor, consolidando assim nossa ação em favor do desenvolvimento do setor de laticínios do Brasil".

A negociação ainda passará por avaliação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)

Fonte: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/agro/2021/03/785768-cooperativa-cativa--lactalis-do-brasil-firmam-parceria-estrategica.html

Por estas informações, há a indicação de que novamente a unidade produtiva de Cerqueira César fique aquém de sua capacidade de processamento, ou mesmo que encerre suas atividades, deixando os camponeses novamente sem foco de destinação. É o capital em

sua mobilidade agindo na sujeição camponesa e, também, traçando suas escalas de dependência. A ideia do cooperativismo enquanto meios para o desenvolvimento local cai por terra ao aceitarem a parceria e agirem a partir dos interesses do maior grupo de laticínios do mundo.

> Se a acumulação do capital leva diretamente à concentração do capital em unidades já existentes, ela leva indiretamente, mas não menos inexoravelmente, a um processo muito mais poderoso – à centralização do capital. A centralização do capital ocorre quando dois ou mais capitalistas anteriormente independentes se combinem num único capital e isto geralmente ocorre diretamente atras de uma incorporação ou encampação, ou indiretamente, através do sistema de crédito. (SMITH, 1988, p, 178).

É importante ressaltar ainda as questões que envolvem a qualidade do produto exigido por essa indústria que se instala. Sendo a primeira associada ao aparato técnico presente na unidade camponesa e que determina os padrões de captação impostos pela empresa e, atenda a legislação sanitária. O segundo ponto é sobre a orientação na obtenção do leite que servirá de matéria prima, e que necessita ser produzido através das obrigações impostas aos padrões zootécnicos de alimentação, cuidado e bem-estar animal. E por último, aqueles de ordem natural que também interferem no produto, como clima e solos, ao qual determinados pelas características locais apresentam elevada acidez no leite, o tornando de baixa qualidade para o mercado preenchido pela Lactalis. Como veremos a seguir, muitos camponeses praticam uma "meia" mecanização, uma "meia" orientação produtiva, fazendo com que a produção não atenda as determinações da indústria, e por isso, há uma possibilidade de fechamento da unidade de Cerqueira César, novamente!

> A ameaça de desvalorização impõe restrições tanto ao ritmo da mudança tecnológica quanto à velocidade do ajustamento à localização. Quanto maiores os tempos de rotação, maior a inércia geográfica e temporal na economia de espaço da produção. O efeito disso é estabilizar o cenário da produção p uma influência contrária não totalmente indesejável à tendência para a instabilidade frenética identificada na seção precedente. Mas então emergem problemas de outro tipo. (HARVEY, 2013, p. 571).

Já houve tentativas a partir da ação de associações, como a APLEC (Associação dos Produtores de Leite de Cerqueira César) em aperfeiçoar a produção e promover a fabricação de derivados lácteos, como doces e queijos para que obtivessem um selo geográfico do produto. Esta associação ainda existe, e já foi atuante no auxílio os produtores, seja em cursos de aprimoramento, seja em ajuda técnica, possuindo alguns caminhões que se destinam até as propriedades e lá recolhem o leite produzido, sendo então desnecessário o produtor se destinar

até a cidade para comercializar sua produção, sendo papel da APLEC, se incumbir de tal tarefa quando o leite era destinado as pequenas fábricas de doces. Hoje essa associação ainda busca a formação de uma agroindústria visando a união e fortalecimentos dos produtores locais. Mas, com a entrada da Cativa, muitos pequenos produtores se destinaram a Confepar. Já os produtores com capacidade produtiva maior fornecem seu leite para a indústria de iogurtes e bebidas lácteas Frutap, de Bernardino de Campos.

Nessas atribuições, é comum às famílias camponesas a destinação da produção quase que exclusivamente à indústria, deixando de lado a produção para o sustento da família, sofrendo a forte ação da sujeição da produção camponesa ao capital, que se vale de relações não capitalistas de produção para extrair renda capitalizada da terra. Podemos pensar em estratégias de resistência camponesa, quando o capital se vale de todas as artimanhas para subjugar o campesinato? As armas do capital nas disputas territoriais são intensas, pressionando o campesinato de todas as formas, até o momento que adentra a unidade familiar e rompe com suas tradições e costumes, rompendo com as práticas de produção de alimento e valendo-se do trabalho familiar camponês para a extração de renda da terra. Várias são estratégias empregadas pelos camponeses na resistência em manter as relações de trabalho familiar, que perduram e procuram manter de todas as formas um campesinato que se pauta na família e na produção de alimentos, frente ao avanço contínuo do capital.

3.2 – Territorialidades: movimentos, sujeição, conflitos e intencionalidades na resistência e recriação camponesa

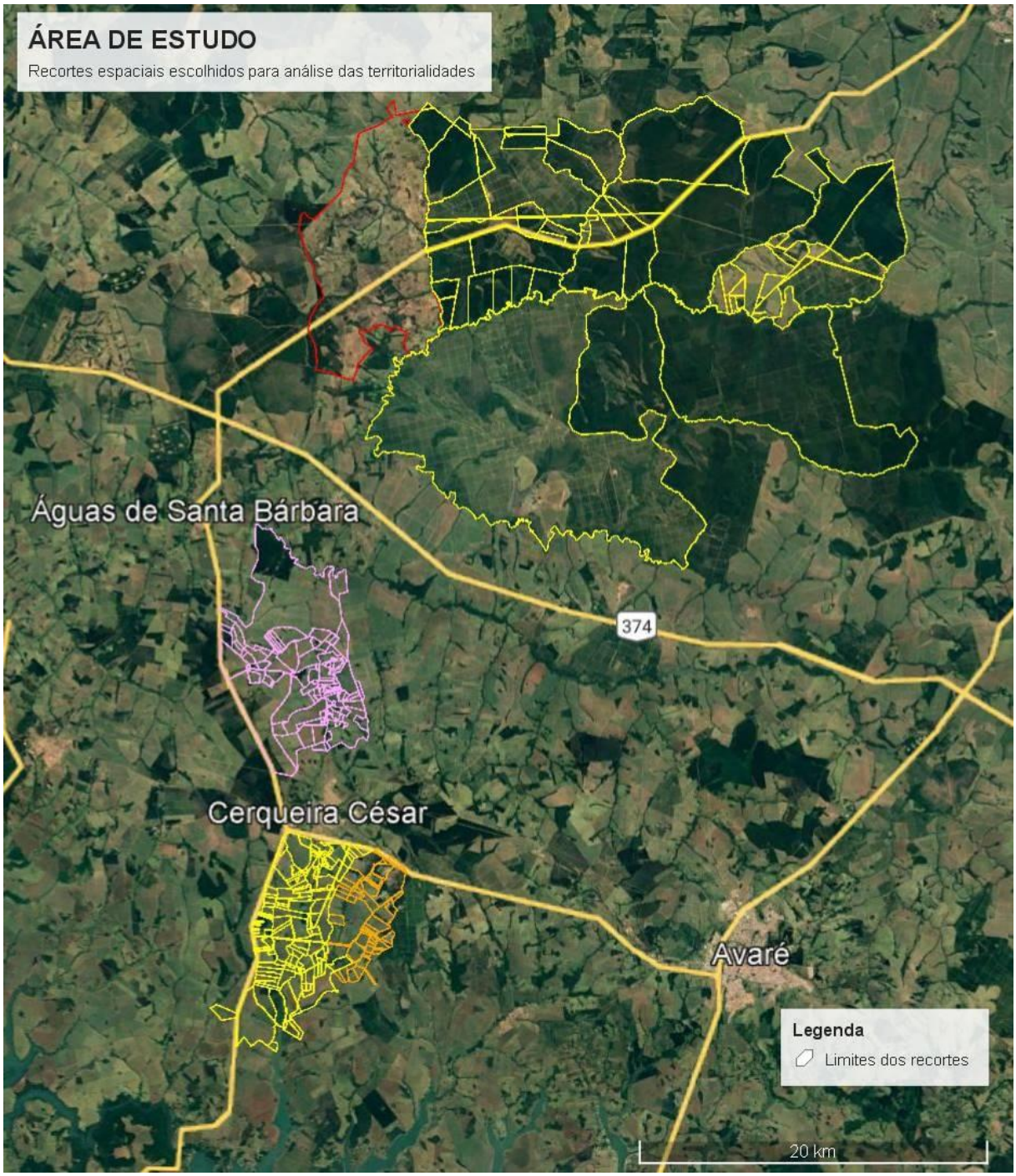
Há vários processos que explicam as construções territoriais camponesas, cada uma dentro de suas especificidades e particularidade de acontecimentos provocados pela intencionalidade do capital ao qual podem promover desterritorializações e reterritorializações.

Dentro do processo de desenvolvimento geográfico desigual, optamos por analisar como o forjar da divisão territorial do trabalho foi determinante nessas territorialidades. Mais vez certo que o próprio campesinato local apresenta diversos processos territoriais, e por isso, limitamos a analisar aquele vinculado a sujeição pela indústria leiteira. Dessa forma, fica evidente a ação do capital dentro desse ramo industrial, principalmente vinculado a um ponto

específico, que vem a ser fábrica localizada a beira da ferrovia em Cerqueira César, ao qual desde os anos 1970 é determinante no condicionar das territorialidades camponesas. Intrínseco ao funcionamento ou desativação dessa unidade, o campesinato local produtor de leite passa por ter sua relação com a terra alterada.

Evidente então, que se as territorialidades camponesas estão relacionadas as diretrizes produtivas de uma unidade de beneficiamento de leite, correto então concluirmos que a ação do capital – independente de sua escala – enquanto fator que põe a funcionar ou a desativar a fábrica, promove as territorialidades camponesa. E mais correto ainda, entendermos que esse capital não age apenas no que tange a fabricação de derivados lácteos, mas sim, na orientação produtiva expressa pelo papel local na divisão do trabalho, ao promover alterações no uso do solo a fim de direcionar as terras e a força do trabalho para obtenção de outros produtos.

Sendo parte condicionada pela mobilidade do capital no forjar da divisão territorial do trabalho, o campesinato o acompanha e com isso pode estar mais ou menos presente no circuito produtivo e no território. Esse processo indica a relação intrínseca que contraditoriamente o campesinato possui ao capital. Por isso, entendemos que o grau de sua participação na produção não expõe o desaparecimento desta classe, e sim estratégias adequadas àquele momento em questão. Dessa forma, indicar as suas territorialidades enquanto expressão da classe camponesa no território e conflito ao capital será o caminho para compreender a relação entre a dependência do capital na formação geográfica e a intencionalidade do capital na subordinação camponesa. Para tal associada os eventos de mobilidade do capital, como descritas nos momentos referentes à indústria leiteira e as características da divisão territorial do trabalho em diferentes momentos podemos compreender a participação camponesa na produção e como isto refletiu nos arranjos territoriais. Analisando a produção leiteira vinculada ao campesinato encontramos ao longo das últimas seis décadas diversas situações que expressam a sujeição do campesinato à indústria e como que os direcionamentos do capital para outros objetivos promoveram movimentações camponesas de supressão e recriação. Logo, percebemos o quanto a mobilidade do capital é fator inerente para as territorialidades camponesas.

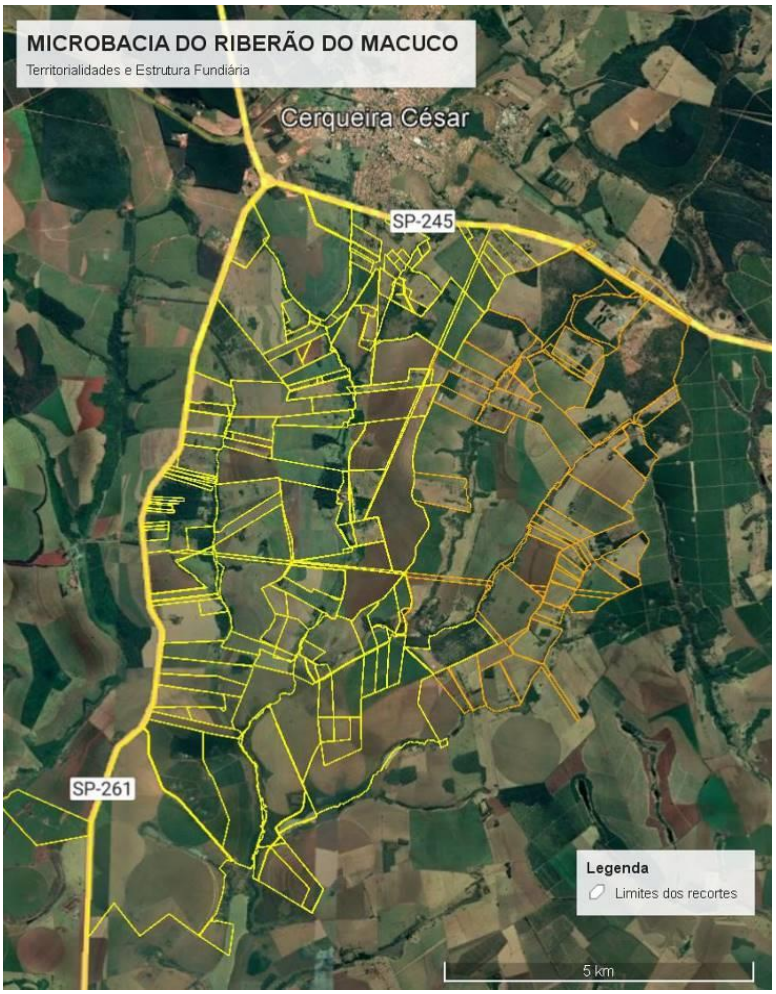


Mapa 18: Indicação das áreas de estudos. Fonte: Google Earth – Fev/2022

Iremos então nos ater a elucidar os principais eventos condicionantes nos processos de desterritorialização/reterritorialização camponesa conforme a divisão territorial do trabalho é alterada pelas intencionalidades do capital. Recorreremos ao resgate de situações de sujeição ao capital industrial desde a década de 1960 até os dias atuais para indicar a participação

camponesa na produção leiteira. Por isso, procurando evidenciar a tese da territorialização camponesa vinculada ao desenvolvimento desigual, optamos metodologicamente por um recorte espacial que contemple três processos territoriais distintos e intrínsecos. E assim, evitar uma análise densa ao qual tornaria o trabalho repetitivo ao apresentar os mesmos fenômenos, só que a partir de uma leitura dimensional e estatísticas longa. Como base de dados utilizamos os dados fundiários presentes no SICAR e criamos uma base cartográfica no Google Earth para podermos fazer a análise de uso do solo em diferentes momentos.

O primeiro recorte escolhido para análise vem a ser a porção meridional de Cerqueira César, ao qual está na vertente do Rio Paranapanema. Delimitando então o uso do solo e as territorialidades presentes na microbacia do Ribeirão do Macuco e seus afluentes.



Mapa 19: Recorte de estudo da microbacia do Ribeirão do Macuco. Fonte: SICAR e Google Earth.

Conforme nos direcionamos do divisor de águas em sentido as jusantes dos tributários com o ribeirão principal e ao Rio Paranapanema, presenciamos uma alteração na estrutura

fundiária e nas produtividades presentes, fato explicado pela variação pedológica conforme há a diminuição hipsométrica, uma vez que os solos próximos ao divisor são em sua maioria arenosos, com presença de Cerrados e, ainda, com altimetria acima de 750 metros, o que propicia a formação de geadas. Por isso, quando houve a ocupação pela cafeicultura, privilegiaram os solos mais próximos ao Rio Paranapanema, que além de condições climáticas propicias, apresentava coberturas de florestas semidecíduas e latossolos rico em ferro.

Em contraponto a ocupação na vertente do Paranapanema, seguimos pela SP-261 e nos direcionamos a Bacia do Rio Pardo, ao qual recortamos a área da microbacia do Ribeirão Três Ranchos.



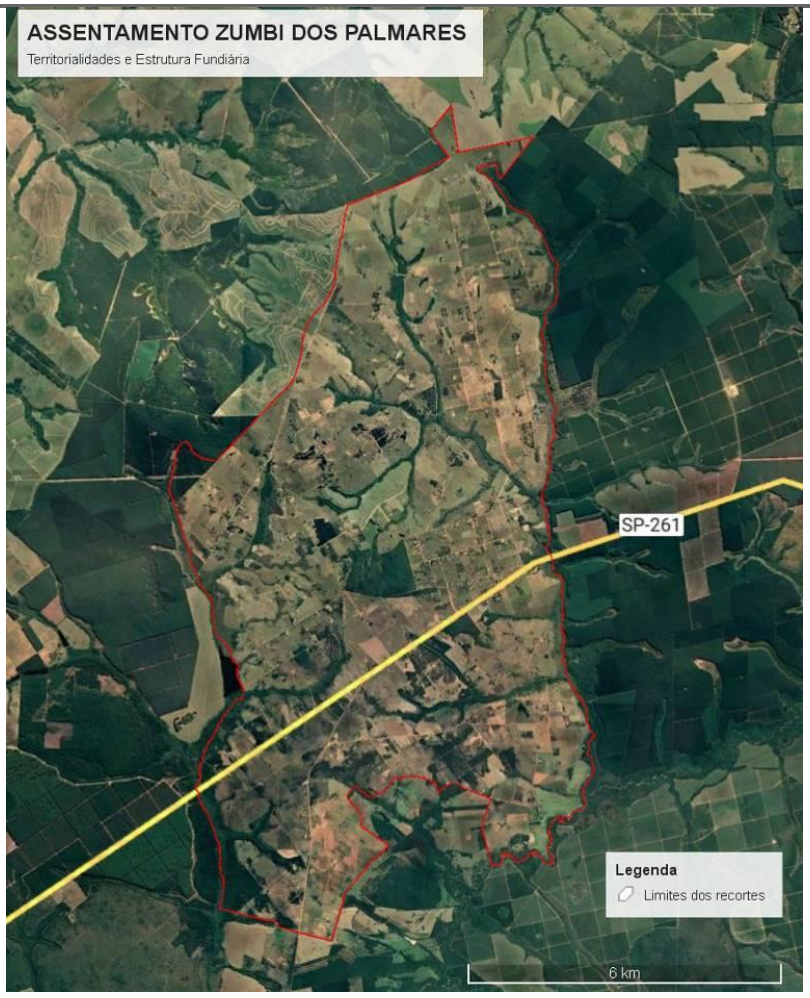
Mapa 20: Recorte de estudo da microbacia do Ribeirão dos Três Ranhos. Fonte: SICAR e Google Earth.

Enquanto a ocupação do Ribeirão do Macuco se deu a partir da década de 1850 através de cafeicultores em busca da terra-roxa. A ocupação dos Três Ranchos remonta ao

mesmo período, mas com outra finalidade, pois em suas nascentes se instalaram pequenos pousos para os viajantes que se direcionavam ao sertão paulista, e no final do século XIX, foi ponto final da ferrovia. Com terras arenosas, cobertura de Cerrado e clima seco no invernos, essas terras acabaram sendo ocupadas pelos mineiros que vieram povoar essa região, e consigo trouxeram a pecuária leiteira. Mas nem por isso esse recorte se configurou exclusivamente como camponês, uma vez que em direção à confluência dos rios Novo e Pardo há o afloramento de latossolos vermelhos, e assim, percebe-se uma grande concentração fundiária, também notada ao longo da SP-261 ao qual já descrevemos.

Dentro da perspectiva de realizar a interpretação das escalas do capital no processo de desenvolvimento desigual, optamos por esses dois recortes para que possamos indicar as diferenciações provocadas pelo capital não apenas pelo movimento externo-interno, mas também, que dentro do recorte de análise há diferenciações provocadas por questões naturais que influenciariam o processo de ocupação, ocupação e divisão do trabalho (SMITH, 1988, p. 196).

Seguindo nessa abordagem de compreensão ao qual Smith (1988, p. 151) afirma que o desenvolvimento desigual é expressão contraditória da expansão do capitalismo, optamos ainda por um terceiro recorte de análise a fim de compreender as territorialidades camponesas. Continuando o trajeto pela SP-261 chegamos ao trecho em que não há cobertura asfáltica, e alguns quilômetros após uma paisagem desértica de estrada de areia e silviculturas a perder de vista, encontramos o assentamento Zumbi dos Palmares. Escolhemos inserir esse recorte espacial a fim de demonstrar as diferenciações provocadas pelo capital no processo de desenvolvimento e o de indicar um outro processo de territorialização camponesa ao qual está vinculado ao processo de apropriação ilegal das terras através das grilagens e da territorialização camponesa forjada através da luta pelo acesso à terra. Na representação espacial a seguir podemos notar o assentamento Zumbi dos Palmares encravado em meio a produção de *commodities*, tais como silvicultura, canaviais e citricultura. Desde a criação do assentamento há diversos imbróglios judiciais sobre a supressão da silvicultura, sendo que em muitos casos o assentado sequer pode retirar a vegetação para iniciar suas atividades. Ademais, a partir dos anos 2000 as plantações de canas e laranja nos arredores ganham dimensões consideráveis, e por muitas vezes localizadas em terras sob litígio.



Mapa 21: Recorte de estudo do Assentamento Zumbi dos Palmares. Fonte: SICAR e Google Earth.

Entender como que o capital se insere e provoca suas territorializações e suas contradições é importante para indicarmos como que as sujeições e subordinações ocorrem através dos interesses daqueles que detém os interesses produtivos. E com isso, as contradições do capital também se mostram por estas dinâmicas, tendo a territorialização camponesa em sua expressão explicada pelas constantes idas e vindas provocadas pelos rumos e investimentos que o capital promove naquele momento, ocasionando à classe camponesa processos de (des/re) territorialização constantes.

Concordamos com nossos referenciais ao afirmar que o capitalismo possui quatro classes sociais, sendo a burguesia enquanto donos dos meios de produção e os proletários enquanto vendedores de sua força de trabalho a análise mais clara sobre a obtenção de mais valia e reprodução do capital. Harvey (2013, p, 503) afirma que os proprietários de terras também são uma classe dentro do capitalismo, uma vez que o capital pode ser visto como “o

criador da propriedade da terra moderna, da renda fundiária". Contudo, Martins (1980, p, 59) indica a existência de uma quarte classe dialeticamente ao capitalismo, sendo este o campesinato, uma vez que:

> A terra não é propriedade de quem explora o trabalho alheio; é propriedade direta do produtor; é terra de trabalho e não terra de negócio; é propriedade do trabalhador e não propriedade do capitalista. O imóvel da sua produção é o valor de uso e não o valor de troca nem tampouco o lucro. Seu ganho resultado seu próprio trabalho e dos membros da sua família.

Portanto, entendemos que o campesinato deve ser compreendido como uma classe contraditória ao capital no mesmo momento que está relacionada a este. E por isso, conforme o capital se transforma e cada vez mais expõe suas contradições, o campesinato expressa sua recriação.

Dentre a breve descrição trazida anteriormente, o campesinato local que resistia sofre um grande revés com o fechamento das unidades beneficiadoras, e assim, não ter a destinação de sua produção. Certo que sujeição da produção a circulação acaba por condicionar a perda de rendimentos imediatamente e com isso não há meios de garantir a manutenção da criação. Todavia, já havia ocorrido a desterritorialização de uma fração do campesinato local, também subordinado a indústria, quando das exigências legais para a destinação de seu leite. Uma interpretação de duas vias, podendo ser este último entendido como fator de decisão de procura de outras localidades fornecedoras de matéria-prima pela indústria, mas também, que forçou aos que ainda resistiam e tinham investido nos implementos a procurar outras fontes de renda.

Alguns camponeses passaram a plantar eucalipto em suas terras, como reserva de valor. Sendo assim, aqueles que possuíam reservas financeiras ou outras fontes de ganhos monetários, como o salário dos filhos, partiram para essa cultura. Expressando assim o desaparecimento da fração territorial camponesa, pois mesmo com a propriedade da terra, as relações de trabalho e produção de alimentos estavam suprimidas por uma cultura rentista. A expansão de silviculturas certamente conta com o subsídio do Estado, principalmente para as grandes indústrias de celulose, papel e madeira presentes na região.

3.2.1 – Desterritorialização e reterritorialização: a transformação do campesinato frente aos modelos produtivos

Certamente, que precisamos nos aprofundar nos pontos que determinam as territorialidades camponesas, e para isso, é preciso revisar e reinterpretar a manutenção dessa classe. Há um traço marcante de sujeição da agricultura camponesa através da destinação da produção ao beneficiamento ou processamento industrial, principalmente na produção de grãos e cereais. Neste fenômeno temos o processo de Monopolização do Território pelo Capital (OLIVEIRA, 1999, p. 105) em que a produção supõe a junção entre gestão produtiva e o trabalho, ou seja, apresenta o controle dos meios de produção pelo próprio trabalhador. No entanto, ao não controlar as esferas de circulação dessa produção, tem parte da renda apropriada pelos que atuam no circuito intermediário entre produtor e o consumidor final. O resultado monetário dessa atividade é a renda.

Nas análises marxistas, teríamos no capitalismo apenas o proletariado e a burguesia, conferindo as suas lutas. Entretanto, presenciamos a luta camponesa pela terra, que exprime mais um capítulo da luta de classes. Concepções que fazem parte das interpretações aqui trazidas sobre o desenvolvimento das frações do espaço, de Lênin, Trotsky e Harvey. Porém, o capital em sua essência é contraditório e esse fato nos faz buscar um caminho para entender o campesinato dentro do capital, como uma classe não sui generis desse modo de produção.

O campesinato resiste frente a forças que vão muito além do poder econômico. Se não bastassem apenas os processos de expansão do agronegócio, ou do caráter rentista da terra, vemos ações coordenadas pelos interesses do Capital, do Estado e por parte da sociedade. É importante pensar no campesinato enquanto classe contraditória ao capital, e que cria as suas dinâmicas para se manter e reproduzir.

A constante necessidade de matéria-prima promove produções agropecuárias pautadas nas intensas sujeições ao capital industrial, havendo desde a destinação da produção camponesa, como também de monoculturas exclusivas a abastecer as necessidades da indústria. Temos neste ponto uma relação entre produção de matéria-prima e transformações marcados pelo monopólio, uma vez que as mesmas agroindústrias também são as grandes proprietárias fundiárias e assim garantem a obtenção de renda capitalizada da terra.

> O desenvolvimento contraditório e combinado no campo é fator intrínseco ao processo capitalista. Diferentemente do que se passa nas indústrias e nas cidades, onde ocorreu uma sujeição formal e real do trabalho ao capital, no campo acontece a sujeição da renda da terra ao capital, e é por esse fenômeno que se explica o processo de expansão do capitalismo no campo (FELICIANO, 2009, p. 59-60).

A extração de renda da terra, concentração fundiária e monoculturas são as bases para a produção industrial. Produções estas extremamente pautadas em intenso uso de agrotóxicos e agentes químicos e biológicos, além de organismos geneticamente modificados, popularmente conhecidos como transgênicos, aos quais demandam o uso de insumos exclusivos.

Dessa forma, pensar no campesinato e na figura do camponês perante as suas estratégias de recriação e manutenção se mostra interessante, pois, a sujeição ao capital industrial e a inserção da biotecnologia em unidades camponesas podem ser interpretados como uma maneira de resistir a expropriação. Porém, este processo deve ser analisado circunstancialmente visto os possíveis desdobramentos e problemas sociais e patológicos ao qual pode acarretar.

3.2.1.1 – A desterritorialização para os canaviais e reterritorialização pela sujeição industrial

Adentrando no que foi certamente o principal processo de desterritorialização camponesa já região, o setor sucroenergético agiu de forma intensa e predatória sobre as terras dos camponeses desvalidos de ganhos monetários arrendando suas terras e destruindo fisicamente, uma vez que para os canaviais as empresas derrubavam todas as benfeitorias ali existes, como simbolicamente ao retirar do camponeses o controle da terra.

Aproveitando da situação frágil e da necessidade, a indústria canavieira causou transformações na sociedade e na economia local provavelmente nunca visto antes. Tanto no caso das usinas sucroenergético, como também na citricultura, a escolha dessas terras para o plantio não se deu apenas pelo caso de estarem sem uso efetivo, mas certamente pela compensação financeira, que envolve a localização e o valor gerado com a renda da terra. “As escolhas de localização, portanto, não seguem uma lei “tecnológica”, mas uma lei social, no sentido de que elas são determinadas pela possibilidade (facilidade) de extrair mais-trabalho” (CALABI; INDOVINA, 1973, p. 2).



Mapa 22: Uso e ocupação do solo e estrutura fundiária do Ribeirão do Macuco em 2002.

Fonte: SICAR e Google Earth



Mapa 23: Uso e ocupação do solo e estrutura fundiária do Ribeirão do Macuco em 2012.

Fonte: SICAR e Google Earth



Mapa 24: Uso e ocupação do solo e estrutura fundiária do Ribeirão do Macuco em 2022.

Fonte: SICAR e Google Earth

Atribuindo-nos da estrutura fundiária atual, fizemos uma análise temporal das duas últimas décadas sobre o uso e ocupação do solo através de imagens de satélites. Observando as imagens nesse intervalo de tempo é possível notar algumas alterações mais sensíveis, enquanto outras em menores escalas precisaram ser analisadas em particular.

Fazendo um adendo ao processo de expansão dos canaviais, queremos realizar um destaque para a porção leste da imagem, ao qual há a expansão da citricultura e que afeta diretamente os produtores vizinhos com o intenso uso de agrotóxicos, muitas vezes por pulverização aérea.

Retomando a discussão sobre a ocupação do solo por canaviais, na área central do mapa se localiza a planta fabril da antiga Destilaria Garota, ao qual em 2004 foi adquirida pelo grupo alemão TGM e, posteriormente, transferida para a Bravia Bioenergia, ao qual paralisou o processamento de cana nessa unidade. Porém, o uso da terra destinado as plantações de canas, tanto nas grandes propriedades, quanto naquelas arrendadas ainda é uma prática comum. Entretanto, quando a usina sucroenergética acabou por encerrar as atividades por questões fiscais, deixou de arcar os compromissos de contrato com os arrendatários, e transferiu seus contratos a Usina Santa Maria, outra grande arrendatária que não arcava com o compromisso do pagamento contrato. Assim, nos foi relatado que muitas famílias procuraram a justiça para garantir o pagamento estipulado e a retirada das plantações de suas terras.



Figura 73: Propriedade camponesa próxima ao Ribeirão do Macuco cercada por canaviais. Foto: Ricardo M. Venturelli – Ago/2009.

Interessante fazermos uma análise temporal sobre algumas propriedades camponesa sobre o uso e ocupação do solo. Para tal, realizamos trabalhos de campo em três propriedades localizadas nas proximidades da SP-261 no bairro do Macuco e que fornecem sua produção para a Cativa e/ou outras indústrias. O objetivo dos trabalhos de campo com os camponeses produtores de leite foi o de evidenciar as relações de trabalho e produção sujeito ao capital industrial e as territorialidades forjadas através dos ciclos de atuação do capital, evidenciando um típico processo de monopolização do território pelo capital. Tendo ainda como objetivo deste trabalho entender as consequências que o desenvolvimento da biotecnologia no campo pode trazer a saúde alimentar da população. E para isso iriamos partir das relações entre os processos ao qual o capital se vale para garantir o controle de toda cadeia produtiva agropecuária com a finalidade de monopolizar os setores econômicos.

Tanto em consulta a Casa de Agricultura de Cerqueira César, quanto aos responsáveis pela captação do leite na indústria, nos indicaram visitar a propriedade do Sr. Carlos Vertuan, ao qual é tido como o produtor modelo pela Cativa, devido as técnicas produtivas e de ordenha praticadas.



Figura 74: Trabalho de campo realizado na propriedade camponesa do Sr. Carlos Vertuan, no bairro do Macuco. Foto: Ricardo M. Venturelli – ago./2019.

Essa propriedade possui pouco mais de 10 hectares, e atualmente possui em torno de 25 cabeças de gado leiteiro. A criação do gado é através do semiconfinamento, uma vez que a propriedade não comportaria a criação e alimentação através de pastagens. Dessa forma, para

manter os índices de produtividade, o Sr. Carlos arrenda a propriedade vizinha, que pertence ao seu pai, para a plantação de milho para silagem. Além de contar com suplemento alimentar adquirido da Confepar.



Figuras 75 e 76: Gado leiteiro e equipamentos de ordenha no sítio São Francisco de propriedade do Sr. Carlos, em Cerqueira César/SP. Foto: Ricardo M. Venturelli – Ago/2019

> A técnica agrícola muda rapidamente e os camponeses não se acomodam. É certo que nem toda novidade significa progresso. A mecanização a qualquer preço, tal como os pacotes tecnológicos duros, induziu o campesinato a um absurdo de consumismo de insumos agrícolas que propiciam a degradação dos solos, a ingovernabilidade da economia familiar e a substituição de clássicos sombreiros artesanais por aqueles fabricados pela Massey Ferguson ou os da Monsanto (VERGES, 2011, p. 75).

Sua trajetória com a pecuária leiteira é de longa data, uma vez que sua família era associada da ICPA, ao qual produzia os produtos da marca Avaré. E continuaram a fornecer leite para as demais empresas que se instalaram na mesma planta industrial. Mesmo com as exigências sanitárias, de tecnificação e de qualidade de produção essa família continuou a fornecer leite até o fechamento da Mococa em 2006, quando decidiram por vender seus equipamentos e arrendarem suas terras para as plantações de cana.

Além do mais, contou-nos o Sr. Carlos que ele e sua esposa ainda trabalharam na Usina Rio Pardo, e nesse momento deixaram a propriedade rural e moravam na cidade. Quando houve a reabertura da Mococa em 2012, ele e alguns produtores pensaram na possibilidade de retomar a produção leiteira. Certo afirmar que nem todos os antigos camponeses fornecedores de leite desapareceram. Alguns mantiveram suas atividades, principalmente aqueles ao qual havia conseguido adquirir a estrutura obrigatória para esta atividade, e como já mencionado, tinham outras fontes captadoras de sua produção.

Entretanto, talvez uma das iniciativas que acarretaram benefícios concretos aos produtores de leite, se trata de um programa desenvolvido pela CATI, onde cada município, em parceira da Casa de Agricultura e os produtores, priorizaram as cadeias produtivas mais significativas. Iniciadas nos primeiros anos da década de 2010, esse programa tinha como objetivo fortalecer o quadro produtivo local. Mas estas cadeias produtivas têm que se enquadrarem majoritariamente relações de trabalho familiar. As escolhas das cadeias produtivas neste município se deram após detalhadas análises e estudos no quadro produtivo das pequenas propriedades cerqueirenses, e também por discussões com os grupos ligados a este setor. Dessa forma, ficou-se elencado que a cadeia produtiva priorizada foi a leiteira.

Para a criação da cadeia produtiva leiteira, a CATI disponibilizou em torno de R$450 mil no que se refere à aquisição de maquinários, aperfeiçoamento técnico e mecanismos que viabilizem a comercialização do leite. Este programa pretendia abranger o maior número de produtores de leite possível no município. Não se tratava apenas de viabilizar a aquisição de ordenhadeiras mecânicas e tanques de resfriamento, mas sim de incutir entre os produtores a agregação de valores, com a criação de uma agroindústria, aos moldes cooperativistas, onde o leite será processado e transformado em inúmeros derivados, principalmente o tradicional doce de leite.

Entretanto, a Mococa obtinha seu leite para produção diretamente de Goiás, onde havia muitos produtores em parceria com a empresa e que destinavam sua produção. Tamanho era o volume de matéria-prima obtida que a unidade desse estado não comportava processar todo o leite recebido, transferindo boa quantidade para a unidade de Cerqueira César, ao qual acabara por não precisar dos produtores de leite da localidade. Colocando em xeque todo o trabalho envolvendo os poderes públicos e os produtores na perspectiva de retomada da produção leiteira. Desde 2016 quando houve o fechamento da unidade da Mococa em Cerqueira César, os produtores que haviam investidos na retomada da atividade, e mesmos os novos produtores de leite, passaram a depender a procura de outros laticínios do estado.

Com a aquisição da unidade de beneficiamento pela Cativa no ano de 2019, e a intensa investida dos membros da Confepar junto aos produtores da região, uma nova oportunidade aos camponeses foi traçada. Possibilitando a reterritorialização camponesa na microbacia do Macuco, tal como acabamos de ver, como em outras localidades da região.

Entretanto, essa não é a realidade para muitos dos proprietários de terras, pois, com a incerteza da manutenção dessa unidade produtiva sob a gerência da Confepar, optaram por manter o absentismo e arrendar suas terras. Enquanto outros se sentiram desconfortáveis com as exigências técnicas e produtivas impostas pela indústria, e por isso, fornecem para outras empresas.





Mapas 25 e 26: Uso e ocupação do solo no Sítio São Francisco. Fonte: SICAR e Google Earth

Através da comparação temporal entre os anos de 2014 e 2022 é perceptível notar que a maior parte da propriedade está destinada ao arrendamento para plantio de cana. Por isso, a criação do gado leiteiro é limitada ao semiconfinamento e a alimentação através de silagem com milho transgênico e suplementação através de ração.



Figura 77: Silagem de milho transgênico utilizado no Sítio São Francisco, no bairro do Macuco. Foto: Ricardo M. Venturelli – Ago/2019.

O que nos surpreendeu a cada visita realizada é o intenso uso de sementes de milho transgênico para silagem que servirá de nutrição ao gado leiteiro. Os camponeses acabam por se render ao discurso da praticidade e produtividade das grandes corporações. É o momento da transformação do espaço agrário dado o que interessa e necessita ao capital contemplar seus objetivos e ao lugar competir com seus concorrentes, e assim, sujeitar as condições oferecidas. "O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais" (SANTOS, 2008, p. 21). Toda essa questão deveria ainda adentrar nas discussões sobre saúde, qualidade do alimento, soberania e segurança alimentar, uma vez que as responsabilidades quanto as pesquisas, liberação, uso e consequência das alterações genéticas presentes nos alimentos não se limitam as grandes empresas privadas, uma vez que o próprio Estado brasileiro, também é agente de desenvolvimento e aprovação de tais propostas. Ficando assim a necessidade de legislações quanto aos limites da transgenia e de responsabilidade por futuros danos à saúde coletiva, "constituída nos limites do biológico e do social - ainda continua a ter pela frente a tarefa de investigar, compreender e interpretar os determinantes da produção social das doenças e da organização social dos serviços de saúde, tanto no plano diacrônico como sincrónico da história" (NUNES, 1994, p, 19).

Assim, fica evidente a necessidade de se aprofundar nas questões presentes quanto o desenvolvimento de biotecnologias sobre alguns parâmetros. O primeiro se trata quanto a segurança e soberania alimentar, visto as ações apresentadas pelo setor, ao qual sujeita toda produção agrícola a seus interesses econômicos, promovendo uma dependência safra a safra do modelo agricultor. Dependência esta causada pela necessidade de aquisição de insumos vinculados aquela linha biotecnológica utilizada. Segundo ponto deve ser visto quanto as consequências da produção de alimentos com alterações genéticas e seus prováveis problemas.

Percebemos que a territorialização da sujeição camponesa ao capital está aplicando técnicas visando o aumento da produtividade, introduzindo agentes biotecnológicos nas unidades de trabalho familiar. Nessa perspectiva, o avanço da biotecnologia na produção agrícola e pecuária, iniciadas pela Revolução Verde, inserem elementos e métodos que atualmente culminam com os Organismos Geneticamente Modificados (OGM'S) e sementes transgênicas. Há muitas indagações sobre os impactos socioambientais que as produções baseadas na engenharia genética podem causar, bem como as suas consequências a saúde de uma população cada vez mais exposta e dependente de alimentos industrializados e processados que carregam ingredientes modificados em sua genética e produzidos com altas taxas de insumos bioquímicos.

> É nesse ambiente degradado pelos agrotóxicos que devemos vincular os principais problemas que se externalizam no âmbito da saúde pública, isto, pois, são a expressão de um modelo de sociedade e de desenvolvimento, no caso, para o campo, fundamentado na agricultura empresarial, tecnificada e químico-dependente, nas grandes plantas e nos monocultivos voltados para o mercado externo centrada no monocultivo em grande escala, voltado para a exportação (THOMAZ JÚNIOR, et al., 2012, p. 12).

Além do mais, a obtenção de matéria-prima por estas agroindústrias e indústrias também se baseiam em um uso exacerbado de agrobioquímicos, como agrotóxicos, fertilizantes químicos e demais insumos, aos quais afetam diretamente a biota local e a qualidade de vida dos trabalhadores expostos a tais venenos e agentes sintéticos, sendo eles os trabalhadores rurais ou das unidades fabris. E tais agentes bioquímicos chegam ao conjunto da população inseridos no produto industrializado e comercializado.

Rigotto (2003, p. 401) afirma "que todas as políticas de desenvolvimento devem estar permeadas pela preocupação com o trabalho, o ambiente e a saúde, de forma a gerar

melhorias para a qualidade de vida da população como um todo". Assim, fica evidente a necessidade de se aprofundar nas questões presentes quanto o desenvolvimento de biotecnologias sobre alguns parâmetros.

Pensar nos riscos à saúde que a biotecnologia pode condicionar é de extrema importância. Estudos sobre os impactos sanitários causados pela transgenia e pela engenharia genética na agricultura ainda estão incompletos, necessitando de ampla investigação nas diversas áreas do conhecimento ao qual podem contribuir. O papel da geografia nesta proposta é o de pensar os riscos a saúde em duas perspectivas, aquela ao qual se terriorializa através do local ao qual são desenvolvidas as atividades agrícolas que se baseiam na biotecnologia, interferindo na biota e também na saúde das pessoas diretamente envolvidas, neste caso, os camponeses, ao qual estão sujeitos a ação dos insumos e seus desdobramentos fitossanitários, bem como a sujeição a biotecnologia, provocando alteração nos padrões alimentares.

Indiretamente todo o conjunto da sociedade pode estar exposta aos agentes químicos e biológicos utilizados nas lavouras, criações e extrações, uma vez que quaisquer pessoas estão sujeitas a problemas de saúde derivados da ingestão de produtos industrializados que os utilizam, uma vez que estes foram expostos aos agentes em algum momento de sua produção. E assim, partindo da reflexão de que "o conceito simplista de saúde apenas como "ausência de doença" é exclusivamente organicista, ignorando os aspectos sociais e ecológicos, de fundamental importância para o bem-estar físico, mental e social" (COURA, 1992, p, 336), e neste ponto, percebemos a importância de se aprofundar em como os ditames da agricultura capitalizada pode condicionar em situações críticas de saúde.

Pensar nas interferências da biotecnologia na agricultura, como uma das ferramentas de reprodução do capital e suas condicionantes na saúde requer um esforço dicotômico, uma vez que há a reflexão entre relacionar a saúde coletiva e a saúde do indivíduo como objetivo deste trabalho. Tal como exposto por Flamarion Cardoso (2012, p, 20) na questão entre o indivíduo e o coletivo:

> Toda conduta humana, seja individual, seja coletiva, pode ser apresentada como o resultado final de dois processos de seleção. O primeiro é a passagem pelo filtro definido pelo conjunto de limitações estruturais − sobre as quais os agentes não tenham controle – que reduz as possibilidades alternativas de agir, de seu número teórico a um conjunto menor de ações efetivamente possíveis. E o segundo é outro filtro, o do mecanismo que leve

> um indivíduo ou grupo de indivíduos a escolher, dentre as ações factíveis remanescentes, qual será efetivamente realizada.

O recorrente uso destes agentes e insumos acarretam impactos socioambientais preocupantes, causando danos ao conjunto da biota, contaminação do solo, poluição das águas superficiais e subterrâneas. Agravante a estes problemas, há a pulverização das lavouras por dispersão aérea através de aviões, e que influenciadas pela circulação dos ventos, atingem lavouras vizinhas e áreas residenciais. A contaminação das pessoas está relacionada a aplicação e ao contato direto, bem como a dispersão pelo ar, água e solo. Importante destacar a contaminação dos trabalhadores nas indústrias que também estão expostos e objetivamente todo conjunto da população exposta a alimentos que apresentam uma carga grande de agentes agrobioquímicos em sua produção, beneficiamento e transformação.



Figura 78: Produções camponesas ao fundo, em primeiro plano plantio de soja na Fazenda Águas do Pouso Alegre. Foto: Ricardo M. Venturelli – Mar/2022.

Na sub-bacia do Córrego do Macuquinho e Pouso Alegre, há algumas territorialidades interessantes a destacarmos. Como por exemplo um grupo de camponeses que estão produzindo hortifruti em estufas. Porém, devido a proximidade com plantações de cana, citricultura e, recentemente a presença de soja, é inviável a produção orgânica, uma vez que as intensas e recorrentes pulverizações impedem o desenvolvimento desse modelo produtivo. Além de todas as adversidades que a produção de verduras apresenta, sendo que os próprios produtores já usam agrotóxicos. Mas há a resitência contra o agronegócio, que ainda pressiona os camponeses, cercando-os com agrotóxicos muito mais fortes e prejudiciais, ao qual soa

como uma violência física e moral. Como se não bastasse possuir uma força econômica muito superior, o agronegócio ainda se vale de meios midiáticos, judiciais e policiais como armas nessas disputas.

As responsabilidades quanto as pesquisas, liberação, uso e consequência desses agrotóxicos presentes nos alimentos não se limitam as grandes empresas privadas, uma vez que o próprio Estado brasileiro, também é agente de desenvolvimento e aprovação de tais propostas. Ficando assim a necessidade de legislações quanto aos limites e de responsabilidade por futuros danos à saúde coletiva, "constituída nos limites do biológico e do social - ainda continua a ter pela frente a tarefa de investigar, compreender e interpretar os determinantes da produção social das doenças e da organização social dos serviços de saúde, tanto no plano diacrônico como sincrónico da história" (NUNES, 1994, p, 19). Esse fenômeno demonstra o caráter do controle da produção de alimentos ao capital e a determinação da dependência pela imposição desse modelo produtivo. Além do controle produtivo há a questão salutar desse processo ao qual todos estão sujeitos à um padrão de alimentação não sadio, porém, não apenas no consumo está o risco à saúde, sendo que o trabalhador envolvido no manuseio de insumos são os primeiros atingidos. Do trabalhador assalariado ao camponês, são pessoas expostas aos riscos e adoecendo devido a imposição de um modelo produtivo.

> Os trabalhadores do agronegócio estão expostos diariamente a elevados volumes de múltiplos agentes tóxicos para garantir a "saúde das frutas", mas não dispõem de informação acerca deles; são obrigados a re-entrar nas áreas de cultivo sem respeito ao tempo pós-pulverização, muitas vezes sem os equipamentos de segurança minimamente necessários, e sem a liberdade de recusar o trabalho inseguro, pouco protegidos pelo sindicato e acossados por relações hierárquicas autoritárias (RIGOTTO, et al., 2012, p. 1535).

Há que se pensar ainda sob a perspectiva da saúde pública que o aumento do uso de agrotóxicos não cause apenas problemas aos trabalhadores diretamente expostos. Sendo que todo conjunto da população estão expostas aos elementos contidos nos agrotóxicos e acabam absorvidos pelos alimentos que são comercializados e processados. Bombardi (2011, p. 1) afirma que desde 2009, o principal consumidor de agrotóxicos vem a ser o Brasil, que sozinho é responsável por 20% de todo o uso mundial. E ainda "o consumo médio de agrotóxicos no Brasil que era em torno de 7 quilos por hectare em 2005 passou a 10,1 quilos em 2011, ou seja, um aumento de 43,2%". Importante ressaltar ainda sobre a quantidade de agrotóxicos liberados nesse atual (des)governo, ultrapassando a marca de 550 novos princípios.

Quadro 14: Aprovação de agrotóxicos no (des)governo Bolsonaro

Brasil de Fato
UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

INÍCIO > SAÚDE

VENENO NO PRATO

Governo Bolsonaro bate próprio recorde e libera uso de 550 novos agrotóxicos em 2021

Total é o maior desde 2000. Pesquisadores e quilombolas alertam que produtos afetam saúde de seres humanos e animais

Larissa Bohrer | Rede Brasil Atual
| 12 de Janeiro de 2022 às 16:06

Engenheiro agrônomo Leonardo Melgarejo, do Movimento Ciência Cidadã, alerta que todos sofrem com a utilização descontrolada desses pesticidas. De acordo com o pesquisador, não importa o quão longe as pessoas estejam, as consequências do uso desses venenos se espalham e chegam em todas as regiões do país.

"Veja os casos de deriva de agrotóxicos. O sujeito aplica o veneno na sua lavoura e a seis quilômetros de distância tem gente sendo intoxicada. Outro exemplo é que usamos no Brasil um bilhão de litros (desses produtos) por ano e tudo isso vai parar na água. (…) Os estudos realizados sobre a qualidade da água no Brasil apontam que pelo menos 25% dos municípios analisados têm até 27 tipos de venenos na água. Então, a possibilidade de se contaminar, mesmo estando longe das lavouras, é grande", explica Leonardo Melgarejo.

Veneno e morte
Quilombola do Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, localizado no Vale do Ribeira, no interior de São Paulo, Nilce Pontes vive de perto os impactos da expansão do uso desses produtos. Segundo ela, os bananicultores da região não estão preocupados e pulverizam no ar o veneno. O que prejudica o solo das famílias que vivem na região e ainda adoece os seres humanos e os animais, afirma.

"Como a gente sempre diz eles querem nos matar, mas a gente escolhe viver. E a forma de nos matar é através da contaminação de nossas águas, do envenenamento dos alimentos por meio da pulverização área. Para desenvolver a agricultura das grandes commodities usa-se muito o agrotóxico. E para nós, enquanto comunidade quilombola que resiste ao veneno, fica só as doenças. O nosso território todo fica comprometido", lamenta.

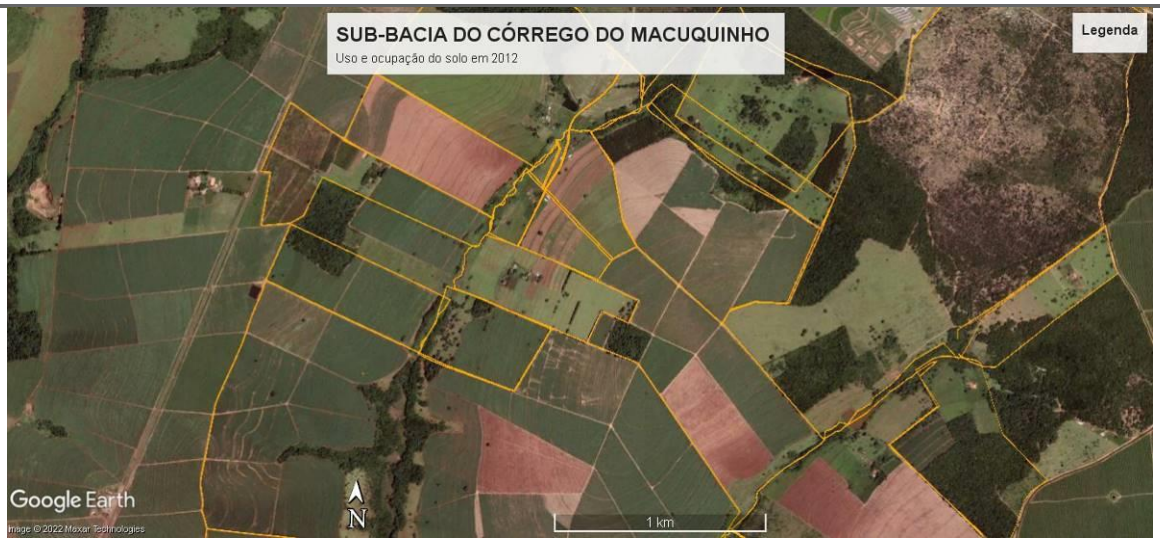
Modelo do agronegócio
Melgarejo observa que os agrotóxicos, por serem substâncias que não existem na natureza, quando entram em contato com humanos e animais provocam "distorções de toda a ordem". Levando inclusive a alterações nos sistemas corporais, prejudicando a capacidade de raciocínio e de reprodução. No caso de pessoas gestantes, também há risco de aborto espontâneo. Há ainda, conforme aponta o pesquisador, prejuízos ao meio ambiente que contribuem para o aquecimento global.

"O veneno jogado em um determinado território, mesmo que ele seja pouco frequentado por seres humanos, ele vai dificultar a sobrevivência de alguns insetos e bactérias. Dessa forma ele também prejudica a sobrevivência da rede da vida naquele ambiente. Esses insetos, bactérias e raízes que vão desaparecer, deixam de cumprir sua missão de estimular a vida naquele território. Então o uso de agrotóxicos está associado a uma homogeneização do planeta. A gente substitui áreas biodiversa por monoculturas que superaquecem o planeta", critica.

:: "O Agro não é pop": estudo aponta que a fome é resultado do agronegócio ::
Para Melgarejo, a única forma de reverter este quadro de abundância de pesticidas no meio ambiente com consequências nefastas para todos, é deixar de focar em uma economia de exportação de grãos. "O Brasil depende do envenenamento de seu território para gerar a renda dessas commodities que são exportadas", contesta. "Ir contra o uso de agrotóxicos significa ir contra o domínio de grupos que não dão a mínima para os direitos humanos e para os problemas ambientais".

Fonte: Brasil de Fato. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/12/governo-bolsonaro-bate-proprio-recorde-e-libera-uso-de-550-novos-agrotoxicos-em-2021>

Como podemos notar através da análise espacial e temporal é a presença de unidades camponesas as margens do Córrego do Macuquinho, principalmente na margem direita ao qual há dez anos estava recoberto por canaviais e, atualmente, podemos notar uma estruturação produtiva para obtenção de verduras e frutas em estufas, que são comercializadas no mercado regional, com o fornecimento direto aos estabelecimentos varejistas.





Mapas 27 e 28: Uso e ocupação do solo no Córrego do Macuquinho em 2012 e 2022. Fonte: SICAR e Google Earth.

Entretanto, ainda é importante notar a extensa cobertura de canaviais nas propriedades ao redor. Se em 2012 quase todas as propriedades estavam com canaviais plantados, em 2022 ainda continua significativa a cobertura, porém, com destaque a esses produtores que resistem em meio ao agronegócio da cana, da laranja e, recentemente, da soja.



Figura 79: Casa abandonada e destruída em propriedade arrendada para o plantio de cana próximo ao Córrego do Macuquinho, em Cerqueira César/SP. Foto: Ricardo M. Venturelli – abr./2021.

A descoberta dessa casa abandona e tomada pelo vegetação se deu de maneira inusitada e despropositado. Certo dia estávamos fazendo uma trilha de bicicleta, por essa estrada de terra que é comumente utilizada por ciclistas e conhecida pela sua dificuldade devido estar envolta por canaviais, porém, nesse dia havia ocorrido a colheita da cana, e assim, pudemos observar essa casa perdida. E pelo fato de o maquinário não conseguir chegar perto da construção, a vegetação cresceu em volta.



Figura 80: Imagem aérea da casa abandonada envolta pelos canaviais. Fonte: Google Earth

Uma segunda territorialidade presente não apenas na sub-bacia do Macuquinho, como tem toda localidade, é o arrendamento de propriedade para gado de corte. São propriedades que podem ter a família residindo, propriedades que servem apenas como reserva de valor fundiário, e ainda, para o lazer. Essa prática é muito comum, sendo recorrente aos arrendantes espalharem suas cabeças de gado por diversas propriedades.



Figuras 81 e 82: Parte do Sítio Santa Terezinha arrendado para criação de gado de corte e parte destinada ao lazer. Foto: Ricardo M. Venturelli. Mar/2022.

Em trabalho de campo realizado no Sítio Santa Terezinha, espólio do Sr. Alberto Pires, fora realizado a partilha da propriedade, porém por questões de recursos financeiros não fora desmembrada a escritura. Então o que há é um acordo familiar sobre o uso da terra, gerando imbróglios e certa animosidade entre os herdeiros.

Atravessamos o divisor de águas, passando pela área urbana de Cerqueira César e nos dirigindo aos solos arenosos da Bacia do Rio Pardo, adentramos na microbacia do Ribeirão Três Ranchos. Antes de iniciarmos as abordagens referentes ao bairro rural dos Três Ranchos, iremos destacar uma propriedade camponesa produtora de leite, ao qual está instalada desde 1919, e atualmente, com o crescimento urbano se encontra no limite urbano. Um típico caso encontrado de como o campesinato se reproduz e ressignifica seu território foi encontrado em uma propriedade nos arreadores de Cerqueira César. Hoje a Chácara São Jose, de propriedade do Sr. José Renato, com aproximadamente 50 ha e que se orgulha de sua tradição leiteira desde 1919, está exatamente no perímetro urbano e ao lado do distrito industrial. Mas nem por

isso perdeu a sua função e mantem-se firme frente aos interesses especulativos. Sua produção é destinada para a Frutap de Bernardino de Campos/SP. Mesmo localizada em torno de 2 quilômetros da Cativa, esse produtor encontrou maior rentabilidade em fornecer para essa indústria de iogurtes, de capital local e localizadas a 40 quilômetros.



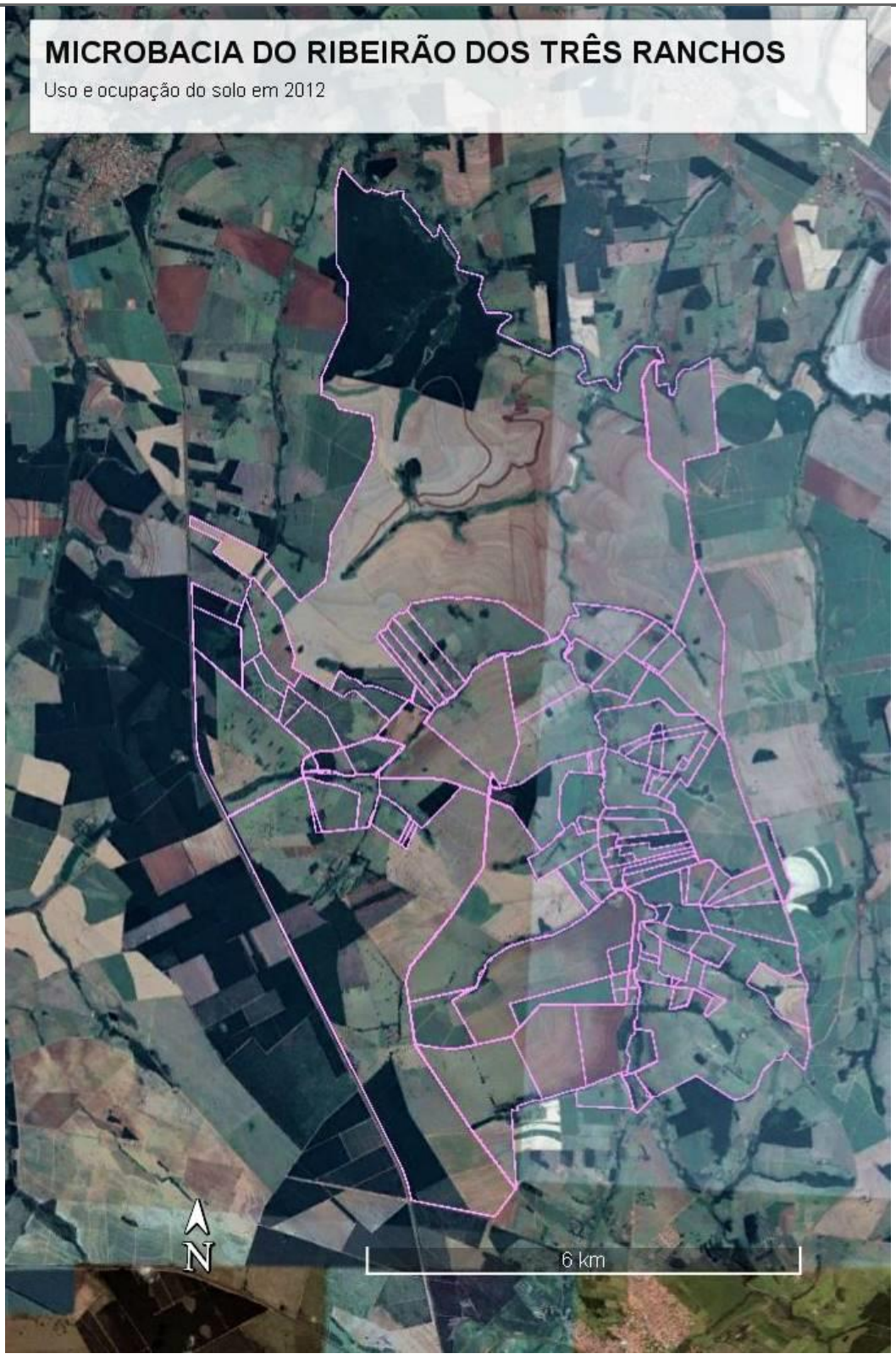
Figura 83: Chácara São José, desde 1919 localizada no distrito industrial de Cerqueira César/SP e seu rebanho de gado leiteiro. Foto: Ricardo M. Venturelli – Maio/2020.

O bairro dos Três Ranchos é tido como o ponto de fundação da primeira vila existente na localidade no final do século XIX, e onde a ferrovia ficou estagnada por quase uma década quando a Cia Sorocabana se encontrava em situação financeira delicada e, ainda, pela presença de solos arenosos acreditava-se não ser viável a construção da ferrovia para consolidar a expansão ferroviária. Dessa forma, dos três pequenos casebres que serviam de pouso aos viajantes para o sertão paulistas, se inicia a ocupação através da imigração de mineiros da região sul do estado para que ocupassem as terras ao qual a cafeicultura não se interessou. Liderados por nomes como José Teodoro de Souza, João Pinheiro, Francisco Antônio Rocha Melchior, e posteriormente os capitães Tito e Moura Leite incentivaram o processo de deslocamento populacional para que efetivasse o povoamento dessa localidade.

> Esse mineiros, determinados a se fixarem na terra, decidiram povoá-la, procurando assim atrair seus conterrâneos. Ofereciam casa pronta, de moradia, como método de atrair e assegurar agricultores e trabalhadores. Começavam a aberturas de “picadas”, que, mais tarde, dariam origem as ruas. (DI CREDDO, 2003, p. 61)



Mapa 29: Uso e ocupação do solo e estrutura fundiária do Ribeirão dos Três Ranchos em 2002. Fonte: SICAR e Google Earth



Mapa 30: Uso e ocupação do solo e estrutura fundiária do Ribeirão dos Três Ranchos em 2012. Fonte: SICAR e Google Earth



Mapa 31: Uso e ocupação do solo e estrutura fundiária do Ribeirão dos Três Ranchos em 2022. Fonte: SICAR e Google Earth

Certamente os recursos cartográficos disponibilizados pelo Google Earth para os últimos anos melhoraram de qualidade, o que nos favorece em aplicar essa metodologia para análise de uso e ocupação do solo. Semelhança se daria com as imagens de satélites disponibilizadas e aos quais poderíamos georreferencias e geoprocessar. Mas, é possível notar alterações significativas em escalas mais amplas nesse intervalo temporal, tais como as silviculturas das fazendas do grupo Passarelli e Florestal Schlatter no decorrer do traçado da SP-261. Porém, a propriedade que nos chama atenção é a Fazenda Esmeralda, do grupo Agropecuário Juquis. Localizada na confluência do Ribeirão dos Três Ranchos com o Rio Novo, com aproximadamente 2300 hectares, tendo seu uso destinado à pecuária de corte, lavouras de cana e silvicultura.

O que nos interessa é perceber as territorialidades camponesas presentes próximas ao curso hídrico, aos quais é possível notar a presença de diversas propriedades rurais, quase que todas camponesas. Dessas propriedades, devido ao seu tamanho – que ficam em torno de 10 hectares – a pecuária leiteira para a indústria, nos moldes exigidos atualmente com tecnificação e rigidez produtiva não é viável. A fim de evitar que houvesse outra onda de desterritorialização camponesa, como ocorrida na primeira década do século XXI, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas), juntamente com o SENAR/SP (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e assessorados pelas Casas de Agricultura e pelo EDR de Avaré (Escritório de Desenvolvimento Rural) ligado a CATI, promovem os camponeses que passem a integrar o programa de aperfeiçoamento da produção leiteira, e dessa forma, a ressignificar o território camponês. A queda de produção e comercialização do leite, mas principalmente o fechamento da unidade processadora, provocou o enfraquecimento das associações municipais dos produtores de leite. Antes com um papel forte de atuação no mercado de leite, a APLEC (Associação dos Produtores de Leite de Cerqueira César), hoje congrega, em parceria com a Agrorancho (Associação agropecuária da bacia do Ribeirão Três Ranchos).

Com a efetivação desse programa, atualmente os camponeses do bairro dos Três Ranchos contam com uma rede de apoio entre si para que troquem experiencias e ajuda mútua para que possam manter seus rebanhos, realizar a ordenha com equipamentos corretos e processar o leite obtido, a fim de agregar valor a produção.

Dessa forma, consolida-se um importante bairro rural, distinto daqueles localizados na vertente do Paranapanema, não apenas pelas condições edafológicas, como culturais principalmente. Estrutura-se então uma comunidade que possui fortes laços de cooperação, uma vez que são comuns as relações de compadrio, familiaridade e amizade entre os camponeses, principalmente aqueles que vivem em uma comunidade. Como aponta Bombardi (2004, p. 283), as comunidades camponesas acabam por serem marcadas por uma relação intrínseca de produção e laços fraternos.

> Essa teia de relações que ele estabelece não se dá "no ar", ela acontece num espaço, tem um limite espacial. Desse modo, ela se territorializa e, portanto, tem sua expressão numa unidade em que fica perceptível uma certa "homogeneidade" de territorialização (de uma maneira especifica de construir seu "espaço" de acordo com uma concepção semelhante, entre os camponeses, de trabalho, técnicas, meio-natural, família, etc. – aquilo que chamamos de determinações culturais ou étnico-culturais).



Figura 84: Perspectiva da feira do Produtor Rural na principal avenida de Cerqueira César/SP – Foto: Ricardo M. Venturelli – Jan/2022.

Toda quinta-feira a tarde acontece a feira dos produtores rurais, organizada entre o SENAR e o Sindicato Rural do Vale do Rio Pardo. Nesse espaço os produtores locais podem comercializar seus produtos, principalmente aqueles processados em suas unidades e que foram desenvolvidos através de cursos de fabricação artesanal de doces e queijos, a fim de agregar valor à renda familiar. Tivemos a oportunidade de conversar com os camponeses feirantes, em especial o Sr. Elias Valentim ao qual processa o leite ordenhado de cinco vaquinhas apenas em sua propriedade, e juntamente com sua esposa Ludenéia fazem alguns tipos de queijos, doces de leite, bolos e compotas de frutas do pomar presente na propriedade.

Além da produção para venda na feira, essa família de camponeses possui três estufas de tomates ao qual fornece para a prefeitura por meio do PAA.





Figuras 85 e 86: Sr. Elias e Dona Ludenéia em sua barraca na feira e alguns dos produtos comercializados. Foto: Ricardo M. Venturelli – Jan/2022.

Além da família Valentin, interessante falar da jovem camponesa Paula de Souza, ao qual é vizinha de propriedade. Contando com uma propriedade maior, em torno de 20 ha., ela e seu marido possuem 30 cabeças de gado leiteiro. Sendo que a maior parte fornece para a Confepar, porém, fazem questão mesmo a contragosto da indústria, de destinar uma parte da produção de leite para a fabricação de queijos e doces.

Essa é mais uma estratégia que o campesinato encontra para se reproduzir. E dessa forma, o campesinato se reterritorializa através de várias faces, o campesinato é uma classe transcendente, afirma Chayanov (1974), não sendo vinculada a nenhum modo de produção específico, coexistindo em todos eles, principalmente no capitalismo, em que as relações contraditórias de produção, abrem margem para uma produção não tipicamente capitalista. Dessa forma, torna possível compreender como o campesinato não só perdura, mas se reproduz no interior do capitalismo. Esse processo de reprodução do campesinato no modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento.

Dessa forma, precisamos nos atentar aos principais mecanismos que o capital encontra para controlar toda cadeia produtiva agropecuária. Este modelo ao qual se conhece como agronegócio está intrinsecamente ligado as teorias econômicas do Neoliberalismo, sendo que o agronegócio é tratado assim enquanto um agregado de subsistemas interrelacionados por fluxos de troca. A espinha dorsal do agronegócio se articula a outras atividades que dão condições de possibilidade para que essa integração se efetive, como os setores financeiro, comercial e de serviços, ou seja, a modernidade na agricultura configura relações com outros setores produtivos, expressados pela ligação desta com a indústria e com o comércio.

O camponês estará sujeito ao capital industrial, uma vez em que ele se vê dependente da aquisição de implementos (maquinários e ferramentas) e insumos (fertilizantes, adubos, defensivos) para garantir a sua produção, e após, com a destinação de sua produção. Este também estará automaticamente sujeito ao capital financeiro, devido à necessidade de otimizar sua produção, pois, para comprar insumos e implementos, recorre geralmente à empréstimos, sendo então que além de estar sujeito ao capital industrial e comercial, acaba também sujeito ao capital financeiro, em virtude dos empréstimos bancários.

Assim como essa propriedade, tantas outras se reinventam e se transformam. Para muitas interpretações, essas transformações seriam sinais do desaparecimento do campesinato, que dentro da leitura marxista apresenta. Para Marx, dentro dos processos históricos, um modo de produção substituiria o outro, e que somente a revolução proletária é que sucumbiria o capitalismo (MARX, ENGELS 2009, p. 103), e dessa forma que seus discípulos desenvolveram os principais estudos agrários sob esta ótica. Partindo do pressuposto de que na agricultura a separação entre capital e trabalho também se processaria,

ou seja, que alguns seriam empregados enquanto outros seriam donos dos meios de produção, o assalariamento seria um processo inevitável ante a inserção do capitalismo no campo, ocasionando assim o desaparecimento da classe camponesa. Dentre aqueles que contemplaram a desintegração do campesinato sobre as ações do capital, temos Kautsky que afirmou que "se deve pesquisar se e como o capital se apodera de agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas"(KAUTSKY, 1980, p. 28).

De certa forma, se analisarmos o grau de dependência ao capital industrial que o campesinato está sujeito, principalmente com o intenso uso de insumos, agroquímicos e biotecnologia em suas propriedades, poderíamos concluir que a indústria fez sucumbir a classe camponesa, por mais que esta lutasse contra.

Ainda na interpretação da tese do desaparecimento do campesinato, a vinculação a indústria, a dependência de insumos e os ganhos monetários leva a uma diferenciação social dentro da própria classe camponesa, e assim, essas diferenciações sociais dão margem a ocorrências de camponeses ricos, que de fato iria se transformar em burguesia, sendo que a maioria dos camponeses iria empobrecer a ponto de ter que se transformarem em proletários (LÊNIN, 1985).

Sobre a desintegração do campesinato, Lênin afirma que "o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista." (LÊNIN, 1985, p. 35). Entretanto há uma nuance que os diferencia, Kautsky considera que a superioridade técnica e produtiva da grande exploração capitalista é o que promove a expropriação de pequenos produtores rurais. Enquanto Lênin elege a diferenciação social dentro do campesinato como mecanismo que os levará ao assalariamento. De acordo com Paulino (2003, p. 29),

> [...] ambos sentenciaram o desaparecimento do campesinato, em um momento crucial do desenvolvimento capitalista, em que a interpretação dos fenômenos sociais estava fundamentada em teses oriundas da profunda análise das transformações urbano-industriais.

Entretanto, é preciso analisar o processo de produção do capital, como forma de acumulação de capital através de processos tipicamente não capitalistas. Ao não empregar capital, não se pode afirmar que se trata de um processo de reprodução do capital, uma vez

que não há a exploração de mais-valia, mas sim a sujeição sobre a produção camponesa e a renda da terra.

> A economia camponesa apresenta-se de maneira imediata como uma série de processos de produção peculiares e distintos dos processos de produção capitalista. Em um primeiro momento, é instigante tentar realizar uma análise como a de Marx em *O Capital*, ou seja, partir do estudo do processo de produção em seu sentido restrito – tal como realizou Marx para descobrir a chave da exploração do operário – e tentar descobrir a chave de exploração do camponês. Contudo, o problema é qualitativamente diferente, pois enquanto na produção capitalista o processo de trabalho corresponde a um processo de valorização, ou dito de outra forma, um processo de exploração da mais-valia, o processo de trabalho camponês somente se constitui em um de valorização por meio de uma série de mediações em que a exploração somente é consumada quando a produção camponesa estabelece uma relação com a circulação capitalista (VERGES, 2011, p. 13).

O controle da terra e as relações de trabalho familiar garantem a existência do campesinato, ao qual se adapta e se transforma, mesmo que sujeito contraditoriamente ao capital, como meio de garantir a sua permanência. Logo, a própria dinâmica contraditória de reprodução do capital abre espaço para a reprodução camponesa, uma vez que naquela são as necessidades de produção que definem as normas de contratação e manutenção de trabalhadores.

Além de indicarmos alguns processos de territorialidades camponesas vinculados a divisão territorial do trabalho e a mobilidade do capital, queremos partir para uma interpretação que vá além da análise de diferenciação/homogeneização que fizemos ao analisar o Macuco e o Três Ranchos. De certo que ambas possuem suas diferenciações a partir dos processos de ocupação que se deram condicionadas pela cobertura de solos, mas que, quando pensada pela lógica da ação do capital, apresentam sujeições semelhantes ao subordinar sua produção à indústria.

Contudo, queremos abordar um outro processo de construção territorial camponesa, que tem a ver com o processo de ocupação e o forjar do desenvolvimento geográfico desigual, porém que se territorializa através da luta pela terra.

3.3.2 – A luta pela terra e a territorialização camponesa

Desde os primórdios da ocupação, a área onde viria a ser o Assentamento Zumbi dos Palmares foi alvo de apropriações ilegais, rentismo e alianças políticas. De terras devolutas a

terras públicas, muitos procuraram tirar proveito. Mesmo antes do início da ocupação ali já era uma grande área grilada, ao qual depois foi transferida aos "capitães", e depois aos seus filhos, ou vendidas. Até que, o governo federal as readquire e cria o projeto de colonização denominado Monção. Logo esse projeto acabara e novamente as terras, agora públicas, passam a ação daqueles que se apropriam de maneira furtiva.

Certamente que a luta camponesa também é por território, como seriam as lutas indígenas, por exemplo, mesmo sendo uma luta por terra, onde desenvolverão com trabalho familiar uma agricultura voltada à produção de alimentos, com a criação do assentamento é consolidada uma identidade e uma comunidade. E pelo fato de o acesso à terra ser fruto de luta, de ação de movimentos sociais, que configuram um assentamento, o arranjo local acaba por determinar um território, uma vez que as suas particularidades acabam dando certa homogeneidade nas relações produtivas e culturais, bem como o uso e ocupação do solo marcado por lotes com pouca extensão de hectares. Bem como concordamos sobre a concepção de Território de Raffestin (1993), em que para este autor, "o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, que por consequência, revela relações marcadas pelo poder". (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

> É preciso compreender por poder primeiro a multiplicidade das relações de força que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constituídas de sua organização. O poder é parte intrínseca de toda relação. (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Os limites são definidos pelas forças de cada agente no processo de seu território. Logo, quando falamos de agronegócio e campesinato, certamente que nesse jogo de forças e interesses, o campesinato acaba por ser pressionado, cercado pelo agronegócio, que age de forma intensa na pressão por expansão de seus territórios e sufocamento do camponês. São disputas que marcam o território com facetas diferentes. De um lado a terra de trabalho, de outro a terra de negócio e a complacência do Estado.

Territórios camponeses não devem ser vistos da mesma maneira, uma vez que podem ser frutos de diferentes ações. Um território camponês configurado por um assentamento, é fruto da luta pelo acesso à terra, o sujeito camponês assentado é diferente do camponês típico. A luta pela terra gera um movimento dialético, pois, a organização camponesa o faz pensar em uma nova perspectiva, mas quando assentado é pressionado a agir como camponês simples, voltado à subsistência ou à sujeição do Capital. Caldart (2000, Apud FABRINI,

2008, p. 251-252) aponta que o "MST não é um movimento formado pelo camponês típico, pois a preocupação deste está voltada para a obtenção de interesses econômicos imediatos".

> [...] é preciso dizer que a cabeça do camponês ou boia-fria, vira de ponta cabeça, e uma nova visão de mundo aos poucos vai sendo construída, sempre na relação com tradições que continua carregando, seja como complemento, seja como contradição, ou já como síntese. (CALDART, 2000. P. 118 Apud FABRINI, 2008, p. 251)

Dessa forma é que os camponeses típicos acabam se voltando pela conquista da terra e a sua manutenção, enquanto os camponeses sem-terra pensam não apenas no acesso à terra, como também mudanças estruturais pautadas na reforma agrária que atinjam o bojo de toda sociedade, quebrando com o pacto de poder oligárquico. Assim, a luta camponesa exercida pelo MST não almeja apenas a terra, como também mudanças estruturais.

A organização do território não pode ser vista como um processo simples e direto das inúmeras fases de desenvolvimento do capital. As transformações dos territórios se originam de processos complexos, que estão ligados aos desenvolvimentos das forças produtivas e das relações capitalistas de produção, bem como às contradições de tal desenvolvimento. Quer sejam as relações de existência ou de produção do território, elas expressam relações de poder. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem, a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a "face vivida" da "face agida" do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 161 e 162)

Entretanto, por vezes esses territórios, camponeses e do capital, coexistem, disputando sim, mas com estratégias em que o primeiro acaba sendo permitido pelo segundo. Oliveira (1999, p. 75), afirma que "o capital cria condições contraditórias no processo de construção/destruição de frações territoriais". O capital age de maneira intensa a dominar frações territoriais de forma a garantir a concentração fundiária, mas também, permite a existência de relações produtivas não capitalistas, como o campesinato, quando lhe convém, a fim de sujeitar a produção camponesa aos seus ditames.

Por isso, não podemos entender que a luta de classes se limita a concepção clássica marxista entre burguesia e proletário. Quando abordamos a questão agrária, a luta de classes passa a ser territorial também, incrementadas pela presença do campesinato e dos latifundiários, como aponta Shanin (1984). Essas mesmas classes que disputam territórios

apresentam procedimentos de coexistências e disputas diversos, e cada caso merece atenção especial, para que de alguma forma, possamos elucidar a parte, para entender o todo. Percebemos que as disputas são marcadas por relações de poder, e a conquista da fração territorial, os limites e o ritmo de avanço marcam os processos contraditórios presentes no campo. Se por ora o capital permite a existência camponesa para de certa forma o sujeitar, em outro momento ele avança de forma voraz, procurando o maior número de hectares possíveis, para fins de extração da renda fundiária.

Em 1994 o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) realiza as ocupações nas terras griladas do antigo Núcleo Colonial Monção, reivindicando o assentamento de famílias nas terras remanescentes, e naquelas que estavam ocupadas por empreendimentos privados. Passaram a surgir, então, acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra às margens das rodovias próximas, principalmente nas margens da SP-280. As reivindicações também se estendiam para as demais áreas griladas nas proximidades, bem como para o grande montante de terras improdutivas por ali encontradas. No início do ano de 1996, em torno de trezentas famílias que estavam acampados à beira da SP-261, foram despejadas por uma ação judicial de reintegração de posse, a pedido do próprio ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) (TURATTI,2005, p. 35). Em julho do mesmo ano, aproximadamente 250 famílias foram cadastradas pelo INCRA, e mais 80 famílias chegaram para incrementar a luta. A ação deste órgão federal acaba por legitimar as ações dos movimentos sociais, alegando a feição de terras públicas na localidade.

A legitimidade da luta é pautada pelas previsões legais de uso de terras públicas e devolutas à programas de reforma agrária. As ocupações e acampamentos não passam de instrumentos de reivindicação, denúncia social e pressão aos órgãos competentes. Como apontado por Venturelli (2013, p. 141) a cronologia dos eventos que se iniciaram com as ocupações e culminaram com a criação do assentamento e entre os planos de ação de reivindicações de áreas de ação, foi apenas a partir de 1994 que o INCRA vem realizando diversas ações investigativas para delimitar as terras remanescentes do Núcleo Colonial Monção.

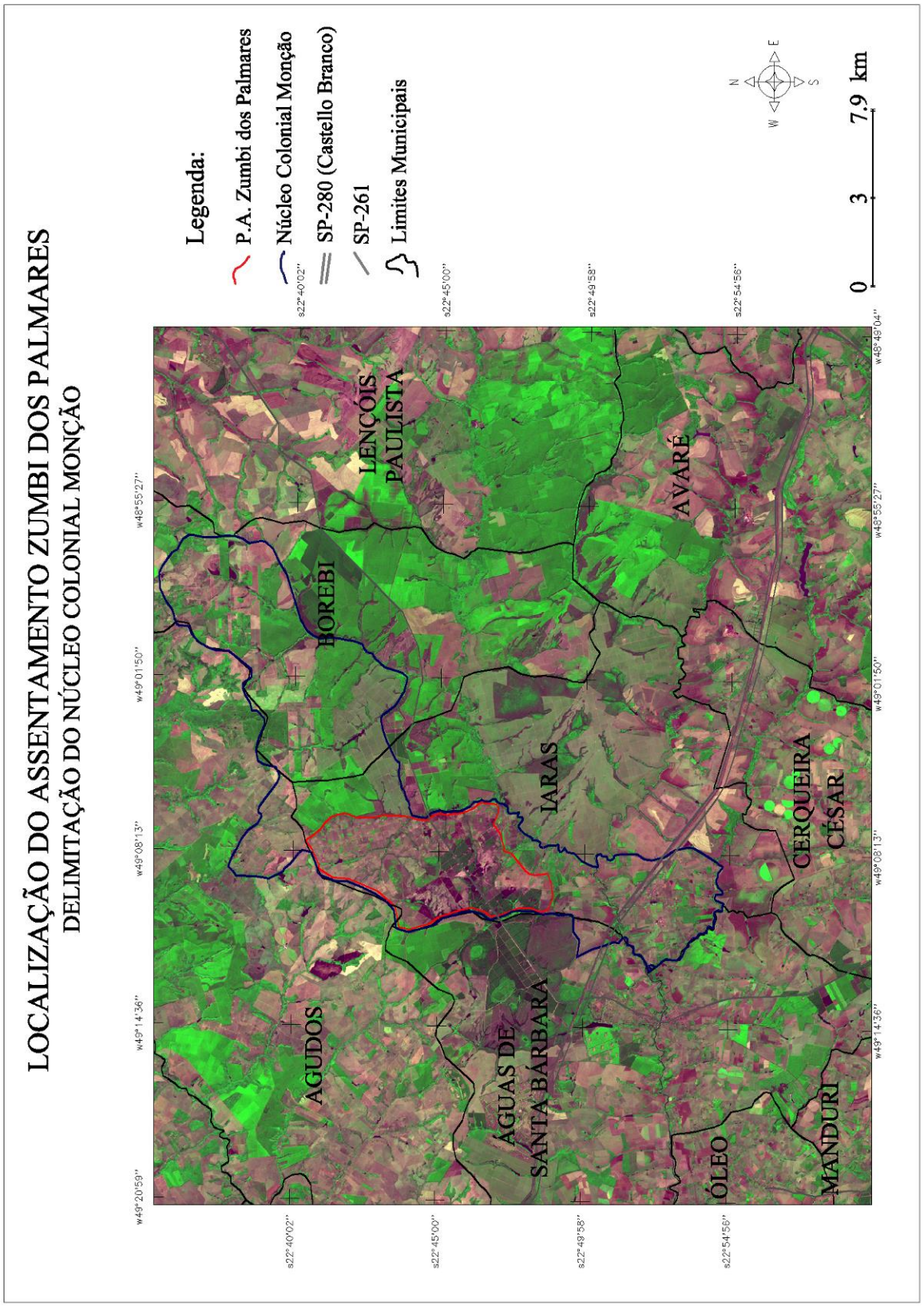
- 1997 - Ação Reivindicatória da Fazenda Capivara;
- 1999 - Criação e implantação do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares e o assentamento de 54 famílias na Fazenda Capivara.

- 2000/2002 - Levantamento fundiário de todas as ocupações no perímetro do Núcleo Colonial Monção;
- 2005 - Ação Reivindicatória da Fazenda Capão Rico e Sítio Sarandy;
- 2004/2006 - Estudo de Cadeias Dominiais, baseado na localização espaço/temporal de imóveis dentro do Núcleo Colonial Monção;
- 2004/2006 - Assentamento de mais 170 famílias no Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares também na Fazenda Capivara.



Figura 87: Acampamento na Fazenda Capin/Santo Henrique, em 2004. Fonte: IHA (2005 p. 113).

O Assentamento Zumbi dos Palmares é mais uma evidência da luta pela terra. Após anos de ocupação, o INCRA realizou a divisão dos lotes e promoveu o assentamento que atualmente conta com mais de 220 famílias nas terras públicas do antigo Núcleo Colonial Monção.



Mapa 32: Localização do Assentamento Zumbi dos Palmares

A localização desse assentamento se dá de forma interessante na paisagem local, uma vez que disputa territórios rodeados pela silvicultura e a citricultura, sendo alocado distante do centro urbano mais próximo, em torno de 20 quilômetros.

> Os assentamentos tenderam a representar mudanças nas formas de ocupação do espaço, transformando áreas onde predominavam pastagens, criação extensiva, monoculturas decadentes e em crise. Nela foi diversificada a paisagem, com a introdução de novos cultivos e criações, a produção para mercados locais, diversificando a paisagem etc. (MEDEIROS, 2003, p. 86).

Mesmo com o assentamento dessas famílias, a luta não cessa. Não basta apenas o lote assegurado ao camponês, sendo que não há assistência técnica e créditos rurais para garantir as produções. A instalação de um assentamento é o primeiro passo de muitos para a efetivação da reforma agrária. Dentre tantas situações importantes de destaque estão as ofensivas do capital sobre as terras dos assentados, e tal violência se dá através de inúmeras ações que visam prejudicar o trabalho camponês, como por exemplo a dispersão de agrotóxicos por pulverização aérea e a degradação das estradas que servem de deslocamento ao assentamento.

Não é nosso intuito apresentar todos os eventos referentes à luta pela terra no assentamento, uma vez que em estudo anterior (VENTURELLI, 2013) discorremos sobre os pormenores da luta pela terra e o uso de terras públicas. O que pretendemos demonstrar nessa seção, que a resitência camponesa e sua territorialização quando resultante de um processo de assentamento de reforma agrária, ganha novas dimensões, e assim, incorrem em demais problemas, além de todos os percalços que os camponeses enfrentam para a sua manutenção na terra.

E dessa forma chegamos ao ponto que precisamos analisar, de como e qual modelo de reforma agrária o Brasil optou por realizar. Não podemos entender que reforma agrária seja apenas a partilha de uma grande área, independente se ela é improdutiva, grilada ou pública, para o assentamento de algumas famílias. A reforma agrária deve atender a critérios mais amplos, que alcancem o seio da sociedade, provocando mudanças estruturais de poder e economia. A terra é um objeto de poder, isso é inegável na estrutura de nossa sociedade. Mas por vezes, o Estado acaba por contradizer-se, realizando projetos de colonização ou assentamentos em pequenas propriedades, criando e recriando o campesinato. E por que ele faz isso? Em certos momentos é importante ao capital se valer de relações produtivas não

capitalistas, como a produção familiar camponesa, para ampliar os meios de acúmulo, de produção do capital. Quando não o é interessante, o campesinato é deixado a margem de quaisquer políticas públicas.

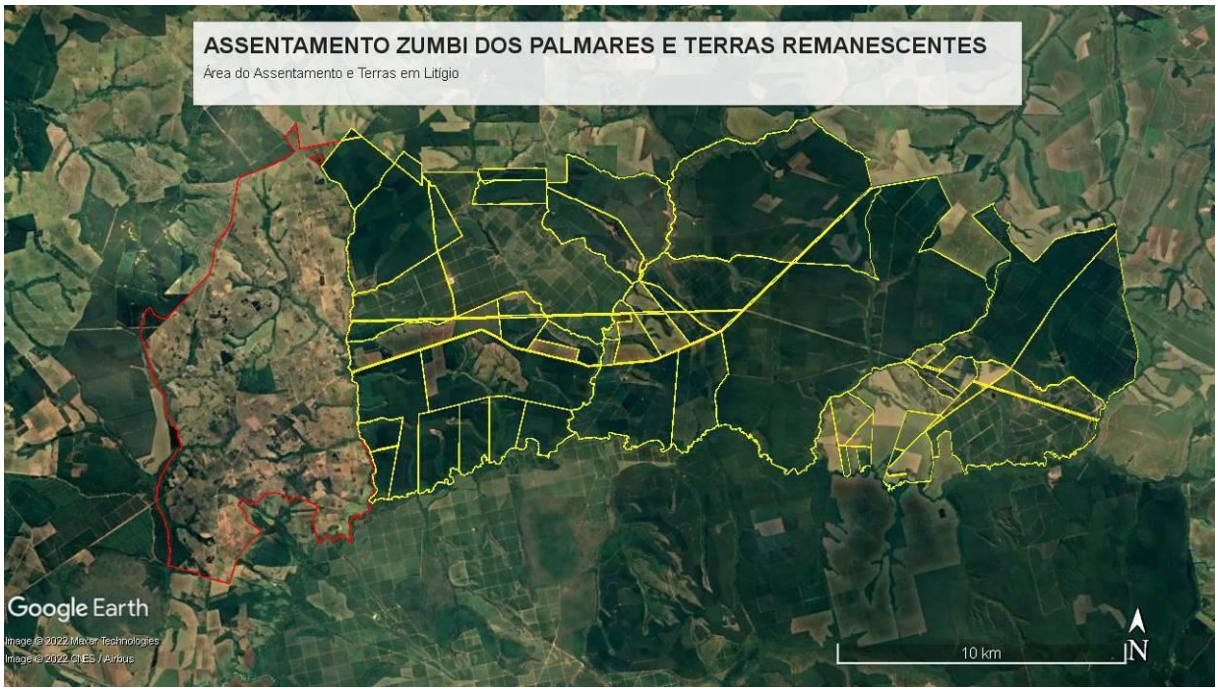
Marques (2004, p. 48), analisou quatro aspectos que teriam peso na resolução da questão agrária atual. A primeira se remete a instabilidade e fragilidade da produção dos assentados e dos camponeses, face o avanço do processo de abertura da economia brasileira e o aprofundamento da lógica de mercado. Em segundo ponto vem a precariedade das infraestruturas produtivas e sociais nas áreas de assentamento. O terceiro quesito se trata do caráter pontual e emergencial que tem caracterizado a condução da reforma agrária. E por último a questão da manutenção de parcela significativa de nossa população rural.

A reforma agrária no Brasil é incompleta e irrisória, sendo realizada de uma forma precária, expressando a vontade das elites. Está mais que explicito que pouco os governos têm feito para uma reforma ampla e consolidadora de transformações na sociedade. Os projetos de assentamentos, entre tantas outras modalidades de assentamentos e programa de reforma agrária, aparecem como algo artificial, delicado e incompleto.

O que nos deixa preocupado é o fato de que os movimentos sociais estão em letargia frente ao atual (des)governo, certamente por receio à violência que o Estado e os latifundiários legitimados pelo discurso de ódio proferirão sobre os camponeses. E ainda quando a luta pela terra tem sido deixada de lado por medidas assistencialistas, que em um primeiro momento acaba por convencer e impedir que o cidadão saia da zona de conforto e lute pelos seus ideais e por mudanças no conjunto de toda a sociedade. A contrarreforma agrária está dominando o campo brasileiro. Todas as investidas contra os movimentos sociais e contra a quebra do pacto de poder latifundiário no Brasil estão se mostrando intensas. Os movimentos sociais se organizam, legitimam suas ações através de estudos, de processos, de documentos, e mesmo assim tem que se deparar com tantas forças que agem contra a reforma agrária.

O conservadorismo está ganhando sobre as reformas de base. Nossa sociedade estará cada vez mais injusta e excludente enquanto aceitarmos esse modelo de imposição dos interesses da elite sobre os interesses coletivos. A opção pelo agronegócio exportador demonstra os interesses das políticas econômicas em privilegiar esse setor, e quem sabe, fazer perdurar o pacto colonial, colocando o Brasil no cenário mundial como um país fornecedor de

produtos primários. E aos movimentos sociais, não basta apenas bradar contra o latifúndio e a favor da reforma agrária. O retrocesso é tão grande, que agora terão que enfrentar a contrarreforma agrária do Brasil.



Mapa 33: Localização do assentamento Zumbi dos Palmares e terras em litígio. Fonte: SICAR e Google Earth.

Como podemos observar nessa representação espacial, o Assentamento Zumbi dos Palmares, que foi instalado em um parte do antigo Núcleo Colonial Monção, convive em uma disputa territorial recorrente, uma vez que nas áreas que compunham a Fazenda Turvinho, diversos empreendimentos estão presentes. Os conflitos territoriais não envolvem a tomada de terra, mas sim uma série de ações que prejudicam a manutenção camponesa. A grande extensão de terras com silvicultura é um exemplo evidente de uma disputa territorial, ao exaurir os nutrientes e recursos hídricos do solo não apenas do ponto que está plantado, mas sim de uma vizinha, o que afeta os poços de captação de água existentes no assentamento, rebaixando o nível do lençol freático e contaminando-o. Interessante notar como é representada a estrutura fundiária, uma vez que nos cadastros do INCRA e do SICAR o assentamento Zumbi dos Palmares é classificado como uma única área, sendo nomeada como terras de assentamento de reforma agrária. Já as terras da Fazenda Turvinho estão desmembradas em diversas propriedades, tal como demonstramos em tabela outrora.

De fato, a reforma agrária não pode se resumir apenas à desconcentração fundiária e distribuição após a realização da ocupação de terras públicas e devolutas, como também de terras improdutivas. O lote é uma etapa da reforma agrária, que só se efetivará de fato com a consolidação camponesa, possibilitando a sua manutenção e recriação. É dentro dessas estratégias visando a manutenção e recriação camponesa que a resistência encara as suas primeiras dificuldades, acarretadas pelos entraves de dificuldade de produção, uma vez que a queixa generalizada em grande parte dos assentamentos locais são a falta de assistência técnica e condições financeiras para a produção. Dessa forma, pensar no campesinato e na figura do camponês perante as suas estratégias de recriação e manutenção se mostra interessante, principalmente aquelas encontradas entre os assentados nas terras da antiga Fazenda Capivara.

Os assentados fundaram em 2008 a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária de Iaras e Região (COCAFI). Entretanto, esta não é a única perspectiva de trabalho em conjunto que existe nas áreas de assentamento em Iaras e municípios vizinhos. Como alternativa à essa cooperativa, outras associações foram fundadas, com a perspectiva de novas alternativas para a comercialização da produção. Logo, no decorrer do ano de 2011, foram criadas duas associações, a ATAI (Associação da Torre dos Assentados de Iaras) e a APPAM (Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Maracy), este último já no município de Agudos.

Ainda, visando a manutenção camponesa, muitos produtores passaram a fornecer alimentos para a Prefeitura Municipal de Iaras, através do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Logo, a perspectiva da formação de novas associações, na busca de inserir os assentados em um circuito produtivo, que facilitem a venda das produções, principalmente através do programa de aquisição de merenda escolar oriundos de pequenos agricultores, que utilizem mão de obra familiar.

No decorrer dos últimos anos essa era a perspectiva de comercialização mais concreta que existia aos camponeses assentados. Certo que nem todos participavam dessa modalidade de fornecimento de mercadorias. Alguns passaram a arrendar as terras para outros assentados, para que aumentassem a produção, outros compraram algumas cabeças de gado a fim de estabelecer uma reserva de valor.



Figura 88: Comparação temporal do uso do solo no Assentamento Zumbi dos Palmares em 2012 e 2022, respectivamente. Fonte: Google Earth.

Podemos observar que na última década houve uma mudança no uso do solo dentro da área do assentamento, principalmente nas porções central e sudoeste ao qual havia diversas disputas judiciais sobre o corte da silvicultura plantada anterior a criação do assentamento. Tanto é, que podemos notar as residências camponesas dos assentados como pequenos pontos claros em meio as árvores de *pinus* e eucaliptos. Entretanto, as madeiras não puderam ser vendidas pelo INCRA, uma vez que não tem autorização para isso, foi o que determinou o Ministério Público em Cerqueira César. Assim, as madeiras ficaram à mercê do tempo, apodrecendo a beira da estrada, sem gerar uma contrapartida econômica ao assentamento.

Dessa forma, esses camponeses que já estavam na terra não podiam usufrui-la, até que as medidas judiciais autorizassem a supressão da silvicultura e liberasse o lote. No decorrer

desse interim, uma cena muito comum era o "incêndio acidental" provocado por raios, por exemplo, ao qual acabava por limpar a área. Mais uma estratégia de luta para a manutenção camponesa.



Figura 89: Árvores queimadas e a madeira cortada esperando destinação. Foto: Ricardo M. Venturelli – set/2011

De acordo com os diretores da Confepar, quando realizamos as entrevistas em janeiro de 2020, dentre o rol de produtores de leite que estavam fornecendo à Cativa, havia oito assentados. Naquele momento de levantamento de informações e dados, o discursos vigente no escritório da indústria era o de promover a modernização da produção do assentado, e a aquisição do aparato tecnológico e dos insumos se daria por linhas de créditos fornecidas ao assentado para que pudesse se enquadrar nos padrões exigidos pela indústria para o fornecimento de leite.

A última questão que envolve a manutenção camponesa no assentamento e que tem levado preocupação aos representantes do MST em Iaras é a MP 910/2019 ao qual altera o marco temporal para comprovação de exercício de ocupação e exploração direta. De fato, essa Medida Provisória (MP) assinado durante o (des)governo de Bolsonaro tem o pretexto de regularização fundiária de áreas da União ainda não tituladas, mas com o objetivo de abrir precedentes para regularizar terras públicas griladas. E assim, toda a luta traçada, toda territorialidade construída e toda resistência camponesa consolidada podem retornar ao princípio quando essas terras eram destinadas a quem tivesse mais força para se apropriar.

4 – ESCALAS LOCAIS

O que é escala? Seria uma simples representação cartográfica que indica a relação entre as distâncias presentes no mapa e as distâncias reais, enquanto proporção de redução da superfície terrestre.

Talvez essa explicação seja superficial para indicarmos o que queremos nesse capítulo.

Pensar nas escalas que o campesinato local, aquele analisado nesse estudo, representam na superfície terrestre, possa indicar que a dimensão espacial é tão ínfima, que nem valeria a pena entrar em suas particularidades. Ainda mais sendo um recorte, dentro de um recorte feito anteriormente. Uma limitação do que é limitado metodologicamente. E por isso, qual a sua significância para o mundo?

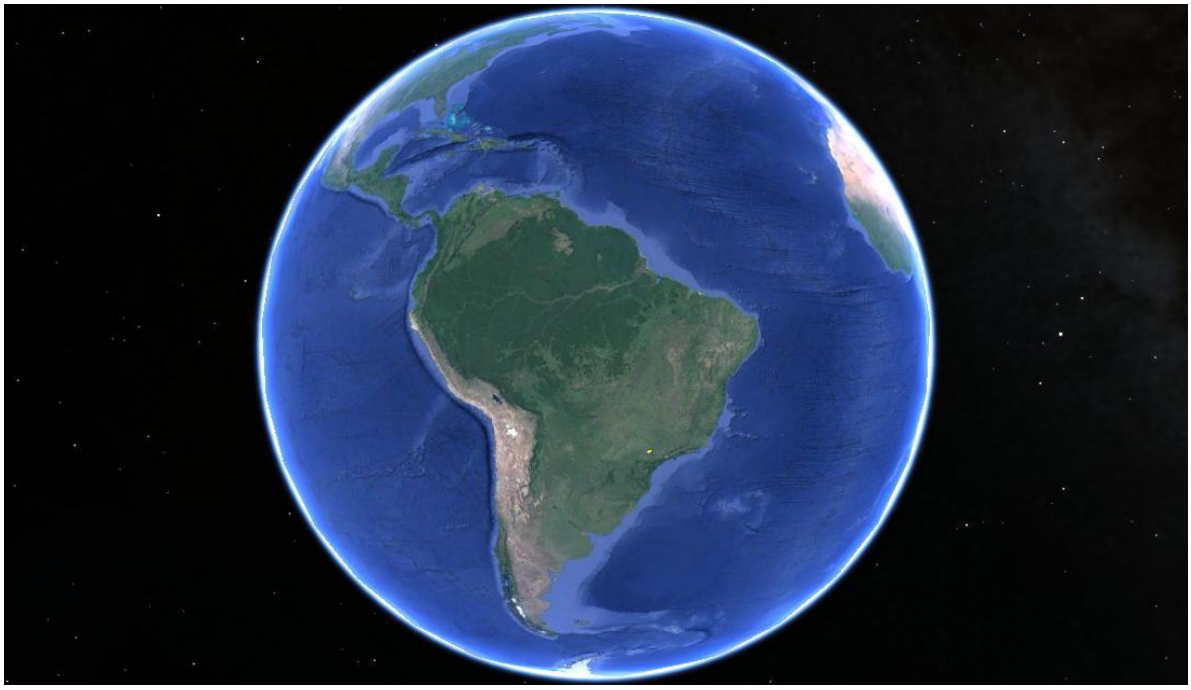


Figura 90: Representação da esfera terrestre, com destaque à América do Sul e a dimensão espacial da área em estudo. Fonte: Google Earth.

Se a análise da escala de limitasse a sua dimensão, qual a representatividade desse recorte na escala global? Praticamente não podemos sequer localizar nessa imagem onde está a área de estudo, e por isso, deixamos essa escala para perceberem que não é a dimensão espacial que determina o grau de relações, mas sim quais são essas relações.

Interessante que uma das motivações para se fazer esse estudo partiu de tanto ouvir pela região afirmações que expressavam a necessidade autoafirmação. Que nessa localidade estava a maior fazenda de laranjas da América Latina, que por ali já se produziu o melhor doce de leite do Brasil, que nessas terras já esteve a maior plantação de algodão do mundo, que as águas do Aquífero Guarani brotam no ponto de melhor acesso, que a represa de Jurumirim é tantas vezes maior que a baia de Guanabara e, até que a primeira igreja totalmente demolida no mundo para construção de uma nova aconteceu por ali. Tantas as afirmações que nos levou a refletir sobre qual a dimensão, o impacto e as relações que esses processos e fenômenos apresentam na superfície terrestre, e percebemos que realmente, essa necessidade autoafirmação por ser uma localidade pouca expressão tem suas conexões com a escala mundial, uma vez que a sua (in)significância está totalmente relacionada ao capital e o papel que essa região exerce na divisão territorial do trabalho enquanto resultante de condicionantes do desenvolvimento desigual e combinado.



Figura 91: Representação da esfera terrestre, com destaque ao Brasil e a dimensão espacial da área em estudo.
Fonte: Google Earth.

"Á proporção que a concentração do capital facilita o aumento da divisão do trabalho, o capital deve também encontrar os meios de reunir o que está sempre sendo dividido" (SMITH, 1988, p. 177). Talvez em escala nacional seja um pouco mais perceptível localizar o

recorte espacial estudado. Mas, novamente indagamos qual será a sua relação a partir da externalidade de suas linhas? Com quais outras localidades há essas relações e de que maneira elas determinam a divisão do trabalho?

Ao nos basearmos na concepção da escala apresenta por Smith (1988), temos de entender como capital é agente influenciador nas relações entre as localidades, mesmo que o volume de mobilidade do capital seja ínfimo, e por isso, já é um resultado do capital ao não "estar" naquela localidade e não tecer relações, por isso concordamos que a relação do capital ao forjar suas relações determina:

> a "tendência universalizante do capital" e [...] os resultados geográficos contraditórios desse processo. De um lado, o espaço geográfico é produzido em escala mundial como um espaço relativo e, por outro, há diferenciação interna do espaço geográfico em espaços absolutos distintos, em diferentes escalas. (SMITH, 1988, p. 169).

Assim, com as diferentes ações e mobilidades do capital as construções territoriais são construídas, uma vez que entendemos que as territorialidades não se resumem a sua dimensão na superfície terrestre, mas sim aos conflitos expressos em uma determinada dimensão espacial enquanto reflexo geográfico da luta de classes.

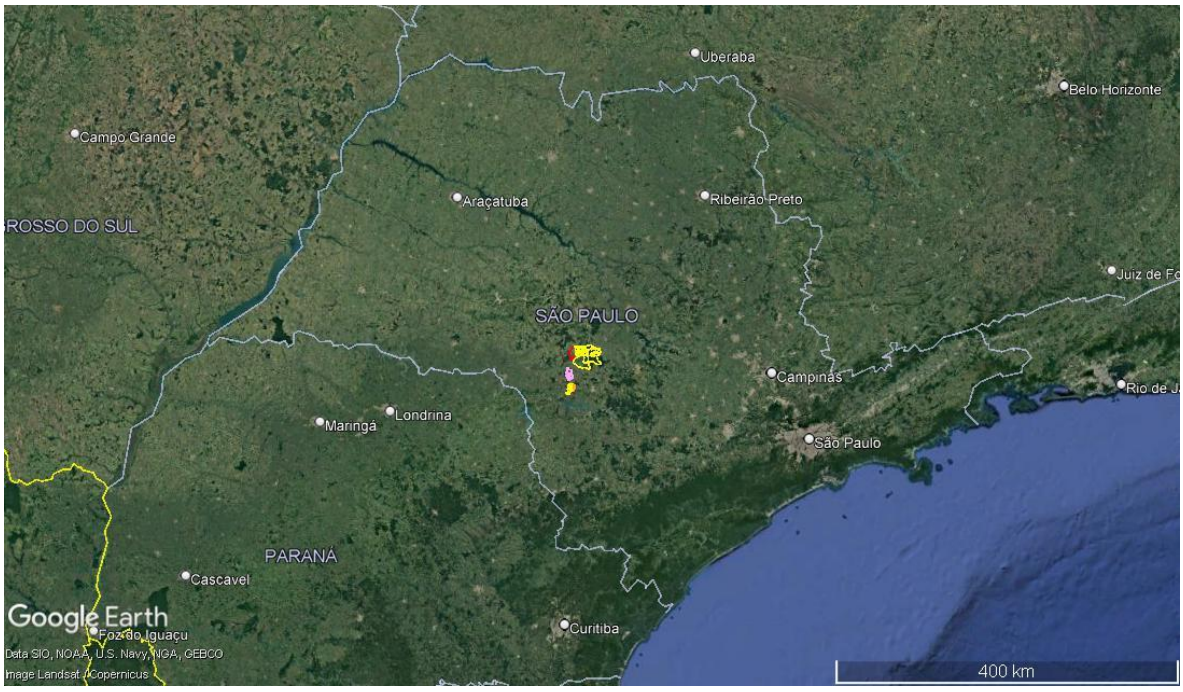


Figura 92: Representação espacial do estado de São Paulo e a dimensão espacial da área em estudo.

Fonte: Google Earth.

Há uma dimensão considerável ao observamos a área de estudo e o estado de São Paulo nessa representação espacial. Fácil notar a extensão especial, porém, ainda não conseguimos enxergar as suas territorialidades, tal que essas são resultantes da contradição do capital, e por isso, são expressas na superfície não apenas por esses emaranhados de linhas que observamos, mas na forma em que esse recorte se conecta com o todo, a partir da divisão do trabalho.

> A divisão específica de trabalho torna-se então uma "necessidade técnica ditada pelo próprio instrumento de trabalho". Isto é, o desenvolvimento da divisão específica de trabalho, como tal, é substituído como o fator determinante central da diferenciação do processo de trabalho.
>
> A diferenciação nesta escala é cada vez mais o produto do desenvolvimento técnico dos próprios instrumentos de produção. Como tal, e apesar de ser fundamental sob outras maneiras, a divisão específica do trabalho contribui muito pouco para a diferenciação social que, por sua vez, leva ao desenvolvimento desigual. (SMITH, 1988, p. 163).

E a partir das contradições do capital, principalmente onde sua presença é mais delicada, os conflitos tendem a ser mais expressivos. Ressaltando que esses conflitos não são apenas embates para a ocupação, mas acontecimentos que determinam a presença ou não de tal classe naquela extensão locacional que é determinada pelo processo de desenvolvimento.

> É por isto que preparando-nos para a análise do desenvolvimento desigual, estivemos tão preocupados em precisar uma concepção do espaço. Da forma pela qual é comumente utilizado, "o desenvolvimento desigual" refere-se não simplesmente à Geografia do capitalismo, mas também às diferentes taxas de crescimento entre os diferentes setores da economia capitalista. Ao equiparar aqui o desenvolvimento desigual com a sua expressão particularmente geográfica, não há nenhuma tentativa de negar outros aspectos do processo. Isto é feito para compensar o nítido descuido para com a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista. (SMITH, 1988, p. 151).

E por isso, temos de compreender qual a escala que o capital traça ao pensarmos nos movimentos que este condiciona enquanto há o movimento do capital nos investimentos para produzir e obter matéria-prima e o movimento do capital de vendas de mercadorias, ou seja, realizando sua entrada e sua saída da localidade ao amarrar as pontas da cadeia produtiva. Assim Harvey (2013, p. 550) define a “capacidade para movimentar os produtos define a mobilidade do capital sob a forma de mercadoria”.

Assim, iremos no decorrer desse capital evidenciar dentro dessa premissa as relações que o capital cria e determina as relações de diferenciação do desenvolvimento desigual, porém, que só pode ser explicada se analisada enquanto parte de um todo, e por isso,

entendido como face da igualização do capital, visto que o capital se expressa de maneiras distintas nas localidades, mas age com o mesmo objetivo em toda a Terra.

4.1 – Dependência e mobilidade do capital: escalas de sujeição camponesa

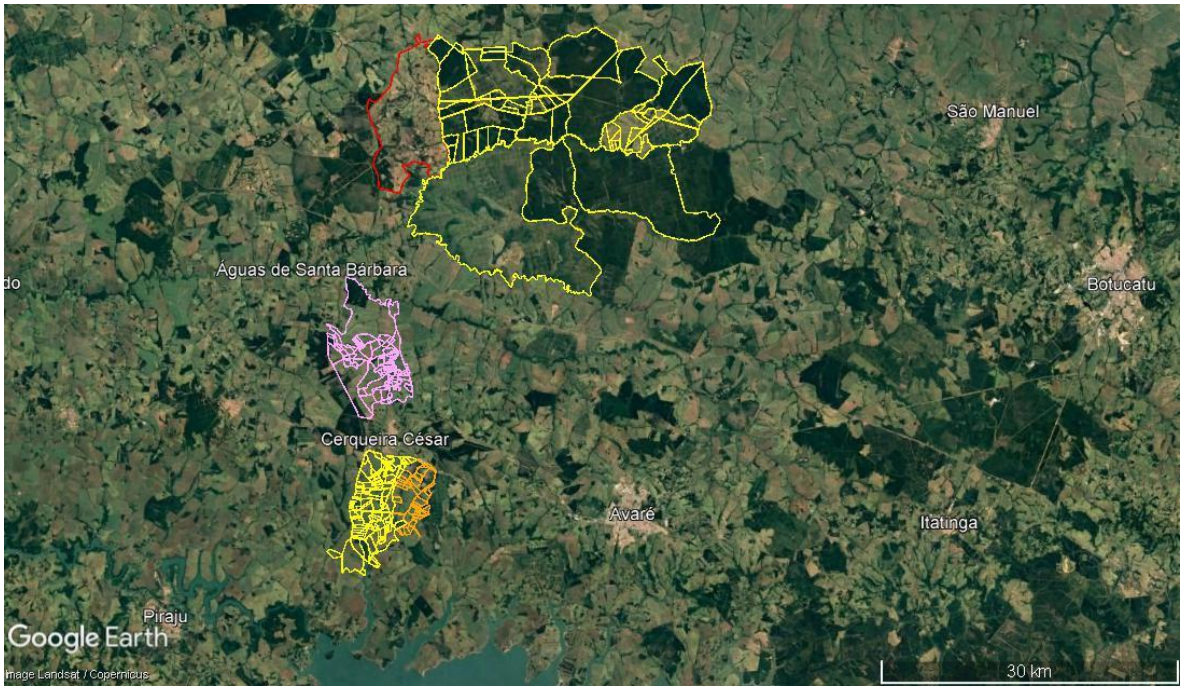


Figura 93: Representação espacial do entre rios da média sorocabana e áreas em estudo.
Fonte: Google Earth.

Sem titubear já iniciamos esta seção com a exposição dos recortes de estudo dentro da escala local, que apresenta parte do Sudoeste Paulista. Nessa perspectiva é possível perceber a dimensão e suas estruturas fundiárias que expressam as territorialidades presentes. Entretanto, nesse primeiro momento não iremos elucidar as escalas de relações de mercadorias e capitais presentes. Iremos entender como o capital forjou essa distribuição e suas relações de trabalho e produção a partir das desigualdades, promovendo as territorialidades como expressões de resitência e sujeição do campesinato.

> A acumulação de capital avança não simplesmente através do desenvolvimento da divisão do trabalho, mas pelo nivelamento dos modos de produção pré-capitalistas ao plano do capital. O desenvolvimento da divisão do trabalho é possível somente na medida em que o capital conquista o modo de produção. (SMITH, 1988, p. 170).

Logo, o que iremos fazer nas laudas a seguir, não é demonstrar como essa estrutura se formou, mas sim quais são as intencionalidade do capital que permitem essa estrutura assim

se apresentar. As relações marcadas para além das linhas são importantes para evidenciar a ação do capital, só que, compreender como a construção territorial é dentro dos limites se torna fundamental para analisar como as relações capitalistas e não capitalistas de produção estão intrínsecas no desenvolvimento geográfico desigual.

4.1.1 – As escalas de circulação

Queremos demonstrar que as escalas de relações se concretizam quando analisamos a sua dimensão espacial e a sua rede de trocas. Para tal, iremos demonstrar uma situação interessante, fazendo uma triangulação entre a produção de leite, a indústria e o mercado, para demonstrar como que as distâncias podem não ser fatores de concretização das relações de trocas de mercadorias.



Mapa 34: Escala de relações entre produção, fabricação e comercialização. Fonte: Google Earth

As distâncias espaciais não são as mesmas que as distâncias geográficas, uma vez que todo circuito produtivo demonstrado nessa representação cartográfica não completaria um quilômetro entre a produção leiteira, a sua fabricação e a destinação ao mercado consumidor. Porém, as relações produtivas e comerciais não se efetivaram nessa escala, visto que os herdeiros do Sr. Roque Pires, que tocam o Sítio São Roque não aceitaram se adequar as

exigências produtivas impostas pela Confepar, que envolve a total mecanização e o processo de trato do gado leiteiro através dos insumos dessa cooperativa. E na outra ponta, não houve um acordo comercial sobre a venda do leite Cativa nesse supermercado local devido a desacordos no preço cobrado de frete que a indústria impôs para poder fazer a entrega – que seria do outro lado da rua.





Figura 94 e 95: Sítio São Roque e gado leiteiro, ao lado a fábrica da Cativa, observadas praticamente do mesmo ponto de vista, em Cerqueira César/SP. Fotos: Ricardo M. Venturelli – Ago/2020

A produção leiteira do Sítio São Roque é destinada para a indústria Gegê, que aceita a produção sem os rigores técnicos que a Confepar impõe aos seus fornecedores. Certamente que dentro das normas da ANVISA, assim esperamos. O produto Gegê tem uma destinação de classes menos abastadas, facilmente notado por seu produtor ter preços mais baixos de comparados às outras marcas.

> A própria circulação é apenas um momento determinado da troca, ou ainda, é a troca considerada em sua totalidade, enquanto a troca é um momento mediador entre a produção e a distribuição que aquela determina, por um lado, e o consumo, por outro; entretanto, enquanto esse último aparece como um momento da produção, a troca é também claramente compreendida como um momento da produção. (MARX, 2008, p. 256).

Assim, a partir da análise marxista da circulação, percebemos que a mediação provocada pelas trocas e a oferta de consumo poderia ser otimizada, mas, o que percebemos foi uma série de jogos de interesses, onde a produção e a comercialização sujeitam o campesinato através das imposições, e por seguinte, impõe a sociedade o que deve ser consumido. Se a Confepar deseja inserir sua marca Cativa no mercado paulista, falhou ao não conseguir inserir seus produtos no ponto de venda mais próximo da unidade fabril. Assim como, o comerciante dono do supermercado agiu a partir dos seus interesses em exigir situações que lhes fossem vantajosas. E nesse imbróglio, o camponês vizinho à indústria e a fábrica fica à mercê de outra empresa ao qual sujeita sua produção.

Tabela 14: Preços médios mensais recebidos pelos produtores de leite cru, refrigerado, no estado de São Paulo entre janeiro de 2020 a dezembro de 2021.

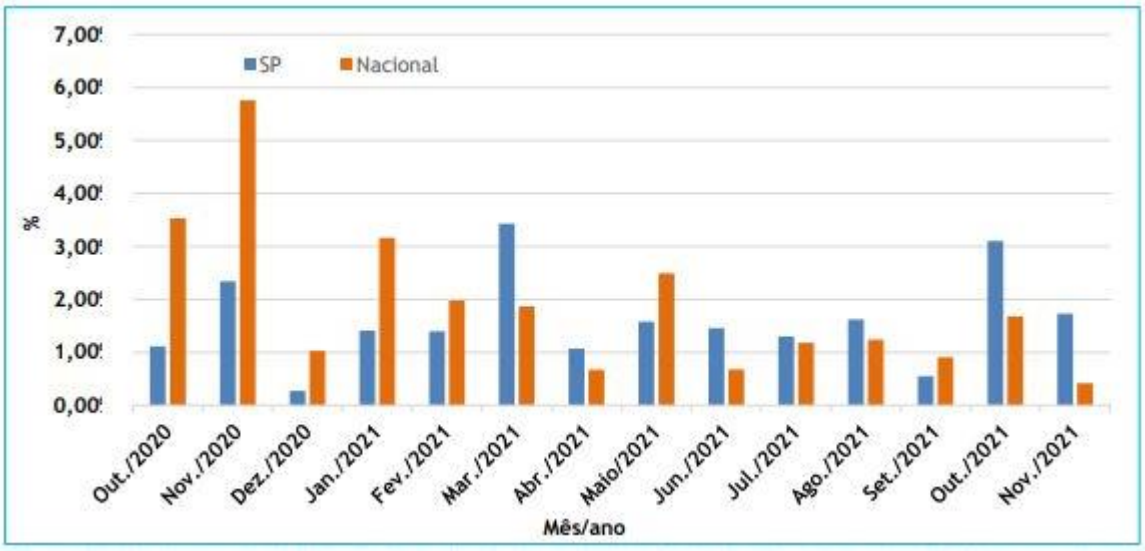
Mês	(R$)		%
	2020	2021	(2021/20)
Jan.	1,38	1,92	1,39
Fev.	1,29	1,92	1,49
Mar.	1,31	1,88	1,44
Abr.	1,32	1,90	1,44
Maio	1,31	1,95	1,49
Jun.	1,36	1,99	1,46
Jul.	1,47	2,09	1,42
Ago.	1,62	2,15	1,33
Set.	1,81	2,19	1,21
Out.	1,91	2,19	1,15
Nov.	1,91	2,10	1,10
Dez.	1,91	2,15	1,13
% no ano	1,384	1,120	

Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola). Disponível em:
<http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=16001>. Acesso em 09 de abril de 2022.

> O resultado que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças em uma unidade. A produção excede-se tanto a si mesma, na determinação antiética da produção, que ultrapassa os demais momentos. (MARX, 2008, p. 257).

Durante a pandemia, a alta inflacionária ocorrida pela queda de produção, mas principalmente pela ingerência governamental da crise sanitária e econômica, elevou os preços de produção, acarretando aumento do valor final ao consumidor. Associando esse evento as escalas de análise produção, distribuição circulação e consumo, podemos perceber pela tabela anterior e pelo gráfico a seguir quais foram as variáveis dos preços pagos.

Gráfico 6: Variação mensal dos índices de custos da produção de leite em São Paulo e no Brasil, no período de novembro de 2020 a outubro de 2021.

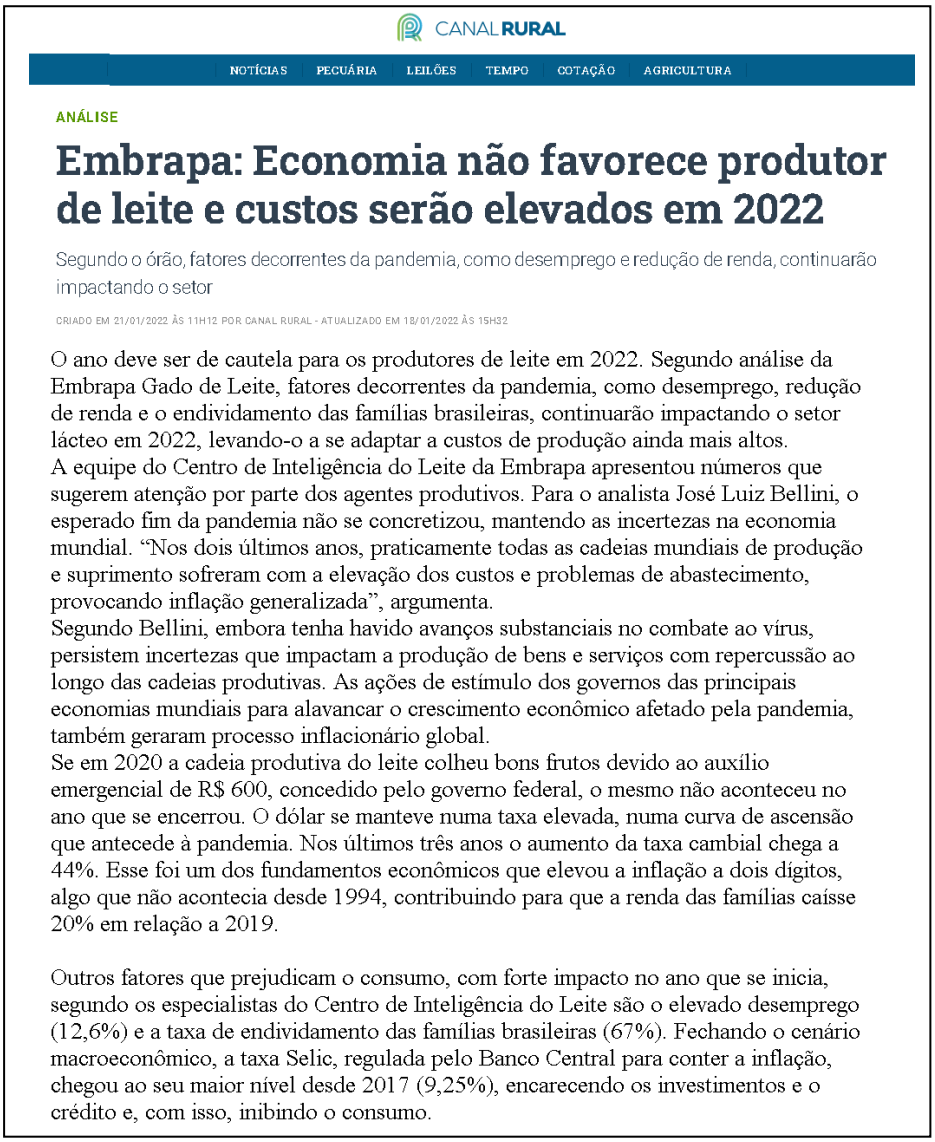


Fonte: IEA (Instituto de Economia Agrícola). Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=16001>. Acesso em 09 de abril de 2022.

No biênio 2020 e 2021 o preço pago aos produtores teve uma elevação de 1,38% e 1,20%, respectivamente. Devido as questões envolvendo a oferta de insumos, serviços e mesmo o aumento do consumo com a oferta de dinheiro proporcionada pelo auxílio emergencial. Mas, quando observamos a taxa de custos, percebemos que entre os meses de outubro de 2020 a novembro de 2021 o aumente dos custos de produção esteve em sua maior parte superior aos preços pagos pela produção. Isso determina um menor ganho ao produtor de leite, enquanto a indústria e o mercado repassam esse aumento ao consumidor final.

Um dos condicionantes para o aumento dos custos de produção foi a desvalorização do Real frente ao Dólar Americano, uma vez que a maior parte dos implementos e insumos são cotados e negociados nessa moeda estrangeira. Tal pela dominação de corporações internacionais, tal pela dependência tecnologia e financeira que ocorre em toda cadeia produtiva.

Quadro 15: Reportagem sobre rentabilidade na produção leiteira



CANAL RURAL

NOTÍCIAS | PECUÁRIA | LEILÕES | TEMPO | COTAÇÃO | AGRICULTURA

ANÁLISE

Embrapa: Economia não favorece produtor de leite e custos serão elevados em 2022

Segundo o órão, fatores decorrentes da pandemia, como desemprego e redução de renda, continuarão impactando o setor

CRIADO EM 21/01/2022 ÀS 11H12 POR CANAL RURAL - ATUALIZADO EM 18/01/2022 ÀS 15H32

O ano deve ser de cautela para os produtores de leite em 2022. Segundo análise da Embrapa Gado de Leite, fatores decorrentes da pandemia, como desemprego, redução de renda e o endividamento das famílias brasileiras, continuarão impactando o setor lácteo em 2022, levando-o a se adaptar a custos de produção ainda mais altos.
A equipe do Centro de Inteligência do Leite da Embrapa apresentou números que sugerem atenção por parte dos agentes produtivos. Para o analista José Luiz Bellini, o esperado fim da pandemia não se concretizou, mantendo as incertezas na economia mundial. "Nos dois últimos anos, praticamente todas as cadeias mundiais de produção e suprimento sofreram com a elevação dos custos e problemas de abastecimento, provocando inflação generalizada", argumenta.
Segundo Bellini, embora tenha havido avanços substanciais no combate ao vírus, persistem incertezas que impactam a produção de bens e serviços com repercussão ao longo das cadeias produtivas. As ações de estímulo dos governos das principais economias mundiais para alavancar o crescimento econômico afetado pela pandemia, também geraram processo inflacionário global.
Se em 2020 a cadeia produtiva do leite colheu bons frutos devido ao auxílio emergencial de R$ 600, concedido pelo governo federal, o mesmo não aconteceu no ano que se encerrou. O dólar se manteve numa taxa elevada, numa curva de ascensão que antecede à pandemia. Nos últimos três anos o aumento da taxa cambial chega a 44%. Esse foi um dos fundamentos econômicos que elevou a inflação a dois dígitos, algo que não acontecia desde 1994, contribuindo para que a renda das famílias caísse 20% em relação a 2019.

Outros fatores que prejudicam o consumo, com forte impacto no ano que se inicia, segundo os especialistas do Centro de Inteligência do Leite são o elevado desemprego (12,6%) e a taxa de endividamento das famílias brasileiras (67%). Fechando o cenário macroeconômico, a taxa Selic, regulada pelo Banco Central para conter a inflação, chegou ao seu maior nível desde 2017 (9,25%), encarecendo os investimentos e o crédito e, com isso, inibindo o consumo.

Fonte: Canal rural. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/momento-economico-nao-favorece-produtor-de-leite-e-custos-serao-elevados-em-2022/>. Acesso em 05 de abril de 2022.

Neste portal vinculado aos ideais do agronegócio, percebemos que a análise discorre sobre as perspectivas de rentabilidades aos pecuaristas leiteiros, indicando que o aumento dos

custos de produção se elevará ao longo do ano de 2022. Em primeiro ponto isso demonstra a relação de dependência ao capital mundial e hegemônico que determina os diretrizes produtivas. Em segundo ponto, a quem ficará menos viável a produção? Certamente que ao pequeno produtor que não terá financiamentos e juros subsidiados, ou mesmo a complacência dos fornecedores de insumos, devido a quantidade de mercadorias envolvidas nas relações de trocas.

> Na forma modificada M-D, em que a mercadoria se acha presente e o dinheiro somente representado, o dinheiro serve, em primeiro lugar, de medida de valores. O valor de troca da mercadoria é avaliado em dinheiro, considerado como medida; mas, sendo valor, de troca medido contratualmente, o preço não existe somente na imaginação do vendedor, mas também como medida da obrigação do comprador. (MARX, 2008, p. 179).

Percebemos então, mesmo com as escalas espaciais extremamente perto, como que a escala geográfica global da circulação do capital é condicionante no forjar dessas relações, uma vez que ao produtor que não interessa, ou não consegue, se inserir na lógica produtiva exigida devido aos altos custos para produzir, acaba por traçar outras escalas mais distantes, mas que agem de acordo com sua potencialidade. Além de que, tanto a indústria, quanto o mercado não aceitam diminuir suas taxas de lucros, para que houvesse maior oferta de mercadorias aos consumidores. Todas essas questões envolvendo não apenas situações que se limitem a relação entre os três personagens dessa análise, mas sim a todo conjunto econômico global.

4.1.2 – As escalas de sujeição

Logo, para explicitar essa linha de raciocínio proposta por Marx sobre a metamorfose da mercadoria e o processo de pagamento é importante analisar como se consolida esta escala de relações. Inerente à dependência e a mobilidade do capital, a produção camponesa é determinada pelos interesses do mercado, e não apenas isso, é determinado o processo de produção ao qual o camponês deverá seguir para poder inserir sua mercadoria em negociação.

Ao aceitar essa situação, o camponês sofre toda sorte de influências nas práticas produtivas estando preso as condições que lhe impõe a aquisição de insumos e implementos para gerir a sua produção, que ao ser vendida e lhe trazer retorno monetário, parte deste é destinado para o início do novo processo produtivo.

Isso não lhe tira o caráter camponês, pois a sua propriedade e as relações de trabalho são as expressões do campesinato. Mas, movimento de entrada de mercadoria para sustentar o processo produtivo e garantir a saída de outra mercadoria se apresenta como situação marcante ao campesinato nesse momento.

E por isso, identificar as escalas dos movimentos do capital (mercadorias/investimentos) é chave para compreender como o campesinato forja suas territorialidades em uma região dependente. Escalas estas entendidas como sua expressão territorial, como também escalas de dependência ao qual o campesinato é colocado através da sujeição que o torna um comprador/vendedor uma vez que a circulação de mercadorias é intencional ao capital, e por isso "de antigo comprador de uma mercadoria, converte-se forçosamente em vendedor de outra mercadoria" (MARX, 2008, p. 180).

Qual a origem do capital? Pergunta capiciosa a ser feita se quisermos adentrar na raiz do processo de acúmulo primitivo do capital. Não queremos aqui incorrer no processo de produção do capital e no caráter rentista que marcou as territorialidades locais, pois isso já compreendemos estar exposto. E nem pretendemos adentar nas minuciosidades de como ocorre a sujeição camponesa ao capital industrial e a subordinação da produção à circulação, uma vez que o processo explicado por Oliveira (1999, p. 105) da Monopolização do Território pelo Capital é preciso em nos dar as bases metodológicas e referenciais para interpretar os processos, que podem ser distintos em suas particularidades, mas apresentam as mesmas condicionantes.

> Sem as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não-capitalistas, nem estas podem sequer se manter. (LUXEMBURGO, 1970, p. 363).

Vistos os procedimentos de pilhagens, como podem ser entendidos os casos de grilagens de terras, bem como a sujeição da produção camponesa pelo capital, podemos partir das contribuições desenvolvidas por Rosa Luxemburgo sobre a sua análise do capital e de suas contradições, primordiais para a existência do campesinato. Entendemos que parte do processo de produção do capital, como forma de acumulação de capital através de processos tipicamente não-capitalistas. Ao não empregar capital, não se pode afirmar que se trata de um processo de reprodução do capital, uma vez que não há a exploração de mais-valia, mas sim a

sujeição sobre a produção camponesa e a renda da terra. As contribuições de Rosa Luxemburgo são essenciais para o entendimento da classe campesina no capitalismo, que se dá a partir das contradições expressas pelo capital para garantir a sua reprodução, uma vez que acaba por se valer de relações de produção tipicamente não capitalistas, como forma de reprodução e acumulação do capital. Dessa forma, a partir da dialética do capital é que o campesinato encontra maneiras de sobreviver.

Assim, percebemos que o campesinato surge como um entrave teórico para a compreensão do processo de inserção do capitalismo em todos os setores produtivos, uma vez que o marxismo clássico, o capital precisaria mostrar toda a sua força, para que os proletários realizem o seu rompimento, e a consequente implantação do socialismo. Dessa forma, o camponês seria um sujeito que não por não ter vivido a experiência do assalariamento, não viveria a revolução em todo seu contexto. Para entender-se a questão da monopolização do território e seus processos, temos que entender como que se dá a relação da renda pré-capitalista ao lado da renda capitalista, que a primeira comparece invariavelmente como um tributo pessoal, que se manifesta de três formas distintas, sendo a renda em trabalho, renda em produto e renda em dinheiro.

> A renda pré-capitalista é diretamente produto excedente, ao contrário da renda capitalista da terra, que é sempre sobre acima do lucro, fração da mais-valia, portanto. Embora na origem as primeiras formas da renda da terra sejam pré-capitalistas, cabe esclarecer que sob o capitalismo elas perdem esse caráter, à medida que entram no processo de produção do capital. [...] hoje elas devem ser entendidas dentro da lógica contraditória do capital. É através delas que o próprio capital, contraditoriamente, se produz, criando as condições necessárias para implantar e desenvolver seu processo de reprodução ampliada. (OLIVEIRA, 1990, p. 76-77).

Entretanto, a própria dinâmica contraditória de reprodução do capital abre espaço para a reprodução camponesa, uma vez que naquela são as necessidades de produção que definem as normas de contratação e manutenção de trabalhadores. Enquanto com os camponeses, devido ao trabalho familiar, o ritmo é outro, ou seja, o tempo destinado a produção agrícola tem que ser respeitado de acordo com os ciclos da natureza (PAULINO, 2006, p 116). Percebe-se o quão diferente vem a ser a produção camponesa, daquela dita comercial, uma vez que, mesmo com relações produtivas não tipicamente capitalistas, expressa pelo trabalho familiar, a produção camponesa também se encontra vinculada ao mercado, principalmente

com a consolidação de programas que visam a inserção produtiva baseada em relações de trabalho familiar.

> A dependência das forças naturais interfere na criação de valor, que, [...], é um atributo exclusivo do trabalho. Dessa maneira, o tempo de sua realização se constitui um empecilho ao investimento capitalista, que tem por meta o retorno imediato. Essa seria uma das brechas abertas ao trabalho familiar camponês, envolto em uma temporalidade que mais se aproxima do tempo da natureza do que do tempo real do capital. (PAULINO, 2006, p. 117).

Dessa forma, quando temos uma empresa que investe e instala seu capital em uma determinada localidade, e ali ela sujeita relações de produção e trabalho não-capitalistas, esse capital está se apropriando de renda capitalizada, e não apenas da força de trabalho exercida pela mão de obra camponesa. Assim, ocorre nas relações entre camponeses e o capital a drenagem da renda fundiária, ao somar ganhos a cada momento de efetivação do capital, iniciando-se por relações que sequer são capitalistas de produção.

Tabela 15: Empresas instaladas na unidade de beneficiamento de leite em Cerqueira César

Empresa	Marca Popular	Origem do Capital	Mercado Consumidor	Período aproximado
Vigor	Vigor	São Paulo	estado de São Paulo	Décadas 1950/1960
ICPA	Doces Avaré	Cerqueira César	estado de São Paulo	Décadas de 1970/1980/1990
Standard Brands/Burns Philp	Fleischman, Royal e Nabisco	EUA/Austrália	nacional	Década de 1990
Parmalat	Parmalat	Itália	nacional	anos 2000
Kremon	Mococa	Goiânia	nacional	anos 2000/2010
Confepar	Cativa	Londrina	regional	2019-2021
Lactalis	Cativa/Lactalis	França	nacional/internacional	2021 ao presente

Nessa breve exposição das empresas que já atuaram no processamento de leite em Cerqueira César/SP, em especial as seis últimas que ocuparam o mesmo prédio, percebemos a mobilidade do capital quanto sua origem de investimentos e destinos de lucros. Somente uma única empresa era de capital local, sendo que o restante expressa a condição de dependência.

E, no condicionamento da divisão do trabalho as diretrizes vem de outras escalas, determinando as territorialidades que estarão presentes a partir de decisões de pessoas que sequer conhecem a localidade.

> O próprio capital não faz outra coisa senão reunir a massa de mãos e instrumentos que encontra pela frente. Ele os reúne sob seu comando. Eles são sai real acumulação de reservas; a concentração de trabalhos, juntamente com seus instrumentos, em pontos determinados (SMITH, 1988, p. 179).

Não é nosso objetivo averiguar as aquisições, fusões e extinções de cada empresa ilustrada, mas um fato que torna interessante e explicita a mobilidade do capital é que a empresa Parmalat, ao qual naquele momento de funcionamento na unidade de beneficiamento, era de capital italiano, hoje é integrante da empresa francesa Lactalis. Em suma, os ganhos da Parmalat e da Confepar, que concorrem com suas marcas no mercado, retornam para os mesmos acionistas.

Nem apenas para essa empresa o campesinato local fornece sua produção, como já mencionado anteriormente, há outras empresas que captam o leite produzido e os processam com finalidades diversas, como para fabricação de leite UHT, no caso da Gegê, e iogurtes pela Frutap. Ademais, ficaria extenso o trabalho se adentrássemos nas relações de subordinação que essas empresas também inserem, e repetiríamos os fenômenos, apenas com outros capitais.

Faremos um pequeno adendo para comparar três situações interessantes dentro da lógica camponesa no bairro Três Ranchos. No sítio Santo Antônio, com área superior a 70 hectares, ainda assim inferior a quatro módulos fiscais[8], conta com aproximadamente 60 cabeças de gado leiteiro, e obtém uma produção diária de 400 litros. A sua produção é destinada a Frutap, ao qual trabalha no sistema de associação com seus fornecedores.

Já no sítio Bela Vista, a área total é de 26 ha. e, conta com uma produção diversificada, pois, do total de 30 cabeças de gado lactantes no momento da pesquisa como nos informou a Sra. Paula de Souza, dos 180 litros de produção diária, destina em torno de 150 litros para a Frutap, enquanto o restante utiliza para fabricação de doces e queijos artesanais, ao qual vende na feira do produtor. Além da venda do leite e de produtos caseiros,

[8] Na região em estudo o Módulo Fiscal equivale a 22 hectares. Dessa forma, as propriedades com até 88 hectares são consideradas pequenas propriedades.

esse sítio conta com duas estufas ao qual fornece para os mercados locais e para Prefeitura, através do PAA, hortaliças e leguminosas.

A última exemplificação é sobre a propriedade do Sr. Elias Valentim, já mencionado nesse trabalho, ao qual em sua propriedade, o sítio Nossa Senhora de Fátima, de apenas 14 ha, ao qual é classificado como um minifúndio, não há subordinação da produção leiteira à indústria, uma vez que todo o leite obtido de suas seis vacas leiteiras é destinado para a fabricação de doces e queijos. Processo resultante do programa PROLEITE, desenvolvido pelo SENAR em parceria com o Sindicato Rural de Cerqueira César. O Sr. Elias hoje é coordenador desse programa, ao qual tem como finalidade auxiliar os demais produtores e organizar suas presenças na feira do produtor. Além da produção leiteira, há a venda de leguminosas para os mercados locais, feira e através do PAA. Hoje a propriedade está com três estufas, sendo um total de 5700 mudas de tomates.





Figuras 96 e 97: Pequena mangueira onde é realizada a ordenha no sítio Nossa Senhora de Fátima e o técnico agropecuário da casa de agricultura de Cerqueira César, Sr. Edilson Marques com o Sr. Elias Valentin na estufa de tomates. Foto: Ricardo M. Venturelli – Abr/2022

Como podemos observar, nem só da produção de leite é formado o campesinato local, optamos por analisar essa cadeia produtiva, dentro do recorte especificado como fundamento metodológico para demonstrar a tese. Porém, entendemos que é importante citar a pluriatividade que existe em propriedades camponesa, principalmente quando não há a sujeição total ao capital industrial, o que possibilita ao camponesa desenvolver outras atividades.



Mapa 35: Localização dos sítios exemplificados no bairro dos Três Ranchos. Fonte: SICAR e Google Earth.

As estratégias para a resistência camponesa estão postas, mesmo com o capital atuando de maneira subjugá-los, ora permitindo sua territorialização, ora o desterritorializando. Quando o permite estar no território, age de maneira a controlar a produção camponesa, inserindo novos procedimentos a fim de manter o controle de toda

cadeia produtiva. Ao campesinato, cabe adequar-se a fim de manter a principal questão que o define enquanto classe, a propriedade da terra e suas relações de trabalho.

Contudo, como estamos vendo, várias são estratégias empregadas pelos camponeses na resistência em manter as relações de trabalho familiar, que perduram e procuram manter de todas as formas um campesinato que se pauta na família e na produção de alimentos, frente ao avanço contínuo do capital. O camponês só pensa em ter uma maneira de garantir sua permanência na terra.

4.1.3 – As escalas fundiárias

Dentre todos os processos já presenciados que configuraram a divisão territorial do trabalho e condicionaram o desenvolvimento geográfico desigual, a propriedade da terra esteve presentes em todos os momentos. Desde o início da ocupação, das apropriações, das alianças entre terra-capital-Estado, das intencionalidades e mobilidades do capital, a propriedade da terra foi fundamento central no processo de dependência. Harvey (2013, p. 546) aponta que "essa transformação radical das relações sociais não ocorreu de modo regular. Ela se moveu mais rápido em alguns lugares do que em outros", e notamos isso quando resgatamos a motivação para ocupação dessa região. E quando pensamos nas territorialidades, pensamos nas expressões que essas relações sociais marcam na superfície terrestre, uma vez que ser e estar na terra também é luta de classes.

Dos três recortes de estudo escolhidos, cada uma apresenta sua organização fundiária a partir de um propósito. Nas manchas de terra-roxa do vale do Paranapanema houve o proposito da expansão da cafeicultura. No vale do Rio Pardo, uma organização firme de territórios camponeses que conseguiram se instalar em meio à enormes apropriações, algo que só iria ocorrer nas vizinhanças do Rio Claro e Rio Turvo recentemente, através dos movimentos socioterritoriais.

Iremos então demonstrar o quadro fundiário de cada um dos recortes analisados, a fim de identificar as discrepâncias na concentração fundiária, e assim, deixar claro que o caráter rentista da terra é presente nesse recorte, como é a face da propriedade da terra no país, sendo notado um processo histórico que contribuiu com a concentração fundiária em níveis elevados, abrindo-se a possibilidade da consolidação de estruturas fundiárias concentradas

que formam a base do modelo agroexportador (OLIVEIRA, 2003). Iremos iniciar fazendo um comparativo entre os dois bairros estudados e a estrutura fundiária de Cerqueira César, com o propósito de identificar algumas particulares. Como queremos realizar uma relação entre as escalas, iniciaremos apresentando a estrutura fundiária brasileira.

Tabela 16: Estrutura fundiária brasileira em 2018.

NOME CATEGORIA (HECTARES)	QTDE IMÓVEIS	TOTAL ÁREA (ha)
Mais de 0 a menos de 1	160.069	79.623,4012
1 a menos de 2	201.808	276.768,1293
2 a menos de 5	937.468	3.151.196,5634
5 a menos de 10	992.227	7.168.884,9906
10 a menos de 25	1.596.285	25.861.237,7162
25 a menos de 50	987.842	34.770.285,0867
50 a menos de 100	703.947	48.849.862,6831
100 a menos de 250	494.612	75.173.601,9342
250 a menos de 500	183.213	64.589.863,3145
500 a menos de 1000	97.979	68.201.481,0183
1.000 a menos de 2.000	50.536	69.578.511,9966
2.000 a menos de 2.500	13.264	29.698.463,7622
2.500 a menos de 5.000	22.142	76.493.734,6452
5.000 a menos de 10.000	7.439	53.080.115,3759
10.000 a menos de 20.000	1.832	25.129.741,0722
20.000 a menos de 50.000	1.053	31.558.631,7486
50.000 a menos de 100.000	268	19.050.675,4777
100.000 e Mais	424	142.810.726,6836
Imóveis Incosist. Excluídos	122.422	0,0000
TOTAL	6.574.830	775.523.405,5994

Fonte: INCRA. Disponível em < https://antigo.incra.gov.br/pt/estrutura-fundiaria.html>. Acesso em 21 de março de 2022.

Não é segrego de ninguém que estuda a questão agrária brasileira o alto grau de concentração fundiária no Brasil, bem como suas raízes históricas e relações de poder que a propriedade da terra estabelece. O número de apenas 424 propriedades com mais de 100000 ha. corresponder ao maior extrato fundiário não nos surpreende, mas indigna. Enquanto mais de 1 milhão e meio de propriedades que correspondem entre 10 e 50 ha. não contabilizarem nem 1/8 de terras se comparado ao maior extrato.

Tabela 17: Estrutura fundiária do estado de São Paulo em 2018

NOME CATEGORIA (HECTARES)	QTDE IMÓVEIS	TOTAL ÁREA (ha)
Mais de 0 a menos de 1	14.095	5.739,1771
1 a menos de 2	11.214	15.521,4459
2 a menos de 5	96.531	315.093,1021
5 a menos de 10	76.250	565.456,4615
10 a menos de 25	127.736	2.126.144,1430
25 a menos de 50	69.279	2.467.568,9418
50 a menos de 100	41.866	2.939.219,2877
100 a menos de 250	28.255	4.386.236,0428
250 a menos de 500	9.559	3.292.231,4803
500 a menos de 1000	4.127	2.844.665,6016
1.000 a menos de 2.000	1.543	2.101.958,2191
2.000 a menos de 2.500	270	602.982,4013
2.500 a menos de 5.000	367	1.244.428,8898
5.000 a menos de 10.000	100	688.048,7405
10.000 a menos de 20.000	12	163.212,8572
20.000 a menos de 50.000	5	116.224,8994
50.000 a menos de 100.000	0	
100.000 e Mais	0	
Imóveis Incosist. Excluídos	6.210	0,0000
TOTAL	487.419	23.874.731,6911

Fonte: INCRA. Disponível em < https://antigo.incra.gov.br/pt/estrutura-fundiaria.html>. Acesso em 21 de março de 2022.

A estrutura fundiária paulista não apresenta cenário muito diferente da brasileira, apesar que é importante entender a distribuição geográfica da concentração fundiária, uma vez que há regiões onde o latifúndio predomina, principalmente nas regiões de fronteiras agrícolas. Entretanto, seria demasiado a carga de informações que essa análise traria e não teríamos condições de realizar nesse trabalho. Ademais, o nosso propósito é indicar o desenvolvimento geográfico local e, como região que já fora fronteira agrícola e possuidora de muitas terras devolutas/públicas, certamente teremos um quadro fundiário que demonstra a concentração de terras, que também é concentração de renda e poder.

Como realizamos o recorte de duas áreas em Cerqueira César para entender as territorialidades camponesas, cabe trazermos os dados fundiários do município e desses bairros rurais para evidenciar as escalas da luta de classes representadas por suas territorialidades.

Tabela 18: Estrutura fundiária de Cerqueira César em 2018.

NOME CATEGORIA (HECTARES)	QTDE IMÓVEIS	TOTAL ÁREA
Mais de 0 a menos de 1	3	2,4410
1 a menos de 2	3	3,8000
2 a menos de 5	104	327,3431
5 a menos de 10	99	720,0064
10 a menos de 25	220	3.729,1556
25 a menos de 50	169	5.971,6264
50 a menos de 100	126	8.795,8772
100 a menos de 250	72	11.029,1544
250 a menos de 500	18	6.069,4074
500 a menos de 1000	9	5.783,6236
1.000 a menos de 2.000	5	5.718,1138
Imóveis Incosist. Excluídos	3	0,0000
TOTAL	**831**	**48.150,5489**

Fonte: INCRA. Disponível em < https://antigo.incra.gov.br/pt/estrutura-fundiaria.html>. Acesso em 21 de março de 2022.

Nenhuma surpresa ao analisar a estrutura cerqueirense, repetindo a mesma faceta que o estado de São Paulo e o Brasil apresentam. Claro que sem as grandes propriedades, pois algumas delas são maiores que a área total do município. Entre as maiores propriedades presentes, algumas delas estão nas áreas de estudo. Interessante que elencamos essas áreas por serem as que mais presenciam as territorialidades camponesas e, ao mesmo tempo, apresentam propriedades com grande extensões.

Assim, iremos analisar a estrutura fundiária de cada recorte estudado. Para tal, nos basearemos nos dados do LUPA (Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária), tabulados pela CATI e, apresentando dado de 2017.

Para subsidiar tais reflexões, pautou-se na interpretação de dados oriundos do Levantamento Censitário de Unidades Produtivas (LUPA), realizado em todas as propriedades do município pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo. Dentre os dados obtidos em Cerqueira César, foram presenciadas cerca de 748 propriedades, distribuídas em torno de 500 Km², em que suas características serão desdobradas a seguir. A metodologia utilizada por este levantamento censitário se diverge do utilizado pelo IBGE, uma vez que o LUPA se pauta na propriedade, enquanto para a elaboração dos Censos (Demográficos e Agropecuários), o IBGE trata da ocorrência de estabelecimentos.

Tabela 19: Estrutura Fundiária do Macuco em Cerqueira César/SP

Área das Upas (ha)	**n º UPAS**	**Área (ha)**
menos de 1	1	0,90
de1 a 2	0	0,00
de 2 a 5	7	19,70
de 5 a 10	6	49,80
de 10 a 20	15	213,40
de 20 a 50	23	712,30
de 50 a 100	18	1.293,30
de 100 a 200	9	120,90
de 200 a 500	4	2.166,40
de 500 a 1000	2	1.248,70
de 1000 a 2000	0	0,00
Total	85	5.825,40

Fonte: Casa de Agricultura de Cerqueira César – LUPA – 2017



Mapa 36: Propriedades com mais de 150 hectares no bairro do Macuco. Fonte: SICAR e Google Earth

Os dados apresentados dispensam quaisquer exposições mais aprofundadas, pois, representam a face da estrutura fundiária brasileira exposta na grande concentração de terras para poucas propriedades, enquanto muitos propriedades ocupam uma pequena fração espacial. Mesmo em uma escala pequena, percebemos o quando a distribuição fundiária local é equivalente a local. Em especial, essa localidade merece um destaque, por ser aquela de coberturas de solo mais férteis, e por isso, a que primeiro foi ocupada sistematicamente com a cultura cafeeira. Tanto é, que há remanescentes de grandes fazendas cafeiculturas, como já citado anteriormente. Das propriedades que se destacam nessa representação, temos de norte ao sul:

- a Fazenda Jacuba, no entroncamento da SP-261 com a SP-245, com 200 ha;
- a Fazenda Samara, na SP-245, com 410 ha;
- a Fazenda Águas do Pouso Alegre, com 575 ha;
- a Fazenda Macucão, com 440 ha;
- a Fazenda Imperial, com 560 ha,

Fora de nossa representação, e de nosso recorte de estudos, em direção ao Rio Paranapanema teremos outras grandes propriedades, por exemplo a Fazenda Gávea que possui mais de 650 hectares. Interessante também fazermos uma breve descrição sobre o uso do solo.



Figura 98: Fazenda Macucão e a produção de *commodities*. Foto: Ricardo M. Venturelli – Jl/2021 e Jan/2022

Na bacia do Ribeirão do Macuco, há a prioridade para culturas temporárias, tal fato se dava pela sede da antiga Destilaria Garota, posterior Usina TGM e Usina Bravia serem na propriedade da Fazenda Macucão, dessa forma, historicamente, essa área de terra-roxa era destinada ao plantio de cana. Recentemente, outras culturas temporárias passaram a ter destaque, como o trigo na safra de inverno e a soja na safra de verão, evidenciando o caráter negocial da terra ao rotacionar o uso do solo para o plantio e comercialização de *commodities.*

A produção de alimentos está nas mãos dos camponeses, também são as pequenas propriedades as que mais geram empregos no campo e de fato as que mais geram renda (OLIVEIRA, 2003, p. 129, 134, 136). Assim, indagamos qual será a perspectiva da questão da terra no Brasil para o século XXI, uma vez que se tem um avanço agressivo do agronegócio, e assim, teremos de enaltecer a resistência camponesa, as reivindicações de acesso à terra, buscando sua reprodução e consolidação, enquanto classe.

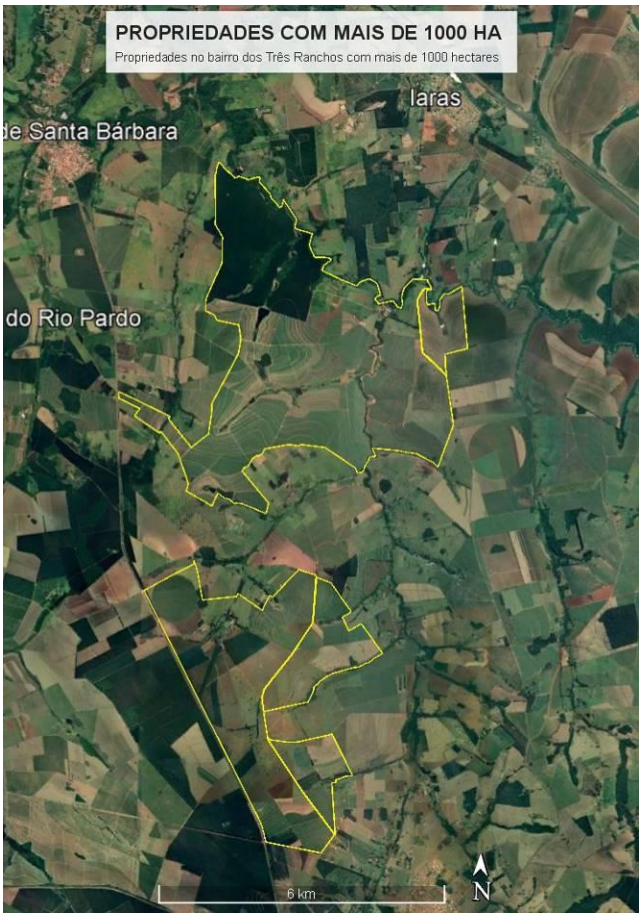
Tabela 20: Estrutura Fundiária dos Três Ranchos em Cerqueira César/SP

Área das Upas (ha)	**n º UPAS**	**Área (ha)**
menos de 1	0	0,00
de1 a 2	2	1,90
de 2 a 5	21	75,00
de 5 a 10	18	117,00
de 10 a 20	49	841,70
de 20 a 50	38	1.001,20
de 50 a 100	18	1.267,00
de 100 a 200	5	778,00
de 200 a 500	4	1.226,60
de 500 a 1000	1	937,40
de 1000 a 2000	1	1.220,40
Total	157	7.466,20

Fonte: Casa de Agricultura de Cerqueira César – LUPA – 2017

Ao analisarmos os dados sobre as propriedades localizadas no bairro dos Três Ranchos precisamos deixar claro uma situação para que não haja distorção dos dados. No extrato de propriedade até 5 hectares, a maior parte não são propriedades rurais produtivas, mas sim de lazer, localizadas principalmente no limite urbano de Cerqueira César, tais como no distrito Industrial e no início da estrada dos Três Ranchos. Esse é um fato comum de acontecer, sendo que essas propriedades possuem escrituração. Diferente de outras, localizadas em

propriedades rurais, que por ser área de interesse de expansão urbana, a venda de lotes através de contratos de gaveta é muito recorrente. No ano de 2021 houve um projeto de lei proposto pela Prefeitura Municipal para regularização dos lotes já comercializados anterior ao ano de 2016, sendo que esse projeto é de caráter controverso e demonstra interesses à determinados grupos políticos e donos de terras. Mas, nada que seja incomum à outros municípios do Brasil.



Mapa 37: Propriedades com mais de 1000 hectares no bairro dos Três Ranchos. Fonte: SICAR e Google Earth.

Já sobre as grandes propriedades, precisamos fazer um adendo para explicar a relação da representação cartográfica com a tabela. Por opção metodológica recortamos o bairro dos Três Ranchos a partir de seu médio e baixo curso, uma vez que em seu alto curso não há territorialização camponesa sequer, pois, são áreas localizadas entre o antigo traçado da ferrovia, ao novo (mas desativado) e a SP-245. Ali estão presentes grandes propriedades, tais como a Fazenda Tronco Alto e Quebra Pote, que somadas alcançam quase 2000 hectares. E como as aparições territoriais camponesas se localizam ao médio curso do ribeirão Três

ranchos, optamos por esse recorte, tal como já pode ser observado em outras ilustrações cartográficas ao qual é perceptível a presença camponesa a beira desse curso hídrico.

Contudo, para a análise de escalas que desejamos fazer agora, elencamos duas propriedades para destaque, sendo a primeira a Fazenda São José, de propriedade do grupo Passarelli Agropecuária e conta com mais de 1400 hectares de terras ao longo da SP-261 entre Cerqueira César e Águas de Santa Bárbara. E a segunda situação vem a ser a Fazenda Santa Esmeralda, de propriedade da Juquis Agropecuária, e conta com 2300 hectares, sendo que se estende por áreas dos municípios de Cerqueira César, Águas de Santa Bárbara e Iaras.

E por mencionar o município de Iaras, iremos agora discorrer sobre a imensa diferença fundiária presente nesse município, ao qual a sua história referente às grilagens, apropriações, favorecimentos público-privado e conflitos já foi trabalhado nessa tese. Mas é de importância fazermos uma análise

Tabela 21: Estrutura Fundiária de Iaras em 2018

NOME CATEGORIA (HECTARES)	QTDE IMÓVEIS	TOTAL ÁREA
1 a menos de 2	2	3,5104
2 a menos de 5	17	67,3475
5 a menos de 10	19	125,3360
10 a menos de 25	74	1.280,8825
25 a menos de 50	30	1.072,9621
50 a menos de 100	27	1.967,0064
100 a menos de 250	16	2.310,7904
250 a menos de 500	2	655,7000
500 a menos de 1000	7	5.285,9189
1.000 a menos de 2.000	2	2.794,2208
5.000 a menos de 10.000	1	7.600,2650
20.000 a menos de 50.000	1	21.142,7106
Imóveis Incosist. Excluídos	2	0,0000
TOTAL	200	44.306,6506

Fonte: INCRA. Disponível em < https://antigo.incra.gov.br/pt/estrutura-fundiaria.html>. Acesso em 21 de março de 2022.

A estrutura fundiária nos mostra uma situação gritante de concentração de terras, sendo que a única demonstrada nessa extrato que está fora dessa situação é aquela situada na faixa entre 5000 e 10000 hectares, pois, são as terras do Assentamento Zumbi dos Palmares. Mas, quando observamos os extratos acima de 500 hectares percebemos uma alta concentração fundiária, sendo que as propriedades situadas entre 500 e 1000 hectares

possuem em média uma área de 750 hectares. Já aquelas situadas na faixa entre 1000 e 5000 hectares apresentam uma média de 1400 hectares. Contudo, o que nos chama a atenção é aparecer uma propriedade na faixa entre 10000 e 50000 hectares, em pleno interior paulista e a beira da Rodovia SP-280. Já é sabido que nos referimos a Fazenda Rio Pardo, que teve seu processo de ocupação, apropriação e regularização mencionados nesse trabalho.



Mapa 38: Assentamento Zumbi dos Palmares e uso do solo ao redor. Fonte: SICAR e Google Earth.

> O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebias de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido (HARVEY, 2008, p. 306).

Fizemos questão de deixar essa representação cartográfica para observamos o processo de luta pela terra e a territorialização camponesa que ocorre no assentamento e, ao redor, as grandes extensões de terras concentradas nas mãos de poucos, e ao qual sabemos a história, seja por este estudo ou por outros que trazem a questão da grilagem de terras e do caráter concentrador que o agrohidronegócio expressa no território com suas monoculturas para exportação ou para indústria. É ação do capital determinando as escalas territorialidades, a partir de relações com outras escalas, seja em distância, seja em força, mas sempre determinando que essas terras sirvam aos interesses de poucos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem mais delongas, encerramos essa Tese Pandêmica.

De tantos desafios que a construção de um estudo dessa importância requer, e tantas adversidades ocorridas nessa trajetória, desde a escala do sujeito que aqui escreveu o compendio de seus estudos, ao mundo que vivenciou esse momento conturbado e que nos fez repensar o quanto agir em prol do coletivo é maior que agir por si.

E se, as pessoas agissem menos a partir dos interesses pessoais poderíamos ter um desenvolvimento geográfico mais completo e equilibrado entre a sociedade e a natureza. Desenvolver pelo capital é gerar desigualdades entre as pessoas e entre as localidades, mas desenvolver em prol de toda sociedade é adequar-se as necessidades reais humanas em respeito a todos e a tudo que está em nosso redor.

Acreditamos ter demonstrado, através de nosso referencial, aporte metodológico e discussões a ideia de que essa área em estudo apresenta seu caráter periférico a partir do momento que passa a servir dos interesses do capital. Claro que as localidades servem de interesse ao capital e assim são forjadas suas tessituras espaciais, mas, no caso deste estudo procuramos esclarecer como o forjar das relações sociais determinou a ocupação e uso desse espaço a partir de interesses que demonstram outras escalas de situação, não ocorrendo sobre as vontades endógenas, mas sim exógenas e, de diferentes escalas enquanto distâncias e fluxos.

Concluímos que o Desenvolvimento Geográfico Desigual, entendido como resultado no espaço do processo de Desenvolvimento Desigual e Combinado, ocorre a partir de interesses e intencionalidades do capital que são inerentes a cada momento de atuação, porém, que deixam suas marcas por muito tempo, os resultados expressos pelo desenvolvimento são mais duradouros que as alterações que o capital provoca no papel da localidade na Divisão do Trabalho (social e territorial), e por muitas vezes essas alterações sobrepõem processos que se acumulam. Seque um processo de extração de riquezas se encerra, outro aparece para determinar uma nova divisão, enquanto as cicatrizes deixadas pelo momento anterior ainda são notadas. Isso determina a cada vez mais a dependência da localidade e a necessidade em "deixar" o capital agir de acordo com seus interesses.

Logo, a expressão do capital através de sua localização e movimento expressam a construção do espaço geográfico. E em localidades que se apresentam com uma divisão territorial do trabalho periférica, as fragilidades são mais nítidas. Por isso, discorremos que as territorialidades são expressões de conflitos e, ocorrem onde as contradições do capital são mais pungentes.

Escolhemos finalizar trazendo os dados do IFDM (Índice FRIJAN de Desenvolvimento Municipal), ao qual nos apresentam cenários que podemos associar a tese que construímos. Primeiramente iremos observar os dados compilados do ano de 2016 (com edição em 2018) para os municípios de Águas de Santa Bárbara, Avaré, Cerqueira César e Iaras.

Tabela 22: IFDM dos municípios em estudo

Índica FIRJAN de Desenvolvimento Municipal Ano-Base 2016	SP	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
	IFDM BRASIL	0,6678	0,4664	0,7689	0,7655
	Mediana dos Municípios	0,6965	0,5246	0,9311	0,8415
	Máximo dos Municípios	0,8161	0,7917	1,0000	0,9768
	Mínimo dos Municípios	0,5884	0,2379	0,7770	0,4009

Ranking IFDM Emprego & Renda		UF	Município	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Nacional	Estadual						
172º	33º	SP	Avaré	0,8161	0,7099	0,9599	0,7785
998º	224º	SP	Cerqueira César	0,6906	0,5792	0,9563	0,5362
1963º	380º	SP	Águas de Santa Bárbara	0,7024	0,4980	0,9905	0,6186
3169º	490º	SP	Iaras	0,5884	0,4360	0,7770	0,5522

Fonte: Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Disponível em:

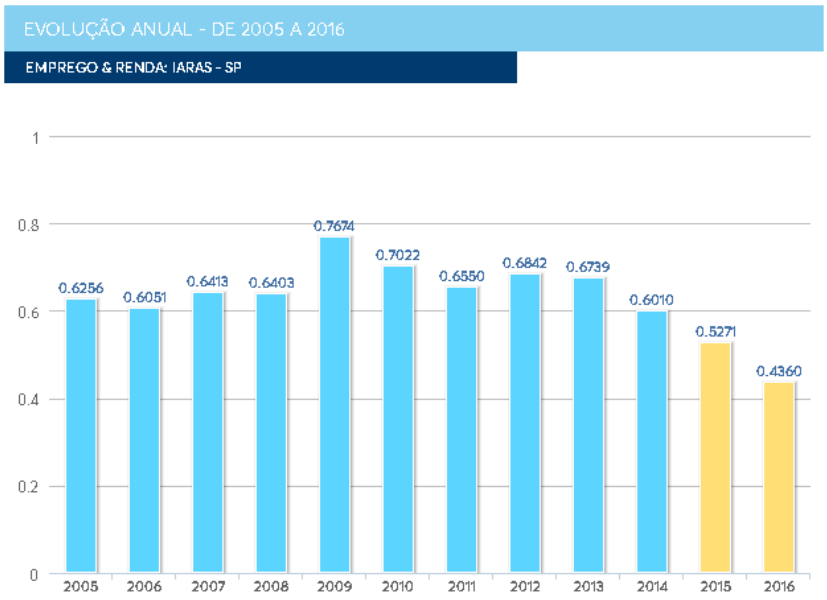
< https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>

Ao destacarmos os índices de emprego e renda, percebemos o quão baixo esses são, com exceção para Avaré, ao qual exerce um papel centralizador na Região Geográfica Imediata, principalmente no ramo varejista e de serviços. Mas, os demais municípios apresentam dados preocupantes, Cerqueira César ainda apresenta um índice razoável, por possuir indústrias, já Águas de Santa Bárbara e Iaras requerem atenção. Talvez essa seja a expressão máxima do papel da localidade na divisão territorial do trabalho que determina a monopolização das terras para a produção de *commodities.*

> Para a mobilidade geográfica da força de trabalho satisfazer as necessidades do capital, a absoluta liberdade do trabalho de se mover deve ser estritamente circunscrita. O exército de reserva de desempregados, por exemplo, sem cerimônias "livre" de seus meios de sobrevivência pela mudança tecnológica, só pode criar condições favoráveis à acumulação adicional caso permaneça no lugar. (HARVEY, 2013, p. 556).

Ao comparamos as medianas de emprego e renda dos municípios em estudo com os índices do Brasil, percebemos que não são tão discrepantes. Mas, precisamos ressaltar as diferenças geográficas e sociais do país, bem como seu caráter periférico na economia mundial. Para Iaras percebemos os condicionantes para dados tão baixos, pois, as grandes extensões de terras "paradas" com silvicultura e citricultura são cruciais para entendermos a escassez de postos de trabalho, ou a presença de trabalho temporário.

Gráfico 7: Evolução de Geração de emprego e renda em Iaras entre 2005 e 2016



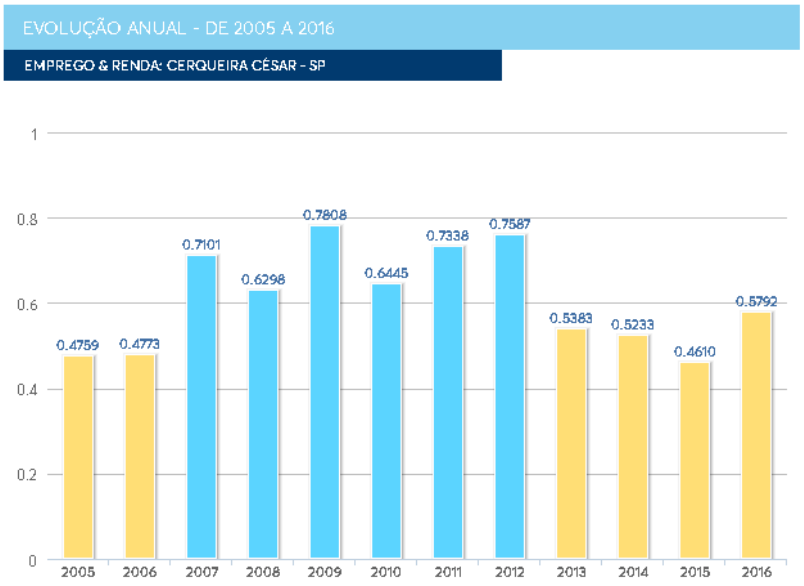
Fonte: Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Disponível em: < https://www.firjan.com.br/ifdm/>

A geração de renda cai conforme o agronegócio avança. Ao mesmo tempo que há uma das maiores plantações de laranja do país, e que tem sua destinação quase que exclusivamente para o exterior, uma vez que há uma parceria entre a Fazenda Rio Pardo e a Citrosuco, não há renda para os trabalhadores. Temos a relação do capital em escala mundial e local, porém expressando friamente o desenvolvimento desigual e combinado.

Para Cerqueira César é interessante observarmos as variações dos dados de emprego e renda com os momentos de funcionamento da unidade fabril de beneficiamento de leite, uma

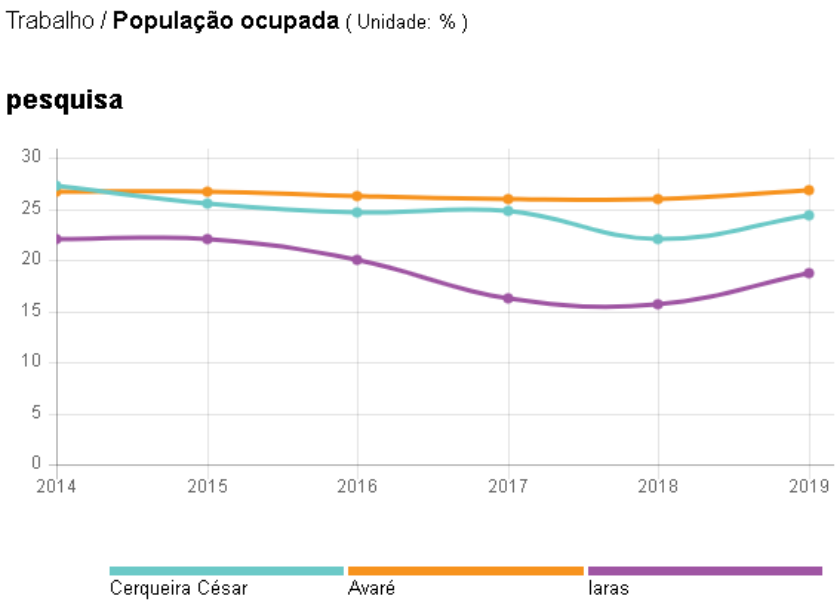
vez que além de garantir postos de trabalho na produção industrial, também garante geração de renda para os produtores, em especial aos camponeses que estão intrinsecamente vinculados ao capital industrial.

Gráfico 8: Evolução de Geração de emprego e renda em Cerqueira César entre 2005 e 2016



Fonte: Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Disponível em: < https://www.firjan.com.br/ifdm/>

Gráfico 9: População ocupada nos municípios entre 2014 e 2019



Fonte: IBGE - Cidades

A baixa porcentagem de pessoas ocupadas nesse intervalo de tempo exposto refuta a ideia de que o agronegócio gera emprego. O Capital não é capaz de gerar riquezas, quem gera riqueza é a força de trabalho, e podemos perceber isso nestes últimos dados expostos, uma vez que mesmo havendo a mobilidade do capital através de investimentos, os setores produtivos presentes não retornam a sociedade uma ínfima parte, ocupando extensas terras, concentrando capital e renda e sujeitando a força de trabalho só reforçam a dependência da localidade.

E assim, concluindo sobre as territorialidades camponesas, seus movimentos de des/re territorialização estão presentes de acordo com o Capital. Quando há a tendência a diferenciação, ou seja, mais presença de capitais, os camponeses se reterritorializam e participam do processo de geração de renda. Mas quando há a tendência a igualização, ou seja, menor presenças de capitais, ou presença em um único setor, pode haver a desterritorialização camponesa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos Teóricos para o Entendimento da Questão Agrária: Breves Considerações. **Geografia**, Londrina, vol. 09, n. 02, p. 113-128, jun/dez 2000.

AYOUB, Ayoub Hanna. A *satanização* do MST na imprensa: sem história, sem ética. In: KATUTA, Ângela Massumi; et al. (Orgs.). **Geografia e Mídia Imprensa**. Londrina: Moriá, 2009, p. 241-258.

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. **Fundação Biblioteca Nacional**.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS-IBGE. **Banco de Dados de Informações Ambientais**. Disponível em: <bdiaweb.ibge.gov.br>.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS-INPE. **Banco de Dados de São Paulo.** Disponível em < http://www.dpi.inpe.br/spring/>

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1987, p 124-134;

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. 2011. Disponível em: < http://aao.org.br/aao/artigos-e-noticias.php.> Acesso em 21/01/2021

_____. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH, 2017.

_____. **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa**. São Paulo: AnnaBlume, 2004.

CALABI, Donatella; INDOVINA, Francesco. Sobre o uso capitalista do território. **Archivio di studi urbani e regionali**, Veneza, ano IV, n. 2, junho, p, 1-12, 1973.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHESNAIS, François A mundialização do Exército Industrial de Reserva. In: **O Comuneiro**. São Paulo, nº 16. Mar/2013. P. 1-8.

COBRA, Amador Nogueira. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1923.

COURA, José R. Endemias e Meio Ambiente no Século XXI. **Caderno de Saúde Pública.**, Rio de Janeiro, 8 (3): 335-341 jul/set, 1992.

CUNHA, Sandra Batista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2 Ed, 2001.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a Rede das Cidades. **Boletim Geográfico.** São Paulo v. 2, n. 14, p. 141-148, 1944.

_____. Como se constituiu no Brasil a Rede das Cidades. **Cidades**, v. 1, n. 1, p. 119-146, 2004.

_____. Regiões e Paisagens do estado de São Paulo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, n.25, ano III, p. 18-27, 1945.

DELGADO, Guilherme. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Agricultura do Agronegócio:** Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. **Terras e Índios:** A apropriação da terra no vale do Paranapanema. São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2003.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **Estações Ferroviárias**, 2022. Disponível em <estacoesferroviarias.com.br>.

ESTALL, K.G.; DUCHANAN, R. Ogilvie. **Atividade Industrial e Geografia Econômica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos Sociais no Campo e outras Resistências Camponesas. IN. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.) **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular. 2008, p. 239-271

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em Disputa**: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009, Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH-USP, São Paulo.

FELISÁRIO, Adauto. **Três Ranchos**. São Paulo: Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima. 198-.

FLAMARION CARDOSO, Ciro. Por que os seres humanos agem como agem? As respostas baseadas na natureza humana e seus críticos. **Revista de História**, núm. 167, julio-diciembre, 2012, pp. 17-52.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo, 18ª ed., Edições Loyola, 2008.

_____. **Os Limites do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

IHA, Mônica Hashimoto. **Territorialidade da "posse" na luta pela reforma agrária:** os Acampamentos do MST em Iaras (SP). 2005, Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências-UNICAMP, Campinas.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.

LENIN, Vladimir Ilyich. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia:** O processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Agravos à saúde dos trabalhadores no Brasil: alguns nós críticos. In: **Revista Pegada**, Presidente Prudente: CEGET, vol. 12, n. 1, 2011;

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Viagens Através do Brasil:** São Paulo. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate,** Salvador/BA, v. 9, nº 3, p. 325-356, 2017.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A Questão Agrária hoje e os Desafios do Governo Lula. **Agrária**, São Paulo, USP, n. 1, p. 37-54, 2004.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra**. 9º Ed. São Paulo: Contexto, 2010

_____. **O Cativeiro da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979

_____. **O Poder do Atraso**. 2ª Ed, São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2º Ed. Petrópolis: Vozes, 1983

MARX, Karl. **Capital**. Nova York: International Publishers, 1967.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed., 2008.

_____. **O Capital:** Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **O Capital – Livro 3, volume 6.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974

_____. **Para uma Crítica da Economia Política.** Ridendo Castigal Mores, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2º Ed. São Paulo: Escala, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil**: História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros em São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis1984.

MOREIRA, José Roberto. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. In: XXXVII Brazilian Congress of Rural Economic and Sociology – Sober, **Workshop** n. 38. Greening of agriculture. Rio de Janeiro, 2000.

MST. *Dossiê Cutrale*. Tribuna Popular, 2011. Disponível em: < http://www.mst.org.br/sites/default/files/Dossie_Cutrale.pdf>

MULLER, Geraldo. **O Complexo Agroindustrial Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1981

NUNES, Everardo Duarte. Saúde Coletiva: História de uma ideia e de um conceito. **Saúde e Sociedade**. 3(2): 5-21, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, p. 63-110, 1999.

_____. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, 15 (43) p. 185-206, 2001.

_____. **A "Não Reforma Agrária" do MDA/INCRA no Governo Lula**. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

_____. **A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil** - um retorno aos dossiês. *Agrária*, São Paulo, nº 12, pp. 3-113, 2010.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB, nº 58, p. 5-64, 1981.

_____. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, ano 19, v. 2, n 21, p. 113-156, jul/dez 2003.

_____. Geografia Agrária: Perspectivas no Início do Século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inês Medeiros. **O Campo no Século XXI:** Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

_____. O que é Renda Diferencial. **Orientação**, São Paulo, Instituto de Geografia - Departamento de Geografia – USP, nº 7, p. 93-104, 1986.

_____. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Àtica. 1990.

_____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

PAOLIELO, Renata M. Posse da Terra e Conflitos Sociais no Campo. Texto baseado em _____. **Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira**: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação. 1992, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, Campinas.

PAULINO. Eliane Tomiasi. **(') Terra e Vida:** A Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná. 2003. Tese (Doutorado em Geografia). FCT – UNESP, Presidente Prudente.

_____. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PAULITSCH. Inge. **Para Maria in Amerika**. São Paulo: João Scortecci, 1996.

PRADO Jr, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 3ª Ed, São Paulo: Brasiliense, 1981.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A luta pela apropriação e reapropriação da água na América Latina. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org). **Campesinato e Agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PUPO, Trajano Carlos de Figueiredo; CIACCIA, Paulo Pinheiro Machado. **As Primeiras Fazendas da Região de Botucatu.** Botucatu: Prefeitura Municipal, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo; Ática, 1993.

RIGOTTO: Raquel Saúde ambiental e saúde dos trabalhadores: uma aproximação promissora entre o verde e o vermelho. In: **Revista Brasileira de Epidemiologia**, vol.6, n.4, 2003.

RIGOTTO, Raquel et al. **Dossiê Abrasco – Parte 3 - Agrotóxicos, conhecimento científico e popular:** construindo a ecologia de saberes. Porto Alegre, novembro de 2012.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. MATOPIBA: uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de "cerrados"? **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 245, p. 570-600, set./dez., 2018

RIO DE JANEIRO. IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: < https://www.firjan.com.br/ifdm/>.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo:** Globalização e meio técnico científico-informacional. São Paulo: Edusp, 2008.

SÃO PAULO. **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>

SÃO PAULO. INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO-IGC.

SÃO PAULO. SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO-SIGRH

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos Cebrap**, Petrópolis, n.26, p.43-79, 1980.

SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**. 2º Ed. Campinas: Unicamp, 2008.

SMITH, Niel. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bretand Brasil, 1988.

STEFANI, Célia Regina Baider. **O Sistema Ferroviário Paulista**: um estudo sobre a evolução do transporte de passageiros sobre trilhos. 2007, Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH-USP, São Paulo.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Os Colonos do Vinho:** Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

THOMAZ JR, Antônio. **Por trás dos canaviais, os "nós" da cana:** a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: AnnaBlume, 2002.

_____. Por uma cruzada contra fome e o agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n. 1. P. 08-34, junho de 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio; GUIMARÃES, Raul Borges; LEAL, Antônio Cezar; LUCHIARI, Ailton. Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). In: XII **Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 2012.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Trad.: E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os Filhos da Lona Preta:** Identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Terra e Poder - Disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista:** uma abordagem sobre o uso de terras públicas. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH-USP – São Paulo.

_____. Da Pecuária de Leite à Indústria de Laticínios: breves considerações sobre a produção do município de Cerqueira César-SP. In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, 2007, Londrina. **Anais** [...] Londrina: UEL, 2007, p.1-19

_____. Desterritorialização e Reterritorialização Camponesa e das Relações de Trabalho no Campo no Sudoeste Paulista: a questão entre os trabalhadores da citricultura e os camponeses produtores de leite. **Verde Grande:** Geografia e Interdisciplinaridade, Montes Claros/MG, v. 2, nº 2, p. 37-63. 2020.

_____. **Territorialidades do Agronegócio e da Agricultura Camponesa em Cerqueira César-SP**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia). UEL – Londrina.

WELCH, Cliford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e no Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2008, p. 161-190

VERGÉS, Armando Bartra. **Os Novos Camponeses:** leituras a partir de um México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.